

Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-graduação em Educação



ANGÉLICA BITTENCOURT GALIZA

**A SEXUALIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL: O PÚBLICO, O PRIVADO E A AÇÃO DIALÓGICA
DE RESISTÊNCIA**

Belém/PA
2020

ANGÉLICA BITTENCOURT GALIZA

**A SEXUALIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA
INTELECTUAL: O PÚBLICO, O PRIVADO E A AÇÃO DIALÓGICA
DE RESISTÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Pará. Linha: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientador: Professor Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes.

Belém/PA
2020

Ficha catalográfica

ANGÉLICA BITTENCOURT GALIZA

A SEXUALIDADE DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: O PÚBLICO, O PRIVADO E A AÇÃO DIALÓGICA DE RESISTÊNCIA

Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará, Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade do Estado do Pará. Linha: Saberes Culturais e Educação na Amazônia.
Orientador: Professor Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes.

Data da defesa: ____/____/ 2020.

BANCA EXAMINADORA

_____. Orientador
Prof. Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes
Doutor em Educação Especial - UFSCAR/SP
Universidade do Estado do Pará - UEPA

_____. Membro interno
Prof.^a Dr.^a. Ivanilde Apoluceno de Oliveira
Doutora em Educação - PUC/SP
Universidade do Estado do Pará - PPGED - UEPA

_____. Membro Externo
Prof.^a Dr.^a. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo
Doutora em Educação Especial - UFSCAR/SP
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

_____. Membro Interno
Prof.^a Dr.^a Maria do Perpétuo Socorro Cardoso da Silva
Doutora em Linguística - USP
Universidade do Estado do Pará - PPGED - UEPA

Dedico este trabalho em especial à minha avó Eloisa Viana Paz (in memoriam), pelas orações e felicidades ao ver meu ingresso no mestrado, e que hoje infelizmente não pode estar presente na conclusão do mesmo, por ter nos deixado nessa pandemia, e agora só nos resta a dor da saudade...

Aos meus pais Sérgio Galiza e Virginia Galiza, que nunca mediram esforços para a minha formação e que me deram força e coragem na realização de mais um sonho.

À Thaís Cristina, por fazer parte da minha história de vida, e que de forma muito especial, me motivou a estar nesse caminho da educação especial.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por estar sempre ao meu lado durante toda essa jornada, guiando e iluminado os meus passos para seguir em frente com tranquilidade e sabedoria nas adversidades que enfrentamos na vida, tornando possível a concretização de todos os meus projetos e a realização dos meus sonhos. Agradeço também por ter meus pais conosco, com saúde nos dias de hoje... Só Deus na nossa vida!

Aos meus irmãos Cleyton Galiza e Júnior Galiza, sobrinhos Lucas Galiza e Isabela Galiza, e principalmente, aos meus pais Sérgio Galiza e Virgínia Galiza. A minha família é exemplo de coragem e de luta, constituindo-se como referência o quanto era importante estudar e nunca mediram esforços para estar ao meu lado no que fosse preciso para que possamos estar unidos em nossas vidas. Sem vocês eu não sei o que seria de mim... Obrigada por sempre acreditarem em mim.

A todos os meus familiares, os meus tios e tias representados em nome da minha tia Eliana Galiza e Jorge Bittencourt, aos meus primos e primas em nome da Laura Carolina Galiza e Lya Galiza, que nunca me abandonaram e estiveram presentes a cada passo dado na minha vida, e por entenderem as minhas faltas em momentos de afastamento e reclusão necessários nesse processo de estudo e escrita. Meu muito obrigada pelo apoio e pela força concedida.

Ao meu esposo Inocencio Gasparim, meu parceiro e amigo de todas as horas e incentivador constante do meu desenvolvimento pessoal e intelectual, que entrou para mudar a minha vida, na hora certa. Meu muito obrigada pela compreensão e companheirismo quando eu mais precisei, do seu amor, do seu colo, da sua companhia, por tantos momentos de felicidades que me fez conhecer e viver nesses últimos tempos. Aquele que me tranquiliza e me dá o equilíbrio nos momentos difíceis e que não mede esforços para a concretização e realização dos nossos sonhos juntos... Amo você.

Ao meu irmão, parceiro e amigo de mestrado Ronielson Santos, que esteve junto ao meu lado durante toda essa caminhada. Sempre unidos, um dando força para o outro... Meu muito obrigada pelos nossos momentos de conhecimento, de risos e de choro, de alegria e de dor que a vida nos proporcionou passarmos juntos... Levarei esse presente de Deus para o resto da minha vida. A você destaco a letra

dessa música que nos representa: A amizade... Nem mesmo a força do tempo irá destruir... Somos verdade... Quero chorar o teu choro... Quero sorrir teu sorriso... Valeu por você existir, amigo.

Ao meu orientador Prof. Dr. José Anchieta, obrigada pelas orientações que ficaram marcadas, enquanto crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Agradeço pela seriedade, sabedoria, pela força e pela compreensão em todos os momentos. Obrigada por ser essa pessoa incansável na pesquisa, que ultrapassa todas as barreiras de dificuldades, e está sempre ali presente, junto conosco, disposto assumirmos juntos quando sempre precisamos... Meu muito obrigada por ter acreditado junto comigo, desde o início, que essa pesquisa seria possível. Ao nosso mestre com carinho.

Agradeço a Associação de Pais e Amigos do Excepcionais (APAE) de Belém, de modo especial ao Presidente da APAE, Sr. Emanuel Ó de Almeida e a Diretora Cláudia Bandeira, meus agradecimentos pelo apoio dado para que eu conseguisse cursar o Mestrado e realizar essa pesquisa.

Aos professores, psicólogas, funcionários, pais e alunos da instituição especializada APAE-Belém, por nos permitirem vivenciar todas as experiências possível para o desenvolvimento da pesquisa, em especial aos professores e amigos que sempre estiveram ao meu lado me ajudando, com palavras de incentivo: Rochelle, Edith, Elaine, Kássia, Dilma, Catarina, Ivan, Nazaré, Wilza, Gisely. Muito obrigada pela amizade, respeito, amor, carinho, lealdade e companheirismo.

Agradeço às professoras - membro da Banca de Defesa - Prof. Dr. Ivanilde Apoluceno de Oliveira; Prof. Dr. Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo; Prof. Dr. Maria do Perpétuo do Socorro Cardoso da Silva, por terem aceitado o convite para compor a Banca de Defesa desta pesquisa. Muito obrigada por tantas contribuições e sugestões valiosas ao trabalho, sinto-me honrada em poder contar com as suas valorosas apreciações.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará - PPGED-UEPA, em especial aos professores pelas ricas contribuições para minha formação acadêmica, com debates fundamentais para a qualidade desta dissertação.

Agradeço a turma 14 do PPGED-UEPA, em nome da Adrielly Barbosa, pelo carinho, amizade e parceria durante todo o nosso caminhar, a cada momento de

vivenciamos juntos, a cada experiência partilhada, todos os nossos os momentos de aprendizagem durante o curso. Sintam-se todos abraçados.

Ao grupo de estudos GELPEA, em nome da Prof. Rita Bentes, por nos proporcionar momentos de diálogos, compartilhando muito mais do que conhecimentos, partilhamos momentos, ideias e sentimentos. Muito obrigada pelos ensinamentos e conselhos que foram de suma importância para a minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

Aos meus amigos e irmãos de orientação Simone Loureiro, Vânia Batista, Fabio Câmara, bem como, os meus amigos e parceiros Fábio Augusto e Yago Melo, muito obrigada pelo carinho e amizade que construímos nessa trajetória. Levarei na lembrança todos os nossos momentos de conhecimento, seriedade, sorrisos e abraços, estarão sempre presentes na minha vida.

Agradeço de forma especial aos sujeitos desta pesquisa, que concordaram em participar, e que me receberam de braços abertos, com todo respeito e seriedade, os quais contribuíram de forma significativa durante toda esta pesquisa.

Agradeço a todos que contribuíram de forma direta ou indiretamente para a concretização desse sonho, pois sei que nunca estive sozinha, sempre houve alguém me estendendo a mão.

A sexualidade está presente em todos nós! Todo ser humano vive e cresce desenvolvendo sua sexualidade a partir das mudanças ocorridas ao longo do desenvolvimento: o crescimento e amadurecimento do corpo físico, as práticas sexuais e reprodutivas, a orientação sexual e o erotismo, os vínculos amorosos, entre outras mudanças. Certamente, o que somos hoje, em relação à expressão da nossa sexualidade, é bem diferente do que fomos quando crianças e do que seremos no final da vida (MAIA, 2010, p. 1).

RESUMO

Esta pesquisa trata da sexualidade de alunos e alunas com deficiência intelectual em uma escola especializada, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Belém). Assim este estudo teve como objetivo geral analisar as percepções dos alunos e alunas com deficiência intelectual a respeito da sexualidade. Diante disso, constitui-se como questão problema: quais as percepções dos alunos e alunas com DI, sobre sexualidade no âmbito do público e do privado? Quais ações dialógicas são de resistência? A pesquisa caracterizou-se por uma pesquisa qualitativa, de campo, fundamentada na Análise Dialógica do Discurso (ADD), na perspectiva sócio-histórica. Os procedimentos metodológicos realizados foram: análise documental – que proporcionaram o resgate dos elementos históricos, conceituais e legais da APAE – entrevistas, observação, sistematização e análise dos dados e aspectos éticos e o levantamento bibliográfico. Foram dez sujeitos da pesquisa. O referencial teórico da pesquisa teve por base Bakhtin (2004; 2010; 2011; 2012); Costa (1998), Correa (1998), Loyola (1998), Denari (2002, 2006), Glat (2007) Glat; Freitas (1997), Girolamo (2002), Maia (2001, 2004, 2007, 2010), Maia; Ribeiro (2010); Maia; Aranha (2005) e Loyola (1998). As categorias de análises foram: 1) O papel e importância das famílias para a sexualidade da pessoa com DI; 2) A sexualidade e suas manifestações nos espaços públicos e privados: percepções dos sujeitos; e 3) A BALADAPAE e a sexualidade da pessoa com DI. Os resultados evidenciaram que a escola é reconhecida como um local de conflitos – um local de convivências –, e, sobretudo, um local de transformação social. Pudemos inferir que a escola tem papel transformador e libertador, dentro de uma realidade, possibilitando ao sujeito o rompimento dessa realidade com uma ação dialógica de resistência, a exemplo da criação do evento BALADAPAE, como um princípio dialógico para reconhecer a sexualidade da pessoa com DI, na sua forma de ser e de viver, como sujeitos na dimensão da diversidade. Esta pesquisa, constitui-se como uma epistemologia de contribuição para a discussão do tema da sexualidade na área da educação, educação sexual e educação especial, possibilitando caminhos teóricos-metodológicos nos programas de pós-graduação em educação a nível nacional, desvendando as potencialidades de uma temática emergente na realidade escolar amazônica.

Palavras-chave: Sexualidade. Alunos com deficiência intelectual. Público; privado. Ação dialógica de resistência.

ABSTRACT

This research deals with the sexuality of students with intellectual disabilities in a specialized school of Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE-Belém). Thus, this study had as its general objective to analyze the perceptions of students with intellectual disabilities regarding sexuality at APAE-Belém. In view of this, it constitutes a problem question: what are the perceptions of students with ID about sexuality in the context public and private? What dialogical actions of resistance? The research was characterized by a qualitative, field research, based on the Dialogic Análise Dialógica do Discurso (ADD), in the socio-historical perspective. The methodological procedures performed were: document analysis – which provided the rescue of the historical, conceptual and legal elements of the APAE – interviews, observation, systematization and analysis of data and ethical aspects and the bibliographic survey. There were ten research subjects. The theoretical framework of the research was based on Bakhtin (2004; 2010; 2011; 2012); Costa (1998), Correa (1998), Loyola (1998), Denari (2002, 2006), Glat (2007) Glat; Freitas (1997), Girolamo (2002), Maia (2001, 2004, 2007, 2010), Maia; Ribeiro (2010); Maia; Aranha (2005) and Loyola (1998). The categories of analysis were: 1) The role and importance of families for the sexuality of the person with ID; 2) Sexuality and its manifestations in public and private spaces: perceptions of the subjects; and 3) The ballad and sexuality of the person with ID. The results showed that the school is recognized as a place of conflict - a place of coexistence - and, above all, a place of social transformation. We were able to infer that the school has a transforming and liberating role, within a reality, allowing the subject to break this reality with a dialogical action of resistance, like the creation of the Ballad event, as a dialogical principle to recognize the sexuality of the person with ID, in their way of being and living, as subjects in the dimension of diversity. This research constitutes an epistemology of contribution to the discussion of the theme of sexuality in the area of education, sex education and special education, enabling theoretical and methodological paths in graduate programs in education at national level, unveiling the potential of an emerging theme in the Amazonian school reality.

Keywords: Sexuality. Students with intellectual disabilities. Public; private. Dialogical action of resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Programas e serviços ofertados.....	48
Figura 2 Matrículas realizadas na APAE-Belém.....	50
Figura 3 Programas e serviços ofertados em 2019.....	52
Figura 4 Quantitativo de atendimentos na APAE-Belém por faixa etária	55
Figura 5 BALADAPAEPAE.....	56
Figura 6 Fluxograma da Apae Belém.....	57
Figura 7 Categorias analíticas e temáticas.....	69
Figura 8 Percurso metodológico do estudo	71
Figura 9 Discursos que restringem.....	134
Figura 10 Palestra com os pais.....	142
Figura 11 Palestra com os pais.....	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Pesquisas que abordam sexualidade da pessoa com DI	30
Quadro 2 Infraestrutura	53
Quadro 3 Recursos humanos.....	53
Quadro 4 Perfil dos sujeitos da pesquisa	58
Quadro 5 Entrevistas com os sujeitos da pesquisa.....	65
Quadro 6 Sumarização: antropologia.....	90
Quadro 7 Sumarização: sociologia.....	92
Quadro 8 Sumarização: medicina	93
Quadro 9 Sumarização: psicanálise de Freud.....	102
Quadro 10 Sumarização: religião com base em Santo Agostinho	105
Quadro 11 Sumarização: filosofia de Haraway	107
Quadro 12 Sumarização: historiografia colonialistas e pós-moderna.....	110
Quadro 13 Sumarização: psicologia social	112
Quadro 14 Sumarização: controle demográfico	115
Quadro 15 Sumarização: a sexualidade na educação especial (DI	119
Quadro 16 Categorias analíticas e temáticas, de acordo com as afirmações positivas e negativas dos sujeitos entrevistados.....	177
Quadro 17 Distinção entre o público e o privado.....	180
Quadro 18 Observações do diário de campo	181
Quadro 19 As relações estabelecidas no espaço: lócus no público/evento da BALADAPAE privado	184

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
ADD	Análise Dialógica do Discurso
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CMS	Centro de Atendimento Multidisciplinar de Saúde
DI	Deficiência Intelectual
FUNPAPA	Fundação Papa João XXIII
IEEP	Instituto de Educação do Estado do Pará
PA	Pará
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
TALE	Termo de Assentimento Livre Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNAMA	Universidade da Amazônia
SEDUC	Secretaria de Educação do Estado do Pará
SESPA/SUS	Secretaria de Saúde do Estado/Sistema Único de Saúde
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS PALAVRAS.....	18
2 ARQUITETÔNICA TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	28
2.1 AS PESQUISAS SOBRE A SEXUALIDADE DOS SUJEITOS COM DI.....	29
2.2 A ADD COMO PRINCÍPIO INTERDISCIPLINAR NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO.....	33
2.3 LÓCUS DA PESQUISA	41
2.4 SUJEITOS DA PESQUISA	58
2.5 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	62
2.5.1 Levantamento bibliográfico	62
2.5.2 Entrevistas	62
2.5.3 Observação participante interpretativa na pesquisa	66
2.5.4 Análise documental.....	68
2.6. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	68
2.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	69
3 ESTILO TEÓRICO DA PESQUISA	72
3.1 O CAMPO DOS ESTUDOS SOCIOLOGICOS E ECONÔMICOS.....	72
3.2 O CAMPO TRANSDICIPLINAR DO DIALOGISMO	75
3.2.1 O princípio Ideológico como tensão na fronteira entre a ideologia oficial e a do cotidiano.....	78
3.2.2 O princípio da Carnavalização como rompimento de regras e tabus...82	
4 DISCURSOS TEÓRICOS SOBRE SEXUALIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS	86
4.1 A SEXUALIDADE NA ANTROPOLOGIA	87
4.2 A SEXUALIDADE NA SOCIOLOGIA	90
4.3 A SEXUALIDADE NA MEDICINA	92
4.4 A SEXUALIDADE NA PSICANÁLISE	93
4.5 A SEXUALIDADE NA RELIGIOSIDADE	102
4.6 A SEXUALIDADE NA FILOSOFIA.....	106
4.7 A SEXUALIDADE NA HISTORIOGRAFIA	108
4.8 A SEXUALIDADE NA PSICOLOGIA SOCIAL.....	110
4.9 A SEXUALIDADE NA DEMOGRAFIA.....	112
4.10 A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: A PESSOA COM DI	115
5 CONTRAPALAVRAS DOS SUJEITOS: PERCEPÇÕES, SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE SEXUALIDADE	121
5.1 O PAPEL E IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DI	122
5.1.1 A importância da família: “Eu converso muito com a minha mãe”	123
5.1.2 A importância da família: “A sexualidade dele é normal...”	127
5.1.3 A importância da família: “...pedir ajuda”	130
5.1.4 A importância da família: “Nunca tinha demonstrado interesse por alguém como agora”	131
5.1.5 A importância da família: “... ela é curiosa em tudo e o meu medo é dela querer provar”	143

5.1.6 A importância da família: “...agora minha mãe não quer mais que eu volte”	144
5.2 A SEXUALIDADE E SUAS MANIFESTAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS	146
5.2.1 A sexualidade e suas manifestações: “Eu namorava no quarto”	147
5.2.2 A sexualidade e suas manifestações: “Ah, eu gosto de namorar; gosto de sonhar no meu sonho...”	150
5.2.3 A sexualidade e suas manifestações: “Receber orientação dos pais sobre o comportamento em relação os seus desejos e suas vontades”	152
5.2.4 A sexualidade e suas manifestações: “Falei não, ela vai voltar pra APAE e agora ela vai viver, eu vou deixar ela viver porque ela não viveu”	155
5.2.5 A sexualidade e suas manifestações: “Eu falo tudo pra minha mãe, porque eu... E sei que se eu ficar com ela, porque eu sei que ela vai ficar com raiva”	157
5.2.6 A sexualidade e suas manifestações: “Eles vão ter sempre uma mentalidade de criança”	158
5.2.7 A sexualidade e suas manifestações: “Não aguento ver uma mulher. Quero namorar...”	160
5.3 A BALADAPAE E A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DI	161
5.3.1 A importância da BALADAPAE: “A APAE incentiva a formação dos professores, sim”	163
5.3.2 A importância da BALADAPAE: “Eu acho importante que converse com eles sobre sexualidade aqui na APAE”	164
5.3.3 A importância da BALADAPAE: “Aí foi aí que começou o namoro”	170
5.3.4 A importância da BALADAPAE: “... Às vezes os pais não percebem que o filho cresceu, né”	173
5.3.5 A importância da BALADAPAE: “Eu acho que a família é responsável...”	174
5.3.6 A importância da BALADAPAE: “É a desinformação mesmo, né”	175
5.3.7 A importância da BALADAPAE: “Então assim, o assunto que não é tratado em casa de forma tranquila... Ele viu aquilo de repente como uma invasão de privacidade”	177
6 FORÇAS EPÍLOGAS.....	191
REFERÊNCIAS.....	198
APÊNDICE A	205
APÊNDICE B	208
APÊNDICE C	211
APÊNDICE D	212
APÊNDICE E	214
APÊNDICE F.....	216
ANEXO 1.....	217
ANEXO 2.....	218
ANEXO 3.....	219

1 PRIMEIRAS PALAVRAS...

Na busca de reconstituir marcas da minha vida pessoal, profissional e como pesquisadora¹ da Educação Especial é que inicio esta dissertação com a apresentação de meu memorial. São memórias que trazem registros que foram e são fundamentais nessa caminhada, pois acredito que me levam a evidenciar as motivações, inquietações e curiosidade sobre o objeto de investigação.

As vivências que tive ao longo da vida deixaram marcas e impressões que me constituíram no mundo como um ser dialógico, amoroso, inquieto e altruísta, com a heterogeneidade do mundo na sua constituição intersubjetiva, na qual sempre busquei estabelecer diálogos inclusivos com as pessoas excluídas e discriminadas, em especial, as pessoas com deficiência com quem tenho tido mais contato na vida pessoal e profissional.

Neste sentido, o lugar de fala construído com o grupo das pessoas com deficiência, pessoas negras, mulheres, ribeirinhos, militantes e pessoas LGBTQIA+, fez-me reconstituir um cronotopo – uma reconstituição de tempo-espço –, relacionado com as minhas recordações de infância, no município de Capanema, na década de 1980, em que o convívio e amizade, com a também criança Thaís, foi gradativamente transformando-me e contribuindo com a minha construção social, cultural, política, constituindo-me nessa relação dialógica de identidade e alteridade que tivemos. Thaís é uma pessoa com Síndrome de Down, filha de um amigo de meu pai; tornou-se muito próxima de mim e dos meus familiares e com ela tenho contato desde minha infância. Essa relação que também me constituiu, tem me ensinado e me incentivado direta e indiretamente a lutar contra todas as barreiras, dificuldades, preconceitos, opressões e injustiças sociais que as pessoas com deficiência e grupos minoritários enfrentam cotidianamente na vida social e escolar.

Relato isto por acompanhar de perto a realidade excludente que a Thaís tem vivenciado no contexto social e escolar, e a partir do relato de sua mãe – que atuou também como professora da escola pública –, senti a necessidade de fazer algo que pudesse contribuir de alguma forma pela educação especial no Estado do Pará. Percebi que, assim como a Thaís, outras pessoas também sofrem com as

¹ Aqui utilizaremos a primeira pessoa do singular para apresentar o memorial.

consequências de uma sociedade sectária que está relacionada aos processos socioeducacionais hegemônicos dos sistemas de ensino que revelam os processos de exclusão e opressões no contexto escolar.

Tais aspectos motivaram-me a pesquisar bases teóricas-metodológicas para aprofundar meus estudos e pesquisas na área da educação especial, educação inclusiva e educação de um modo geral, para lutar por uma educação fundamentada nos princípios inclusivos para os/as alunos/as com deficiência, permitindo-me ir além do que estava ao meu redor, e ampliando minha percepção para os nortes mais amplo do conceito de inclusão, integração e exclusão, fazendo-me fomentar, problematizar, lutar e reexistir por e com as pessoas com deficiência.

Esses alicerces que sustentaram o meu querer ser uma pesquisadora da área da educação especial e educação inclusiva solidificaram-se ainda mais com meu ingresso no curso de magistério, entre os anos de 1994 a 1996, no Instituto de Educação do Estado do Pará (IEEP). Na época, o curso possibilitou-me atuar na área da educação como professora dos anos iniciais e no acompanhamento pedagógico dos alunos e alunas com deficiência em escolas regulares de Belém. O curso de magistério complementou ainda mais a minha formação.

Em 1999, dei mais um passo importante na minha formação: iniciei o curso de graduação em Pedagogia, na Universidade da Amazônia (UNAMA), lugar em que pude direcionar minha formação acadêmica para o campo de estudo da educação especial e inclusiva, áreas que, como bem já coloquei, despertaram meu interesse desde o início de minhas relações pessoais e profissionais com a minha amiga com Síndrome de Down, e com meus alunos e alunas.

O caminho teórico-metodológico seguiu em 2004, quando concluí o curso de Especialização em Educação Especial, defendendo a monografia que teve como título: “A importância da Língua de Sinais na formação da identidade do Surdo”, orientada pela professora Dr. Maria das Graças da Silva, no Centro Universitário do Pará (CESUPA).

A escrita das minhas vivências pessoais e profissionais trazem as associações refletidas como ser social, por isso pude estabelecer diálogos enriquecedores e conflituosos com algumas questões da vida social perante as correntes teóricas que me foram apresentadas e dialogadas desde o magistério até a graduação. Algumas questões com mais familiaridade e outras com mais

sagacidade do ato volitivo da problematização para compreender a realidade socioeducacional brasileira na perspectiva inclusiva.

Lembro-me que na época do meu curso de pedagogia pouco se discutia sobre a escolarização da pessoa com deficiência e temas que transversalizem a Educação Especial. Isso fomentou em mim um desejo ainda maior de pesquisar no campo da educação especial e inclusiva, o que se concretizou na realização de um sonho: em 2012, a aprovação e efetivação via concurso público do Estado para o cargo de Professora de Educação Especial na Secretaria de Educação Estado do Pará (SEDUC), sendo nomeada, em 12 de junho de 2013. Foi uma grande realização em minha vida.

Este tão esperado concurso foi o primeiro e único realizado durante anos no Estado do Pará, voltando-se para a atuação no Atendimento Educacional Especializado (AEE). Deu-me a oportunidade de conhecer a realidade da Sala de Recurso Multifuncional (SRM) na rede regular de ensino do município belenense, bem como o atendimento pedagógico em uma instituição especializada da cidade de Belém, em que há sete anos eu venho realizando um trabalho pedagógico com as pessoas com deficiência intelectual e múltipla².

Diante da minha experiência e vivência profissional com os alunos e alunas com deficiência, notei carência de estudos, pesquisas e formações, referente a determinados assuntos que estão interrelacionados à vida da pessoa com deficiência. Isso conduz a pensar e discutir que as pessoas com deficiência devem

² A categoria deficiência intelectual e múltipla constituiu-se ao longo da história em meio a diferentes definições e significações dualistas, que foram sendo substituídas ou reforçadas pelas seguintes, sem que se superassem as representações negativas e estigmatizantes, apoiadas em abordagens normativas do desenvolvimento humano. Em momentos predominaram visões baseadas em concepções inatistas, para as quais o desenvolvimento está predeterminado nas características pessoais, e, em outros, concepções ambientalistas, nas quais prevaleceu a determinação do ambiente sobre o desenvolvimento do indivíduo. Apenas no século XX, vemos emergir concepções de desenvolvimento baseadas em uma perspectiva dialógica e cultural (BRUNER, 1997; VALSINER, 1998; VIGOTSKI, 1997, 2001) que possibilitam redirecionar a compreensão da deficiência intelectual de forma inédita. A deficiência passa a ser tratada não mais como impossibilidade de desenvolvimento intelectual, mas como uma das alternativas de desenvolvimento possíveis ao ser humano. Esta é a perspectiva assumida no presente estudo. Identificamos relações bidirecionais entre as concepções e as terminologias utilizadas para identificar a deficiência intelectual ao longo dos tempos: debilidade mental, subnormalidade mental, oligofrenia, deficiência intelectual, retardo mental, capacidades diferentes, barreiras na aprendizagem; ou as pessoas: idiotas, imbecis, tontos, cretinos, dementes, retardados mentais, inválidos, com necessidades educativas especiais, deficientes intelectuais, estúpidos, amentes, entre outras (AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION, 2006; JAVIEL, 2003; PESSOTTI, 1984, 1999) (DIAS, NOGUEIRA, 2013, p. 171)

ser vistas numa esfera macro-discursiva, como pessoas sexuais, sociais, políticas, sociais, autônomas e livres de certos padrões sociais e culturais.

Tal questão surgiu durante minha experiência no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (PPGED/UEPA) e as observações registradas na minha trajetória profissional, o que despertou em mim o interesse em fazer um estudo sobre o processo de interação, necessidades e expectativas das relações socioafetivas e sexuais dos sujeitos com deficiência intelectual, os quais vivenciam acerca de sua sexualidade nos diferentes ambientes.

O interesse pelo estudo da sexualidade, junto aos sujeitos com Deficiência Intelectual (doravante DI), ganhou força com as experiências na vida acadêmica. Em 2016, fui aprovada no processo seletivo para aluna especial na disciplina: “Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: Políticas e Fundamentos”, ministrada pelo Prof. Dr. José Anchieta Bentes, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará, em que tive a oportunidade de discutir as configurações das políticas públicas para a modalidade da Educação Especial no cenário brasileiro e amazônico.

A disciplina ampliou-me o olhar para os eventos que estavam nos estratos da educação especial e inclusiva, com os quais pude estabelecer relações epistemológicas que me estenderiam novas perspectivas nessa área de discussão epistêmica, entre os quais, a temática da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual.

Em 2017, realizo a inscrição no processo seletivo para ingresso com aluna permanente no Curso de Mestrado do PPGED/UEPA, do qual participei anteriormente como aluna especial. Nesse momento vi uma grande oportunidade de fomentar discussões e pesquisas em relação à sexualidade dos alunos e alunas com DI, o que me levou a propor a pesquisa: “Narrativas de alunos com Deficiência Intelectual: discutindo sobre a sexualidade”. Tal proposta consolidou-se na necessidade de aprofundar os estudos sobre a sexualidade de jovens e adultos com DI.

Desse modo, tenho sido levada a perceber, em minha trajetória como professora da educação especial, a necessidade de aprofundar os estudos na Pós-graduação em Educação, uma vez que noto que há estudos recorrentes no campo da psicologia com uma visão clínica da deficiência e sexualidade, acreditando ser

necessário ir além dos olhares psicologistas, trazendo para o debate o olhar epistemológico e pedagógico da educação na compreensão da sexualidade humana, que tem muito a dizer numa perspectiva de totalidade da interrelação entre sexualidade e deficiência. Nesse sentido, a justificativa desta pesquisa está para além do interesse profissional, este estudo parte da necessidade de apresentar um estudo completo para os programas de Pós-graduação em Educação da Amazônia, sobre esta temática a nível de pesquisa de Mestrado.

Nesta perspectiva, pedimos licença para as correntes teóricas-epistêmicas sobre sexualidade na área da educação e educação especial para pensar a temática como interseccional, intercultural, decolonial e transversal, as quais devem ser discutidas com outras questões epistemológicas que apresentaremos ao longo da nossa pesquisa para situar a discussão proposta. Esta afirmação ancora-se a partir das leituras realizadas nas disciplinas: Epistemologia, Pesquisa em educação e Dialogismo e Educação, no curso de mestrado, em que se percebe a necessidade de estudos e pesquisas que transversalizem a educação e educação especial, contemplando possibilidades outras que constituem a produção do conhecimento.

Os campos de estudos sobre a sexualidade das pessoas com DI tornou-se maior a partir da propagação dos conceitos de integração, na década de 1979, e, posteriormente, de inclusão, na década de 1990, com a superação de crenças antigas, de que as pessoas com DI não têm necessidades e nem experiências sexuais, julgando-as assexuadas, enfrentando-se a necessidade de lidar com a sexualidade das mesmas, buscando respeitá-las e compreendê-las, ao invés de negar sua existência ou julgá-las diferentes (GLAT, 2007).

Percebemos, nas pesquisas realizadas pelos pesquisadores e pesquisadoras da área da sexualidade, que muitos debates apresentam como ponto de partida as escolas, os discursos dos profissionais da educação sobre a sexualidade da pessoa com DI, na tentativa de encontrar propostas que auxiliem as estratégias pedagógicas para trabalhar a educação sexual com alunos e alunas com deficiência intelectual. No entanto, observamos no levantamento inicial de pesquisa das teses de doutorados e dissertações de mestrados que já abordaram a temática – que são poucos as pesquisas científicas que tratam o tema partindo da narrativa do próprio aluno e aluna com DI.

Nesse sentido, este trabalho busca ampliar o debate sobre sexualidade em várias esferas, como as escolas, a família e a sociedade, ou seja, nos espaços diversos no âmbito do público e do privado quanto uma ação dialógica de resistência, percebendo nas narrativas como os alunos e as alunas têm descoberto e vivenciado a sua sexualidade, a partir de suas próprias narrativas. O que defendemos é que esses sujeitos sejam vistos como seres humanos que têm direitos sexuais comuns a pessoas sem deficiência, que não podem ser repelidos, mas sim orientados em tratar e respeitar seu corpo, bem como, o corpo do outro.

Assim, defendemos que a sexualidade é uma das dimensões fundamentais na vida humana. Não podemos ver uma pessoa ou uma cultura sem que vejamos também a sua sexualidade (VIDAL, 2017). A pessoa com DI, como todo ser humano, vivencia as mesmas mudanças corporais e tem seus desejos sexuais, ainda que sejam diferentes. Todos têm a necessidade de expressar os seus sentimentos (FERNANDES; OLIVEIRA, 2017).

No que se refere à sexualidade da pessoa com DI, Assumpção e Sprovieri (1987) nos esclarecem aspectos relacionados como a falta de autocritica, que, associada aos fortes mecanismos repressivos resultantes da defasagem cognitiva, fazem com que a sexualidade seja vista como um distúrbio de conduta na sociedade, cuja repressão acaba se tornando mais forte do que com as demais pessoas.

Nesse sentido, é preciso desconstruir o pensamento que se propaga na sociedade de que o DI tem a sua sexualidade exacerbada, pois toda e qualquer manifestação sexual dessas pessoas é vista como um distúrbio. Acredita-se que sejam julgamentos que ocorrem tanto na família, quanto na escola, por serem frutos desse processo repressivo que se torna historicamente estruturado na sociedade. Permitindo-nos fazer uma reflexão crítica da visão cristã sobre a deficiência, que atribuiu o rótulo ora de anjo, ora possuído de espírito demoníaco, que não controla os seus impulsos sexuais (DENARI, 2006).

Concordamos com Lipp (1988), quando diz que o desenvolvimento físico da pessoa com DI ocorre de forma natural, semelhante ao de outras pessoas sem deficiência, e que fatores, como alterações hormonais e maturação dos órgãos genitais, também não diferem da faixa etária de quaisquer outras pessoas, como a puberdade, que é marcada por mudanças físicas e psicológicas que interferem no comportamento dos jovens e adultos. Assim, quanto maior a dificuldade de

compreensão dessas mudanças, maiores serão as dificuldades por parte destes adolescentes e adultos, bem como de seus familiares ao lidarem com a sexualidade.

Denari (2006) aponta que tal discussão vem, em nossa sociedade, sempre acompanhada de preconceitos, tabus e práticas repressivas, que partem muitas vezes de alguns pais e responsáveis das pessoas com DI, que acabam não percebendo as necessidades sexuais dos filhos e filhas, vendo-as como imaturos ou como eternas crianças. Em geral, focam nas expressões sexuais inadequadas e no medo da exploração sexual, no receio de que pessoas mal-intencionadas se aproveitem da “ingenuidade” dos seus filhos e filhas. Tal concepção sobre essa infantilização é reforçada pelos estigmas decorrentes dos testes de Quociente de Inteligência (QI), que alegam a idade mental de jovens com DI como a de crianças, por exemplo, o que faz com que constantemente nos deparemos com jovens e adultos trajando roupas infantis, sendo então estimulados a se comportar como tal.

Nesse sentido, Glat (2007) diz que o medo de que a inocência dos filhos e das filhas acabe pode levar muitos pais a não querer que eles recebam educação sexual, mas a autora considera que o isolamento e a falta de esclarecimento sobre a sexualidade levam o DI a comportamentos impróprios. Assim, ao mesmo tempo em que os pais desejam que o filho e a filha possam agir de uma forma autônoma, também, os impedem de realizar ações possíveis para sua idade e que contribuem para as dificuldades de tal autonomia. São questões como estas que impedem a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual.

Assim, a problemática parece estar em impedir a sexualidade dos jovens e adultos, reduzindo-a a algo proibitivo no âmbito privado – da casa –, no âmbito público – da escola –, isto é, reconhecemos que há necessidade também de rompimentos paradigmáticos no âmbito das relações humanas como uma ação dialógica de resistência para reconhecer a sexualidade desses sujeitos nos diversos espaços que participam e atuam.

Percebe-se, então, que os pais e profissionais da educação demonstram dificuldades em lidar com a sexualidade desses sujeitos, seja por medo, angústia ou falta de informações referentes à sexualidade, ou seja, sem enxergá-los como seres dotados de desejos, de vontades e de manifestações sexuais. Portanto, notamos a ausência de um projeto de educação sexual voltado para as pessoas com deficiência intelectual, provocando a falta de informações e orientações claras e objetivas acerca

da sexualidade, contribuindo para práticas culturais dos estereótipos, negando ao jovem com deficiência a chance de viver experiências no âmbito emocional, afetivo e sexual e incluí-los socialmente. Assim, é preciso compreender que a sexualidade da pessoa com deficiência está mais diretamente ligada à maior compreensão de suas reais necessidades e à diminuição dos preconceitos, do que, aos limites impostos pela deficiência (GIROLAMO, 2002).

Por isso, esta pesquisa de mestrado parte da Análise Dialógica do Discurso (ADD) na perspectiva sócio-histórica e busca proporcionar discussões sobre a sexualidade do aluno e da aluna com DI, por meio de narrativas orais de jovens e adultos com DI, as mães destes a professora e a psicóloga. Segundo Prado et al. (2015, p.19) é interessante que “os participantes falem de si a si mesmos e aos outros por meio de suas histórias contadas – a si mesmo e aos leitores; promove o encontro de pelo menos duas narrativas: a do participante e a do investigador [...]”.

Nesse ensejo, destacamos a relevância social e acadêmica da pesquisa no PPGED/UEPA, na linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia, permitindo-nos interpretar o conhecimento produzido pelos sujeitos que trazem em sua relação com a família e a escola, valorizando a gamas de saberes provenientes das vivências afetivo-emocional e sexual da pessoa com deficiência intelectual, discutindo-a na perspectiva socioeducacional inclusiva. Dessa forma, parte-se da necessidade de aprofundar os estudos sobre a sexualidade de jovens e adultos com DI, a partir de suas narrativas, dos fatos relatados e vivenciados pelos alunos e alunas, familiares e educadoras que frequentam a instituição especializada no município de Belém.

A problemática em questão foi o que nos motivou a pesquisar foram as percepções dos alunos e alunas, mães e professoras sobre o tema da sexualidade no contexto escolar, analisando por meio de observações no AEE, com alunos e alunas com DI, configurando-se, assim, o nosso objeto de estudo: a sexualidade dos alunos e alunas com DI, vivenciadas em espaços públicos, privados e a ação dialógica de resistência.

Assim é que surgem duas questões problemas: quais as percepções dos alunos e alunas com DI sobre a sexualidade no âmbito do público e do privado? Quais ações são de resistência?

Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo geral analisar as percepções dos alunos e alunas com DI a respeito da sexualidade na APAE - Belém.

Para tanto, temos como objetivos específicos:

- a) Investigar a temática da sexualidade da pessoa com DI no contexto escolar, considerando os espaços públicos e privados.
- b) Identificar as ações dialógicas de resistência que reconhecem a sexualidade dos alunos e alunas com DI.

Partindo da problemática delimitada e os objetivos que foram traçados, levantamos duas hipóteses de pesquisa: se a instituição tem projeto de orientação sexual e discute isso com os alunos com DI, então, estes não apresentam dificuldades de expressar sua sexualidade nesse espaço, ou seja, não há fronteiras entre o público e o privado, e se os alunos jovens e adultos com DI estabelecem distinções entre o público e o privado no que diz respeito às suas manifestações de sexualidade, então, a escola não seria o único espaço de expressão da sexualidade desses alunos, eles unem as fronteiras.

Esta dissertação está organizada em seis seções: “Primeiras palavras”; “Arquitetônica teórica-metodológica”; “Estilo teórico da pesquisa”, “Discursos teóricos de sexualidade nas ciências humanas e naturais”, “Contrapalavras dos sujeitos: percepções, sentidos e significados sobre sexualidade e “Forças epílogas”, seguidas das referências, apêndices e anexos.

Na primeira seção, foi apresentada o memorial de minha vida pessoal, profissional e como pesquisadora da educação especial, para clarificar o ponto de partida na pesquisa de mestrado, situando o tema, a questão problema, as hipóteses, as questões norteadoras e os objetivos.

Na segunda seção, está em evidência a “Arquitetônica teórica-metodológica”, trazendo a discussão do caminho teórico-metodológico da pesquisa, dividindo-a na Análise Dialógica do Discurso como definição do método da pesquisa, traçando os procedimentos metodológicos e os aspectos éticos.

A terceira seção, “Estilo teórico da pesquisa”, discorrerá sobre os conceitos do espaço da escola especial e a relação com as narrativas e as vivências sexuais do DI. Optamos por fazer um resgate teórico no campo da sociologia e da economia para depois nos firmarmos em um campo transdisciplinar, o dos estudos dialógicos

do filósofo Mikhail Bakhtin e demais integrantes do chamado Círculo de Bakhtin, uma vez que apresenta um atravessamento, indo além da sociologia, da economia, da filosofia, da linguística e de outras áreas do conhecimento, o que nos leva à compreensão de que os conceitos de público e de privado dependem do ato protagonizado pela ação humana, do espaço, do tempo e dos interlocutores envolvidos, sendo que cada um possui mais ou menos regras e princípios éticos envolvidos, ou seja, vão além de meros espaços físicos.

Na quarta seção, discutimos os “Discursos teóricos de sexualidade nas ciências humanas e naturais”, em que buscamos discutir a reflexão sobre como se constituem as concepções de sexualidade nas ciências humanas e naturais.

Em seguida, apresentamos a quinta seção, “Contrapalavras dos sujeitos: percepções, sentidos e significados sobre sexualidade”, expondo a materialidade dos discursos dos alunos e alunas com DI, mães, professora e psicóloga, constituindo lugares de fala dos alunos com deficiência intelectual, valorizando suas narrativas, suas experiências de vida, o que eles e elas de fato vivenciam referente à sua sexualidade. Por outro lado, surgiu a necessidade de ouvir também suas mães, professora e psicóloga, para compreender suas realidades, suas visões quanto às suas experiências no campo da sexualidade.

Por fim, na última seção, apresentamos as “Forças epílogas” como forma de pensar a sexualidade humana como um tema complexo, por apresentar visões outras sobre a constituição sexual, social, política, cultural das pessoas com deficiência intelectual. Desse modo, a todo momento, ao longo da pesquisa, desconstruímos o conceito de sexualidade nos espaços sociais e educacionais, por acreditarmos que a temática está em processo de (re)conceituação e descobertas nas ciências humanas, por contemplar no seu teor de discussão às múltiplas identidades e papéis sexuais de gênero que constituem a diversidade humana.

2 ARQUITETÔNICA TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesta seção, discutiremos a perspectiva teórica-metodológica da Análise Dialógica do Discurso (doravante ADD), que exige do pesquisador um olhar atento, crítico e reflexivo na busca de compreensão do tema da sexualidade da pessoa com DI, por meio das manifestações sociais e afetivas que podem ser discutidas no contexto escolar.

Acreditamos que, ao invés de negar a ocorrência da sexualidade nas pessoas com deficiência, devemos assumir o posicionamento de que os alunos e alunas com DI são sujeitos desveladores da realidade, compreendendo que suas condutas, atos e acontecimentos levados a efeito no âmbito escolar, revelam as especificidades que se materializam nas práticas sociais e culturais dos sujeitos com deficiência intelectual, que têm muito a nos dizer sobre os espaços públicos, privados e sobre as ações dialógicas de resistência.

Nesse sentido, pretendemos, nesta seção, resgatar demarcações conceituais sobre as manifestações e vivências sexuais do DI no contexto escolar, especialmente, quanto aos espaços³ públicos e privados e quanto as ações dialógicas de resistência. Dessa forma, objetivamos articular esses conceitos com abordagem metodológica para compreender as manifestações sexuais e sociais, sobretudo, os conflitos e tensões existentes na fronteira desses espaços – do público, do privado e, também, da ação dialógica de resistência na constituição da sexualidade da pessoa com DI.

Por isso, optamos pela ADD para elucidar o caminho metodológico realizado, para compreender a designação desses três conceitos – o público, o privado e a ação dialógica de resistência –, não como termos soltos do contexto escolar, mas que ocorrem em um acontecimento, em um determinado tempo-espaço e representam as percepções dos alunos e alunas, dos pais, da professora e da psicóloga, revelando as posições exotópica e os papéis volitivos, com características específicas e regras a serem desconstruídas.

³ Nesta pesquisa, consideramos os termos “espaço” e “esfera” com sentidos semelhantes como lugar, porém, lugar não delimitado por fronteiras precisas, mas que se inter-relacionam em diferentes dimensões.

Nessa perspectiva, optamos por estruturar esta seção metodológica da seguinte maneira: 1) As pesquisas sobre a sexualidade dos sujeitos com DI; 2) A ADD como princípio interdisciplinar na pesquisa em educação; 3) O lócus de pesquisa; 4) Os sujeitos da pesquisa; e 5) Os procedimentos metodológicos; seguidos da Sistematização e análise dos dados e dos Aspectos éticos da pesquisa.

2.1 AS PESQUISAS SOBRE A SEXUALIDADE DOS SUJEITOS COM DI

Identificamos a relevância do tema da sexualidade quando falamos das pessoas com DI. É um tema emergente, pouco estudado, como veremos, que intriga pais, mães e profissionais da educação. Esse tema nos levou aos bancos de teses e dissertações, a fim de saber o que se tem pesquisado nas Instituições de Ensino Superior no Brasil, no campo da educação, sobre a sexualidade da pessoa com DI.

Para tanto, fizemos um levantamento de teses e dissertações em três bancos de dados: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, o Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Pará – PPGED/UEPA e o Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Pará – PPGED/UFGA. O período pesquisado correspondeu aos últimos 10 anos (2009 a 2019). Utilizamos como descritores de busca as palavras “Deficiência Intelectual” e “Sexualidade”. Tal busca se deu da seguinte forma: na CAPES buscamos pela palavra “Deficiência Intelectual”. A fim de localizar nesses resultados aqueles que abordavam o tema da sexualidade, utilizamos as combinações CTRL+L para localizar a palavra “sexualidade”; concluindo a pesquisa, obtivemos quatro dissertações. A combinação dos três descritores: “sexualidade” “deficiência intelectual” “público e privado”, não encontramos nenhum trabalho. Já nos repositórios dos programas de pós-graduação não encontramos nenhuma pesquisa que tratasse do tema da sexualidade em combinação com o termo DI. O Quadro 1 apresenta os resultados desse levantamento, cujos temas se aproximam do nosso objeto de pesquisa.

Quadro 1 Pesquisas que abordam sexualidade da pessoa com DI

Autor	Título	Ano	Universidade
PALIARIN, F.	Sexualidade e deficiências: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas	2015	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Dissertação de mestrado).
CHAGAS, P. M. L.	Sexualidade e a pessoa com deficiência intelectual: proposição do tema nas escolas	2017	Universidade Federal Fluminense (Dissertação de mestrado)
VIEIRA, A. S.	Educação Sexual: jogo educativo para aprendizagem de alunos com deficiência intelectual	2017	Universidade do Grande Rio (Dissertação de mestrado)
SCHIAVON, D. M. N.	“Minha deficiência não está na sexualidade”: repensando paradigmas da sexualidade de pessoas com deficiência intelectual por meio de oficinas pedagógicas	2018	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Dissertação de mestrado)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2020).

Estas pesquisas evidenciam que nas produções *stricto sensu* é irrisória a questão da sexualidade da pessoa com DI na área da educação, em especial, na região amazônica, o que nos leva a destacar a importância desta dissertação de mestrado, que visa construir a projeção dos alunos e alunas com DI, em que se desvelem suas narrativas sobre sua constituição sexual, cultural e social.

Agora, apresentaremos cada uma das quatro dissertações identificadas a partir de um breve resumo que mostra o objetivo geral, os participantes, o tipo de pesquisa e os resultados.

Tendo como objetivo geral investigar de que forma os alunos com DI de uma instituição especial percebem e vivenciam sua sexualidade, Paliarin (2015) encontrou uma forma de abordar a sexualidade com alunos entre 14 e 15 anos, com temas como sexualidade, preconceitos, aparelhos reprodutores, métodos contraceptivos, entre outros. Concluiu que as oficinas podem ser uma maneira produtiva para sensibilizar alunos com DI sobre essas temáticas, uma vez que possibilitam aprendizagem compartilhada por meio de atividades grupais em que comportamentos, identidades e valores podem ser reconstruídos individual e coletivamente.

A autora percebeu que, participando dessa atividade, os alunos sentiram-se à vontade para dialogar sobre as temáticas em foco e de uma maneira leve puderam se expressar e satisfazer suas curiosidades sem serem julgados por seus atos.

A autora traz assim uma reflexão sobre a importância de quebrar barreiras quando o assunto é sexualidade da pessoa com DI, em um entendimento de que elas devem ser tratadas com igualdade e que se desconstrua ideias errôneas quanto à sexualidade, principalmente a de que eles não a vivenciam, pois concluiu que os alunos demonstraram ser plenamente capazes de entender essas questões.

Também, em uma perspectiva lúdica, Chagas (2017) propõe fomentar nas escolas o debate sobre o tema “sexualidade” para jovens e adultos com DI, na compreensão de que as adaptações curriculares envolvendo o tema da sexualidade são necessárias e emergentes para que se possa refletir sobre tal assunto com o público da educação especial nas escolas regulares.

Por meio de uma pesquisa-ação, envolvendo alunos jovens e adultos com deficiência intelectual e professores especialistas em educação especial do Centro de Apoio Especializado à Educação Profissional para Pessoas com Deficiência Intelectual/RJ, a autora conclui que a temática da sexualidade é ainda uma lacuna, tanto no que diz respeito à formação de professores quanto à compreensão dos alunos sobre a temática, que pode se dar devido à ausência dessas discussões no âmbito escolar. Ao mesmo tempo que identifica essa lacuna, Chagas (2017) ressalta a importância de abordar tal temática com os alunos, que também têm suas relações de amizade e namoro e vivenciam sua sexualidade, por isso precisam ser orientados em relação a ela.

Também abordando o tema sexualidade, Vieira (2017) realizou a sua pesquisa a partir da estratégia pedagógica: “Caminho da VIDA” discutindo conceitos relativos às fases da vida humana: higiene e alimentação, autocuidado e sexualidade. Teve como locus da pesquisa uma turma de jovens e adultos com DI de uma unidade escolar da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (RJ), construindo coletivamente o jogo, podendo por meio dessa ação discutir questões relacionadas à educação sexual. Concluiu que os alunos têm necessidades de falar sobre suas inquietações enquanto adolescentes, e nesse sentido, a educação sexual deve não apenas ensinar um conteúdo específico, mas também “conscientizar, orientar, oferecer espaços de diálogo e reflexão que possibilite ao

adolescente/adultos com Deficiência Intelectual construir sua própria identidade ética e estética” (VIEIRA, 2017, p. 106).

Compreendendo a manifestação da sexualidade como um processo inerente ao ser humano, Schiavon (2018) traz a reflexão de que, quando se fala em pessoas com deficiência, a sexualidade deles ainda é vista por muitos educadores como “exibicionista” ou “exagerada”, e os filhos ainda são vistos pelos pais como “sexualmente infantis” ou assexuados, o que se dá em grande parte devido à falta de informação dessas pessoas, diz a autora.

Teve como objetivo investigar o que os jovens com DI expressam sobre sexualidade e de que forma eles a vivenciam e aprendem temas em educação sexual. A autora realizou três oficinas com seis jovens e adultos, entre 15 e 31 anos, com DI. Nas oficinas, os alunos poderiam relatar e desenhar seu entendimento sobre o vídeo “Minha Vida de João”. As temáticas ressaltadas pelos participantes durante as oficinas foram violência doméstica, primeira relação sexual, papéis de gênero e doenças sexualmente transmissíveis. Por meio dos desenhos e falas, os alunos conseguiram expressar o que vivenciam e compreendem por sexualidade, mostrando à pesquisadora que dar voz às pessoas com deficiência sobre a temática da sexualidade contribui com a diminuição do mito de que o DI é assexuado ou que ela é exacerbada, o que foi perceptível nos diálogos que a pesquisadora teve com os alunos.

O que essas pesquisas nos mostram é a importância de abordarmos o tema sexualidade com os alunos e alunas com DI, seja na escola regular ou em escolas especializadas. Importante é favorecer a inclusão e o direito que essas pessoas têm a uma educação e uma vida com qualidade. Percebemos nessas pesquisas que a presença de atividades lúdicas, como jogos, trilhas e oficinas, foram muito promissoras para abordar o tema com os alunos e alunas, mostrando que são ferramentas que devem ser utilizadas no âmbito escolar.

Constituir lugares de fala aos alunos e alunas é valorizá-los enquanto sujeitos de sua própria história, ressaltando assim a importância de se pesquisar a sexualidade da pessoa com DI no espaço escolar. E é com este intuito que na próxima subseção, discutiremos, a ADD na dimensão sócio-histórica, que nos possibilitará nesta pesquisa ir além e refletir junto com os alunos e alunas, pais e professora e psicóloga pensar questões como as que se referem à manifestação e

vivências da sexualidade em espaços públicos e privados e quanto as ações dialógicas de resistência, uma vez que as produções evidenciam que há poucas pesquisas sobre esse mirante epistemológico de investigação.

Destacamos a relevância e originalidade desta pesquisa no campo das ciências humanas, em especial, na área da educação, no Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado do Pará, por abarcar novas demarcações conceituais sobre a complexidade de sexualidade como objeto de investigação na pesquisa científica.

2. 2 A ADD COMO PRINCÍPIO INTERDISCIPLINAR NA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Esta subseção trata da Análise Dialógica do Discurso (ADD) na perspectiva sócio-histórica com abordagem qualitativa e dialógica nas ciências humanas que contribui para analisar a temática da sexualidade na escola, considerando a relação entre o contexto de pesquisa e os enunciados dos alunos e alunas com deficiência, pais, professora e psicóloga.

Nas palavras de Souza e Albuquerque (2012) devemos pensar a pesquisa em ciências humanas como um modo especial de acontecimentos na vida, o que implica levar em consideração a compreensão dos temas que se quer investigar, a partir de confrontos de ideias e negociação dos sentidos possíveis entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa.

Na visão de Minayo (2008, p. 22), “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e, também, do potencial criativo do pesquisador”. Nesse caso, relacionamos o objeto de pesquisa com as diretrizes metodológicas da ADD, com abordagem qualitativa e dialógica na construção do *corpus* de pesquisa.

Nessa perspectiva de análise teórica-metodológica, há a concepção de que a

perspectiva sócio-histórica representa um caminho significativo para uma forma outra de produzir conhecimento no campo das ciências humanas. Ao compreender que o psiquismo é constituído no social, num processo interativo possibilitado pela linguagem abre novas perspectivas para o desenvolvimento de alternativas metodológicas que superem as dicotomias externo/interno, social/individual. Ao assumir o caráter histórico-cultural do objeto de estudo e do próprio conhecimento como uma construção que se

realiza entre sujeitos, essa abordagem consegue os limites estreitos da objetividade uma visão humana da construção do conhecimento (FREITAS, 2007, p. 26).

Dessa forma, há uma nova compreensão analítica da produção do conhecimento que pode se afirmar: a ADD na perspectiva socio histórica, como elemento metodológico na pesquisa em educação, que tem como finalidade a construção de um texto analítico, crítico e heterogêneo, ultrapassando visões diretas dos fenômenos a serem pesquisados, dimensionando novos horizontes epistemológicos nas ciências humanas.

Nesse ponto de vista,

o pesquisador do campo das ciências humanas está, portanto, transitando no terreno das descobertas, das revelações, das tomadas de conhecimento, das comunicações, das produções de sentido entre o eu e o outro. [...] o pesquisador busca compreender uma dada realidade, seu modo de compreender não se separa do seu modo de avaliar, pois ambos, compreensão e avaliação, se constituem como momentos simultâneos de um ato integral único (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 2).

E neste sentido investigativo criam-se contextos outros de pesquisa que sejam revelados por uma lente teórica-metodológica que transpassa a superficialidade, apresentando as particularidades e especificidades da realidade escolar, como a questão da sexualidade da pessoa com DI, inter-relacionando conceitos fundamentais para o entendimento da ADD: o enunciado, a interação e a narrativa.

Desse modo, a ADD na visão Bakhtiniana não se constitui em um dizer “inocente, ingênuo, gratuito, pois sempre está ligado aos interesses de quem diz mesmo que a pessoa nem saiba que interesses são esses” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 3).

Podemos afirmar que a ADD remete-se a palavras dos sujeitos como fonte de pesquisa que usamos; não são aquelas que vêm de um discurso sofisticado, mas sim de conjuntos de palavras que estão empregados no contexto sociocultural dos sujeitos da pesquisa, que aprendem e materializam nas relações humanas estabelecidas com seus pares.

De acordo com Sobral e Giacomelli (2016) a ordem de análise na perspectiva bakhtiniana não se dá pelo fato de haver em nossa experiência didática a

necessidade de começar pela definição da unidade de análise, mas mostrar que esta é usada na enunciação, que, por sua vez, ocorre em interações, que se realizam por meio de enunciados que contêm signos – que são ideológicos – e são usados segundo os gêneros do discurso. Em resumo:

1. O *enunciado* (e não a frase) é a unidade de análise da ADD, porque os sujeitos falam usando enunciados;
2. Os enunciados são usados pelos sujeitos na *interação*, que é a base das relações dialógicas;
3. Na *interação*, usando *enunciados*, os locutores recorrem a signos, que, na ADD, são sempre ideológicos, no sentido de marcados por uma avaliação social;
4. Na *interação*, os locutores usam *signos ideológicos* em *enunciados* de acordo com os gêneros do discurso, definidos como formas relativamente estáveis de enunciados (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 2).

Desse modo, entendemos que o enunciado não é isolado ou livre, ou seja, se faz no sentido de que todo enunciado é direcionado a uma pessoa e/ou sujeito que deseja produzir seu projeto de dizer em uma perspectiva coletiva. De modo geral, o enunciado se constitui nesse projeto de relação entre eu e o outro, no qual os sujeitos expressam o seu projeto de fala sobre determinado temas que representam a multiplicidade de vozes, denotando a riqueza dos atos que constituem a ação volitiva de compreender os discursos empreendidos na materialidade discursiva.

Assim, o enunciado sempre parte da realidade social, da vida, das experiências culturais e sociais, revelando-se na posição volitiva do ato de pensar e dizer sobre o contexto inserido, apresentando sobre um dado assunto diante da posição que os sujeitos ocupam na coletividade, construído por meio desse espaço que podemos incitar que é a escola. Neste caso,

isso não é considerado algo errado. Pelo contrário: como todos, queiram ou não, têm seus interesses, tudo o que é dito mostra de que lugar uma fala. Errado seria alguém dizer que é totalmente imparcial, neutro. Isso já seria uma posição não neutra sobre o que é neutro. A ADD afirma que todo enunciado revela a posição do locutor com relação ao interlocutor e ao assunto de que trata, que se traduz em uma avaliação ou valoração daquilo que cada um diz (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 2).

Esses autores explicam que esses conceitos se inter-relacionam nos discursos dos sujeitos, sendo a análise dialógica bakhtiniana a que reúne e neles se embasa, fazendo uma espécie de síntese do assunto a ser interpretado pelo

pesquisador dialógico. Nesse sentido, à luz da concepção dialógica de Bakhtin, o enunciado é definido como a unidade de análise da ADD.

Outra característica da ADD é a interação entendida como uma possibilidade de investigação na pesquisa em educação, constituindo-se na própria base metodológica bakhtiniana, pois nela acontece a relação entre sujeitos e o contexto pesquisado, surgindo, assim, o processo de comunicação e consciência da realidade. E é da interlocução dialógica que vem o sentido para se estabelecer com os códigos escritos, verbais e orais efetivados pelos sujeitos da pesquisa.

A interação entre os interlocutores emergem com os significados nas suas narrativas, ou seja, suas posições sociais, suas diferentes percepções de mundo refletem, por exemplo, na relação entre pai e filho(a), professora e aluno(a) e aluno(a), psicóloga e aluna(o), isto é, não é apenas entre si no momento de interação na escola, mas refletido nas relações em casa, no trabalho, nos eventos sociais e pedagógicos e outros espaços sociais que ocasionam as experiências culturais e sociais, revelando a potência do discurso para desvendar as cenas dialógicas no lócus de pesquisa.

Nesta significação, nota-se que a relação entre o pesquisador(a) e o sujeito da pesquisa acontece numa especificidade, pois

o foco não está na fala do sujeito da pesquisa tomada isoladamente, mas a cena dialógica que se estabelece entre o pesquisador e seu outro, produzindo sentidos, acordos e negociações sobre o que pensam sobre um determinado assunto, em um contexto definido por atos de falas recíprocas. Na perspectiva bakhtiniana, a verdade não se encontra no interior de uma única pessoa, mas está na interação dialógica entre pessoas que a procuram coletivamente. O mundo em que vivemos fala de diversas maneiras, e essas vozes formam o cenário onde contracenam a ambiguidade e a contradição, certezas e incertezas (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2012, p. 115).

Alguns estudiosos da obra de Bakhtin referem-se à ADD como dialogismo ou relações dialógicas. Nesta via, considera-se os dizeres, práticas, discursos e enunciados e narrativas, compreendendo que não são fatos isolados que entram em relações dialógicas, mas os enunciados múltiplos. Dessa forma, as relações dialógicas, ou dialogismo na perspectiva bakhtiniana, constitui-se nas relações entre eu e o outro no contexto escolar que enriquecem a construção teórica-metodológica desta pesquisa, pois observamos que “o sujeito social, ao se deparar com outros

enunciados, interage com os discursos num ato responsivo, concordando ou discordando, complementando e se construindo na interação” (ROHLING, 2014, p. 49).

Desse modo, entendemos que a língua é construída numa perspectiva dialógica e os enunciados são proferidos por múltiplas vozes, pois o discurso de uma pessoa se encontra com o discurso de outras pessoas, o que se evidencia nessa pesquisa, constituindo uma interação viva, tanto que

mesmo em um monólogo, há dialogismo, pois nesse ato, aparentemente individual, há vozes que dialogam. Portanto, o dialogismo não se restringe ao diálogo face a face, mas a todo enunciado no processo de comunicação que se manifesta em diferentes esferas (BRAIT, 2005, p. 30).

É possível evidenciar determinados princípios na ADD: estuda a língua e o discurso; o uso da linguagem no discurso cotidiano; a enunciação e a interação como lugar em que nasce o sentido dos sujeitos que se encontram situados no cronotopo – ou lugar e termos interrelacionados – da realidade vivida; refletindo no intercâmbio verbal e na constituição das narrativas; a troca linguística; as relações dialógicas – que envolvem a presença das palavras dos outros, naquilo que compreendemos como discursos e enunciados; a representação das relações entre o sistema linguístico e o uso da linguagem como elemento das práticas comunicativas entre os sujeitos no contexto escolar – o que a ADD chama de translinguística, que está além da linguística, superando-a como forma única de compreensão dos enunciados constituídos pelos sujeitos nos espaços de interação, a qual compreendemos a escola como esse espaço das relações comunicativas e enunciativas (BRAIT, 2005).

Na análise de Brait (2005), a busca da compreensão das formas de produção do sentido, da significação, e das diferentes maneiras de compreender o funcionamento discursivo em Bakhtin na direção de uma estética e de uma ética da linguagem, contribuem para uma nova perspectiva a respeito da linguagem humana, de seus estudos e princípios dialógicos e de alteridade.

Dando continuidade à construção metodológica desta pesquisa, notamos que a narrativa é uma parte constituinte da metodologia de pesquisa da ADD na perspectiva sócio-histórica, fundamentada na linguagem que representa o enunciado, o texto, o estilo, o conteúdo e a estrutura composicional de uma esfera discursiva que é elemento importante da nossa pesquisa. Essa estrutura emerge da

realidade dos sujeitos, que compõem a valorização da narrativa oral e escrita no corpo desta dissertação.

Por isso, consideramos os sujeitos como seres ativos que expressam a riqueza dos enunciados que desvelam a produção do *corpus* de pesquisa, por meio das narrativas, assim como os gestos, as falas, os comportamentos, as atitudes, com os quais procuramos estabelecer princípios dialógicos de compreensão da ação humana, permeada pela linguagem para ADD por meio de categorias de análise.

Desse modo, cabe ao professor-pesquisador-narrador fazer emergir novas tonalidades das narrativas como ato singular do desvelamento da realidade como gênero discursivo passível de interpretação na estrutura de investigação, no que diz respeito aos enunciados dos alunos, alunas, pais, professora e a psicóloga que participam da pesquisa para desvelar a questão da sexualidade no contexto escolar.

Nessa posição, que devemos considerar

as narrativas na relação imediata e direta do pesquisador com o acontecimento narrado, como indivíduo singular – cuja singularidade é reconhecível principalmente pela diversidade estilísticas das narrativas, mas também pelo conteúdo do campo de atuação do professor construção composicional (SERODIO; PRADO, 2015, p. 92).

Assim, compreendemos a potencialidade da narrativa, enquanto procedimento teórico-metodológico da ADD no campo da pesquisa em educação, pois favorece a explicitação do vivido e possibilita a construção teórica da narrativa como tonalidade dialógica materializada na forma de ser e existir dos indivíduos, transformando-o em conhecimento acadêmico.

Na visão de Prado (2015), quando usamos a metodologia da pesquisa narrativa em uma perspectiva bakhtiniana na educação, devemos considerar que estamos abarcando áreas especiais e focalizamos as relações humanas entre os indivíduos localizados em um tempo, espaço e contexto múltiplos.

Vale ressaltar que a pesquisa narrativa adotada neste estudo reconstrói durante o processo de escrita os contextos de falas, dos atos, dos acontecimentos, das práticas que dão sentido dialético de constituição da materialidade dos alunos e alunas, mães, professora e a psicóloga que exprimem a singularidade da sexualidade da pessoa com DI, bem como, o processo de análise da pesquisadora.

A partir desse ponto de vista,

não vamos somente produzindo dados segundo categorias para formar um processo investigativo. Trazemos o todo de nossas questões ao lado de nossa emoção – volição e empenho com a pesquisa, e com os nossos sujeitos desde quando os acontecimentos são tornados atos de escrita como expressão da vida mesma e nossos (des)encontros. A intenção de produção de avanços científicos que respondam as contingências da vida e de viver de modo a responder a ciência produzida, a escrita evento na perspectiva narrativa possibilita essa criação. Sendo assim, já é motivação para a inventividade do pesquisador, que não se afasta de sua responsabilidade nem em nome de uma teoria supostamente superior (SERODIO; PRADO, 2015, p. 109).

Partindo daqui, dizemos que assumimos a perspectiva teórica metodológica da ADD, em face da construção do *corpus* de pesquisa como uma atividade inovadora ao aprofundar e evidenciar aspectos relacionados a sexualidade da pessoa com DI na escola, evidenciando os conceitos de público, privado e quanto a ação dialógica de resistência na investigação da temática, considerando que há uma relação significativa entre a vida e a teoria.

Desse modo, para fins didáticos e metodológicos, sistematizamos a proposta dos princípios de análise da ADD, de acordo com nossos resumos das leituras, podendo ser explicitada da seguinte maneira:

1. Partir de textos efetivamente produzidos. Isso se traduz em recolher exemplares reais dos gêneros. Ao fazer isso, a ADD parte da linguagem em uso, em vez da língua das gramáticas normativas, que é estática e trabalha só com frases, não com enunciados/discursos.
2. Verificar de que modo os sujeitos realizam interações com esses exemplares de gênero. Isso se traduz em verificar a que propósitos enunciativos os textos servem, ou seja, que ações eles realizam (fazer um pedido ou dar uma ordem, por exemplo) de acordo com as relações entre os interlocutores (o motorista não multa o guarda; o acusado não julga o juiz) – ao menos em condições normais.
3. Examinar as formas linguísticas em sua significação habitual. Isso se traduz em levar em conta que os gêneros, para criar seus sentidos, usam enunciados/discursos. Ao fazer isso, eles recorrem às significações que os dicionários registram, mas sua base não é essa. Os enunciados transformam as significações, de acordo com o contexto mais amplo, para criar seus sentidos. A transformação ocorre no contexto, na interação, nas relações entre os interlocutores (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016, p. 3).

Ressaltamos que é possível traçar uma metodologia de pesquisa nas ciências humanas, correlacionando com a proposta teórica bakhtiniana com o lócus de pesquisa, a qual se constitui com a significação habitual das palavras e práticas dos sujeitos da pesquisa, todavia, a base teórica está relacionada aos enunciados, às

narrativas e às formas de interação e dos discursos nos quais foram produzidos na materialidade da realidade pesquisada.

Segundo Freitas (2007), o pesquisador que se apoia nos princípios da ADD na abordagem sócio-histórica em uma perspectiva qualitativa, caminha em uma direção que evidencia que as questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir de uma operacionalização de variáveis, mas orienta para a compreensão dos fenômenos em toda sua complexidade e em seu acontecer histórico.

Sendo assim, esta pesquisa tem por base a abordagem qualitativa para analisar a materialidade da pesquisa de campo realizada na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada no município de Belém, evidenciando que os alunos e alunas com DI, mães, professora e psicóloga se tornam sujeitos singulares nesse contexto de pesquisa.

Dessa maneira,

a fonte de dados é o contexto no qual o acontecimento emerge, focalizando o particular enquanto instância de uma totalidade social. Procura-se, por tanto, compreender os sujeitos envolvidos na investigação para através dele, compreender também o seu contexto (FREITAS, 2007, p. 27).

Valemo-nos dessa compreensão qualitativa para analisar o fenômeno da sexualidade, que está relacionada à vida dos sujeitos da pesquisa, entendido como seres ativos no contexto escolar e familiar e que expressam os saberes que dão completude da forma singular na sociedade.

Flick (2009) ressalta que os objetos de pesquisa numa abordagem qualitativa não são reduzidos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos. Dessa maneira, os campos de estudos não são artificiais, criados em laboratórios, mas, sim, em práticas e interações dos sujeitos na vida cotidiana.

Nesta perspectiva, a pesquisa qualitativa

parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e

relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI, 2014, p. 79).

Nesse sentido, esta pesquisa utiliza-se dos princípios qualitativos para compreender o fenômeno da sexualidade da pessoa com DI, mediante a singularidade e complexidade apresentada na fala dos sujeitos da pesquisa. Diante disso, a postura adotada versa em valorizar os saberes, as experiências e as práticas.

Em consonância com a abordagem qualitativa, a pesquisa de campo se constitui na investigação, como um “ato de pesquisar traz em si a necessidade do diálogo com a realidade a qual se pretende investigar e com o diferente, um diálogo dotado de crítica, canalizador de momentos criativos” (JOSÉ FILHO, 2006, p. 64).

Assim, adotamos a postura de aproximação com a realidade pesquisada na busca de compreender as situações do cotidiano escolar e familiar para analisar a questão da sexualidade no contexto escolar. Desse modo, a pesquisa de campo considera a realidade que é interpretada a partir de um embasamento teórico, sem a pretensão de desvendar integralmente e possuir um caminho metodológico a percorrer com instrumentos cientificamente (JOSÉ FILHO, 2006).

O horizonte teórico metodológico contribuiu para análise do objeto de pesquisa que se materializou a partir dos momentos de falas, das observações e dos registros em campo, em uma escola especializada, despertando na pesquisadora os momentos que são fundamentais para investigação dos espaços formais de educação na produção do conhecimento científico.

2.3 LÓCUS DA PESQUISA

O lócus desta pesquisa é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), localizada no Bairro do Umarizal⁴, região central de Belém. Esta instituição educacional realiza atividades de saúde, psicologia e educação.

⁴ O bairro do Umarizal é implantado como estrutura urbana no processo de expansão da cidade. Atualmente é um bairro nobre da região central da cidade de Belém, capital do estado do Pará. “O nome do bairro deriva das muitas árvores de umari (uma fruta silvestre) que lá existia, à época de sua colonização. Conhecido reduto de intelectuais, boêmios e sambistas nas décadas de 1970 e 1980, o bairro era essencialmente residencial. Com o crescimento populacional de Belém, muitos prédios foram construídos no local, ocupando o espaço que anteriormente era de grandes e antigos casarões. É um dos bairros mais caros e valorizados da cidade. Além de prédios e residências remanescentes do período de expansão, se caracterizou a partir da década de 1990 como um grande centro noturno

O interesse da pesquisa emana pelo fato de não existir nenhuma pesquisa relacionada à questão da sexualidade da pessoa com DI entre os dos usuários⁵ da APAE, e pretendemos por meio deste estudo fomentar discussões, orientações e encaminhamentos de ações pedagógicas e epistemológicas para desvelar a sexualidade dos usuários com DI em sua plenitude como condição inerente a esses sujeitos.

A fim de entender as relações evidenciadas no decorrer deste estudo, apresentaremos a sede da APAE com sua contextualização histórica, localização geográfica, serviços e atividades desenvolvidas para conhecermos a instituição.

Imagem 01 – Sede da APAE-Belém.



Fonte:

<https://www.bing.com/images/search?view=detailV2&ccid=bCm8WJLG&id=7EDED3D9327BF0FA148530B04736DB7>

A Imagem 1 é sede da instituição, situada no centro de Belém. A APAE-Belém foi fundada em 30 de novembro de 1962, por um grupo de pais e amigos de pessoas com deficiência intelectual, com o objetivo de promover e articular ações em defesa dos direitos, promoção, orientação e apoio às famílias, visando a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência (APAE, 2018).

Os fundadores da APAE-Belém foram importantes, sobretudo, o casal Saint Clair Martins, que teve um de seus filhos com Síndrome de Down e, ao procurar tratamento nos Estados Unidos, foi orientado a fundar uma instituição que fomentasse assistência às pessoas com deficiências intelectuais e múltiplas. Foi

da cidade, com restaurantes, bares, boates, casas de show e botecos dedicados às classes A e B” (RODRIGUES, 2013, p. 5).

⁵ Termo para designar as pessoas que utilizam os serviços da instituição.

assim que começou a história do casal com a APAE, começando uma campanha para a fundação da entidade. Assim, profissionais, pais e amigos, a exemplo de Margarida Schiwazzappa, Hilda Vieira, João Queiroz e Blandina Queiroz se uniram a causa da fundação da APAE-Belém (APAE, 2012).

Nesse caso, de 1962 a 1981,

a APAE-Belém trabalhou em prol da defesa dos direitos dos deficientes. A sociedade paraense, no final da década de 1970 foi o maior apoio da APAE, que garantiu a aquisição e reforma do prédio da entidade. Em 1982, firmou convênio com a Seduc, o que possibilitou seu trabalho educacional e em 1986 a APAE-Belém implantou seu centro de reabilitação. Em 1989, a APAE conseguiu construir uma maloca para realizar suas atividades recreativas, ano que também foi lançada uma campanha no intuito de contribuir para a construção do Centro de Atendimentos, denominada “Não cruze os braços”. Essa campanha e várias outras comoveram a sociedade, que abraçou a causa da APAE. No final desse mesmo ano, foi firmado convênio com o Ministério da Previdência, que também viabilizou verbas para a obra (APAE, 2018, p. 5).

A APAE, unidade Belém, é uma associação civil, filantrópica, de caráter socioassistencial, educacional, de saúde, estudo, pesquisa, como apresenta o relatório da APAE de 2017 a 2019, respeitando os seguintes princípios:

Transformar direitos em realidade;
Promover estudos e pesquisas;
Apoiar e fortalecer as famílias;
Administrar com qualidade;
Incentivar a inclusão escolar dos alunos, que poderá ser feita a qualquer momento, mediante documento de transferência para a rede regular de ensino;
Promover a inclusão social em todos os setores da sociedade;
Contribuir para melhoria da qualidade da saúde e do bem-estar da pessoa com deficiência intelectual e múltipla (APAE, 2018-2019, p. 6).

Tendo como base os seis pressupostos supracitados, a APAE-Belém é uma entidade civil assistencial, filiada à Federação das APAEs do Estado do Pará e Federação Nacional das APAEs, que possui Utilidade Pública Municipal nº 3696 de 03/10/1969, conforme Lei Estadual de nº 4.463 de 08/06/1973 e Federal nº declarada pelo Decreto nº 94.054 de 24/02/1987 e está registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (APAE, 2018). Nesse sentido, carrega a Missão de “Promover o bem-estar, a proteção e o ajustamento social das pessoas com deficiência intelectual, onde quer que se encontrem” (APAE, 2018, p. 4).

A APAE-Belém, em seus 58 anos de atividades, de 1962 a 2020, sofreu muitas reformulações a respeito da inclusão escolar. Antes, funcionava como uma escola de educação especial, mas o MEC, por meio do Decreto nº 6.571/2008, determinou que as escolas regulares matriculassem os alunos com deficiências, concomitantemente com o Atendimento Educacional Especializado – AEE, funcionando no turno e contraturno, escola regular e APAE, respectivamente. A partir dessa medida, foi considerada uma instituição de referência no Atendimento Educacional Especializado (APAE, 2018).

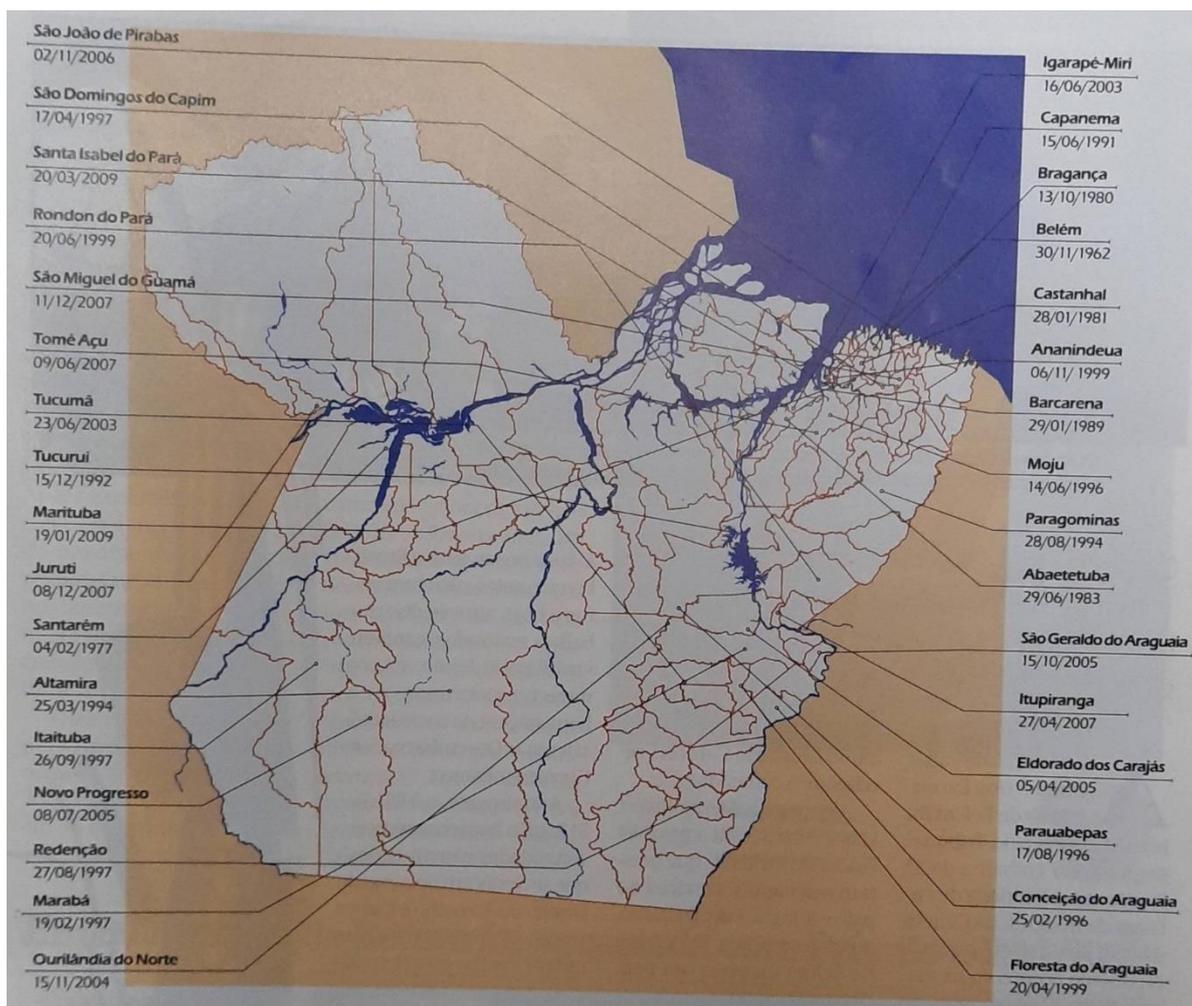
A instituição desempenha trabalhos pedagógicos com o intuito de contribuir para a construção do conhecimento a respeito da pessoa com deficiência intelectual e múltipla ao longo de cinco décadas, defendendo e garantindo seus direitos e prestando atendimento nas áreas educacionais, psicológica, médica, de assistência social e de reabilitação. Nesse aspecto, a APAE-Belém procura fortalecer ações multidisciplinares, pois são o caminho para garantir os direitos das pessoas com deficiências. Dessa forma, oferece um conjunto de serviços para parceiros, em suas unidades filiadas na intenção de otimizar os recursos da comunidade, na perspectiva da territorialidade (APAE, 2018).

A APAE tem como parceiros os seguintes órgãos: a Secretaria de Educação do Estado (SEDUC); a Fundação Papa João XXIII (FUNPAPA); a Secretaria de Saúde do Estado/ Sistema único de Saúde (SESPA/SUS); a Rede Celpa de Energia – convênio APAE-ENERGIA – e o Serviço Social do Comércio – Programa Mesa Brasil (APAE, 2018).

No estado do Pará, em 2012, existiam 33 APAE espalhadas pelos municípios, como veremos a seguir:

Belém, Abaetetuba, Altamira, Ananindeua, Barcarena, Bragança, Capanema, Castanhal, Conceição do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Floresta do Araguaia, Igarapé-Miri, Itaituba, Itupiranga, Juruti, Marabá, Moju, Novo Progresso, Ourilândia do Norte, Parauapebas, Paragominas, Redenção, Rondon do Pará, Santa Isabel do Pará, Santarém, São Domingos do Capim, São Geraldo do Araguaia, São João de Pirabas, São Miguel do Guamá, Tomé Açu, Tucumã, Tucuruí e Marituba (APAE, 2017, p. 13).

Imagem 02 – Mapa das Apaes no Estado do Pará.



Fonte: Revista Apae Belém (2012, p. 13)

A Imagem 2 nos permite visualizar as 33 Apaes que existiam em 2012, distribuídas nos respectivos municípios do estado do Pará, sua expansão, de acordo com o relatório (APAE, 2018-2019, p. 6), está relacionada ao que a instituição tem como missão: “promover e articular ações de defesa dos direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionados a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária”.

O Centro de Atendimento Especializado “Dr. Saint Clair Martins”, firma parcerias e garante os investimentos necessários para operacionalização de ações educacionais qualitativas, não só para alunos matriculados em regime de segunda matrícula para atendimento de pessoa com deficiência intelectual, mas para qualquer pessoa que busca a instituição (APAE, 2018).

A proposta pedagógica desenvolvida na APAE é diversificada no atendimento e programas, respeitando as possibilidades e limitações cognitivas do educando e visando envolver o aluno a partir do seu nascimento; ela também se estende até a sua vida adulta. Essa proposta é resultado de momentos de reflexão e discussão, e se configura como diferente, audaciosa e inovadora, buscando atender às demandas e os anseios das famílias em relação ao oferecimento de um serviço de excelência que beneficie o desenvolvimento biopsicossocial deste aluno (APAE, 2018-2019).

A avaliação inicial é realizada pelo serviço da Assistência Social da instituição, que por meio do acolhimento e diagnose, identifica se a pessoa pode receber os atendimentos na instituição e se pode ser encaminhado para serviços externos à APAE. Essa primeira entrevista é realizada por uma equipe multidisciplinar, que se incumbem de captar e fornecer as características individuais do aluno, a fim de que este tenha um encaminhamento adequado, de acordo com as propostas e programas, levando em consideração os diversos fatores, a exemplo da idade, do nível de desempenho, do desejo da família, visando o melhor atendimento a ser oferecido à pessoa com deficiência (APAE, 2018-2019).

A APAE tem como público-alvo a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, ratificando o seu compromisso no trabalho no que condiz a Instrução Normativa de 12 de abril de 2018, sobre a organização e funcionamento do AEE, tendo como perspectiva, a quebra das barreiras no que diz respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência intelectual, possibilitando sua promoção, liberdade, cidadania e inclusão social, tendo como base os seguintes pressupostos norteadores (APAE, 2018 – 2019).

1. O ser humano é preexistente à deficiência. Defendemos que as necessidades humanas das pessoas em situação de deficiência antecedem suas necessidades, devendo ser identificadas, compreendidas e atendidas.

2. O desenvolvimento humano é um processo que acontece por todo o ciclo da vida. Pressupomos que as ações prioritárias da APAE estão voltadas para o desenvolvimento, à promoção humana e à qualidade de vida de seu público alvo, durante o ciclo da vida, com igual importância e emergência.

3. Eixo de atenção integral e integrada pautado nos direitos de cidadania. Defendemos uma visão de participação plena, com direitos e responsabilidades e por um modelo de atenção e cuidado fundamentado na ideologia da promoção humana que enfatiza: a capacidade, ao invés da *falta*; o avanço ao invés do *reparo*; a colaboração ao invés da competição; a inclusão, ao invés da exclusão; o compartilhamento, ao invés do isolamento.

4. Acolhimento amplo, dentro da capacidade local. Definimos este pressuposto como a disponibilidade da Rede Apae ao seu público alvo onde ocorra a demanda, reconhecendo a legitimidade da procura, qualificando a escuta e disponibilizando o acesso ao atendimento ou promovendo/orientando/apoiando o encaminhamento, a partir das necessidades da família.

5. Promoção do cuidado mediante a intersetorialidade, transversalidade e a interdisciplinaridade. Compreendemos como o modo de oferecer os serviços e promover o cuidado, de maneira articulada, interna e externamente tendo em vista o atendimento ao público-alvo (APAE, 2019, p. 4-5).

Dessa forma, a APAE-Belém procura atender as pessoas com deficiência e seus familiares. O Centro de Atendimento Especializado “Dr. Saint Clair Martins” atende crianças, jovens, adultos e idosos em situação de deficiência intelectual, múltipla e autismo, além da atenção aos familiares, sendo que dentre seus objetivos e finalidades, destacam-se:

contribuir no acompanhamento do processo educacional dos educandos incluídos, com apoio pedagógico, na formação docente, na orientação à família e na rede de serviços das áreas de saúde, de assistência social, de trabalho, arte, esporte e lazer.

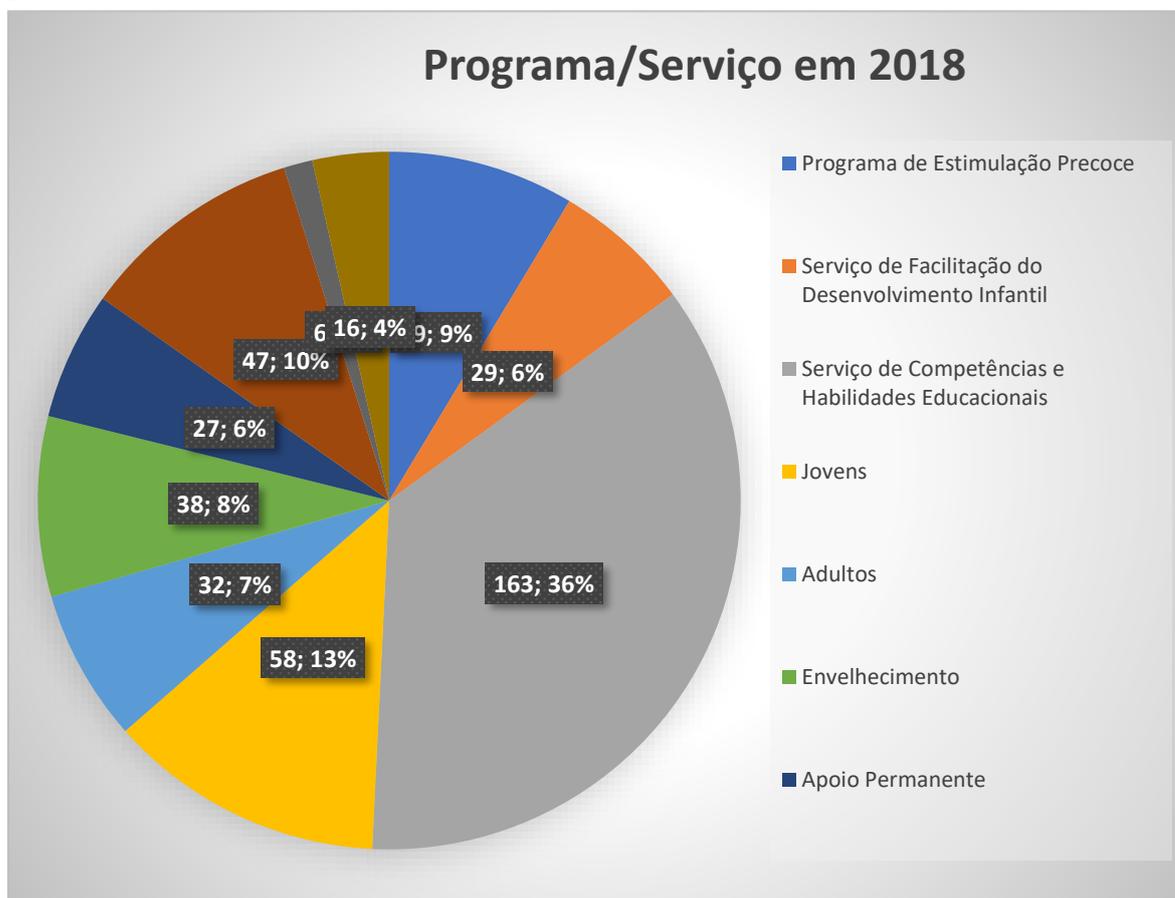
Propiciar condições para que o aluno com deficiência intelectual possa desenvolver a sua inteligência, dentro do quadro de recursos intelectuais que lhe é disponível, para se tornar protagonista, capaz de interagir com o meio e produzir significado/conhecimento (APAE, 2012, p. 11).

A instituição atende nos horários matutino e vespertino. Cada programa desenvolvido pelo CAEE (Centro de Atendimento Educacional Especializado) abrange as cinco chaves da aprendizagem: memória, motivação, linguagem, atenção e percepção. As atividades realizadas por esses programas estão alicerçadas em um Plano Educacional Individualizado, com foco no aluno, procurando atender as particularidades e especificidades de cada um com estímulos que contribuam no contexto escolar do aluno com deficiência, não deixando de olhar para as habilidades e potencialidades (APAE, 2018).

No tocante à educação, a APAE-Belém tem uma Proposta de Atendimento Educacional Especializado, que tem como foco central o progressivo desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual, em relação às suas limitações intelectuais, tornando o aprendizado significativo. A formulação dessa proposta foi feita conjuntamente, entre a equipe da área de educação e da saúde, em que os profissionais analisaram de modo holístico o aluno com deficiência intelectual e

múltipla, sendo que esses serviços foram desenvolvidos no âmbito do CAEE (APAE, 2017), como mostra o Gráfico 1, a seguir:

Figura 1 Programas e serviços ofertados



Fonte: Relatório APAE-Belém (2018-2019, p. 10).

O Programa de Estimulação Precoce é um Serviço de Facilitação e Estimulação nas áreas neuropsicomotoras, cognitiva e de habilidades sociais, beneficiando a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, na faixa etária de 0 a 3 anos, no que se refere ao seu desenvolvimento biológico, psicológico e social, bem como envolvendo os pais e/ou responsáveis nos atendimentos propostos para que se efetive o entrosamento familiar (APAE, 2018).

No Programa de Atendimento Educacional Especializado, a APAE conta com o Serviço de Facilitação do Desenvolvimento Infantil, que beneficia crianças na faixa etária de 4 a 5 anos, favorecendo estímulos nas áreas neuropsicomotoras, na linguagem e na socialização. Esse serviço é desenvolvido conjuntamente pelos profissionais e a família (APAE, 2018).

O Serviço de Competências e Habilidades Educacionais é composto por alunos de três faixas etária distintas: de 6 a 9; de 10 a 13; de 14 a 17. Tem como objetivo facilitar o processo de aprendizagem dos alunos que estão inseridos no ensino regular, proporcionando sua interação com esse meio e possibilitando a autonomia no cotidiano da pessoa com deficiência intelectual e múltipla (APAE, 2018).

O Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla é composto por três tipos de atendimento: o que atende jovens e adultos, envelhecimento e apoio permanente. No atendimento aos jovens e adultos, há a melhora dos aspectos de aquisição e preservação de conhecimento e compreensão das situações do contexto vivido pelo aluno, atendendo jovens e adultos, na faixa etária de 18 a 22 anos e 23 a 29 anos. No ano 2018, a APAE-Belém atendeu 90 alunos, nos turnos manhã e tarde, e no ano 2019 foram atendidos 81 alunos, nos turnos manhã e tarde (APAE, 2018).

O atendimento em relação ao envelhecimento, que envolve pessoas a partir dos 30 anos, proporciona estímulos para a aquisição e preservação do aspecto funcional, da compreensão do que é vivenciado, ajudando-as na realização de ações cotidianas, na preservação de memória e da saúde (APAE, 2018).

O Apoio Permanente atende pessoas com perdas acentuadas⁶, a partir dos 14 anos, oportunizando ações importantes para a manutenção da vida funcional, contribuindo na melhoria do processo na área neuro-cognitiva de pessoas com deficiência intelectual e múltipla, diariamente (APAE, 2018).

O Programa de Atenção às Pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA tem o objetivo de proporcionar o estímulo ao desenvolvimento social e comunicativo, melhorando o processo de ensino/aprendizagem e a capacidade de solucionar problemas, amenizar os comportamentos que venham a interferir no aprendizado de pessoas autistas e também proporciona um suporte familiar (APAE, 2018).

O Programa Trabalho, Emprego e Renda visa à capacidade laboral da pessoa com deficiência intelectual e múltipla, bem como as atividades cotidianas; tem como

⁶ Designa alunos a partir dos 15 anos com perdas acentuadas nos aspectos biopsicossociais do serviço de Apoio Permanente.

objetivo colocar os alunos no mercado de trabalho, ofertando suporte para sua adaptação nesse âmbito (APAE, 2018).

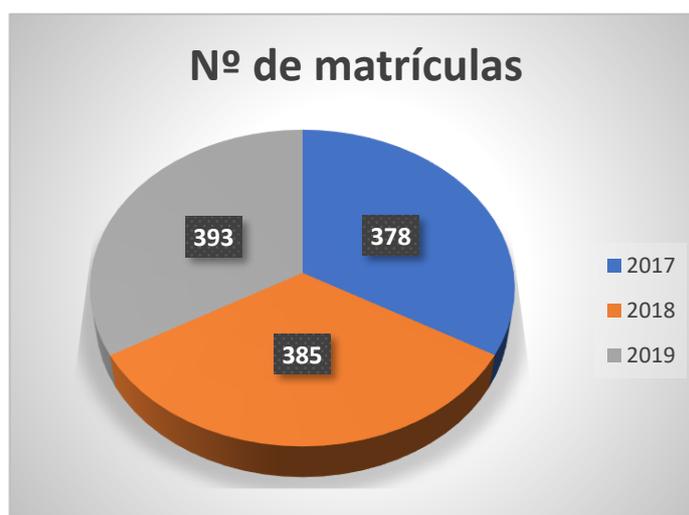
O Programa de Apoio à Inclusão tem o intuito de apoiar e buscar parcerias com escolas do ensino regular para alunos que estão com a segunda matrícula no CAEE da APAE de Belém, promovendo ações próprias do AEE, em conformidade com a legislação e documentos que norteiam as ações da APAE. Atende os alunos com deficiência intelectual e múltipla na faixa etária de 4 a 17 anos (APAE, 2018).

A APAE-Belém possui o Programa de Autogestão e Autodefensoria. Consta no relatório APAE 2018-2019 que, em 2018, o referido programa foi extensivo a todos os alunos da instituição. O Programa de Autogestão e Autodefensoria é realizado junto aos alunos de modo geral na instituição, sendo representados pelos autodefensores, Kassyo Matheus dos Santos Pereira e Yasmim Tenório Lima (APAE, 2018-2019)

A instituição também possui o Programa de Apoio à Família, que objetiva dar suporte emocional aos pais/responsáveis, por intermédio de aconselhamento, orientação e, caso seja necessário, atendimento psicoterapêutico (APAE, 2018-2019).

Todos os anos são realizadas muitas matrículas na APAE-Belém, com destaque para os anos de 2017, 2018 e 2019, como mostra o Gráfico 2 a seguir:

Figura 2 Matrículas realizadas na APAE-Belém



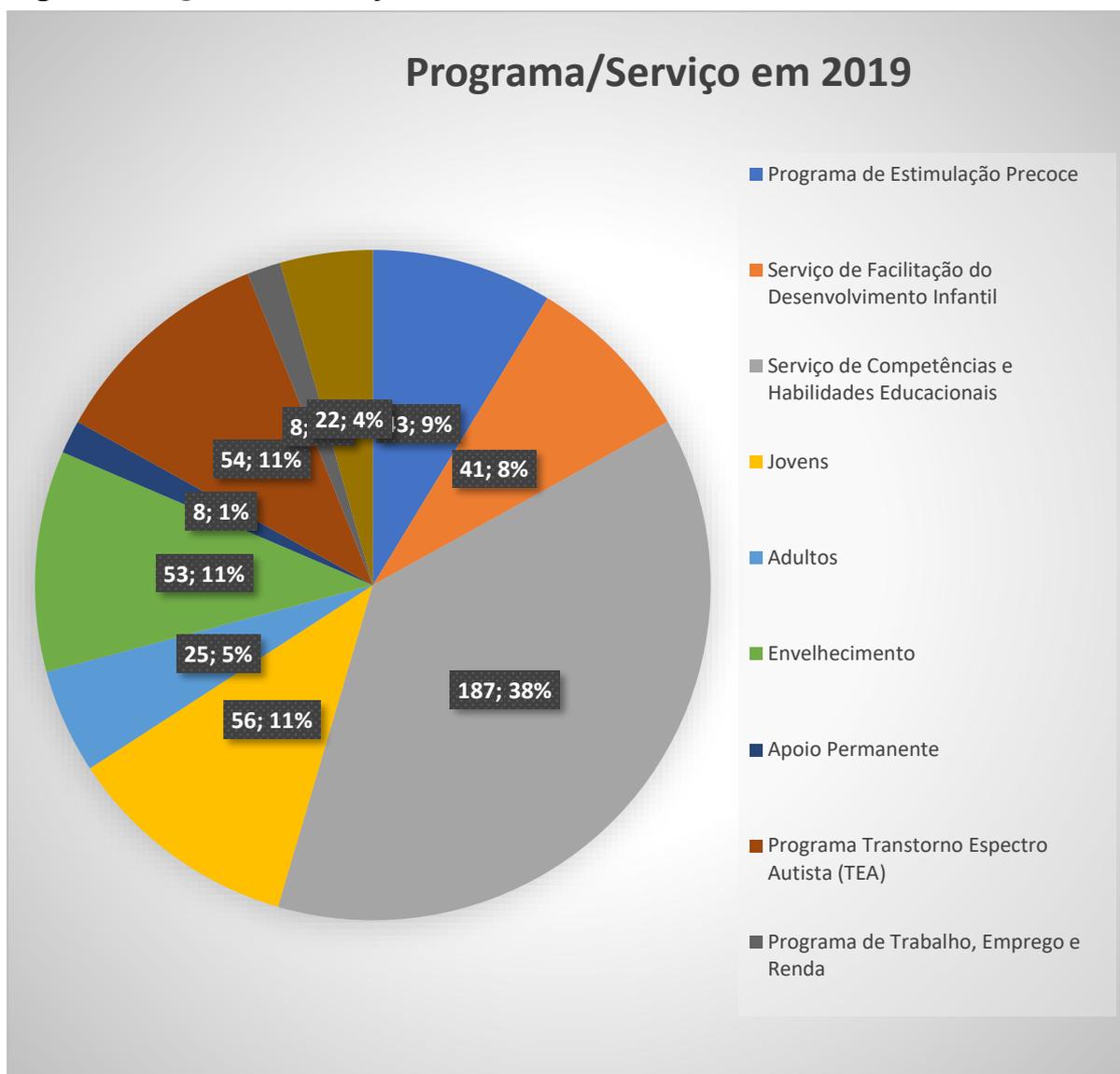
Fonte: Relatório APAE-Belém (2018-2019), p. 10.

Como aponta a figura 2, os números informados mostram o total das matrículas, de cada ano, estando inclusos os alunos inseridos na rede de ensino regular tanto os da rede municipal, quanto estadual e da rede particular, bem como aqueles que já saíram da escola, por qualquer motivo. Os dados do gráfico mostram também que as matrículas de 2017 para 2018 aumentaram apenas 1,8% enquanto de 2018 para 2019 cresceram 2%, ou seja, praticamente a mesma proporção (APAE,2018)

No ano de 2019, o CAEE da APAE-Belém matriculou primeiramente, 382 alunos. Entretanto, no censo, foram informados 393 alunos no sistema, como mostra o Gráfico 3, a seguir, sendo que desse total de matrículas na instituição, 203 alunos estavam inclusos no processo escolar, divididos da seguinte forma: na rede regular de ensino do município, havia 47 alunos; na rede regular de ensino estadual, 86 alunos; e na rede regular de ensino privada, 70 alunos (APAE, 2018)

A APAE atendeu 74 alunos que se encontram fora da faixa etária escolar e 116 alunos que eram atendidos apenas nos programas que oferecia, finalizando os atendimentos no mês de dezembro de 2019 com 372 alunos. Contudo, ao longo do ano, saíram da instituição 21 alunos. Foram realizados atendimentos de alunos – crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos –, na faixa etária de 0 a 62 anos. O Gráfico 4, posteriormente, mostrará como foi feita a distribuição desses alunos de acordo com os programas e serviços ofertados (APAE, 2018).

Figura 3 Programas e serviços ofertados em 2019



Fonte: Relatório APAE Belém (2018-2019, p. 3).

Nas atividades com os alunos que estão sendo incluídos, há acompanhamento no âmbito da sala de aula, tendo como objetivo atender aos seguintes aspectos:

cognitivos, sociais, emocionais e psicológicos; reuniões com a equipe da escola acompanhando as necessidades do aluno atendido na instituição, visitas às escolas regulares diminuindo as problemáticas na área do processo ensino-aprendizagem e o atendimento às famílias, a respeito da importância do processo de inclusão no ensino regular (APAE, 2018, p. 11).

A APAE-Belém tem sede própria dividida em dois prédios. O primeiro prédio é a sede da administração e o segundo, o Centro de Atendimento Especializado “Dr. Saint Clair Martins”, onde funcionam os serviços de assistência social, educação e saúde. A instituição funciona em dois turnos matutino e vespertino. Os ambientes de trabalho da administração e dos atendimentos pedagógicos e clínicos são todos climatizados. A instituição possui 4 (quatro) veículos, 2 (dois) destes são adaptados e utilizados para transporte de usuários com severos comprometimentos.

Quadro 2 Infraestrutura

Espaço físico	1º Prédio				
	Térreo	1º andar	2º andar	3ª andar	Total
Portaria	01	-	-	-	1
Recepção	01	-	-	-	2
Salas	02	04	-	-	6
Copa	01	-	-	-	1
Banheiros	02	02	-	-	4
2º prédio					
Sala de Atendimentos	-	17	09	10	36
Sala dos Motoristas	01	-	-	-	01
Sala dos Professores	01	-	-	-	01
Sala da Diretoria	01	-	-	-	01
Secretaria	01	-	-	-	01
Refeitório	01	-	-	-	01
Cozinha	01	-	-	-	01
Despensa	01	-	-	-	01
Escovódromo	01	-	-	-	01
Auditório	01	-	-	-	01
Sala de Dança	01	-	-	-	01
Piscina	01	-	-	-	01
Quadra de Esporte	01	-	-	-	01
Recepção	-	01	-	-	01
Banheiros	02	06	02	02	12
Gabinete Dentário	-	01	-	-	01
Academia	-	01	-	-	01
Sala do Serv. Social	01	01	-	-	02

Fonte: Relatório APAE-Belém (2018 -2019).

Quadro 3 Recursos humanos

Profissionais	Contratado	Cedido	Voluntário	Serviço prestado	Total
Advogado	01	-	-	-	01
Assistente Administrativo	03	-	-	-	03
Assistente social	02	-	-	-	02

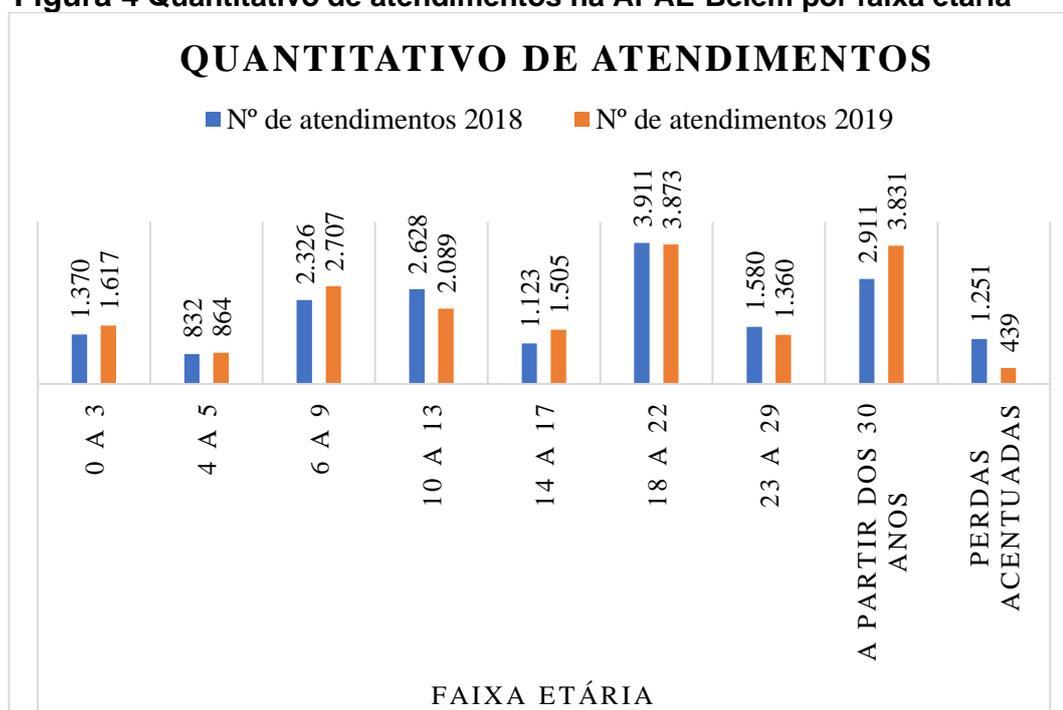
Auxiliar Administrativo	02	-	-	-	03
Auxiliar em Saúde Bucal	01	-	-	-	01
Contador	01	-	-	-	01
Contínuo	01	-	-	-	01
Diretor de Pesquisa/Ensino	-	-	03	-	03
Diretor Escolar	01	-	-	-	01
Diretor Institucional	-	-	01	-	01
Ensaíadora de Dança	01	-	-	-	01
Faxineiro	05	01	-	-	06
Fisioterapeuta	03	01	-	-	04
Fonoaudiólogo	04	02	-	-	06
Gerente Administrativo	01	-	-	-	01
Gerente de Projetos TI	01	-	-	-	01
Gerente de RH	01	-	-	-	01
Gerente de Apoio a Saúde	01	-	-	-	01
Merendeira	02	-	-	-	02
Motorista	05	-	-	-	05
Neurologista	-	01	-	-	01
Odontóloga	01	-	-	-	01
Porteiro	02	-	-	-	02
Professor de aluno com Deficiência Mental	01	-	-	-	01
Professor de Atendimento	-	24	-	-	24
Professor de Educ. Física	01	04	-	-	05
Professor de Karatê	-	-	-	01	01
Professor de Música	01	01	-	-	02
Psicólogo	03	01	-	-	04
Pedagogo	-	03	-	-	03
Recepcionista	01	-	-	-	01
Secretária Escolar	01	01	-	-	02
Secretária Executiva	01	-	-	-	01
Servente	-	01	-	-	01
Terapeuta Ocupacional	04	-	-	-	04
Vigia	02	-	-	-	02
Zelador	01	-	-	-	01

Fonte: Relatório APAE-Belém (2018 - 2019)

A SEDUC oferece suporte, disponibilizando 3 (três) técnicos em educação; 1 (uma) técnica em psicologia; 2 (duas) fonoaudiólogas; 2 (dois) apoios administrativos; 2 (duas) serventes e 26 (vinte e seis) profissionais de educação que trabalham no AEE (APAE, 2018).

A APAE-Belém, contando com a sua estrutura física e corpo profissional e técnico, em virtude de parcerias institucionais, conseguiu nos anos de 2018 e 2019 atender a um número significativo de pessoas que necessitavam de seus serviços especializados, como mostra o Gráfico 4, a seguir:

Figura 4 Quantitativo de atendimentos na APAE-Belém por faixa etária



Fonte: Relatório APAE-Belém (2018-2019, p. 4).

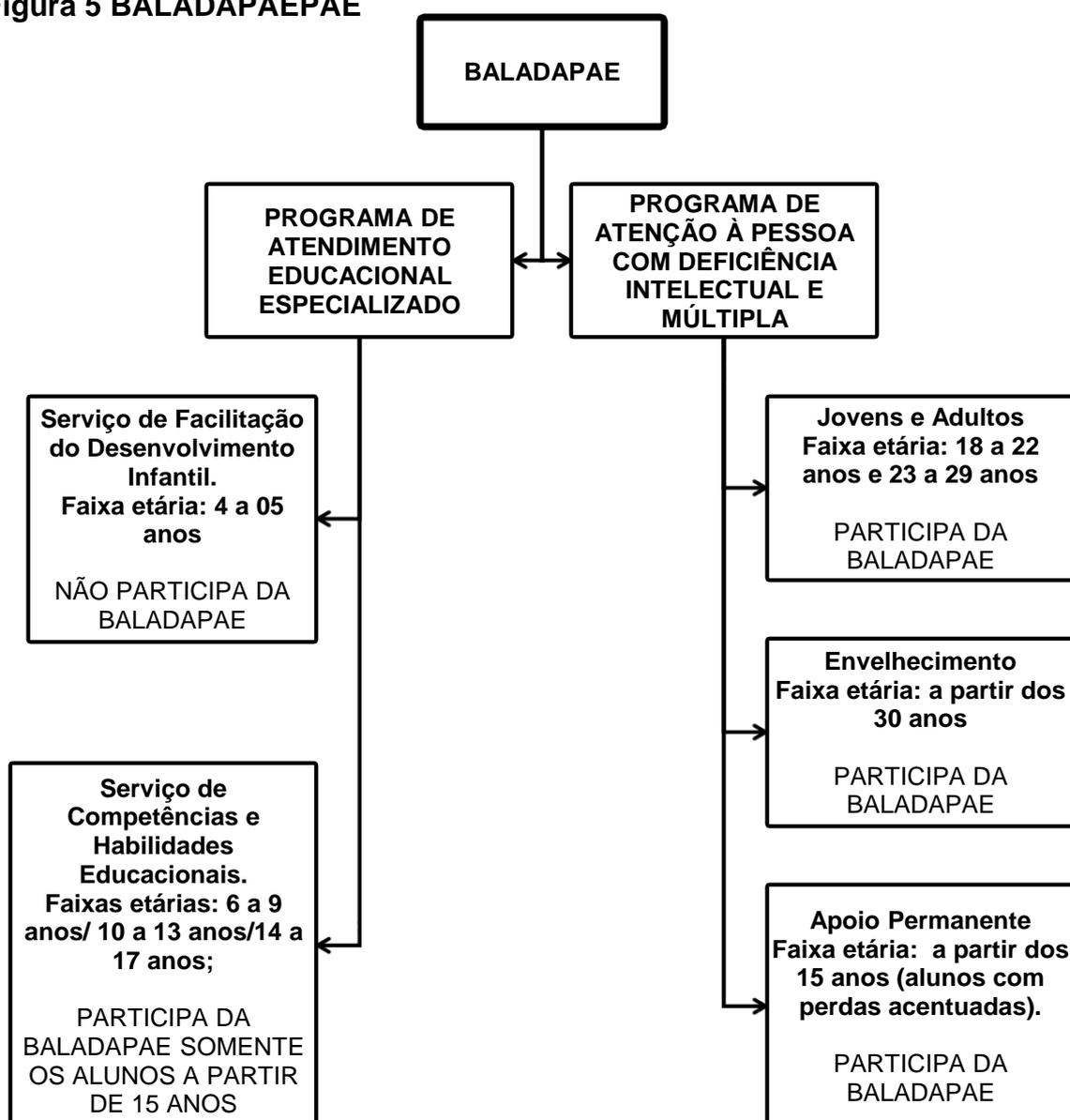
De acordo com o Gráfico 4, a APAE-Belém atendeu, em 2018, um total de 17.932 pessoas; no ano de 2019, 18.285 pessoas. São também desenvolvidas atividades no espaço do CAEE, como psicomotricidade, tecnologia e informação da comunicação, artes visuais, dança, lazer, música e karatê. Desenvolve ainda atividade física adaptada – quadra de esportes e piscina. Também há no programa de educação ambiental, as seguintes atividades: Bike APAE Legal, Horta Suspensa APAE Saudável e Papel Legal (APAE, 2018).

O Programa Bike Apae Legal é um dos programas de educação ambiental que se destina aos alunos com deficiência intelectual e seus familiares, de acordo

com o AEE, respeitando a faixa etária e motivacional dos alunos. Estimula as habilidades físicas, cognitivas, sensoriais e sociais (APAE, 2018).

A APAE desenvolve a atividade denominada BALADAPAE, ofertada aos alunos a partir dos 15 anos de idade, que participam uma vez ao mês, na última sexta-feira. Para eles, é um momento para experimentar as danças e ritmos do momento atual, ocasião em que ocorre a socialização com os colegas, de maneira mais livre, em que podem manifestar a afetividade e toda a dinâmica do trabalho de autogestão desenvolvido nesse contexto. Essa atividade abrange os seguintes programas, como mostra a figura 1, a seguir:

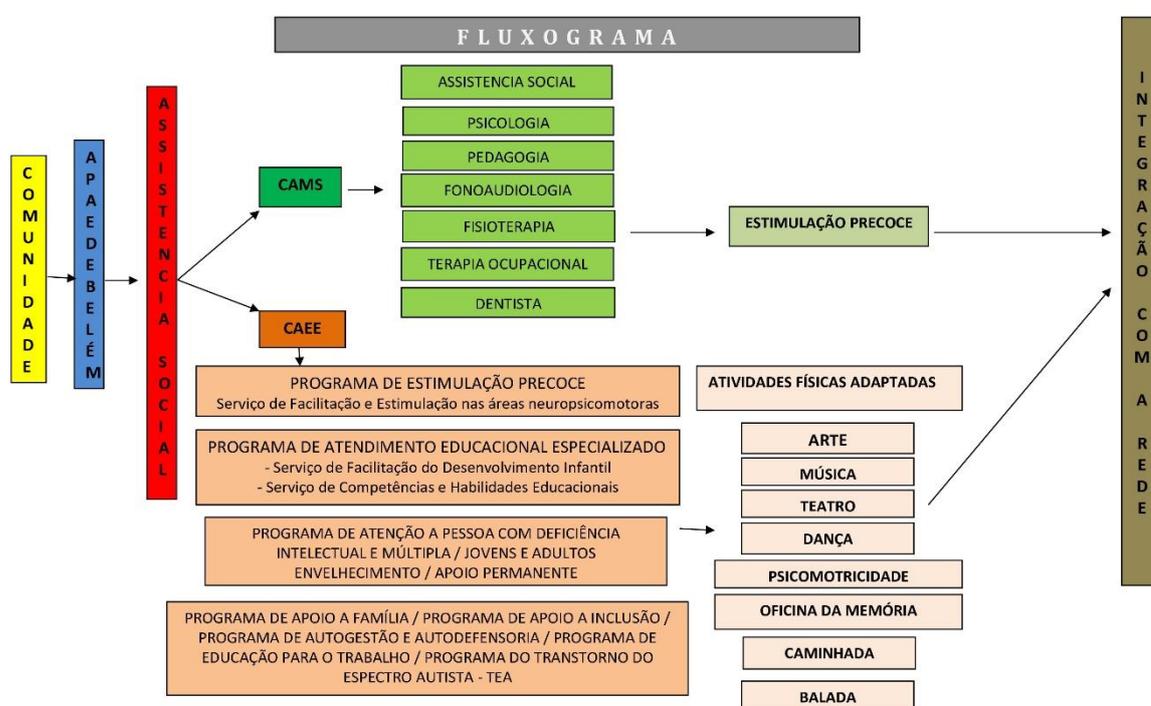
Figura 5 BALADAPAE



Fonte: Elaboração própria (2020).

Os atendimentos são realizados por meio de programas específicos, respeitando a faixa etária dos alunos, permitindo uma intervenção por meio de estímulos em diversos aspectos, a exemplo do desenvolvimento cognitivo, sensorial, psicomotor, atividade funcional (autogestão), linguagem, socialização, psicomotricidade, atividade sociocultural desportiva e Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC (APAE, 2018). Toda essa dimensão está organizada conforme o fluxograma a seguir:

Figura 6 Fluxograma da Apae Belém



Fonte: Relatório APAE-Belém (2018-2019).

A maior parte dos alunos atendidos pela APAE está fora da escola regular, sendo assim, faz-se necessário um programa que procure atender aos objetivos do grupo, a exemplo da “Educação ao Longo da Vida”, Equidade, Comunicação Alternativa e com adaptações a partir do Ensino Estruturado e o Currículo Funcional, oportunizando, dessa forma, a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Essas ações devem ocorrer diariamente e ajudam na

formação, aprimoramento e/ou adaptação, possibilitando à pessoa com deficiência intelectual o exercício de sua autonomia, contribuindo assim para a sua qualidade de vida. É dentro desse contexto que se inclui a BALADAPAEPAE (APAE, 2018).

Durante esse evento, são observados os aspectos da coordenação motora, equilíbrio, interação social, escolhas, afetividade, autoestima. As observações obtidas durante o acontecimento do evento, servem para posterior intervenção, nos espaços do CAEE durante os atendimentos.

2.4 SUJEITOS DA PESQUISA

Os sujeitos da pesquisa perfazem o quantitativo de 10 pessoas, divididas entre 4 alunos/as com DI, 4 mães, 1 professora especialista da educação especial e 1 psicóloga da instituição. Os alunos/as foram selecionados a partir de critérios prévios estabelecidos como: faixa etária, história de vida e participação nos eventos pedagógicos e sociais da instituição. As mães foram selecionadas a partir dos critérios relacionados aos/as filhos/as. A escolha da professora e da psicóloga se deu por serem mediadora dos atendimentos pedagógicos e clínicos dos alunos/as sujeitos da pesquisa.

Nesse contexto, os sujeitos da pesquisa são 10 pessoas: 2 alunos e 2 alunas; 4 mães; e 2 profissionais. A faixa etária dos entrevistados/as está entre 18 e 52 anos. A escolaridade deles compreende desde o ensino fundamental até a especialização.

A partir disso, traçamos um quadro com o perfil dos entrevistados:

Quadro 4 Perfil dos sujeitos da pesquisa

SUJEITOS	GÊNERO	IDADE	ESCOLARIDADE	TEMPO NA INSTITUIÇÃO
Júlia (Aluna)	Feminino	30 anos	Ensino médio completo	2 anos
Tayla (Aluna)	Feminino	23 anos	Cursando o 6º ano do Ensino Fundamental	5 anos
Heitor (Aluno)	Masculino	18 anos	Cursando o 6º ano do Ensino Fundamental	3 anos
Pedro (Aluno)	Masculino	19 anos	Cursando o 1º ano do Ensino médio	11 anos
Mara (Mãe)	Feminino	47 anos	Ensino fundamental completo	2 anos
Rosa (Mãe)	Feminino	50 anos	Ensino médio completo	5 anos
Ana (Mãe)	Feminino	40 anos	Ensino fundamental completo	11 anos
Sara (Mãe)	Feminino	48 anos	Ensino médio Completo	3 anos

Helena (Professora)	Feminino	39 anos	Formada em Pedagogia Especialista em Educação Especial e Inclusiva	11 anos
Margarida (Psicóloga)	Feminino	52 anos	Formada em Psicologia Especialista em Psicologia Escolar	11 anos

Fonte: Elaboração própria (2020).

Diante do exposto no Quadro 4, iremos descrever o perfil das entrevistadas/os com informações adicionais coletadas no processo da entrevista e pesquisa de campo.

A aluna Júlia tem Síndrome de Down; tem 30 anos, faz parte do Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla da APAE, sendo atendida nos espaços de facilitação de atividade funcional (autogestão), estimulação sensorial e estimulação cognitiva.

Júlia participa de todas as atividades de autogestão que lhes são oferecidas pela instituição, o que ratifica suas habilidades e sua autogestão durante sua rotina e habilidades em cuidar de si e dos colegas que apresentam poucas habilidades. A aluna, no ano de 2020, foi encaminhada ao “Programa de apoio à inclusão ao mercado de trabalho: ela está trabalhando em um shopping de Belém, sendo assistida pela instituição, e quando necessário com intervenções, apoio, orientações e adaptações no seu material e na sua rotina de trabalho.

A aluna Tayla tem 23 anos; faz parte do Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla: Jovens e Adultos, no AEE da APAE-Belém, que visa ao desenvolvimento e manutenção de aprendizagens significativas que contemplam aspectos sociais, de comunicação, cognitivos, entre outros que fomentam a autogestão, favorecendo uma melhor qualidade de vida em ações do cotidiano.

Nos atendimentos foram realizadas diferentes atividades pedagógicas, para estimular a aprendizagem da leitura e escrita com auxílio do alfabeto móvel, numerais e quantidade; na identificação de vários objetos bem como suas funções, nos jogos de encaixe, memória, dominó, pintura e produção de desenhos livres e direcionados, favorecendo os processos de atenção, concentração, memória e comunicação.

A aluna Tayla deve continuar no Programa, com participação nas atividades, para que possa continuar realizando o processo de estimulação em todos os aspectos, favorecendo uma educação ao longo da vida e construção de novas aprendizagens. Para isso, é importante também a participação da família nos Bate-papos e plantões pedagógicos, proporcionados pela instituição, para melhor visualizar os ganhos e as necessidades da aluna, para o favorecimento de seu desenvolvimento.

O aluno Heitor tem 18 anos. Faz parte do Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla – Jovens da APAE-Belém, sendo atendido nos espaços de facilitação, nos quais foram trabalhados: a socialização, comunicação, concentração, percepção, desenvolvimento cognitivo e atividade funcional.

O aluno apresenta bastante dificuldades, devido a sua baixa frequência e participação nas atividades propostas, o que interfere diretamente no seu desenvolvimento; seus pais justificam que, por trabalharem no comércio, nem sempre encontram alguém que possa levá-lo para os atendimentos.

No ano de 2019, a professora orientou que o aluno Heitor fosse incluído nos programas de atendimento do Centro de Atendimento multidisciplinar de Saúde (CMS), bem como reforçou a necessidade da participação do mesmo nos eventos sociais, na BALADAPAE e passeios externos promovidos pela instituição, para intensificar e melhorar o seu desenvolvimento em todos os espaços, pois ele estava apresentando mudanças e alterações no seu comportamento, interferindo na sua vida diária, por conseguinte na da família, que também necessita de orientações específicas, e nas outras áreas com os demais profissionais, dificultando assim o seu desenvolvimento integral e social.

O aluno Pedro tem 19 anos (em 2020). Faz parte do Programa de Competências e Habilidades Educacionais do Atendimento Educacional Especializado da APAE-Belém que atende discentes na faixa etária de 18 a 22 anos de idade, sendo desenvolvidos os aspectos relacionados à socialização, comunicação, concentração, percepção, desenvolvimento cognitivo e atividade funcional.

Durante o segundo semestre de 2019, o aluno foi pontual, assíduo e manteve um bom relacionamento com a mediadora e com os demais colegas. Nos eventos

desenvolvidos na instituição, participa da festa junina e BALADAPAE da APAE, demonstrando contentamento.

Percebemos que o aluno Pedro consegue desempenhar as atividades de forma autônoma e, quando necessário, aceita a interferência da mediadora para alcançar os objetivos das atividades propostas, que contribuiram não só para o desenvolvimento das habilidades e competências trabalhadas no AEE, mas também para a promoção do lazer, da cultura, cidadania, esporte e socialização da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A partir das observações do atendimento do aluno, foi constatado pela professora prioridade para o desenvolvimento da comunicação, coordenação motora, concentração e percepção, do desenvolvimento cognitivo e da leitura, e escrita a partir das atividades propostas. O aluno Pedro avançou nos espaços frequentados da instituição, o que promoveu sua progressão e sua permanência no Atendimento Educacional Especializado no Programa de Atenção à Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla – Jovens na APAE-Belém.

Mara, mãe de Júlia, tem 48 anos; ensino médio completo, sua ocupação profissional é cabelereira. É uma mãe assídua nas atividades pedagógicas e clínicas da filha. Ela trabalha autonomia, autoestima, autogestão e autoconfinança com a filha para que acredite no seu potencial humano.

Rosa, mãe de Tayla, tem 50 anos, ensino médio completo, sua ocupação é ser dona de casa. Atualmente não trabalha, porque sua filha é beneficiária de programa do governo federal, dedicando-se integralmente a acompanhar a filha nas atividades pedagógicas e clínica na instituição especializada.

Ana, mãe de Pedro, tem 40 anos, ensino fundamental completo; atualmente, sua ocupação é dona de casa. A mãe do aluno é assídua com o seu filho nos setores de atendimentos prestados pela instituição especializada.

Sara, mãe de Heitor, tem 47 anos, sua atividade profissional é microempresária no ramo do comércio varejista. A mãe do aluno é bastante ocupada profissionalmente, por isso tem dificuldade em levá-lo aos atendimentos do CAEE.

Helena é professora, tem 39 anos, concursada desde 2009 no governo estadual, atuando na área da educação especial. Relatou em sua entrevista que é apaixonada pela área da educação especial, por acreditar que os alunos com deficiência são seres maravilhosos para aprender e se manifestarem do seu jeito.

Margarida é psicóloga, tem 60 anos, atua na instituição na condição de funcionária celetista desde 2009, atendendo a faixas etárias de 2 a 60 anos de idade. A psicóloga foi a mentora do projeto de educação sexual na instituição pesquisada, ao perceber que a temática da sexualidade da pessoa com deficiência apresentava-se como problemática para os responsáveis desses alunos e alunas.

2.5 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta subseção, apresentaremos os procedimentos realizados para construção metodológica da pesquisa: levantamento bibliográfico, entrevistas, observação, sistematização e análise dos dados e aspectos éticos.

2.5.1 Levantamento bibliográfico

O levantamento bibliográfico realizado perpassou pelas teses, dissertações, artigos, resenhas, resumos e fichamentos a respeito do tema da sexualidade, da deficiência intelectual, do público, do privado e da ação dialógica de resistência para delinear o tema de pesquisa em questão.

Esse procedimento permitiu que tivéssemos ideias inovadoras durante o processo de escrita. Uma vez analisada a literatura produzida, ousamos no refinamento das pesquisas para que fossem problematizadas novas perspectivas teóricas no campo da educação, educação especial e educação sexual.

2.5.2 Entrevistas

As entrevistas foram realizadas na APAE-Belém, especificamente, na sala dos atendimentos pedagógicos e na casa da mãe de um aluno⁷. Foram agendadas previamente com sujeitos entrevistados/as, sendo feitas de forma individual e coletiva.

No primeiro momento, realizamos uma conversa com os responsáveis dos alunos para esclarecer alguns pontos referente aos aspectos relevantes da pesquisa de campo e como as entrevistas representava uma parte importante do trabalho.

⁷ O lugar foi escolhido pela mãe do aluno, porque eles não puderam ir à APAE no dia da entrevista agendada. Desse modo, nós nos deslocamos até a residência da mãe do aluno, localizada em um bairro periférico de Belém.

Fizemos a entrega do TCLE. Em seguida, demos prosseguimento com agendamento e realização das entrevistas com as mães dos alunos e alunas.

No segundo momento, fizemos as entrevistas com alunos e alunas nos dias agendados, respeitando a disponibilidade dos mesmos para participarem do ato da entrevista. As entrevistas realizadas focalizaram-se nos discursos, nas percepções e concepções dos sujeitos no que diz respeito à sexualidade, nas dimensões do público, do privado e quanto a ação dialógica de resistência.

Conforme Freitas (2007) os (as) pesquisadores (as) devem considerar que a pessoa investigada é possuidora de uma voz reveladora da capacidade de construir um conhecimento sobre sua realidade que a torna coparticipante do processo de pesquisa.

No ponto de vista de Kramer (2007, p. 65) as “entrevistas individuais e coletivas oferecem diferentes condições de produção de discurso e favorecem que cada um (pesquisador ou pesquisado) tenha um diferente lugar e ponto de vista”.

Por isso, utilizamos a entrevista semiestruturada no sentido de compreender nos discursos dos sujeitos as percepções e concepções sobre sexualidade nas dimensões públicas, privadas quanto ação dialógica de resistência, confrontando com o mirante teórico-metodológico adotado para a construção do *corpus* de pesquisa.

Esse tipo de entrevista nos auxiliou com os sujeitos da pesquisa, uma vez que reconduzimos nossas ações frente ao procedimento das entrevistas. Percebe-se que a entrevista para os pesquisadores é um momento que explicita novas palavras, expressões e conceitos usados com significados conflitantes e ambíguos, a fim de gerar entre participantes e pesquisadores processos de ressignificação dos conceitos (KRAMER, 2007).

Na entrevista, buscávamos a interação, a expressão do outro, nos termos que

o modo social de ser social dos indivíduos é constituído pela interação verbal, em cujo processo linguístico dialógico, a subjetividade entrecruza com a alteridade, numa unidade dialética. Nessa perspectiva, com a interação com os enunciados do outro, é que a experiência verbal individual toma forma e evolui, na medida em que a expressão do outro é assimilada, reestruturada e modificada pelo indivíduo (BAKHTIN, 2011, p. 85).

Adotamos no processo das entrevistas um pré-roteiro com cinco perguntas abertas – *vide* Apêndices C, D e E –, que utilizamos em dias diferentes com os

entrevistados/as, e procuramos explorar os aspectos singulares nas entrevistas que nos levassem aos apontamentos e elucidações da questão central da pesquisa. Assumimos nas entrevistas o diálogo interativo que inclui “um roteiro pré-estabelecido, mas, na sua aplicação, o entrevistador pode acrescentar novas perguntas, conforme o teor da narrativa do entrevistado” (OLIVEIRA; FONSECA, SANTOS, 2010, p. 46).

Os momentos da entrevista foram bem desafiadores com os alunos e as mães, visto que os alunos apresentaram comportamentos espontâneos quando estavam sozinhos com os pesquisadores, mas ao mesmo tempo, tinham comportamentos restritivos por conta do medo de serem descobertos pelas mães a partir do que tinham relatado para os pesquisadores durante a entrevista. Obviamente, asseguramos-lhes o sigilo dos dados da entrevista, descrevendo os nomes de forma fictícia.

As entrevistas com as mães também foram momentos bem tensos e desafiadores, posto que os responsáveis relatavam fortemente em sua fala posturas preconceituosas, tabus velados, falta de informação, angústia, medo, desespero, orientação e pedido de ajuda.

As entrevistas com a professora e a psicóloga ocorreram em dias diferentes, cada uma em sua sala de atendimento. Notamos que as profissionais demonstraram segurança em suas narrativas, apesar de a professora se mostrar curiosa em determinadas perguntas por acreditar que não fosse possível discutir essas questões no espaço escolar.

A psicóloga entrevistada, considerada como a mentora do projeto de sexualidade da pessoa com deficiência na instituição, apresentou na sua fala novos horizontes da pesquisa no campo educacional; pelo fato de ser profissional da saúde, ela ressaltou que nunca houve esse olhar epistemológico da educação referente à questão da sexualidade da pessoa com deficiência na instituição.

Para registrar e gravar as entrevistas, utilizamos o recurso do celular para apreender nas falas dos sujeitos aspectos significativos referente ao objeto de pesquisa, uma vez que os entrevistados/as sempre eram objetivos, diretos e simples em suas narrativas, sendo necessário provoca-lhes constantemente sobre as perguntas elencadas.

Após o processo de entrevistas, dividimo-las em três blocos no computador por meio de arquivos salvos no drive da conta do e-mail eletrônico, em que procuramos intitulá-las como: entrevistas dos alunos; entrevistas das mães e entrevistas da professora e psicóloga.

Quadro 5 Entrevistas com os sujeitos da pesquisa

	Sujeitos	Sessão	Duração	Data
Aluno(a)	Júlia	1ª	56 min.	05/09/2019
		2ª	1h20 min.	03/10/2019
		3ª	31 min.	10/10/2019
		4ª	45 min.	15/10/2019
	Tayla	1ª	56 min.	05/09/2019
		2ª	1h20 min.	03/10/2019
		3ª	41 min.	06/11/2019
		4ª	35 min.	11/11/2019
	Heitor	1ª	1h20 min.	03/10/2019
		2ª	24 min.	14/10/2018
		3ª	27min.	17/10/2018
		4ª	33 min.	28/11/2018
	Pedro	1ª	56 min.	05/09/2019
		2ª	1h20 min.	03/10/2019
		3ª	40 min.	16/10/2019
		4ª	47min.	22/10/2019
Mãe	Mara	1ª	52 min.	07/11/2019
		2ª	56 min.	13/11/2019
	Rosa	1ª	30 min.	21/10/2019
		2ª	53 min.	23/10/2019
	Ana	1ª	31 min.	08/10/2019
		2ª	43 min.	09/10/2019
	Sara	1ª	40 min.	14/10/2018
		2ª	37 min.	17/10/2018
Professora	Helena	1ª	56 min.	05/09/2019
		2ª	1h14 min.	20/11/2019
		3ª	40 min.	26/11/2019
Psicóloga	Margarida	1ª	1h23 min.	28/08/2019
		2ª	58 min.	28/11/2019

Fonte: Elaboração própria (2020)

Dando sequência ao percurso metodológico, depois das entrevistas, começamos o processo de escuta e transcrição das falas. A etapa da transcrição das entrevistas foi bem desafiante e esclarecedora, uma vez que fizemos uso do google transcritor, mas encontramos dificuldades nas transcrições das falas, pelo fato, do aplicativo não captar na íntegra os trechos significativos. Em vários momentos, precisamos retomar a escuta dos áudios, fazendo manualmente a

confirmação dos dados, validando as informações dos áudios na íntegra dos trechos significativos para serem analisados e categorizados.

Esse momento foi importante, porque nos levou à dimensão de aspectos significativos sobre a compreensão dos sujeitos sobre a sexualidade. Isso porque

[...] o pesquisador-entrevistador busca responder ao seu objetivo da pesquisa no ato de entrevistar. No momento da transcrição, essa meta, em manter a interação, já não está mais presente. O pesquisador se distancia do papel de pesquisador-entrevistador e se coloca no papel de interpretador dos dados. O pesquisador, no momento da transcrição, vai distanciar-se de um fato vivido – que foi o processo de coleta – ao mesmo tempo em que revive esse fato em outro momento e com outro enfoque intencional. Neste momento, olha-se para aquilo que foi feito. Apesar de ser a mesma pessoa que entrevistou e que está transcrevendo, o enfoque, agora, é diferente (MANZINI, 2012, p. 1-2).

Nesse momento da pesquisa, os pesquisadores assumem uma postura frente ao tratamento dos dados bem definida, posto que a necessidade de interpretar os dados e sistematizar as falas dos entrevistados se fez necessária para selecionar os trechos importantes e evidenciar as categorias de análise sobre a questão da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual.

2.5.3 Observação participante interpretativa na pesquisa

A observação como procedimento metodológico, nesta pesquisa, não é entendida como uma mera tarefa descritiva dos fatos, mas, sim, identificada como uma técnica em que procuramos registrar, anotar, identificar, analisar e interpretar o cotidiano escolar a partir um olhar minucioso para desvelar as práticas cotidianas, os eventos sociais e pedagógicos, as atividades pedagógicas, as interações, os comportamentos e as formas de relacionamento.

Dessa maneira, dizemos que o que baseia nosso trabalho de campo é a observação participante interpretativa, por apresentar aspectos que ultrapassam meras observações dos fatos, e resgatam as multiplicidades dos fatos numa perspectiva dialética.

Nesse caso, a observação interpretativa de cunho sócio-histórico

tem particularidades como instrumento metodológico [...]. A partir dos princípios teóricos que fundamentam a abordagem sócio-histórica considera que a observação nela realizada se aproxima da perspectiva interpretativa, mas dela se distancia em alguns aspectos. [...] um processo

não é apenas participante, focalizando na análise interpretativa dos eventos descritos, mas assinalado um caráter dialético, buscando uma mediação entre o individual e o social. Na observação interpretativa está o pesquisador representando os sujeitos, enquanto na nova perspectiva o pesquisador está com os sujeitos produzindo sentidos dos eventos observados (FREITAS, 2007, p. 31).

Pensamos que é necessário ressaltar o trabalho do (a) pesquisador (a) no processo de observação, visto que se atribui um novo fazer da observação, dimensionando o excedente de visão sobre a materialidade o objeto de pesquisa circundado pelo contexto em que estão inseridos os sujeitos da pesquisa.

Para Freitas (2007) a observação é caracterizada pela dimensão alteritária no seu fazer pesquisa, na medida que o (a) pesquisador (a), ao participar do evento observado, constitui-se parte dele, mas, ao mesmo tempo, mantém uma posição exotópica que lhe possibilita o encontro com o outro. Nesse encontro, ambos procuram descrever no seu texto, que revela outros textos e contextos.

Com base nos princípios exotópicos da observação, fazendo esse movimentos de constituir um olhar de fora do cenário de investigação, ou seja, não a vemos apenas como uma ação descritiva das situações, significando que esse exercício aconteceu no intuito de interpretar a questão da sexualidade da pessoa com DI, como uma materialidade visível, concreta e potente. Sendo assim, inferimos que o objeto de pesquisa está relacionado a outros assuntos que perpassam por macros discursivos que estão imbricados na vida concreta, o que significa a necessidade de diálogos teóricos na produção do conhecimento científico.

Amorim (2004) enfatiza que o trabalho regular do pesquisador é a atividade crítica. Seu olhar sobre e com o outro não coincide nunca com o olhar que ele tem de si mesmo. Enquanto pesquisador, sua tarefa é captar algo do modo como ele vê, para depois assumir plenamente seu lugar exterior e dali configurar o que vê do que o outro vê. Esse lugar ocupado pelo pesquisador e pesquisado, amplia o seu campo de visão, o que permite que, construído um novo sentido, resulte uma nova posição do objeto que foi enxergado.

Ressaltamos que esse tipo de observação participante interpretativa contribui com o posicionamento exotópico frente ao contexto escolar, em que seguimos esses princípios em nossas análises no objeto de investigação, levando-nos à riqueza de detalhes minuciosos que são ricos para a contextualização do lócus de pesquisa apresentando a dimensão da temática investigada.

2.5.4 Análise documental

A análise documental ocorreu com a leitura de documentos oficiais da instituição foram eles: documentos norteadores Educação e Ação pedagógica; Autogestão, Autodefensoria e Família e Assistência Social; relatório de gestão de 2018 e 2019, revista da Apae, projeto político pedagógico e o plano de desenvolvimento individual.

2.6. SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A sistematização e análise dos dados foram realizadas via categorias de análise empreendidas por meio do referencial teórico, diário de campo, entrevista semiestruturada, transcrição das entrevistas, que reverberaram no processo de análise do conjunto de dados obtidos como *corpus* da pesquisa.

Oliveira e Mota Neto (2011) enfatizam que, na pesquisa qualitativa em educação, a interpretação e análise é um processo contínuo, proveniente desde as questões e fundamentação teórica elaborada no projeto de pesquisa, evidenciado no momento da sistematização e análise, quando se torna necessário categorizar para interpretar os dados coletados.

Nessa etapa, buscamos analisar a materialidade da sexualidade da pessoa com DI, destacando inicialmente as categorias analíticas que emergiram do referencial teórico, as quais destacamos: sexualidade, deficiência intelectual, público e privado⁸. Por outro lado, as categorias temáticas resultam dos enunciados dos sujeitos, a qual categorizamos como ação dialógica de resistência.

Elaboramos uma imagem ilustrativa para apresentar as categorias de análise na sistematização dos dados, como podemos analisar abaixo.

⁸ Estas categorias analíticas encontram-se nas páginas 140 e 154. As categorias temáticas estão desde a página 116 a 169.

Figura 7 Categorias analíticas e temáticas



Fonte: Elaboração própria (2020).

Tais categorias de análise reúnem o *corpus* de pesquisa que se revela para os pesquisadores como uma fase fundamental, por direcionar os rumos da interpretação, da sistematização e análise dos dados, em que essa etapa traz elementos que devem considerados para alcançar tais categorias do *corpus* de pesquisa. O que significa que

o processo de sistematização e a análise na pesquisa em educação, consistem em uma ação de organização lógica de dados coletados, viabilizando uma estrutura organicamente integrada. A partir de categorias de análise construída é possível refletir criticamente sobre a análise das informações obtidas na investigação (OLIVEIRA; MOTA NETO, 2011, p. 163).

A utilização de categorias analíticas e temáticas nesta pesquisa permitiu explorar a temática da sexualidade nos enunciados, discursos e ações dialógicas construídas pelos sujeitos e nos acontecimentos ocorridos na instituição pesquisada.

2.7 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa cumpriu diretrizes éticas estabelecidas pela instituição fomentadora para que a pesquisa de campo fosse realizada de forma legal e amparada por meio de concessões de documentações necessárias para o ofício dos pesquisadores na escola pesquisada.

Realizamos o cadastro do projeto de pesquisa de mestrado na Plataforma Brasil⁹, especificamente, no Comitê de Ética do *Campus* I, da Universidade do

⁹ Disponível em: <http://plataformabrasil.saude.gov.br/login.jsf>

Estado do Pará, para o qual tivemos que seguir algumas etapas: 1) cadastro dos pesquisadores na plataforma; 2) envio do projeto e documentações; 3) expedição e assinatura da folha de rosto; 4) espera da avaliação do colegiado para aprovação do projeto de pesquisa; 5) resultado do parecer de aprovação do projeto; 6) impressão e entrega da brochura do projeto, juntamente com o ofício e o parecer consubstanciado do comitê de ética para instituição a ser pesquisada; 7) submissão e avaliação do projeto de pesquisa no setor do Idipe¹⁰ da APAE; 8) deliberação da instituição para pesquisa de campo; 9) apresentação do cronograma da pesquisa; 10) início da pesquisa de campo.

O número do parecer consubstanciado do comitê de ética é nº 3.130.545 e o número do memorando do Idipe é o 005/2019. Esses dois documentos regimentam a validade dos dados obtidos e difusão dos resultados alcançados com a pesquisa de campo, mantendo os princípios éticos na pesquisa em educação.

Para Oliveira e Teixeira (2010, p. 23-24),

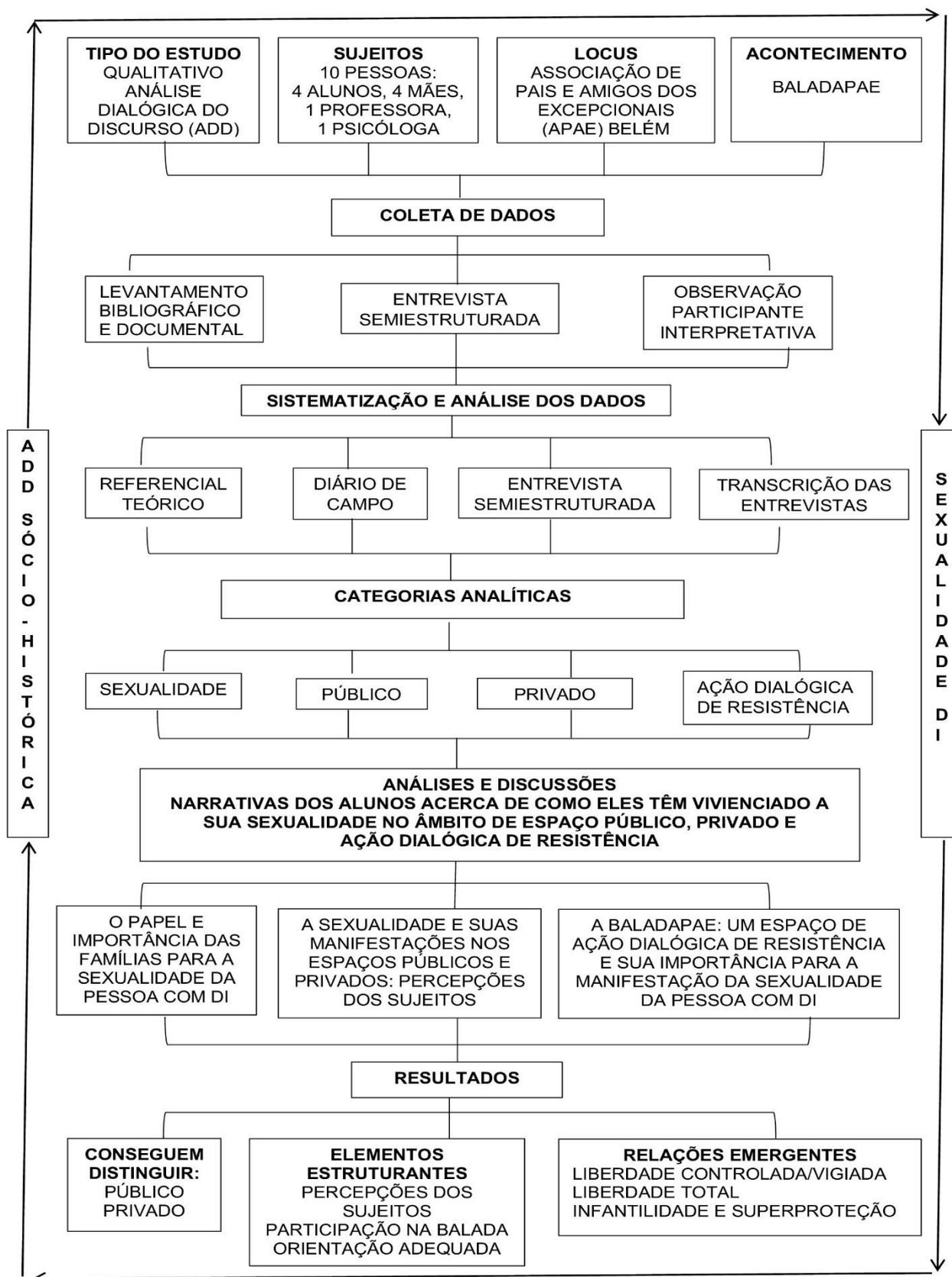
os cuidados éticos na pesquisa são garantias de direitos e deveres, logo, uma prática de respeito ao outro e de cidadania. [...]. A ética na pesquisa não pode ser vista como um processo burocrático e sim como uma normalização necessária face aos abusos morais presentes tanto na sociedade em geral como no campo da ciência. [...]. Assim, cabe ao pesquisador ter cuidados éticos, os informantes também só devem citar prestar informações para pesquisas se esses cuidados estiverem em curso, além do poder orientar o pesquisador que os desconhece a cumprir as normas.

Essa etapa da pesquisa é fundamental para os pesquisadores porque implica na compreensão do fenômeno numa perspectiva ética, respeitando a forma de se expressar da pessoa com deficiência, mães e responsáveis, professora e psicóloga durante a pesquisa de campo.

Dessa forma, para uma melhor compreensão, traçamos o percurso metodológico do estudo no esquema a seguir:

¹⁰ É o Instituto de Diagnóstico de pesquisa e ensino (Idipe), visando o avanço de conhecimento sobre tecnologia sociais, deficiência e promoção dos direitos da pessoa com deficiência, tendo por objetivo levar o máximo de conhecimento e soluções para os usuários com deficiência intelectual e múltipla, voltada à educação em saúde e integração social (APAE, 2018).

Figura 8 Percurso metodológico do estudo



Fonte: Elaboração própria (2020).

3 ESTILO TEÓRICO DA PESQUISA

Para dialogarmos sobre os conceitos do espaço privado, público e da ação dialógica de resistência no contexto escolar, estabelecendo relação destes com as narrativas dos sujeitos da pesquisa, optamos por fazer um resgate teórico no campo da sociologia e da economia para depois nos firmarmos em um campo transdisciplinar, com os estudos dialógicos do filósofo Mikhail Bakhtin e demais integrantes do Círculo de Bakhtin, uma vez que apresenta um atravessamento, indo além da sociologia, da economia, da filosofia, da linguística e de outras áreas do conhecimento, o que nos leva à compreensão de que esses conceitos – o de público, privado e de ação dialógica de resistência – dependem do ato protagonizado pela ação humana, do espaço, do tempo e dos interlocutores envolvidos, sendo que cada um possui mais ou menos regras e princípios éticos envolvidos, ou seja, vão além de meros espaços físicos.

3.1 O CAMPO DOS ESTUDOS SOCIOLÓGICOS E ECONÔMICOS

Preliminarmente, salientamos que não pretendemos traçar aqui as contradições e dicotomias entre público e privado ao longo da história, mas utilizar a relevância conceitual do que vem a ser o público e o privado para compreender as relações e as manifestações sexuais que se apresentam entre os interlocutores pesquisados a partir de um de seus ambientes de convívio: a instituição especializada que frequentam.

O campo dos estudos sociológicos e econômicos estabelecem uma dicotomia entre natureza e cultura. A intencionalidade dessa dicotomia está em separar as ocorrências que são próprias dos animais não-humanos dos propriamente humanos. A princípio, está em estabelecer a consciência como fator de distinção, que não ocorre nos animais não-humanos, e em decorrência disso a impossibilidade de ocorrer, nestes, a distinção entre o que pode ser feito em presença de todos – o público – e o que tem que ser feito de forma que não seja visto pelos demais – o privado – assim como, neste campo, a ação do ser humano que é levada a efeito em público enquanto ato de rebeldia com características específicas de rupturas com os regramentos públicos e privados – o que passaremos a designar de um espaço de ação dialógica de resistência.

Dessa forma, recorrendo a alguns autores, procedemos à busca de definições. No “Dicionário Especializado de Filosofia”, encontramos a definição de “algo público”:

esse adjetivo foi usado em sentido filosófico (especialmente por escritores anglo-saxões) para designar os conhecimentos ou os dados ou elementos de **conhecimento disponíveis a qualquer pessoa em condições apropriadas** e não pertencentes à esfera pessoal e não verificável da consciência. Neste sentido, é Público o que Kant denominava objetivo (v.): **aquilo de que todos podem participar igualmente**, podendo, portanto, também ser expresso ou comunicado pela linguagem (ABBAGNANO, 2007, p. 813.

Do mesmo modo, no “Dicionário Especializado de Sociologia”¹¹, encontra-se o seguinte conceito:

público/privado: Estas noções saíram da revolução das ideias que, **nascida no Ocidente no séc. XVII, fundou a democracia liberal**. Ao apresentarem como única fonte de legitimidade dos poderes a noção de contrato, isto é, ao definir de maneira precisa o espaço do político, os liberais reivindicam os direitos originais do indivíduo e desenham as fronteiras para além das quais nenhum poder é legítimo (trata-se daquilo a que Hobbes chamava o “foro interno”, ou seja, liberdade de pensar e de crer). A partir daí impõe-se uma distribuição entre espaço público e espaço privado, **constituindo um o domínio do Estado e o outro o dos egoísmos da sociedade civil**. As coisas são de fato mais complexas. Há o espaço público da sociedade política, o espaço privado da sociedade civil (**família, propriedade privada, mercado**, etc.) e o espaço privado da subjetividade individual, como abstrair do fato de que sociedade política e sociedade civil têm por único e mesmo fundamento o sujeito livre? A evolução das sociedades liberais mostrou aliás que a separação, a diferenciação de princípio dos domínios da sociedade civil e do Estado (sem o que deixa de haver democracia liberal) em nada contradizem o fato de uma crescente inter-relação.

Esses dois dicionários especializados nos mostram que os conceitos de público e de privado surgiram com o capitalismo mercantil e com o capitalismo liberal concorrencial, sendo citado no dicionário de sociologia apenas o segundo tipo de capitalismo.

O primeiro, capitalismo mercantil, é, segundo Fraser e Jaeggi (2020) marcado historicamente entre os séculos XVI a XVIII, quando ocorria o comércio entre grandes centros urbanos, um comércio de longas distâncias; quando o poder estava com os reis absolutistas e a relação entre Estado e economia estava

¹¹ Repositório Institucional da UFSC, 2010, p. 380. Disponível em: repositorio.ufsc.br/praxis/5023019-. Acesso em: 21 jan. 2020.

parcialmente separada e a terra e o trabalho ainda não eram propriamente mercadorias. O lucro era obtido por meio de pilhagem e principalmente de mercadorias de luxo.

O segundo, o capitalismo liberal concorrencial, marcado historicamente na Europa no século XIX, até o seu declínio após a Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), quando “os principais Estados capitalistas europeus não se valiam mais diretamente do poder público para regular o comércio interno” (FRASER; JAECCI, 2020, p. 92). Dessa forma, cumpria ao Estado o poder de repressão da classe trabalhadora, para garantir o livre comércio e o enriquecimento da burguesia, que ascendia ao poder. Da mesma forma, as guerras e os controles das colônias, por parte das grandes nações imperialistas, se davam por meio principalmente dos saques das riquezas minerais e agrícolas.

É nesses contextos que se estabelecem qual é atribuição do público e o que pode ser explorado e apropriado pela burguesia: a propriedade privada dos meios de produção, quando tudo vira mercadoria, tudo passa a ter preço e a ter dono, agravando as contradições entre a classe que é proprietária da matéria-prima, do maquinário, dos instrumentos de produção, das terras, do local em que funciona a fábrica, dos bancos e a classe que só possui apenas sua força de trabalho para ser vendida.

Mas os termos *público* e *privado* não surgiram com o capitalismo. Esses termos já existiam desde a Grécia antiga, com outro significado. Isso é posto na obra “A condição humana”, Hannah Arendt (2007, p. 31-33):

segundo o pensamento grego, a capacidade humana de organização política não apenas difere, mas é diretamente oposta a essa associação natural cujo centro é constituído pela casa (*oikia*) e pela família. O surgimento da cidade-estado significa que o homem recebera, “além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bio politikos*. Agora cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*Koinon*). Não se tratava de mera opinião, mas de simples fato histórico: precedera a fundação da *polis* a destruição de todas as unidades organizadas à base do parentesco, tais como a *phratría* e a *phyle* (ARENDR, 2007, p. 31-33).

Ainda complementa que

historicamente, é muito provável que o surgimento da cidade-estado e da esfera pública tenha ocorrido às custas da esfera privada da família e do lar. Contudo, a antiga santidade do lar, embora, muito mais pronunciada na Grécia clássica que na Roma antiga, jamais foi inteiramente esquecida. O que impediu que a *polis* violasse as vidas privadas dos seus cidadãos e a fez ver como sagrados os limites que cercavam cada propriedade não foi o respeito pela propriedade privada tal como a concebemos, mas o fato de que, sem ser dono de sua casa, o homem não podia participar dos negócios do mundo porque não tinha nele lugar algum que lhe pertencesse. Até mesmo Platão, cujos planos políticos previram a abolição da propriedade privada e a expansão da esfera pública ao ponto de aniquilar completamente a vida privada, ainda falava com grande reverência de *Zeus Kerkeios*, o protetor das fronteiras, e chamava de divinos os *horoi*, os limites entre os estados, sem nisso ver qualquer contradição (ARENDDT, 2007, p. 38-39).

Diante dos conceitos encontrados, podemos inferir que um dos significados de público e privado – aquilo que lhe é comum e aquilo que lhe é próprio –, teve sua origem nas experiências e necessidades humanas, evoluindo para uma organização social e cultural em razão da sua ação laboral enquanto prerrogativa exclusiva do homem que necessariamente depende da constante presença dos outros.

Neste trabalho, não utilizaremos essa distinção sociológica entre Estado e sociedade civil, como correspondente a público e privado. Nossa distinção está entre o que é feito em lugares amplos, com muita gente, desconhecidas, e as que são feitas em lugares fechados, entre pessoas familiares, ou conhecidas, em segredo, em um evento que não pode ser exposto, as quais designamos como público em oposição ao privado. Adiante, acrescentaremos mais detalhes a essas categorias.

3. 2 O CAMPO TRANSDICCIPLINAR DO DIALOGISMO

Para Mikhail Bakhtin, o diálogo não serve apenas para negociar e mediar conflitos, mas sim cria situação na qual os embates podem ser realizados e repensados, de maneira que contribua para a compreensão da realidade social.

o diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja (BAKHTIN, 2012, p. 117).

Esse entendimento já possibilita diferentes significados para o diálogo em movimento, para além das noções tradicionais. O diálogo não envolve apenas o emissor ou o receptor da mensagem, mas a ocorrência de tendências da recepção ativa do discurso de outrem, fator fundamental para a construção do diálogo. Essa recepção ativa vai para além da compreensão da mensagem, inclui a incorporação do outro no diálogo, de modo que o outro passe a constituir o sujeito-emissor. A presença das palavras de um nas palavras do outro é um elemento que caracteriza o conceito de dialogismo, pois introduz o relativismo da autoria individual.

Em Bakhtin, a noção de dialógico ou de dialogismo aparecem sob diversas formas. Uma primeira forma é a do dialogismo como sendo um princípio interno da palavra, o que significa que, no discurso, o objeto está repleto de valores e definições, possibilitando ao falante diversos caminhos e vozes ao redor desse objeto. Uma segunda forma é a dialogicidade dos enunciados, o que significa dizer que os enunciados estão vinculados por algum tipo de relação. O próprio locutor seria um respondente, na medida em que ele não deu origem ao discurso. Pois, ao selecionarmos uma palavra, nós a tiramos de outros enunciados. Uma terceira forma de dialogismo é aquele construído pelas diversas vozes relacionadas a um assunto específico, onde ocorre a antecipação da resposta dos outros e pela imaginação de possíveis respostas, sendo considerado o interlocutor e o contexto (BRAIT, 2005).

Por fim, destaca-se o dialogismo das linguagens, o que torna uma língua plural, em vista às linguagens por meio das reuniões sociais, familiar, cotidiana, sociopolítica; linguagem profissionais; linguagem de geração e de idade; linguagem de autoridade; linguagens oratória, publicitária, científica, jornalística, literária, entre outras que tem relação com a nossa pesquisa.

Essa pluralidade das linguagens se manifesta devido o estabelecimento de inúmeras ligações e inter-relacionamentos. Dessa maneira, o discurso bakhtiniano é considerado vivo nos modos sociais, pois abrange formas contraditórias e múltiplas linguagens que se interligam dialogicamente e não se excluem. É um processo em que ocorre a coexistência de diversas contradições socioideológicas entre o presente e o passado; entre tendências, escolas, círculos entre outros, e o encontro e a disputa entre pontos de vista sociolinguísticos diferentes (SERODIO; PRADO (2015).

Bakhtin (2012) ressalta que a linguagem ocupa posição central na vida do ser humano. A palavra é pensada como material da linguagem interior e da consciência, além da comunicação na vida cotidiana, que permeia a criação ideológica como um todo, presente em todos os atos de compreensão e de interpretação. A palavra, com seu conjunto de significados, possui sentido ideológico, relacionando-se ao contexto. A palavra é também polissêmica e plural, tornando a história viva, por conter múltiplos fios ideológicos que a tecem. O produto do ato da fala, a enunciação, é de natureza social, transmitida por meio da entoação expressiva da voz. Em virtude disso, junto com a palavra, surgem os gestos, as expressões faciais, a tonalidade e entonações que contribuem para que as mensagens sejam transmitidas e compartilhadas.

A palavra, na concepção bakhtiniana, permite a constituição do sujeito por meio da linguagem, com o enunciado acabado e com um sentido concreto, ou seja, seu conteúdo. Para Bakhtin (2010) a palavra é considerada um signo social, que acompanha e comenta todo ato ideológico.

No dialogismo de Bakhtin, não encontramos um “passo a passo” explicitando sobre o que seja o público e o privado. Todavia, em suas obras é possível verificar a presença dessas terminologias dicotômicas, certamente porque permeiam o cotidiano da vida humana, conforme demonstrado na subseção anterior.

Nesse sentido, a vida, as relações e experiências humanas, se interagem em um permanente e intenso diálogo social. Na perspectiva bakhtiniana,

[...] a única forma adequada de expressão verbal da autêntica vida do homem é o diálogo inconcluso. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal (BAKHTIN, 2011, p. 348).

À luz das reflexões bakhtiniana e do seu Círculo, destacaremos a seguir dois pilares desse debate dialógico, que a nosso ver são reveladores dessa dicotomia entre público e privado, a saber: *o princípio Ideológico como tensão na fronteira entre a ideologia oficial e a do cotidiano* e *o princípio da Carnavalização como rompimento de regras e tabus*.

Esses dois pilares nos remetem à manifestação da sexualidade dos alunos com DI, no âmbito escolar, que são reprimidas pelas regras impostas pela sociedade a partir dos princípios religiosos, que remontam séculos e séculos e o princípio da carnavalização que nos faz lembrar das atividades propostas pela APAE, sobretudo, pela BALADAPAE Apae, onde os alunos podem expressar seus sentimentos, podem se manifestar sem o controle dos pais. Não obstante, com a supervisão dos professores responsáveis.

Acompanhando esse pensamento, Bakhtin e seu Círculo explanam a respeito da dicotomia entre público e privado por meio dos princípios basilares, que são o ideológico e o da Carnavalização, como veremos a seguir.

3. 2. 1 O princípio Ideológico como tensão na fronteira entre a ideologia oficial e a do cotidiano

No princípio ideológico como tensão na fronteira entre a ideologia oficial e a do cotidiano, encontramos a presença do público (*o oficial*) e do privado (*o cotidiano ou não oficial*), disposto em vários escritos atribuídos ao Círculo de Bakhtin, especialmente na obra “Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem”, de Valentin Volóchinov, integrante do círculo do teórico russo.

Verifica-se na concepção bakhtiniana que “além dos fenômenos da natureza, dos objetos tecnológicos e dos produtos de consumo, existe um mundo particular: o mundo dos signos” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

qualquer produto ideológico é não apenas uma parte da realidade natural e social – seja ele um corpo físico, um instrumento de produção ou um produto de consumo – mas também, ao contrário desses fenômenos, reflete e refrata outra realidade que se encontra fora dos seus limites. Tudo o que é ideológico possui uma significação: ele representa e substitui algo encontrado fora dele, ele é um signo. Onde não há signo também não há ideologia (VOLÓCHINOV, 2017, p. 91).

O signo funciona como um suporte para que a interação dialógica relacional na sociedade possa se evidenciar. No interior da esfera ideológica ou do próprio campo dos signos – a imagem artística, o símbolo religioso, a fórmula científica, a norma jurídica e assim por diante – existem profundas diferenças, mas “uma

consciência só passa a existir como tal na medida em que é preenchida pelo conteúdo ideológico, isto é, pelos signos, portanto apenas no processo de interação social” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 95).

Verifica-se que para a compreensão dos signos em dois aspectos são fundamentais: a primeira refere-se ao *significado do signo*, que é o seu conceito, o conteúdo ou a face imaterial e abstrata, revelando e representado o que há no pensamento de cada um numa relação interativa social; outro aspecto, diz respeito à face *significante* deste signo, refere-se ao seu aspecto material, o que ele é de concreto, é o elemento tangível, perceptível, ou seja, corresponde a tudo aquilo que os nossos órgãos do sentido conseguem captar (VOLOCHÍNOV, 2017)

Neste sentido, no campo ideológico,

qualquer objeto da natureza, da tecnologia ou de consumo pode se tornar um signo. Neste caso, porém, ele irá adquirir uma significação que ultrapassa os limites da sua existência particular. O signo, não somente uma parte da realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade, sendo por isso mesmo capaz de distorcê-la, ser-lhe fiel, percebê-la de um ponto de vista específico e assim por diante. As categorias de avaliação ideológicas (falso, verdadeiro, correto, justo, bom etc...) podem ser aplicadas a qualquer signo. O campo ideológico coincide com o campo dos signos. Onde há signo há também ideologia. *Tudo o que é ideológico possui significação signica* (VOLÓCHINOV, 2017, p. 93).

Cabe ressaltar que, segundo Volóchinov (2017), o signo no campo ideológico se materializa pela comunicação, e dessa forma ele se constitui sócio historicamente, refletindo e refratando a realidade. Essa propriedade de refletir e refratar a realidade é central. Assim sendo, reflete a realidade, por meio da sua propriedade de adquirir sentido que ultrapasse suas próprias particularidades.

No campo das contradições sociais, conforme Volóchinov (2017, p. 113), “o signo transforma-se no palco da luta de classe”, de modo que a classe dominante atribui ao signo ideológico “um caráter eterno e superior à luta de classes”, apagando e ocultando as tensões e o embate das avaliações sociais no seu interior.

No campo da comunicação da vida e das interações sociais, Volóchinov (2017, p. 99), evidencia “um campo enorme da comunicação ideológica”, o campo da comunicação cotidiana que o autor considera extremamente importante, porque “por um lado, ela entra diretamente em contato com os processos produtivos e, por outro, ela se relaciona com as várias esferas ideológicas já formadas e

especializadas”. E é neste sentido que Bakhtin, reconstruindo parte da concepção marxista de ideologia, coloca ao lado da ideologia oficial a ideologia do cotidiano.

Miotello e Batista (2013) afirmam que a única definição de ideologia, formulada por alguém pertencente ao Círculo de Bakhtin de forma direta e explícita, foi feita por Volochinov, no texto “Que é a linguagem”, escrito em 1930, onde se encontra disposto que “Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio das palavras [...] ou outras formas sógnicas” (MIOTELLO; BATISTA, 2013, p. 169).

É sabido que o Círculo de Bakhtin tem como ponto de partida a concepção marxista de ideologia, concebida como uma forma de “falseamento da realidade” ou “falsa consciência”, vista como uma mentira que parece verdade, como um disfarce e ocultamento da realidade social, escurecimento, desenvolvido pela classe dominante como instrumento de dominação. Todavia, para os membros do Círculo, havia uma evidente limitação na conceituação teórica de Marx, e

a queixa inicial era a de que a produção teórica marxista, até aquele momento, não havia colocado o problema do estudo da ideologia no lugar certo, e o tinha tratado de forma mecanicista, ou seja, segundo Bakhtin e os membros do seu Círculo, os teóricos marxistas procuravam estabelecer uma ligação direta entre os acontecimentos nas estruturas socioeconômicas e sua repercussão nas superestruturas ideológicas (MIOTELLO; BATISTA, 2013, p. 167).

Na visão de Bakhtin se fazia necessário ir além da fronteira de uma mera crítica à concepção marxista, tratava-se de desenvolver e reconstruir o conceito de ideologia enquanto um fenômeno social que se constrói em todas as esferas públicas e privadas relacionais da sociedade.

A propósito, o Grupo de Estudos dos Gêneros do Discurso – GEGE (2010, p. 16) foi muito feliz quando nos presenteou com uma formulação primorosa acerca da reconstrução bakhtiniana do conceito de ideologia e da importante transformação epistemológica que Bakhtin dá aos estudos linguísticos e da compreensão do que ele chamou de ideologia do cotidiano, afirmando que

é essa ideologia que o diferencia de Marx. Marx acreditava que a ideologia fosse uma ferramenta que a Burguesia utilizava para concretizar a dominação dos proletários. Ideologia era, portanto, homogênea e servia

apenas a uma classe social. Já em Bakhtin vemos a distribuição da ideologia para os outros grupos sociais dominados. Portanto, ideologia não é mais um modo de opressão, mas também de libertação. Se para Marx a ideologia apenas escondia a realidade, agora para Bakhtin a ideologia também denuncia. Ideologia do cotidiano funcionando enquanto resistência ao poder hegemônico [...] (GEGE, 2010, p. 16-17).

No dizer de Ponzio (2016, p. 159), “Bakhtin chama de ‘ideologia cotidiana’ o discurso interior e exterior que acompanha o comportamento prático”, e que, do ponto de vista da tensão entre a ideologia cotidiana e a oficial em uma sociedade na qual a contradição de classe não existe ou é reduzido ao mínimo,

não existe nenhuma quebra entre ideologia cotidiana e ideologia oficial, ao ponto de não existir uma distinção entre oficial e extra-oficial no plano ideológico. [...] nas camadas mais altas [...] apresenta-se em uma relação de adequação e, no máximo, de identificação com a ideologia vigente nas instituições, impostas pela classe dominante; nas camadas mais baixas a ideologia cotidiana vai aos poucos se destacando da ideologia oficial até resultar em pleno contraste com essa (PONZIO, 2016, p. 159).

Cabe ressaltar que a ideologia do cotidiano é, portanto, o elo entre a infraestrutura econômica e os sistemas ideológicos constituídos, que ocorre por meio da linguagem verbal, dos signos verbais, pois estes estão presentes em todos os lugares na sociedade e neles se expressam todas as mudanças que ocorrem na sociedade. Esse pensamento nos faz refletir que os alunos com DI, independente de sua classe social, sofrem as mesmas repressões e preconceitos vigentes na sociedade, considerando que o princípio religioso é predominante, não importando a classe do indivíduo.

Conforme o exposto, à luz da obra de Volóchinov, “Marxismo e filosofia da linguagem”, é possível fazer um recorte metodológico nos permitindo incluir três aspectos importantes neste debate: a) a chamada ideologia formada, especializada, oficial, que, para nossa pesquisa, se encaixa no conceito de *público*; b) a ideologia do cotidiano que evidencia o conceito de *privado*; e c) a tensão entre essas duas ideologias, por ser revelador de uma inter-relação tensionada pelas contradições de classe resultando em pleno contraste, funcionando a ideologia do cotidiano como um modo de resistência e ruptura ao poder hegemônico da nossa sociedade. Desse modo, é neste recorte do momento ideológico dialético da fronteira tensionada que se une o público ao privado, permitindo-nos extrair a concepção que neste trabalho chamamos de espaço da ação dialógica de resistência.

3. 2. 2 O princípio da Carnavalização como rompimento de regras e tabus

No que se refere ao princípio da Carnavalização como rompimento de regras e tabus, encontramos uma presença marcante do público na obra “A cultura Popular e no renascimento: o contexto de François Rabelais” de Bakhtin, com destaque para a praça pública, as festas e festejos públicos, carnavais públicos, vocabulário público em oposição ao oficial – o mundo oficial, a cultura oficial, a festa oficial, o tom sério, as regras religiosas e feudais da época – e ao privado, que está associado ao caráter egoísta e pessoal. Nos termos de Bakhtin (2002, p. 3-4),

O mundo infinito das formas e manifestações do riso opunha-se à cultura oficial, ao tom sério, religioso e feudal da época, dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações — as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos, gigantes, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica, vasta e multiforme, etc.

A obra do francês François Rabelais (1483-1553) “Gargântua e “Pantagruel” foi a escolhida por Bakhtin para a formulação de suas teses sobre a Carnavalização e a Vida Cotidiana, a saber: a) as relações entre poder opressor *versus* as manifestações populares, quando as festas populares, as formas grotescas, realizadas em praça pública, transgrediam o poder dominante do feudalismo e da igreja da época; b) a ruptura com o oficial, o tom sério, a religião oficial, estabelecendo um segundo mundo, uma segunda vida, caracterizada como não-oficial, cotidiana; c) o estabelecimento de uma nova ética, centrada na carnavalização, no riso, na crítica aos poderes dominantes; d) a tensão entre ideologia oficial e a do cotidiano; e) o cômico rompendo a cultura dominante (BAKHTIN, 2002).

Nesses conceitos, o destaque está para o de carnavalização, que nasce da relação conflituosa entre palácio e praça pública: “É a partir dessa interação entre Palácio e praça pública, as festividades e rituais rodeados de imagens trágicas que surgiu um movimento que Bakhtin nomeia carnavalização” (PAJEÚ; BOMBONATO; BORGES, 2012, p. 77).

A máscara pode ser uma metáfora para compreendermos essas relações e realidades que aconteciam na praça pública bakhtiniana. A partir do uso da máscara,

todas as pessoas naquele momento poderiam ir e se apresentar na praça pública, como um grande palco, sem distinção entre quem é autor, personagem ou público – sobretudo, sem um público definido – e desse modo, eles poderiam se expressar – de forma jocosa suas ideias. Era quando eram livres; estavam autorizados pelo poder público instituído para poder se expressar livremente, naquele período, de Carnaval, na praça pública.

A partir da obra de Rabelais, é possível fazer um recorte metodológico que incluiria:

a) as formas dos ritos e espetáculos (festejos carnavalescos, obras cômicas representadas nas praças públicas, etc.); b) as obras cômicas verbais (inclusive as paródicas) de diversa natureza: orais e escritas, em latim ou em língua vulgar e c) as diversas formas e gêneros do vocabulário familiar e grosseiro (insultos, juramentos, blasões populares etc. (PAJEÚ; BOMBONATO; BORGES, 2012, p. 71).

É nesse momento que se une o privado ao público, pela autorização ao público de poder estar na praça e ao privado porque podia expressar a partir do seu posicionamento do seu ponto de vista, sua forma de ser, com os seus discursos: alegres, irônicos e críticos com relação ao momento da época. O trecho a seguir, tenta ilustrar a presença de homens e mulheres fantasiados, mascarados, representando fatos cotidianos, a disputa por uma jovem, o parto em plena praça pública, o nascimento de um ser disforme:

um grupo de homens fantasiados surge, uns vestidos de camponeses, outros de mulheres. Entre as mulheres, uma apresenta sinais evidentes de gravidez. De repente estala uma disputa entre os homens; os punhais aparecem (em cartolina prateada). As mulheres separam os combatentes; assustada, a mulher grávida sente em plena rua as primeiras dores do parto: ela começa a gemer e a contorcer-se, as outras mulheres rodeiam-na, dão-lhe uma cadeira e, imediatamente, ela traz ao mundo em público uma criatura disforme. Com isso, a representação termina (BAKHTIN, 2002, p. 216).

Aqui se une o público ao privado, que se inter-relacionam, são interligados, no nosso modo de entender. Acontecimentos como disputas pela mesma donzela e o parto tornam-se públicos, que poderiam ser considerados como particulares, privados.

Para se ter uma ideia, as festas oficiais consagravam a “estabilidade, a imutabilidade e a perenidade das regras que regiam o mundo: hierarquias, valores, normas e tabus religiosos, políticos e morais correntes” (BAKHTIN, 2002, p. 8). A

significação das festas populares é em resumo: a) a festa popular é feita pelo povo, não pelas elites, pelas instituições do Estado ou da Igreja; b) ocorre a liberação total da seriedade da vida; c) apresenta-se as encenações, os dramas do grotesco do corpo; e por fim, e mais importante, nessas festas alegres que relativizam as verdades e o poder, é que toda a hierarquia é abolida.

O recorte para extrairmos a concepção de público e de privado pressupõe termos em mente que os festejos carnavalescos se aproximam do que vamos chamar nesse trabalho de integração entre o público e o privado como espaço de ação dialógica de resistência, que estabelece uma fusão entre os dois e a quebra das regras estabelecidas pelo público e privado, na sociedade capitalista.

Esclarecemos que a opção por designar esse espaço de ação dialógica de resistência ocorre por se tratar de um acontecimento único, em um único espaço, a partir de participantes que assumem posições e papéis definidos, sem intencionalidade de prejudicar um dos participantes, com características específicas de rupturas com as regras tanto do espaço público, quanto as do privado.

Para dialogarmos sobre os conceitos desses espaços e a relação deles com as narrativas e as vivências sexuais do DI no contexto escolar, optamos por fazer um resgate teórico entre os conceitos trabalhados por alguns autores, relacionando-os com alguns conceitos presentes nos trabalhos do filósofo Mikhail Bakhtin, que, por mais que não trate especificamente dos temas supracitados, apresenta uma aproximação com os mesmos, e nos leva à compreensão de que esses conceitos dependem do ato protagonizado pela ação humana, do espaço, do tempo e dos interlocutores envolvidos, sendo que cada um possui mais ou menos regras e princípios éticos envolvidos, ou seja, vão além de meros espaços físicos.

Nesse sentido, o objetivo de realçar esse espaço de ação dialógica de resistência é para expressar o momento em que se dá a resistência e ruptura das regras protagonizadas pelos setores minoritários que compõem a sociedade civil contemporânea, considerando para tanto o ato ou ação humana praticada, o lugar ou espaço em que ocorre esta ação humana, os sujeitos protagonistas da ação contestadora e de transformação das regras coativas de natureza moral, social, legal, religiosa e dos “bons costumes”, existentes tanto no espaço público quanto no privado, sem a intenção de causar prejuízos aos outros.

O sentido do público e o privado que levantamos para o debate em questão, perpassa por um conceito moral e pela questão ideológica, porque ideologicamente, foi estipulado que a sexualidade só pode ser feita no privado, ou seja, a portas fechadas. A questão é, neste público, que comportamento pode ser explicitado ou demonstrado? Por que às vezes aquilo que você fala é permitido falar, mas não é permitido fazer? No espaço público você poderá falar, mas não poderá fazer o ato, porque o ato é visto ideologicamente como um pecado, como errado, ligado a questão da moral, da culpa de que como você fez, fez alguma coisa de errada e isso também tem a ver com a ideologia religiosa, mas se não fosse assim, como é que iria ser: poder-se-ia fazer em todos os lugares? Não é permitido, há uma privacidade que está ligada à questão do que se pode fazer no privado.

Então, essa questão do público e do privado é um outro conceito no cotidiano; não está escrito em lugar nenhum que você não pode fazer isso ou fazer aquilo, mas ideologicamente está estipulado moralmente. Nesse sentido, as categorias entre o público e o privado atravessam a interação e manifestação sexual dos alunos com DI, seja na escola ou em casa, demonstrando que as práticas sexuais externalizadas no cotidiano constituem-se por meio do discurso e do sentido das palavras.

4 DISCURSOS TEÓRICOS SOBRE SEXUALIDADE NAS CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

Iremos discutir nesta seção o conceito de sexualidade e as relações com o público e o privado a partir das concepções da antropologia, sociologia, medicina, psicanálise, religião, filosofia, história, psicologia social, demografia e da educação especial.

A intenção desta seção é identificar nas concepções das ciências humanas e das ciências naturais os diversos posicionamentos sobre o privado, o público e quanto a ação dialógica de resistência, entendendo cada um deles assim:

a) o privado implica que as relações sexuais estão restritas a um lugar fechado, com pessoas autorizadas. Um local particular de um casal ou de um indivíduo: a família, a casa, as relações entre marido e esposa. Por exemplo: uma dança sensual que o casal realiza em casa. No caso, o casal está em um local fechado; são autorizados, por serem marido e esposa. Ninguém, além dos dois, assiste ao ocorrido.

b) o público implica que as relações estão expostas ou publicizadas para além de um âmbito fechado. Implica regras e proibições de onde e com quem são realizadas. Por exemplo, uma dança sensual que um casal realiza em uma festa. O local é propício para a realização da dança, a dança é aceita e o casal está exposto aos olhares públicos. As regras estão sendo obedecidas, mas caso algo ocorra de anormal, pode ocorrer punição. Por exemplo: o casal rompe com as regras estabelecidas se começa a tirar a roupa e a dançar nu.

c) a ação dialógica de resistência implica em rupturas com as regras da esfera pública e da privada. Há uma ocorrência em público de algo que em determinada cultura é restrita ao privado. Por exemplo: uma dança sensual que ocorre em uma praça pública. O casal pode até ser marido e esposa ou pode ser recém-conhecidos, mas há o fato de estarem em um lugar não autorizado, fazendo algo aos olhos do público e rompendo com regras estabelecidas pela cultura dominante. É o que acontece no exemplo anterior, de uma dança sexual em um local de festa em que o casal começa a tirar a roupa.

Mas voltemos para as diversas áreas das ciências. O que, em termos gerais, essas áreas tratam da relação entre privado, público e da ação dialógica de resistência?

4. 1 A SEXUALIDADE NA ANTROPOLOGIA

No texto “Sexo e sexualidade na antropologia”, de autoria de Marta Loyola, é ressaltada a ideia de que devido à antropologia ter o poder de objetivação, possibilitou abordar o sexo e a sexualidade como objetos de estudos, mesmo quando esses temas ainda eram considerados tabus, inclusive nos meios acadêmicos.

Os antropólogos colocaram a sexualidade como base da sociedade e por esse motivo também deveriam seguir regras, haja vista que foi imposta ao incesto¹². Para Miguel Almeida, o tabu do incesto representa a divisão do trabalho pelo sexo:

[...] um tabu contra a semelhança entre homens e mulheres. Este tabu, exacerbando as diferenças biológicas entre os sexos, criaria o gênero. Este tabu é também em relação a tudo o que não seja o emparelhamento de homem e mulher [...]. Os indivíduos seriam, então, “engendrados” para garantir o casamento. A heterossexualidade pode ser vista como um processo instituído, e o tabu do incesto pressupõe um tabu anterior sobre a homossexualidade (ALMEIDA, 2003, p. 13).

Partindo desse princípio de conformidade com a sociedade, os limites da liberdade sexual podem mudar, mas sabemos que existem fatores biológicos e psicológicos para além do costume e convenção.

Loyola (1998, p. 20) ressalta que Malinowski fazia distinção entre dois grupos de proibições: o grupo que tratava algumas formas de sexualidade como “repreensivas, indecentes e depreciáveis” e o grupo de proibições culturais, a exemplo do sexo durante o período da gravidez, entendendo que o verdadeiro sentido para o sexo é a procriação, para a perpetuação da família, deixando claro que fatores culturais civilizam as pessoas, moldam os desejos sexuais e organizam suas emoções, o que Malinowski chamou de “plasticidade dos instintos”.

Outra contribuição importante foi a de Marcel Mauss, que estudou para além do conhecimento do corpo, as técnicas ou práticas sexuais, frisando que “a cultura

¹² Incesto: “União sexual ilícita entre parentes consanguíneos ou afins. Relação sexual entre parentes, entre pais e filhos, entre irmãos (consanguíneos ou adotivos); geralmente, censurada pela igreja, pela sociedade etc”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/incesto/> Acesso em: 18 dez. 2019.

se imprime no próprio corpo humano [...] nas maneiras de portar o corpo: gestos, movimentos, posturas etc.” (LOYOLA, 1998, p. 26). Aqui cabe ressaltar que as técnicas e a moral foram compreendidas como íntimas parceiras.

Os antropólogos, geralmente, ao abordar o tema da sexualidade, têm como base os antigos estudos antropológicos, que colocam como centro da sexualidade a reprodução. Os desejos sexuais ficaram reduzidos à esfera privada, e sua manifestação em público é estudado como tabu. O tabu é uma forma de se criar um tema que é proibido de se falar em público, um tema discriminado, que deve a todo custo ser rejeitado.

a perspectiva construcionista na antropologia parece que superou a visão tradicional da centralidade da sexualidade unicamente como reprodução e de tolhimentos devidos tabus sexuais. A teoria do contorcionismo social desafiou os modelos antropológicos tradicionais, tendo dado origem a uma explosão de pesquisas sobre a sexualidade a partir de meados dos anos setenta. A distinção entre sexo e gênero é o ponto de partida fundamental. Baseada na distinção que a antropologia promoveu entre biologia e cultura, e elaborada a partir dos anos sessenta pela teoria crítica feminista, a separação conceptual entre sexo e gênero dá a entender que o segundo é a elaboração cultural do primeiro (ALMEIDA, 2003, p. 11).

Parafraseando Almeida (2003), afirmamos que a variação histórica e cultural dos papéis femininos e masculinos, dos traços de personalidade compreendidos como normais para cada sexo, em cada cultura, ocasionou o determinismo cultural na área da sexualidade, considerando que este sistema é visto como um sistema de desigualdades, constrangimento e dominação e deve ser entendido como sistema cultural.

Para Loyola (1998), sexo, gênero e reprodução são inseparáveis, e comunga com os antropólogos franceses que entendem que a questão está centralizada no “poder” de dominação entre os sexos, vistos como um sistema de desigualdades, constrangimento e dominação e deve ser entendido como sistema cultural.

A questão da dominação revela que há um processo por parte dos homens que está incutido numa estrutura que reflete em relação às mulheres as diversas formas de violência e opressão, considerando que seja comum à visão dos homens que a praticam, mas também aos olhos das mulheres, que são objeto desse tipo de violência. Para os homens, a diferença social está fundada na diferença binarista de homem/mulher. Não obstante, compreendemos a dominação masculina como forma

simbólica – em torno das disputas e relação de forças – e está relacionada à base econômica, biológica e social.

o gênero feminino dominado, na prática e no interior das relações sociais de gênero, não dispõe de instrumentos para pensar, ou de instrumentos para se afastar do impensado cultural que não sejam os *habitus* incorporados no contexto da dominação masculina tanto na dimensão corporal como nas atitudes e expectativas. As disposições dos dominados são aquilo que têm em comum com os dominadores, ou seja, o gênero feminino dominado realiza a forma incorporada da relação de dominação. A ideia de dominação masculina, tal como formulada por Bourdieu, incide no risco de naturalizá-la, pois o autor a ela se refere como quase inerente à ordem social, como prática e regra, quando, ao contrário, do olhar paradigmático da metodologia feminista de gênero, a dominação masculina deve ser lida como se dando em processo relacional, em que as posições e os olhares de mulheres e de homens sempre as percebem diferentemente, ainda que compartilhem os mesmos códigos culturais, pois diferem suas posições relacionais (MACHADO, 2014, p. 32-33).

A partir do pensamento da autora, pensamos que seja necessária a desconstrução das teorias essencialistas tradicionais do campo da sexualidade, o que seria uma tarefa da antropologia, articulada à história, sociologia, psicologia social e à educação.

Houve significativas transformações econômicas e sociais nas sociedades, como a introdução da mulher no mercado de trabalho, as facilidades e benefícios trazidos pela medicina, como “a pílula anticoncepcional e, mais recentemente, pela inseminação artificial¹³ e pela reprodução *in-vitro*¹⁴, permitindo desvincular desse processo, não somente sexualidade (enquanto domínio do prazer) e reprodução, mas o próprio sexo” (LOYOLA, 1998, p. 42), mas não foi exterminada a dominação masculina.

Loyola (1998) trata de um aspecto muito importante, porém, não menos oprimido, que é o “amor”. Nesse sentido, a autora declara que as mulheres, segundo Philippe Ariès, ainda sofrem com as concepções destinadas a elas de que tem como

¹³ A Inseminação Artificial (IA), também conhecida como Inseminação Intrauterina (IIU), “consiste na colocação de uma amostra de esperma, preparada previamente no laboratório, no interior do útero materno a fim de aumentar o potencial de fecundação dos espermatozoides”. Disponível em: <https://ivi.net.br/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

¹⁴ A fertilização *in vitro*, também conhecida por suas iniciais “FIV”, “é a opção da medicina reprodutiva que oferece mais chances de gravidez para aqueles que enfrentam dificuldades para engravidar. O tratamento consiste em realizar a fecundação do óvulo com o espermatozoide no laboratório de embriologia; um processo *in vitro* que requer o cultivo em laboratório para permitir a observação do correto desenvolvimento dos embriões e posterior transferência ao útero materno para a confirmação da gravidez”. Disponível em: <https://ivi.net.br/>. Acesso em: 18 dez. 2019.

fator intrínseco a entrega do seu corpo ao seu amado, agindo por amor, satisfação e isso ainda é entendido como dominação masculina.

Quadro 6 Sumarização: antropologia

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
<ul style="list-style-type: none"> - “deriva do que é proibido e permitido [...]” (LOYOLA, 1998, p. 18). - O desejo sexual é construído pela cultura. - Teoria do construcionismo: distinção entre gênero e sexo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Tabu do incesto. - Tabu da homossexualidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Privado: a reprodução, o desejo sexual.

Fonte: Elaboração própria a partir dos estudos de Loyola (1998).

4. 2 A SEXUALIDADE NA SOCIOLOGIA

Nos estudos da sociologia, partimos de Janine Pierret, em “Elementos para reflexão sobre o lugar e o sentido da sexualidade na sociologia”, que destaca o interesse da sociologia pela sexualidade em detrimento do advento da AIDS, no início dos anos 1980. A sociologia preocupou-se em conhecer os modos de transmissão da AIDS, estudar os comportamentos sexuais das pessoas, para assim, tentar desenvolver formas de intervenção e prevenção dessa epidemia.

Por meio dos textos de Durkheim, Pierret (1998) verificou que a sociologia institucionalizou a sexualidade no casamento e na família, afirmando que a união fora do casamento não tem obrigações e por isso é uma “sociedade imoral”. Dessa forma, estabelece que a sexualidade é algo restrito à esfera privada, após o casamento e no âmbito da família. Durkheim tinha o casamento e a família como obrigações necessárias ao bom funcionamento da vida social.

De acordo com Bruschini (1998, p. 258), a sexualidade se constituía “no interior da família conjugal, protegida por uma moral doméstica, uma vez que ele considerava que o ato sexual tinha um caráter imoral, impudico, e que toda união sexual que não assumisse a forma matrimonial era perturbadora”.

Dessa forma, fica clara a intervenção do Estado na vida íntima das pessoas, como função de colocar um freio no sentimento de prazer dos indivíduos. Mas, é apenas no século XIX, de acordo com Teixeira (2015), com o aumento da individualização que a divisão social do trabalho proporcionou, urbanização e crescimento populacional, que a sexualidade passa a ser menos vigiada e passa e

sofre menos imposições da sociedade, da família e da igreja, tornando-se polimorfa¹⁵, tornando-se uma discussão que ultrapassa a redução de esfera privada e a punição da sociedade

Pierret (1998) a classifica em posições sexuais no sexo normal e anormal. No entanto, ressalta que a sexualidade vai para além da natureza e da cultura, superando-as. Nesse sentido, o conceito de sexualidade se complexifica tornando-se fugidio, compreendendo todos os aspectos eróticos relevantes, a exemplo dos desejos, práticas, identidades, relacionamentos, além das já conhecidas determinações biológicas, o que tornaria a sociologia da sexualidade um trabalho desmotivador, e contextualização social e cultural.

Nessa contextualização, o sociólogo precisaria compreender que os processos pelos quais os parâmetros aceitos da sexualidade, as noções de “prazer sexual” e “desejo erótico” são socialmente construídos, e que a interação sexual é a mais corporal de todas as interações. Dessa forma, Teixeira (2015) inferiu que pensar a sexualidade do ponto de vista sociológico é adentrar em uma arena onde embates entre diversos posicionamentos ocorrem.

Sob essa mesma perspectiva, Bruschini (1998) relata que, a partir do século XIX, houve transformações na família patriarcal, em relação ao grupo conjugal: relações mais abertas entre pais e filhos, a realização de casamentos por iniciativa própria do indivíduo fora do grupo de parentesco, o aumento do controle de natalidade, aumento das separações conjugais, abolição das punições corporais, crescente igualdade de *status* entre homens e mulheres e o crescimento da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Pierret (1998) constatou que as normas sexuais são comparadas às atitudes e comportamentos, as mudanças ocorrem relacionadas às atitudes e não ao comportamento, a exemplo da sociedade norte-americana, em que existe maior tolerância à liberdade sexual. Já Béjin e Pollak, em seus estudos, afirma Pierret (1998), desenvolveram pesquisa a respeito da homossexualidade, na tentativa de desconstruir o discurso de que a homossexualidade é uma doença.

¹⁵ Polimorfa: “Que se apresenta sob aspectos, formas e modos de ser diferentes”. Disponível em <https://www.dicio.com.br/polimorfo/> Acesso em: 19 dez. 2019.

A distinção entre amor e reprodução humana refletiu sobre amor, erotismo e sexualidade e concluiu que a relação erótica é fruto da junção de uma relação sensual e uma relação afetiva, produzindo o “amor”.

Abaixo, sistematizamos um quadro sobre os estudos da sexualidade na sociologia.

Quadro 7 Sumarização: sociologia

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- Durkheim: institucionalizou a sexualidade no casamento e na família. - Sociologia moderna: complexificação da sexualidade, com determinações biológicas.	- AIDS.	- Privado: sexualidade no casamento, na família. - Público: algo complexo.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4. 3 A SEXUALIDADE NA MEDICINA

Na perspectiva médica, Marilena Villela Corrêa, no texto “Sexo, sexualidade e diferença sexual no discurso médico: algumas reflexões”, informa que não existe uma especialidade médica para tratar a sexualidade humana, que acaba sendo objeto de diversas áreas da medicina, a exemplo da ginecologia, urologia, psiquiatria, clínica de doenças infecciosas, genética clínica, com os mais variados contextos abordados, como reprodução humana, doenças sexualmente transmissíveis, as chamadas disfunções sexuais (impotência, frigidez, etc.), doenças genéticas ligadas aos cromossomas sexuais, fantasias e desejos e muitos outros aspectos (CORRÊA, 1998).

Não obstante, talvez, o que seja próprio da medicina em relação ao sexo e à sexualidade seja “sua definição anatômica da diferença sexual e sua concepção biologizante da determinação genética dos sexos” (CORRÊA, 1998, p. 70). A autora afirma ser impossível um discurso único a respeito de sexo e reconhece que a palavra *sexualidade* é polissêmica. Contudo, possui critérios que alicerçam o discurso médico sobre saúde e doença, normal e patológico, bem definidos, a exemplo dos medicamentos. Cabe aqui ressaltar que a relação entre atividade sexual e a saúde sempre foi preocupação para a medicina, porém em uma perspectiva preventiva.

Dessa forma, a medicina passa a tratar do sexo a partir da instituição das práticas disciplinares sobre o corpo. Nesse sentido, a teoria foucaultiana mostra que a normalização da sexualidade está intimamente ligada à produção de saberes (como a medicina, a pedagogia, a psicologia e a demografia entre outros), tendo a homossexualidade como um dos primeiros assuntos de interesse médico, principalmente pela psiquiatria. Porém, houve dificuldades em diagnosticar quanto ao desvio. A homossexualidade foi considerada anormal por Kraft-Ebing, justamente por não participar da conservação da nossa espécie.

Quadro 8 Sumarização: medicina

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- Trata como reprodução humana ou como doença (CORRÊA, 1998).	Reprodução humana, doenças sexualmente transmissíveis, disfunções sexuais, doenças genéticas.	- Público: algo a ser curado, controlado.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4. 4 A SEXUALIDADE NA PSICANÁLISE

O texto “Erotismo, desamparo e feminilidade: uma leitura psicanalítica sobre a sexualidade”, de Joel Birman, trata a sexualidade como um aspecto relevante para a constituição do sujeito, haja vista a psicanálise estar intimamente ligada ao “sexual”, devido às inquietudes de Sigmund Freud. Para Freud, a sexualidade possuía múltiplos e não menos complexos significados. De acordo com Rebouças (2002, p. 4-5) Freud a considerou de diversas formas no decorrer de sua obra:

Estuda as afasias apresentando um psiquismo como aparelho de linguagem e atribui, de forma biológica, a sexualidade como causa de doenças. Evolui para a universalidade dos fenômenos sexuais nos seres humanos e estabelece a ligação com representações verbais como sendo características de um “pré-consciente” e o desligamento entre a representação de palavras e representação de coisas correspondentes como sendo um “recalque”. Denuncia uma sexualidade polar feminina e masculina relacionadas ao falo – não ao pênis – mas ao FALO¹⁶, que é faltante e por isso se representa como símbolo e necessita da linguagem para contornar esta falta.

¹⁶ O conceito de “falo”, em Freud, é a compreensão: “da ambivalência contida no complexo de Édipo e evolui para a do poder contido no pai, detentor da lei, que deverá ser respeitado e destituído, simultaneamente gerando a culpa, fundadora da castração” (REBOUÇAS, 2002, p. 5).

Ressignifica a sexualidade, afastando-a da genitalidade, e aproximando-a de algo mais amplo como sendo qualquer forma de gratificação ou busca de prazer que implica em linguagem por esta ser essencial para qualquer estruturação de um universo de representação e em toda regulação de um “princípio de prazer” e um “de realidade”.

Define a energia que preside os atos humanos como de natureza pulsional pondo em relevo a energia sexual chamada – LIBIDO, presente na relação entre a representação da palavra e do objeto de forma simbólica.

Introduz o conceito de pulsão como resultado da polaridade enfrentada na elaboração dos impulsos instintuais sob a influência da vida mental e que encontra na linguagem dos sonhos, das parapraxias, dos chistes e do sintoma, formas de satisfação parcial.

Conclui envolvendo a sexualidade com o recalçamento da pulsão responsável pelas pulsões parciais, que podem ser associadas à linguagem por serem condições determinantes que priorizam a atividade do indivíduo nas constituições dos representantes, abrindo um novo espaço para o que existe de singular nesta atividade representativa.

Instala o conceito de inconsciente, que se identifica com objetos internos incognoscíveis pelo mundo externo, constituído pelo recalçado e cria o método psicanalítico que privilegia a fala dirigida a um outro como instrumento de associação livre passível de alimentação através da relação com o analista (transferência) e que poderá evoluir para a tarefa da decifração de um saber inconsciente que se experimenta progressivamente com a falta da palavra que representa o que se quer falar e corresponde ao que vem a chamar de “rochedo da castração”, o ponto incurável.

A sexualidade, para Freud, representa a grande questão do humano na busca da unidade – desejo incestuoso – como origem da pulsão que nunca se realiza e é sempre parcial. A busca da unidade pode ser captada: no mito andrógino. Na bolha narcísica (mãe/filho). No só sim ou só não. Na pulsão de morte. No inanimado.

Birman (1998) declara que não se pode afirmar que a psicanálise seja a representante ocidental da arte erótica e tampouco representante da ciência do sexual; baseado nas interpretações foucaultiana, ressalta o comportamento, a partir da análise de Foucault, que, ao opor a *ars erótica* a *scientia sexualis*, quis destacar que as sexologias são normativas e garantem as normas existentes sobre o sexual. Então, o autor declara que a psicanálise definiu a sexualidade pelos predicados do prazer e do gozo e, assim sendo, o gozo não mais foi entendido como pecado.

A sexualidade deixou de ser compreendida como um registro concreto do comportamento para ser prevista em outros destinos da subjetividade. Não obstante, o autor ressalta que a psicanálise se aproximou mais do entendimento do senso comum. Para Freud, o discurso psicanalítico estava mais inclinado aos discursos literários e do senso comum do que ao científico, uma vez que a sexualidade se origina na fala e na linguagem, traduzindo-se, posteriormente, no comportamento.

Dessa forma, Birman (1998) explica que a psicanálise, ao se referir ao sexual, ultrapassa o entendimento estrito inerente ao comportamento, pois a sexualidade se

encontra, primeiramente, na fantasia e o comportamento é o elo dessa cadeia de relações. Contudo, Freud não abandonou por completo sua compreensão anterior a respeito da sexualidade, de que ela residia nas perturbações psíquicas, pois continuou a utilizá-la como alicerce para as suas novas concepções.

O fundador da psicanálise deu o passo mais ousado ao postular que a sexualidade é intrínseca ao ser humano desde a infância. Transmutou a problemática da reprodução biológica para a reprodução simbólica, sendo que o que passou a ser destacado pela psicanálise foi a questão da filiação, que é inerente à ordem social.

Segundo Arán (2009) assim como a compreensão de sexualidade infantil, elaborada por Freud e foi acatada como uma revolução na forma de conceber a sexualidade humana, os destinos dessa formulação, sobretudo no que se refere à teorização do Complexo de Édipo/Castração, sempre causam discussão, discórdias e reformulações. O próprio Freud sugeriu, no transcorrer de sua obra, a existência de um período anterior ao Complexo de Édipo, que é fruto da sua elaboração sobre a sexualidade feminina, indicando uma relação primária da criança – no caso da menina – com a sua mãe. Essas hipóteses colaboraram para as elaborações pós-freudianas sobre a clínica, e sobre a própria noção de sexualidade.

Também deixou claro que, dos mamíferos, o ser humano é a espécie mais prematura do ponto de vista biológico, pois vem ao mundo de forma incompleta e frágil, dependendo completamente dos cuidados do outro, aqui representado pela figura da mãe, até atingir sua autonomia. Esses cuidados vitais ao desenvolvimento do infante, produzidos pelo investimento materno Freud chamou de “experiência primária de sedução” (BIRMAN, 1998, p. 125) – no sentido erótico.

Para a questão da filiação, Freud desenvolveu um conceito denominado de Complexo de Édipo, no qual os desejos incestuosos do menino por sua mãe se tornam mais intensos, e o pai torna-se um obstáculo a eles. O fim do Complexo de Édipo ocorre pelo medo da castração, ao passo que as meninas aceitam o processo com naturalidade. Assim, o menino começa a desistir de sua paixão incestuosa.

Freud anuncia um novo aspecto pertencente à problemática da sexualidade – a feminilidade como algo que transcende a diferenciação dos sexos, caracterizada “pela ausência de referência ao falo” (BIRMAN, 1998, p. 127). Assim, a feminilidade foi concebida tanto na figura masculina, quanto na feminina. Todavia a feminilidade

causa no indivíduo a inquietação e o horror ao se defrontar com sua incompletude, tornando-o insuficiente em face ao vazio fálico. Arán (2009, p. 659) ressaltou que,

o destino da sexualidade feminina é a inveja do pênis, tendo na sua versão positiva a maternidade e na negativa a renúncia e a virilização. Já para Lacan, considerando-se as suas fórmulas de sexuação, o lado feminino acaba sendo um limite interno ao masculino, onde a mulher aparece como "não-toda" inscrita na função fálica. A própria escolha do falo como significante do desejo significa uma posição sexuada de quem só pode conceber o feminino a partir da exclusão. O que se observa nesse contexto é uma espécie de versão psicanalítica para o modelo da dominação masculina em que, como diz Lacan, "a mulher não existe".

Aqui entende-se que o ser humano está desamparado perante o perigo e a dor. Arán (2009, p. 663) relatou que esse conceito ajudou a construir um novo território no qual se possa pensar diferentemente a diferença. Os principais elementos de ligação entre essas teorias são:

1) uma crítica à centralidade da ideia do Édipo e do complexo de castração na psicanálise; 2) uma releitura da ideia de corpo erógeno na teoria freudiana com o objetivo de fundamentar metapsicologicamente a ideia de um excesso pulsional, pressuposto fundamental para que se possa pensar a multiplicidade das experiências subjetivas; 3) uma abordagem dos processos de subjetivação que toma como base referências extraídas da estética, em que a diferença se expressa como singularidade.

Segundo Arán (2009, p. 663) essa nova abordagem da diferença condensa o que era excluído pela cultura ocidental,

a especificidade da experiência vivida, ou seja, a positividade do corpo feminino na sua diferença, já que essa experiência foi historicamente recalcada ou mesmo expulsa do esquema simbólico dominante, sem pressupor que essa alteridade constitua um outro modelo (oposto ao masculino) e sim a afirmação de uma multiplicidade de singularidades. Nesse sentido, esse gesto de positividade da feminilidade teria longo alcance como crítica da cultura e forma de enunciação de novas subjetividades.

Para Freud, a feminilidade e o desamparo são faces da mesma moeda, enquanto se apresentam na linguagem do erotismo, ou na linguagem da ética, sendo a certeza da nossa incompletude e a crença na completude possibilitada pelo gozo. Não obstante, como se sabe, o gozo satisfaz momentaneamente, o que Freud chamou de pequena morte, fato que, ao despertar a incompletude se faz presente,

nos tornando insuficientes. Para Nietzsche, “o erotismo é marcado pela repetição no seu ser, sendo um eterno recomeço e um eterno retorno” (BIRMAN, 1998, p. 130).

A discussão do termo *sexualidade* se torna expressivo, de acordo, com os estudiosos do campo, nos meados do séc. XIX, sendo que

o termo sexualidade é muito recente, surgiu no século XIX, fruto do desenvolvimento científico e da quebra de paradigmas onde se apoiavam normas e regras religiosas, pedagógicas, morais e médicas, num período histórico marcado pela redescoberta do interesse pela sexualidade humana, ou seja, o sexo passa a ser uma temática normatizada e disciplinada por áreas específicas do conhecimento científico, num esforço de afastar a sexualidade de concepções ligadas estritamente à moral e à religiosidade, conferindo-lhe um novo caráter que pode ser tomado como objeto de estudo pelo próprio corpo social (SILVA; BRÍGIDO, 2016, p. 4).

Para as autoras, historicamente, a sexualidade humana, foi discutida como um fenômeno subjetivo, inerente à pessoa humana, sendo caracterizada por desejos, contatos, prazeres, libidos, afetos, proibições e atos pecaminosos, com os quais o sujeito despertava no contato com outro, ou seja, a sexualidade sendo vista como característica biológica e naturalista da condição humana.

Essas autoras enfatizam que a regulação do corpo e o controle do desejo dos indivíduos fortemente marcados pelas diversas religiões cristãs, tornavam-se práticas inibidoras ou restritivas, pelos quais a concepção repressiva, imposta pelas mesmas, estreitou-se pela expressa vigilância sobre os atos que marcaram fortemente a vivência da sexualidade nesse período da história da sexualidade.

A representação da sexualidade sempre esteve imbricada a vida religiosa e biológica como fatores condicionantes à sexualidade humana, atravessando a constituição histórica do processo sexual das pessoas, de forma objetiva, com o qual o freudismo preocupou-se com as definições científicas, conceituando-a a partir da teoria da psicanálise, da psicosexualidade para explicar fenômenos sexuais inerentes a manifestações sexuais dos indivíduos, com ancoragem quase que exclusiva da psicologia, teorizando conceitos da sexualidade advindos desde a infância até a vida adulta.

Nesse momento, com a introdução da psicanálise para teorizar a sexualidade, há uma ruptura científica referente à contextualização da mesma, como área de conhecimento, que abarca outras questões desconsideradas, que permeiam fatores

que estão intrinsecamente ligados à vida social, antropológica e ontológica do ser humano, estando relacionado à constituição sexual dos sujeitos.

Segundo Silva e Brígido (2016), a centralidade da pesquisa de Freud está justamente na repressão histórica que a civilização, de forma muito particular a ocidental, impôs à sexualidade como atividade da vida social dos indivíduos. Nasce então um novo termo para designar esta análise da sexualidade relacionada à psique: a psicosexualidade. O conceito psicanalítico de sexualidade proposto por Freud traz uma identidade específica e diferente de tudo aquilo que até então já se havia falado sobre o tema. Freud elabora seu conceito, no qual a sexualidade aparece como força, ou seja, o sexo é energia. Essa energia vital está ligada precisamente aos instintos, que por sua vez possuem um papel importante na estrutura orgânica dos seres humanos, atuando tanto no meio interno, como no externo da vida do homem.

Os estudos de Freud construídos sobre a sexualidade se fundamentaram a princípio com a constituição da sexualidade humana, especificamente da sexualidade infantil, pelo qual as crianças manifestam zonas de prazer desde a amamentação no peito de sua mãe e/ou em outras formas eróticas de desejos na constituição dos impulsos sexuais originários.

Para tanto, na visão de Guimarães (2012, p. 54) há de se compreender a sexualidade infantil na teoria freudiana como

perversa-polimorfa, constitui-se a sexualidade por excelência, sendo considerada a sexualidade originária. A sexualidade dita adulta e genital é resultado de uma transformação da sexualidade originária, e dela conserva seus traços, de forma a assinalar que o sujeito jamais se liberta completamente da influência das primeiras experiências sexuais, mesmo que estas vigorem de forma modificada, sob a determinação dos diversos deslocamentos e condensações característicos das representações recalçadas.

Para autora, a compreensão da sexualidade humana em Freud está relacionada ao desenvolvimento da sexualidade infantil, uma vez que as formas primárias de manifestação dos desejos e prazeres estariam condicionadas a pulsões sexuais que as crianças manifestam na condição psicológica de externalizar a sua subjetividade para além do ato genital do prazer.

Bearzoti (1993, p. 4) entende, a respeito da sexualidade das crianças, que ela surge quando o

desenvolvimento da libido infantil, ampliando-se o conceito de sexualidade: é energia vital instintiva passível de variações quantitativas, vinculada à homeostase, às relações sociais e às fases do desenvolvimento da libido infantil. Como o desenvolvimento da sexualidade infantil atinge sua plenitude na genitalidade, amplia-se mais ainda o conceito de sexualidade: é energia vital instintiva passível de variações quantitativas, vinculada à homeostase, às relações sociais, às fases do desenvolvimento da libido infantil e à genitalidade.

De acordo com Silva e Brígido (2016), na teoria de Freud, surge um significado muito mais amplo que diferencia os dois termos, colocando a sexualidade num patamar que vai muito além do ato sexual restrito. As patologias referentes à sexualidade, antes relacionadas unicamente a fatores biológicos, passam a ser associadas a fatores psíquicos, elevando o sexo a um patamar acima do corpo biológico e da procriação. Sua ênfase está nos fenômenos subjetivos e na experiência do prazer relacionados à sexualidade humana. Abre-se um vasto campo de discussão e de investigação científica, tanto para psicanalistas quanto para filósofos, médicos, antropólogos e outros estudiosos da complexidade da vida humana.

A sexualidade humana, quando rompe com o freudismo, passa a ser compreendida em outras dimensões tais como: dimensões sociais, biopsicossociais e culturais que redimensionam as manifestações biológicas, sociais e psicológicas dos indivíduos, como afirma Maia e Aranha (2005, p. 1) compreendendo a

[...] sexualidade um conjunto de concepções e valores que envolvem a intencionalidade humana e a expressão afetiva de cunho social e histórico. A sexualidade abarca, então, uma amplitude de condutas humanas para além de sua genitalidade e não deve ser entendida, exclusivamente, como sinônimo de sexo, relação sexual, orgasmo, órgãos sexuais, mas sim, na sua dimensão ampla e cultural que abrange diferentes os aspectos, como o amor, relacionamentos afetivos e sexuais, a sensualidade e o erotismo e o prazer, a expressão da identidade e dos papéis etc...

O papel da sexualidade, construído pelos significados das regras sociais em relação a manifestações sexuais, ainda causa tabus e preconceitos que necessitam ser desmitificados na sociedade, somente assim poderemos avançar para uma nova ordem sexual, entendendo a sexualidade como parte da personalidade dos sujeitos e como fundamental para o bem-estar individual e interpessoal.

Entendemos o conceito de sexualidade humana construído pelos estudiosos do campo da sexualidade, voltada para erotização sexual e inibição dos sujeitos,

anulando outras formas subjetivas de manifestação da sexualidade humana na condição do ser constituído por fatores sociais, psicológicos e ontológicos, considerado que há uma perspectiva interdisciplinar de análise da constituição da sexualidade.

Nessa perspectiva de compreensão da sexualidade freudiana para além do campo da psicosexualidade, buscamos na teoria bakhtiana a corrente teórica que problematiza o pensamento de Sigmund Freud, considerando o contexto no qual foi produzida pelo psicanalista a percepção da sexualidade humana, manifestadas pelos indivíduos na abordagem da psicologia.

No preâmbulo do livro “Freudismo”¹⁷, Bakhtin (2004) ressalva que qualquer que seja a leitura que se faça da teoria de Freud, terá ela de levar em conta o contexto em que foi escrita a obra. Desse modo, a postura assumida para investigar as nuances do pensamento freudiano se dá na perspectiva de compreender o bojo das obras de Freud publicadas em razão histórica, psicológica, antropológica, sociológica da definição conceitual sobre sexualidade humana.

V. Volochinov, integrante do círculo bakhtiniano, posicionou-se criticamente sobre o pensamento de Freud, partindo pelo viés ideológico e crítico da subjetividade humana como centralidade do debate científico, aflorando-se no

núcleo central do pensamento bakhtiniano – o método dialógico, que faz a discussão de um objeto específico sair da especificidade fechada para interagir com um universo maior. É isto que permite deslocar o conceito freudiano de inconsciente do enfoque meramente psicanalítico para uma abordagem mais ampla à luz de uma filosofia da linguagem, sob a qual ele interage com outras formas de discurso e ganha a feição de consciência não-oficial. A ênfase no caráter de classe e na ideologia, marca registrada da época, atravessa toda a discussão da obra freudiana por Bakhtin (BAKHTIN, 2004 p. 2).

Volóchinov analisa a obra de Freud da perspectiva histórica e sociológica, combinada a uma original filosofia da linguagem, de modo, que o seu ponto de apoio é o marxismo, que considera “o fio condutor” com o auxílio do qual podemos adentrar o labirinto da psicanálise. A dinâmica psíquica de Freud é dada numa hermenêutica ideológica da consciência. Bakhtin faz uma formulação que bem expressa o seu método dialógico de raciocínio para compreender a consciência como um fator de

¹⁷ A obra escrita por Mikhail Bakhtin, mas assinada por Volóchinov. No Brasil, foi traduzida por Paulo Bezerra, na editora Perspectiva, em 2004.

comportamento ideológico do homem, levando a acreditar que a ideologia é feita sobre a palavra dos seres humanos.

Bakhtin (2012, p. 57) leva em consideração o entendimento que

[...] a questão não melhora tampouco com a sua inserção no processo socioeconômico da história. Porque já sabemos que Freud extrai todas as formações objetivas históricas (a família, a tribo, o Estado, a igreja etc.) das mesmas raízes subjetivamente psíquicas, e o ser de tais formações se esgota no mesmo jogo de forças subjetivas interiores (o poder como Ideal do Ego; a solidariedade social como identificação mútua na comunidade do Ideal do Ego; o capitalismo como sublimação do erotismo anal etc.).

O posicionamento de Freud perpassa pela constituição da sexualidade como fator psicológico; sustentado pelas instituições sociais reguladoras da sexualidade, esse aspecto normativo do constituir-se como um ser sexual, desprezando a interpretação intersubjetiva e filosófica da manifestação discursiva, histórica, ontológica, sociológica e dialógica dos indivíduos, negando as manifestações sexuais dos sujeitos.

Bakhtin (2004) disserta que Volóchinov, ao posicionar-se sobre o freudismo, tece críticas ao método psicanalítico de análise da sexualidade, respeitando a convicção teórica assumida por Freud, além do

devido respeito que Freud merece como cientista. Bakhtin enfatiza sempre o lado ideológico de tudo. Mas na crítica aqueles autores ele visa mais às deformações da obra de Freud, porque no conjunto do livro verifica-se que ele oscila entre a simpatia pelo freudismo e as motivações ideológicas de sua crítica (BAKHTIN, 2004, p. 2).

De certa forma, o posicionamento de Bakhtin ancora-se na perspectiva marxista de compreender o fenômeno na visão das contradições, ou seja, toda sexualidade está constituída de uma ideologia, que representa o sujeito, o contexto, a ação, o lugar, a fala, o tempo e o espaço que apresentam a concepção de pessoa situada historicamente em uma sociedade, cuja a constituição é um traço importante a ser considerado nas interpretações da sexualidade humana, construído pelas relações intersubjetiva, expressadas nos discursos como elemento da narrativa entre eu e o outro na consciência de expressão filosófica da palavra, resgatando as dimensões ontológica do indivíduo.

Bakhtin (2004) aponta que o freudismo encontra na filosofia os autores como *élan vital*, em Bergson; a unidade orgânica fechada da vida, em Zimmel; os

sentimentos, em Gomperz; a entelequia, em Driesch; o sexual, em Freud. Apesar das divergências entre esses autores, ele encontra fundamentos filosóficos semelhantes – diferindo, muitas vezes, apenas o nome que são dados aos seus componentes. São os fundamentos filosóficos:

1. a vida, biologicamente interpretada, ocupa o centro da teoria filosófica. A unidade orgânica isolada é proclamada valor supremo e critério da filosofia;
2. desconfiança na consciência. Tentativa de reduzir ao mínimo o seu papel na criação cultural. Daí a crítica ao kantismo como filosofia da consciência;
3. tentativa de substituir todas as categorias socioeconômicas por categorias psicossubjetivas ou biológicas. Aspiração de interpretar a História e a cultura diretamente a partir da natureza, evitando a economia (BAKHTIN, 2004, p. 10).

Bakhtin (2004) ressalta que ao pensar sua teoria constrói no convívio social, dá ênfase à constituição natural do ser social, como fonte de discurso, no ponto que contempla um determinado eu falante que, fora do convívio social, está condenado a um isolamento mudo. Daí a necessidade do eu de interagir com o outro, de completar-se no outro.

Quadro 9 Sumarização: psicanálise de Freud

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- Problemas do psiquismo humano.	- Afasias. Complexo de Édipo (Freud). Prazer e gozo	Público: problema psíquico a ser curado em uma clínica.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4. 5 A SEXUALIDADE NA RELIGIOSIDADE

Em um contexto católico, Jurandir Freire Costa, em seu texto “Sexo e Amor em Santo Agostinho”, mostra que o ato sexual dotado de vontade, por ser perverso, pode produzir no indivíduo o aniquilamento do controle sobre si mesmo.

Costa (1998) faz lembrar que aqui é relevante o controle dos pensamentos, sentimentos e sensações libidinais, devendo obter o controle interno, para que assim seja ressaltado o amor. Assim, o novo entendimento da moral sexual cristã percebe o enfraquecimento da vontade pecaminosa e uma maior relevância dada ao amor. Aqui “[...] verificamos a importância da definição do lugar do sexo na obra divina, assim como o papel das relações sexuais na vida cristã” (VELOSO, 2010, p. 2).

O autor do livro, no entanto, lembra que existe uma distância significativa entre a pregação amorosa de Santo Agostinho e o amor leigo sexualizado praticado atualmente. Alicerçado em diversos estudiosos, trata da questão sexual em Agostinho, contrapondo-se à compreensão do amor, na visão de Hannah Arendt. O pensamento de Pelágio, que acreditava que pelo exercício do livre-arbítrio o homem poderia livrar-se dos maus hábitos sociais romanos. Com isso pretendia explicar que a queda de Adão, fruto do pecado, não acarretou um enfraquecimento total da vontade, significando que essa fragilidade não impedia os cristãos de seguirem os mandamentos de Deus em sua plenitude. Seu modelo de cristão caracterizava o cidadão pagão. Já o bom cristão de Santo Agostinho buscava, primeiramente, a perfeição moral interior.

Veloso (2010, p. 7) explica como Santo agostinho propõe a volta ao paraíso:

é por meio de um regramento da sexualidade, operacionalizado através do corpo, que Agostinho de Hipona propõe seu caminho de volta à mesura e a não existência de qualquer tipo de excesso encontrado no Paraíso pré-Queda, e para os quais os homens e as mulheres haviam sido criados. Ou seja, um caminho de volta ao *verbum*, lutando cotidianamente contra as interferências diversas que impediam os bons cristãos de retornarem a sua condição primeva de *imago Dei*.

O exemplo dado por Cristo e o temor de arder nas chamas do inferno seriam suficientes para dominar a vontade dos cristãos. Para Agostinho, o livre-arbítrio não era suficiente para curar a doença da alma, adquirida por ocasião do pecado original, sendo necessário também a graça divina. A impotência diante do sexo é proveniente da culpa. Também entendia que as mulheres são herdeiras da transgressão de Eva. Consequentemente, o fardo carregado pelo ser humano é a miséria e a dor (COSTA, 1998).

Nesse sentido, Nunes (1998) explica que Agostinho entendia que o pecado original não estava no sexo, mas sim no orgulho, o que favoreceu as mulheres. Todavia, uma teóloga alemã, em sua pesquisa, descobriu uma visão oposta: que o pecado original foi o orgulho e que, assim sendo, a maior virtude será a submissão e a obediência, virtudes próprias do sexo feminino. Com esse raciocínio, infere-se que assim como todos devem obedecer a Deus, as mulheres também devem obedecer aos homens. Isso demonstra que a sua impotência será duplicada.

Costa (1998) expôs que para Juliano, Bispo de Eclano, os sofrimentos mencionados por Agostinho são frutos do pecado, pois quem escolhe o pecado sente que a vida é um verdadeiro tormento. Juliano afirmou que o descrito por Agostinho a respeito de sexo, sofrimento e morte era derivado de sua natureza viciada. O autor ressalta outra interpretação dos pensamentos de Santo Agostinho a respeito do sexo: a de que após terem-se perdidos os primeiros cristãos, surgiu a imagem do homem dotado de fraquezas, doenças, rebeldia e maldade. Assim sendo, Agostinho entendeu que os cristãos não poderiam se autogovernarem, em detrimento da sua natureza ter sido corrompida pelo pecado de Adão.

Nessa perspectiva, “o pecado do primeiro homem, o qual reverberou na Queda, seria o elemento responsável pela desconfiguração da vida santa para qual o homem havia sido criado. Vida santa que incluía sim o sexo [...]” (VELOSO, 2010, p. 9).

No entendimento de Costa (1998), a interpretação de Santo Agostinho a respeito do amor não surtiu o mesmo efeito que a sua concepção sobre o sexo, uma vez que para ele, amar é desejar algo para si próprio e que, então, o amor é um desejo, que se caracteriza por algo que falta em nós. Contrapondo-se a esse entendimento, Hannah Arendt ressalta que assim sendo, ao conseguir o objeto do desejo, o desejo termina, a não ser que seja impedido pelo perigo de perdê-lo. Dessa forma, pode-se inferir que a felicidade e o desejo não combinam. Arendt afirmou que a verdadeira felicidade só seria possível se a vida fosse eterna, porque assim não existiria a angústia na existência do homem.

Agostinho compreendia que a felicidade estava em amar algo que não perece, que não acaba – o amor ao próximo.

suas recomendações morais não tinham como fim a individualização do sujeito. Ao contrário, a reflexão sobre o amor visava a ensinar como apagar qualquer vestígio do desejo carnal individualizado. Este era o requisito espiritual para que o cristão deixasse o mundo do pecado e renascesse para o amor ao próximo. A diferença é grande. O alvo da ascese cristã não era a máxima singularização de qualidades humanas individuais; era a contemplação e o amor à universalidade atemporal da essência divina no interior do homem (COSTA, 1998, p. 148).

Assim, Santo Agostinho mostrou que ele não estava preocupado com as qualidades individuais do ser humano, não tinha interesse em tornar o homem um adorador excêntrico e via o sujeito amoroso como o supremo bem nesse mundo de

peças solitárias. A preocupação de Santo Agostinho com o desejo pela carne era maior do que o desejo pelo sexo, em decorrência do desejo pela carne não ter muito a ver com o corpo; ressalta que Arendt também frisou que para Agostinho o mais preocupante era o hábito e não o desejo, pois o apego ao pecado vem com o hábito – a banalidade do mal. Nesse sentido, o sexo é um mal, porque é um hábito (COSTA, 1998).

Veloso (2010) ratifica as palavras de Arendt, declarando que notamos também que o principal objetivo não seria a supressão do sexo e/ou da carne, uma vez que o sexo não se configura como um pecado por si só, pois o que se mostra como um grave problema é o seu exercício de maneira descontrolada.

Tomamos a compreensão da religiosidade sobre sexualidade, para tecer uma reflexão epistêmica crítica sobre o debate do quão é relevante a discussão entre o gênero e a sexualidade tem assumido novos horizontes, por conta da densidade teórica de descontentamento sobre esses campos de estudos. Deixemos claro que o nosso posicionamento, foi pensar o processo histórico que nos revelou os dogmas entre estado e sociedade que demarcaram as imposições opressivas de existência da diversidade sexual e de gênero. Dessa maneira, torna-se emergente estudar a transitividade das demarcações conceituacionais sobre o que é sexualidade e gênero, resgatando e valorizando os movimentos feministas e a diversidade sexual e de gênero que constituíram lutas políticas importantes para combaterem o fundamento religioso na promoção dos direitos humanos.

Quadro 10 Sumarização: religião com base em Santo Agostinho

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- O ato sexual [...] pode produzir no indivíduo o aniquilamento do controle sobre si mesmo (COSTA, 1998).	- Pecado. Chamas do inferno.	- Privado: restrito ao matrimônio, sujeito a punições divinas.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4.6 A SEXUALIDADE NA FILOSOFIA

Na perspectiva filosófica, o texto intitulado “O desejo de uma sexualidade inumerável”, de André Rangel Rios, ressalta os pensamentos de Donna Haraway¹⁸ que expõe que a seriedade aceita a binaridade, as dicotomias, todavia Haraway afirma que as binaridades estão passando por um processo de desconstrução, por isso não se deve deixar reger pelas dicotomias. A filósofa faz uma comparação do homem com o ciborgue: o ser humano se diferenciaria facilmente dos animais e das máquinas. A humanidade já está composta por ciborgues de todos os tipos, se levamos em consideração que as pessoas fazem implantes, usam próteses, tomam vacinas, consomem sofisticadas substâncias químicas, ou seja, a civilização atual está sofrendo uma “ciborguização”, em que a bissexualidade, a mãe fálica, de quem todos devem se separar, história edipiana entre outras coisas, são deixadas de lado. Portanto, em relação à sexualidade, entende-se que se trata “do sexo transformado ‘em engenharia genética e reprodução tecnológica’” (RIOS, 1998, p. 161).

Nunes (2011, p. 6) declara o seu entendimento a respeito de sexualidade:

é muito mais abrangente e específico, por referendar uma qualidade do sexo biológico e ser somente atribuído aos seres humanos em sua luta e processo histórico. A sexualidade é o conjunto de saberes, práticas e representações envolvendo a dimensão sexual humana, coletiva e politicamente, a partir do século XVIII. Antes dessa época não havia propriamente uma circunscrição definida como “sexualidade”, esses referenciais estavam articulados na religião e na moral. Todavia, se a palavra “sexo” diz respeito a uma dimensão estritamente procriativa, restrita a uma interpretação naturalista, já a palavra e o conceito de “sexualidade” nos remetem imediatamente para o mundo da cultura ou da amplitude cultural histórica da ação humana. Sexualidade significaria, portanto, uma “qualidade do sexo”, no sentido de uma intencionalidade, uma dimensão qualificante da definição instintivo-biológica estreita.

A respeito da sexualidade não se deve excluir o outro, nem ser uno; deve-se aceitar as diferenças sem tê-las como oposição binária. É claro o desejo pela multiplicidade em Haraway, ainda que não esteja clara a condução da dissolução da binaridade sexual. Ela se baseia em Deleuze para entender a sexualidade múltipla, para o qual a multiplicidade deve ser feita sem acrescentar uma dimensão superior,

¹⁸ Filósofa estadunidense, atua no Departamento de História da consciência, na Universidade da Califórnia em Santa Cruz. Autora do livro “Manifesto ciborgue. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX”.

estando sempre, para que o uno faça parte dessa multiplicidade, subtraído dele. A binaridade sexual e logocentrismo¹⁹ andam juntos e a desconstrução de ambas ocorre juntas (RIOS, 1998).

A discussão de Nietzsche sobre a mulher a associa a uma questão de estilo e de metáfora, e essa discussão se relaciona a outra discussão que Derrida faz sobre *chôra*²⁰ (Platão), ou mulher, porém um terceiro gênero, ou seja, mulher como criação, como receptáculo antes de existir a diferenciação homem/mulher. Em Derrida, *chôra* serve para a desconstrução das dualidades metafísicas, sobretudo, a dualidade sexual (RIOS, 1998).

O devir-mulher é relacionado ao *chôra*, fora da dualidade sexual e afirma que todos os devires têm seu início e passam pelo devir-mulher, sendo assim a chave para os demais devires. Não obstante, cabe ressaltar que o devir-mulher continua virgem. Rios (1998, p. 172) destaca que “desconstruir, devir, confundir fronteiras [...]” são termos utilizados para demonstrar a dissolução da dualidade sexual e ressalta que estes conduzem a inúmeros sexos. No entanto, o sonho de uma múltipla sexualidade talvez não se concretize em decorrência dos riscos a serem assumidos, uma vez que podem ocorrer perdas irreparáveis.

Quadro 11 Sumarização: filosofia de Haraway

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- “A sexualidade é o conjunto de saberes, práticas e representações envolvendo a dimensão sexual humana, coletiva e politicamente, a partir do século XVIII” (NUNES, 2011, p. 6).	- Discussão contra a binaridade sexual. - Sexualidade múltipla	- Ação dialógica de resistência: inúmeros sexos.

Fonte: Elaboração própria (2020).

¹⁹ Logocentrismo: termo cunhado pelo filósofo francês Jacques Derrida, que critica o pensamento ocidental por sempre ter privilegiado o logocentrismo, isto é, a centralidade da palavra (“logos”), das ideias, dos sistemas de pensamento, de forma a serem entendidos como matéria inalterável, fixadas no tempo por uma qualquer autoridade exterior (CEIA, 2009).

²⁰ A rigor, *chôra* significa região, uma extensão ocupada cujos limites são determinados pela própria ocupação de um lugar, ao avanço e recuo de algo em algo e não é pensada com um vazio a ser preenchido. [...]. Esse gênero de ser, como diz Platão, é uma natureza que suporta o nascimento das coisas mas ela mesma é inengendrada; é indeterminada, apesar de poder dar nascimento a todas as determinações; não tem forma apesar de receber todas as formas; é invisível, apesar de receber o visível; não tem movimento próprio, apesar de receber e poder ser potencializada pelo movimento dos seres que nela penetram (SOUSA, 2013).

4. 7 A SEXUALIDADE NA HISTORIOGRAFIA

Margareth Rago, em seu texto “Sexualidade e identidade na historiografia brasileira”, aponta em suas pesquisas que dentre as características do povo brasileiro que explicam sua índole e sua vocação, a mais marcante é a referente à dimensão sexual. Portanto, o desenvolvimento histórico que o Brasil apresenta tem origem nesse traço, que se materializou com o início da colonização e a miscigenação racial que aqui ocorreu.

As relações entre a cultura erótica e a ciência são complicadas, haja vista que o erotismo faz parte da vida do brasileiro, “das piadas aos jogos de sedução, das roupas aos comportamentos, nos escritórios, nas escolas ou nos bares” (RAGO, 1998, p. 178). A autora frisa que a sociedade brasileira é supersexualizada e estereotipada pela mídia e pela indústria do turismo, devido às mulatas brasileiras, ao samba e ao carnaval. A autora ainda menciona que a noção da sexualidade não faz parte da percepção que cada indivíduo ou de sua existência, mas está incutida na memória de toda a sociedade.

Rago (1998) expõe que uma das características do Brasil é ter o seu povo “triste”. Posteriormente, a explicação dada a essa característica é que ela se deve à exaltação sexual, que está presente desde a colonização do Brasil. Este traço original impediu o país de evoluir e alcançar a Modernidade e isso diferencia o Brasil dos norte-americanos, de origem puritana, aos quais o lado racional e administrador se sobressai ao instintivo.

Daí a dificuldade de o Brasil romper com o passado arcaico, conservador e atrasado culturalmente. Talvez, além do olhar masculino heteronormativos, tenham exposto os preconceitos culturais herdados e, dessa forma, viram nas práticas sexuais algo ruim, o que foi ensinado pelo cristianismo.

Os estudos de Margareth Rago revelaram o sexo era temido, por isso as prostitutas eram vistas como degeneradas e irrecuperáveis, consideradas como sub-raça. Também condenaram a masturbação tanto masculina, quanto feminina, por representar o caminho para a loucura. Os juristas “enxergavam onanistas²¹,

²¹ Onanismo “é uma palavra que deriva de Onan, um personagem da Bíblia. Filho de Judá, Onan sofreu a morte do seu irmão mais velho e teve de contrair matrimônio com a sua viúva, uma mulher chamada Tamar, segundo a lei dos judeus. As normas da época indicavam que se Onan tivesse um descendente com Tamar, não seria considerado seu filho, mas atribuído ao seu irmão. [...]. Para evitar

pedófilos²², homossexuais, tríbades²³, perversos sexuais em quase todos os cantos da cidade, sobretudo nos bares, restaurantes, teatros e cafés-concertos” (RAGO, 1998, p. 185).

Desde o início da história do Brasil, as mulheres foram vistas como objetos sexuais. A autora ressaltou que o Brasil sempre é visto como um paraíso onde somente a sexualidade delirante e frenética tem espaço. Não obstante, Freyre declara que o povo brasileiro é fruto da miscigenação de três raças que não encontraram dificuldades para se fundirem, não viram problemas em se unir ao diferente. De acordo com Melo (2019, p. 2), “Gilberto Freyre foi um dos primeiros a ressaltar aspectos positivos da miscigenação, a lamentar a pouca participação pública da mulher e a tratar das mais diversas práticas sexuais entre os sujeitos”. Esse cenário resultou em uma cultura “marcada pela tolerância, pela cordialidade, pela leveza, pelo instinto e pelos jogos corporais” (RAGO, 1998, p. 187).

O brasileiro foi caracterizado como uma figura cordial e que dá grande importância à sexualidade. Melo (2019, p. 3) afirma que o inovador conceito de homem cordial “[...] estaria nas raízes de nossa cultura, mas adverte ser este um sujeito que direciona seus atos conforme os desejos de seu coração e que por isso, denuncia existir certa promiscuidade entre o público e o privado no que tange ao dinheiro e investimento [...]”. A fama de aventureiro vem desde a época da colonização, pois os colonizadores eram avessos aos compromissos. Esse cenário foi considerado como o maior obstáculo para a modernização do Brasil (RAGO, 1998).

A história por outro lado, “ênfatisa um lado negativo da sexualidade, a partir da ideia de promiscuidade moral, imbricado na perspectiva cristã. Encarava a prática

esta situação, Onan praticava o coito interrompido com Tamar, evitando ejacular dentro dela para que não engravidasse. Segundo diz a Bíblia, perante tais ações, Deus decidiu matar Onan. O seu nome, por extensão à prática, passou a ser associado à masturbação, uma vez que, da mesma forma que o coito interrompido, considera-se que o sêmen é desperdiçado e não é usado para procriar. Posto isto, onanismo é sinônimo de masturbação [...]. Mas embora onanismo seja sinônimo e masturbação, esse conceito está relacionado aos homens, uma vez que era Onan quem fazia isso e não a sua esposa (que fora esposa do seu irmão). Logo, poderíamos concluir que onanismo seria uma masturbação masculina”. Disponível em: <https://conceito.de/onanismo> Acesso em: 23 dez. 2019.

²² Pedófilo: alguém que possui e/ou pratica a perversão da pedofilia. Pessoa em idade adulta que se sente atraída por crianças. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pedofilo/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

²³ “Mulher adepta da prática do tribadismo. Tribade significa lésbica”. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/tribade/>. Acesso em: 23 dez. 2019.

sexual enquanto atividade controlada. Percebia entre seus pudores que o indígena era como animal lascivo” (MELO, 2019, p. 2).

A identidade construída pelo Brasil é muito negativa e por isso deveria ser desconstruída e abandonada. Nas décadas de 1920 a 1940, a definição foi focalizada nos operários, sendo que muitos eram escravos, imigrantes estrangeiros, que muitas vezes eram vítimas de uma exploração ilimitada, nas mulheres que lutavam pelo acesso à cultura e à esfera pública (RAGO, 1998).

Quadro 12 Sumarização: historiografia colonialistas e pós-moderna

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
<ul style="list-style-type: none"> - O erotismo faz parte da vida e da história do brasileiro (RAGO, 1998). - O desejo sexual é uma forte ameaça a colonização e ao cristianismo. - As mulheres são vistas como objetos sexuais 	<ul style="list-style-type: none"> - Colonização. - Perversão sexual. Promiscuidade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pública: imposição de normas e regras para controlar desvios: pedofilia, homossexualismo, perversão sexual, masturbação.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4. 8 A SEXUALIDADE NA PSICOLOGIA SOCIAL

Alain Giami, no texto intitulado “Representações e sexualidade: psicologia social e pluridisciplinaridade”, declara que no passado a sexualidade foi abordada pela sociologia, antropologia e história sob o aspecto do parentesco, de família. Mais recentemente, foi considerada um problema, um objeto estranho à sociologia. Várias abordagens sobre a sexualidade permitiram que Giami (1998) inferisse que as diversas disciplinas que discutiram a respeito do referido assunto contribuíram para apagar as distinções, criando pontes entre elas, portanto não existe uma única abordagem a respeito da sexualidade e sim uma articulação entre as diferentes abordagens. Nessa perspectiva, Anjos e Lima (2016, p. 51) corroboram as informações de Giami (1998), expondo que

ao invés de tomar a divisão binária existente entre “gêneros feminino e masculino” como um dado prévio, buscou-se realizar uma genealogia feminista da categoria de gênero, com a finalidade de expor e desconstruir sua suposta naturalidade. Nesse sentido, lança mão de um conceito de gênero performativo, ou seja, não entende o gênero como um conjunto de elementos essencialmente ligados à natureza dos corpos, nem apenas como um conjunto de características culturalmente impostas.

Em relação ao estudo da sexualidade, as representações sociais apresentam conteúdo e limites, porque as representações científicas antecedem as representações sociais e as determinam. Todavia, a relação entre ciência e a representação deve ser compreendida como uma influência recíproca. A noção de representação nos remete a um modo geral de tratamento, de abordagem.

Nas linguagens do amor, o autor identificou discursos que ora se contradiziam, ora concordavam a depender do público-alvo. Vale ressaltar que esse estudo sobre a sexualidade foi em nível cultural. Dessa forma, estudos como este ajudam a identificar e compreender a ideologia de uma época e o sentido que se dava à sexualidade, de modo geral ou coletivo. Outra contribuição foi a tentativa de “articular as dimensões culturais, interpessoais e intrapsíquicas da sexualidade através da análise dos ‘*scripts sexuais*’” (GIAMI, 1998, p. 208), que podem ser analisadas de forma estática ou considerando as relações dinâmicas e interativas nas diferentes culturas. Também foi estudada a subjetividade no campo da antropologia cultural, no qual foi possível observar como a vida erótica se constrói.

De acordo com Giami (1998), as diversas abordagens apresentadas representaram estudos realizados por disciplinas específicas, que mostraram os níveis da realidade social, a articulação entre as dimensões ideológicas e culturais, os aspectos subjetivos e a realização das condutas. O autor explica que há um modelo de análise das representações da sexualidade que considera o nível societal, o nível das mediações e o nível da subjetividade, em que o societal se aproxima do imaginário social, ideologia. Nesse nível se faz necessário compreender a estrutura geral e a organização dos diversos discursos, como eles se articulam. No nível das mediações, observa-se o momento da relação entre os indivíduos, suas expectativas. No nível individual, os resultados dependem dos contextos sociais e culturais.

Na sociedade pós-moderna, para além da diversidade de mensagens, a homossexualidade, o sadomasoquismo e a masturbação foram paulatinamente sendo retiradas do campo do desvio e sendo consideradas como variações do desejo individual. No entanto, a pedofilia continuou a ser considerada como perversão, como desvio.

O advento da AIDS influenciou sobremaneira as representações sobre a sexualidade. Quando a AIDS serviu como parâmetro para novas análises, aspectos

referentes aos parceiros sexuais tornaram-se relevantes para as interpretações sobre o risco de contaminação. Em detrimento da AIDS, a homossexualidade tornou-se o principal tema explorado sobre a sexualidade. A frequência e a modalidade de sexo se sobressaíram ao modo de relação, ou seja, o casamento. As multiparcerias também se tornaram alvo de investigação (GIAMI, 1998).

Pesquisas com profissionais da área da saúde, da prostituição e atores pornô mostraram que a prevenção contra a AIDS, por meio do preservativo, ou seja, camisinha, só era utilizada com parceiros considerados de risco; os feios e os maus muitas vezes não estavam em condições de exigir tal proteção. Foi possível observar com as pesquisas realizadas que foi criado um critério para a prevenção por intermédio da camisinha (GIAMMI, 1998).

O estudo de Alain Giami mostrou que a sexualidade pode ser abordada e explicada por meio de outros objetos de estudo, que não especificamente a sexualidade, pois para o autor a sexualidade não existe como objeto de pesquisa nas ciências humanas.

Quadro 13 Sumarização: psicologia social

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
<ul style="list-style-type: none"> - Considera-se a questão de gênero como distinta da de sexo. Questionamento da questão binária. - Articulação entre as dimensões culturais e interpessoais e cognitivas. - Pós-modernidade: variações do desejo individual. 	<ul style="list-style-type: none"> - Gênero e sexo. - Crítica ao binarismo. - Pós-modernidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Ação dialógica de resistência: maior aceitação do desejo individual.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4. 9 A SEXUALIDADE NA DEMOGRAFIA

Michel Bozon, em seu texto “Demografia e sexualidade”, considera a sexualidade como um comportamento natural da espécie humana. Ela só chamou a atenção dos demógrafos com o surgimento dos modernos contraceptivos e, sobretudo, da AIDS. Anteriormente a isso, os estudos demográficos ficavam em torno do enfraquecimento do número de casamentos realizados nos países desenvolvidos. Ratificando as palavras de

os estudos e discussões sobre sexualidade ainda ocupam espaços de pouca relevância nos estudos populacionais. Os direitos sexuais e reprodutivos se tornaram uma área temática desta categoria nos anos 90 devido os esforços do movimento feminista, grande porta-voz desses direitos, principalmente, quando o controle da fecundidade é colocado em pauta. Outro tópico que compõe essa categoria de sexualidade são as chamadas práticas sexuais. Os estudos que abordam essa temática são introduzidos através da epidemiologia especialmente relacionado a HIV/Aids (SILVA, 2017, p. 3).

A demografia destaca algumas áreas de pesquisa da sexualidade: as biografias sexuais, que mostram as transformações nos costumes, nas famílias e conjugais; o comportamento sexual de homens e mulheres, que contribuiu para o estudo das relações de gênero; o declínio da fecundidade e os contraceptivos, que possibilitaram um inevitável confronto com os homens. A comparação dos comportamentos sexuais das diferentes culturas, que possibilitou evidenciar as diferenças que vão para além do domínio das representações, atingindo as práticas e o contexto da atividade sexual (BOZON, 1998).

Silva (2017) relata que, com referência à discussão de gênero, detectou que as pesquisas a consideram como sexo e pouca reflexão sobre o conceito foi encontrada. Nesse ponto percebeu que a variável sexo tem sido utilizada apenas para separar os subgrupos para as devidas comparações.

Desde o final do século XVIII, os casais franceses já controlavam a fecundidade, por meio do coito interrompido, todavia alguns historiadores conseguiram, com suas pesquisas em “manuais de confessores, livros de teólogos, arquivos judiciários e tradições populares” (BOZON, 1998, p 230), descobrir que desde os séculos XVII e XVIII os exercícios da sexualidade eram muito mais variados do que conseguiam imaginar. Acreditavam que os solteiros se relacionavam com prostitutas ou podiam procurar satisfação com o homossexualismo, a bestialidade, a masturbação, entre outros.

Os demógrafos, ainda impregnados pela ideologia naturalista, encontraram muitas dificuldades para investigar a respeito da sexualidade. Então, para modificar essa situação, começaram a pautar-se pelos comportamentos íntimos e informais, considerando também as modificações sociais como os comportamentos conjugais, modificações em relação às famílias, os métodos contraceptivos e sobretudo o surgimento da AIDS.

Nos países desenvolvidos, onde as trajetórias conjugais passaram por diversas transformações, os adultos jovens têm relações sexuais antes mesmo de ter um relacionamento duradouro. Essa inversão de ordem fez com que o significado da atividade sexual também fosse modificado, por causa da intensidade e da continuidade. Percebeu-se o aumento do número de mães solteiras com um novo relacionamento, porém sem coabitarem (BOZON, 1998).

Ao considerar a parceria sexual como relacionamento, mesmo as menos duradouras, para o reconhecimento da poligamia velada no seio da sociedade, essa preocupação, sem sombra de dúvida, intensificou-se com a epidemia da AIDS, o que ensejou um olhar direcionado à homossexualidade sem isolá-la e defini-la como uma cultura minoritária. Assim como os heterossexuais passam por períodos como casais, seja com pessoas do mesmo sexo ou não e por períodos de isolamento.

Outra constatação em relação à sexualidade apresentada foi a respeito das pessoas que tiveram uma iniciação sexual mais tardia, que não consideraram os prazeres sexuais como sendo os mais importantes, colocando-os em segundo plano, ao contrário das pessoas que começaram sua vida sexual precocemente. Estas demonstraram ter uma vida sexual mais movimentada, apresentando maior número de rompimentos e aventuras paralelas.

Bozon (1998) também identificou em todas as pesquisas realizadas diferenças quanto a normas, atitude e ao comportamento sexual entre os homens e as mulheres e até mesmo incoerências sobre os mesmos acontecimentos, o que pode revelar as mudanças que vêm ocorrendo nas relações de gênero. Um fato que perdura em relação à sexualidade feminina é o compromisso, o qual não se apresenta em relação aos homens. Assim sendo, a liberação sexual feminina pode ser caracterizada não pela tolerância, mas pela maior exigência em relação aos seus parceiros, pela possibilidade de rompimento de relações não satisfatórias.

Os relacionamentos sexuais entre pessoas com mais de 50 anos de idade, segundo Bozon (1998), tendem a divergir mais, uma vez que as mulheres, na década de 1990, apresentaram uma vida sexual muito mais ativa que a das suas mães, com a mesma idade. Contudo, as mulheres nessa idade tendem a ter mais dificuldade em encontrar um novo parceiro, quando se encontram divorciadas ou viúvas, o que demonstra ainda a dominação social masculina. Em alguns lugares do mundo, a exemplo da África, não é levado em consideração “o prazer” na vida das mulheres

que não podem procriar mais. Todavia, na França, essa situação foi vivenciada pelas mulheres até os anos de 1950. A partir de 1960, com as transformações ocorridas em relação à sexualidade, as mulheres puderam viver suas vidas sexuais com mais liberdade, o que não modificou por completo as representações e os lugares que os homens e mulheres ocupam na sociedade, pois como se pode ser constatar, a violência contra a mulher ainda ocorre com muita frequência, como demonstração de dominação masculina.

Destarte, Bozon (1998) procurou mostrar que não se pode querer que as mais diversas disciplinas que objetivaram pesquisar a sexualidade possuam os mesmos pontos de vista e nem mesmo que a tivessem como objeto central de suas ciências. Não obstante, articuladas a respeito da sexualidade é que permitem as mais diversas interpretações sobre o tema.

Quadro 14 Sumarização: controle demográfico

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- Estudo do comportamento sexual para planejamento de controles da população.	- Contraceptivos, AIDS; Direitos sexuais e reprodutivos; Costumes e comportamento sexual. Iniciação sexual.	- Privado: estudo dos comportamentos íntimos e informais. - Pública: controle demográfico.

Fonte: Elaboração própria (2020).

4. 10 A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO: A PESSOA COM DI

Neste tópico apresentamos os estudiosos que pesquisam a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, trazendo incursões teóricas acerca das manifestações e/ou constituição sexual dela em espaços públicos e privados. No espaço público da escola, por exemplo, os profissionais da educação, conforme nossas constatações, ainda veem a discussão da sexualidade como problemática e até como tabu. E no caso dos alunos e das alunas com deficiência em esferas públicas e privadas veem com preconceito as impulsões sexuais. Tais categorias teóricas serão consideradas nas análises dos dados.

Denari (2002) afirma que há uma aproximação objetiva de conhecimento das relações afetivas da pessoa com deficiência intelectual, resultando em interrogações que nos levam a lacunas que envolvem sentimentos díspares de gratificação e

preocupação na medida em que tais temas são considerados delicados, controversos, passíveis de interpretações e entendimentos múltiplos.

Considerando isto, as emoções, a afetividade, os desejos e os impulsos das pessoas com deficiências, evidencia-se que a condição sexual é inerente à pessoa humana, por isso defendemos que não sejam estigmatizados, tolhidos, cerceado de manifestarem sua psico-afetividade na escola e/ou entre espaços sociais.

Denari (2002) entende que a sexualidade vai para além do ato sexual reprodutor por duas pessoas, abrangendo a manifestação subjetiva dos indivíduos ao expressarem em seu ciclo vital como sujeitos, por isso afirma:

quando me refiro a sexualidade, não estou tratando apenas de aspectos biológicos ou genitais, penso em aspectos importantes e imprescindíveis ao entendimento da pessoa, em todas as suas dimensões, a partir de todas as fases do ciclo vital. E, ainda, que se tenha total clareza da multiplicidade dos aspectos intervenientes, sejam estes, biológicos, psicológicos, sociais morais, psicológicos e culturais, os tabus, conflitos e valores relacionados ao exercício da sexualidade nos acompanham desde o início de nossas vidas, agindo de forma inevitável fato este que desvalorizamos ou ignoramos que sabemos (DENARI, 2002, p.10).

Concordamos com o pensamento da autora que a sexualidade é constituída pela subjetividade da pessoa com deficiência, que ocorre nos momentos de prazer, como abraços, toques, carícias, beijos, trocas de olhares que manifesta os seus impulsos e desejos sexuais no contato com o outro, superando a lógica da sexualidade como perfeição do ato reprodutivo.

A lógica da estruturação física do sexo como ato sexual reprodutor resvala na sexualidade como um fato objetivo da condição humana, ocasionado pela contextualização histórica que entende que as pessoas sem deficiência atendem as expectativas de reprodução sexual biológica.

Maia e Ribeiro (2010, p. 166) afirmam que o sexo funcional e normal está

relacionado ao fato de ter um corpo perfeito e for capaz de reproduzir, qualquer outra expressão sexual, que não seja sob esses padrões pode tornar a sexualidade desviante, patológica ou desnecessária. O sexo parece que só se torna uma necessidade quando envolvem um casal heterossexual, vinculado ao amor romântico e à procriação. Se há uma deficiência que impõe dificuldades, por que haveria a necessidade de se buscar e desejar o sexo? Não haveria outras coisas mais importantes para uma pessoa com deficiência fazer ou pensar? Esses questionamentos refletem uma visão preconceituosa e limitada do ser humano com

deficiência, como se ele fosse desprovido do direito de construir uma vida plena em todos os sentidos.

Grande parte da literatura a respeito afirma que pessoa com deficiência é vista como pessoa desprovida de seus desejos, impulsos e manifestações sexuais, construindo-se socialmente imaginário que a pessoa com deficiente é dicotômica: os seus comportamentos sexuais expressados não correspondem a sua condição de deficiência, quer dizer, as mesmas não se comportam de forma análoga a pessoas sem deficiência em suas características sexuais.

Maia (2010) diz que se pode afirmar que a ideia de pessoas com deficiências intelectuais serem vista como assexuadas ou desprovidas sexualmente é comum ainda hoje, por causa da noção errônea de que as pessoas com DI são incapazes de expressarem sua sexualidade de modo adequado, saudável, prazeroso e afetivo. Os comportamentos sexuais inadequados, resultantes da ausência da educação sexual que, de fato, atenda as dificuldades de pessoas com DI, acontecem mais por motivos psicológicos e sociais – autoestima, timidez, inabilidade social, preconceito e socialização restritiva – do que orgânicos, relacionados à deficiência ou as síndromes.

Denari (2002) propõe que façamos o papel de educadores reflexivos acerca do tema da sexualidade das pessoas com DI, seja na escola ou sociedade, para que possamos ampliar as redes de diálogos para entender tal assunto polêmico, confuso e estigmatizados nas esferas públicas e privadas, causando provocações polissêmicas do que vem ser entendido como restrições, limitações e proibições impostas às pessoas com DI.

O trabalho de educação sexual voltada para as pessoas com DI na escola é fundamental para o desenvolvimento e o comportamento sexual, possibilitando novas posturas no que corresponde a novas estratégias pedagógicas a serem adotadas, visando ao trabalho de educação sexual efetivo e, concomitantemente, à formação dos pais para assumirem as responsabilidades sociais que têm de dialogarem sobre a constituição sexual.

Maia (2001, p. 37) nos chama atenção que a educação sexual tem por objetivo:

dimensões e imensa abrangência, inclui, indiscutivelmente, o biológico, o psicológico, o social e ético, além de ser um processo amplo e que permeia a vida toda sociedade de diversas maneiras e,

frequentemente, é muito controvertido, e esta exige muito mais que apenas informar. A educação sexual deve almejar a formação as pessoas no mesmo sentido em que a educação geral, também deveria fazer.

O autor ainda destaca que a negação social e a ignorância sexual das pessoas com DI seria um aspecto importante a ser trabalhado pelos educadores por meio da educação sexual, uma vez que assumiriam novas posturas à manifestação da sexualidade desses alunos, sendo um caminho promissor nos planejamentos educacionais para a elaboração e a implementação de possíveis programas de orientação sexual voltados para a população em geral, ou seja, não se restringiria à formação de educação sexual nas esferas públicas e ampliaria para as esferas privadas.

Na busca por respostas de como lidar com a sexualidade das pessoas com DI, devemos ter estratégias pedagógicas pensadas a fim de superar a concepção negativa da sexualidade no espaço da escola. De acordo com Denari (2002, p. 12),

pode-se observar que são escassos quase inexistentes, os programas educativos que partem das vivências e necessidades próprias dos garotos e garotas! E, ainda, grande parte destes programas primam pela manutenção da biologização do sexo, em detrimento aos demais aspectos a serem considerados. Isto se dá, sob a consonância de padrões éticos.

Discorrendo com Silva e Maio (2016), a abordagem deste tema da sexualidade com os pais no espaço escolar pode gerar conflito, porém, é pertinente ser trabalhado para que os pais conheçam a sexualidade de seus filhos, ajudando-os a desenvolverem comportamentais sexuais saudáveis e respeitosos com seus próprios corpos. Para que sejam superados os mitos e preconceitos que envolve a sexualidade da pessoa com DI.

Por outro lado, desmitificar os mitos e preconceitos sobre a pessoa com deficiência é um aspecto essencial, como enfatizam Maia e Ribeiro (2010, p. 163):

conhecer e esclarecer os mitos e ideias errôneas sobre sexualidade de pessoas com deficiências é uma tarefa importante porque essas crenças podem afetar a todos, quando por meio delas se incentivam as relações de discriminação e de dominação que podem ocorrer entre não deficientes sobre os deficientes sobre os deficientes, entre os homens com deficiência, entre pessoas com deficiências menos comprometedoras sobre as que têm mais comprometimento.

As autoras problematizam que os mitos construídos socialmente acerca da sexualidade da pessoa com DI têm relação com o medo que os pais têm do estigma da deficiência que os filhos sofrem na sociedade, não sendo possível pensar que um corpo marcado por anormalidade e fragilidade física emocional e psicológica seja capaz de se reproduzir sexualmente.

Desse modo, é inevitável que as pessoas sem deficiência não vejam em algum momento da vida social comportamentos sexuais por parte das pessoas com DI, que devem expressar livremente seus impulsos sexuais, mesmo que os seus corpos ou vontades sejam reprimidos socialmente por meio de práticas preconceituosas. Elas veem nesses espaços ou ambientes como privilegiados para suas vontades sexuais com os seus pares, buscando a superação da estigmatização, mitos e preconceitos da pessoa com deficiência intelectual.

Maia (2010) diz que há de se superar os estigmas sexuais da pessoa com DI na escola e na sociedade, procurando romper com a dicotomia da sexualidade e deficiência como aspectos distintos. A desvantagem social atribuída aos estigmatizados pela deficiência configura-se num grande obstáculo à vida em sociedade, correndo-se o risco de estabelecer um rótulo e não vê-los como indivíduos e isso levaria a uma idealização do que seria a vida particular de pessoas com deficiência, em função da deficiência, o que seria um modo simplista de compreender a questão. O próprio sujeito estigmatizado incorpora determinadas representações e se identifica com essas tipificações.

Essas concepções do padrão sexual ou normalidade constituídos em sociedade para designar a capacidade produtiva da pessoa com deficiência intelectual não pode ser separada do contexto social, político, antropológico e cultural da vida humana, que leva a considerar, que as pessoas com deficiência tem desconstruído cotidianamente, promovendo rupturas com as regras sociais impostas a pessoas com DI, por meio de práticas repressivas e normativas da sexualidade humana.

Quadro 15 Sumarização: a sexualidade na educação especial (DI)

Posições sobre sexualidade	Questões centrais	Privadas; públicas; Ação dialógica de resistência
- A sexualidade vai para além do ato sexual envolve	- Infantilização. - Proibições da normalidade	- No senso comum ocorre o discurso de que pessoa com deficiência é desprovida sexualmente ou

abraços, toques, carícias, beijos, trocas de olhares.	- Medo de propagação da deficiência.	assexuada de seus desejos. Portanto, conforme essa posição não ocorre no privado e nem no público.
---	--------------------------------------	--

Fonte: Elaboração própria (2019).

O que fica claro em todas as disciplinas que discutem o tema da sexualidade é que a dominação masculina sobre a mulher perdura desde os primórdios, que as pessoas que não correspondem às normativas ainda são discriminadas e vistas como minoria.

Então, cabe sintetizar: a esfera privada da sexualidade encontramos na antropologia, sociologia, medicina, psicanálise, religiosidade, historiografia, psicologia social e demografia; e a ação dialógica de resistência encontramos na filosofia.

Vejamos que cada ciência tem uma perspectiva epistêmica de compreensão da sexualidade, para apresentar os pontos de vistas, os quais foram fundamentais para discussão dessa temática essas dimensões que resultam as visões da sexualidade como uma temática complexa.

As diversas abordagens discutidas nas disciplinas mostraram que não é possível ter um conceito e entendimento único a respeito da sexualidade e que esse tema é muito complexo. Até recentemente, a maioria das disciplinas não discutiam para além do entendimento de sexualidade com a diferença dos sexos, concepção e casamento; em relação ao sexo, nas diversas disciplinas, era visto, quase com unanimidade, como um ato pecaminoso.

5 CONTRAPALAVRAS DOS SUJEITOS: PERCEPÇÕES, SENTIDOS E SIGNIFICADOS SOBRE SEXUALIDADE

[...] é necessário olhar o único, o singular, o evento que conduz a uma certa regularidade. Essa relação entre o particular e o geral na pesquisa [...] busca pelo instável e estável, novo e dado, geral e particular/singular, em um estudo na perspectiva dialógica de linguagem, há ainda que se levar em conta a complexa relação (dialógica e constitutiva) entre o pesquisador e o objeto de pesquisa (os dados, que são discursos proferidos por sujeitos socio-historicamente constituídos). Tal relação não é neutra e nem pré-determinada, tendo em vista que o pesquisador, em todo o processo de pesquisa, também está permeado por seu horizonte valorativo, preponderante nas suas escolhas durante o processo de pesquisa, que vão desde a escolha desse objeto até o relato da análise dos dados (ROHLING, 2014, p. 47).

O pensamento de Rohling nos provoca a pensar a singularidade e a certa regularidade que atravessa a questão da sexualidade da pessoa com DI, materializada há tempos pelos discursos sociais como “problema” ou “impossível”. Desse modo, nesta seção do trabalho foram desconstruídas as visões tradicionais sobre o que é um sujeito sexual múltiplo, buscando apresentar a potência dessa subjetiva humana como elemento constituinte da vida social e cultural das pessoas com deficiência intelectual.

Ainda nesta seção constituímos lugares de fala dos alunos e das alunas com deficiência intelectual, valorizando suas narrativas, suas experiências de vida, o que eles e elas de fato vivenciam referente a sua sexualidade. Por outro lado, surgiu a necessidade de ouvir também as suas mães e as profissionais que os atendem na unidade especializada, para compreender suas realidades, suas visões quanto a suas experiências com sujeito com DI, referente ao tema da sexualidade.

A relevância de visibiliza-los reside no fato de que ainda é um tema pouco explorado tanto na academia, quanto na sociedade, pois para algumas pessoas ainda se torna um quanto complexo saber lidar com a problemática em questão, uma vez que é colocada como tabu, restrita e proibida por alguns responsáveis, sendo evidente as categorias do público e do privado, que são fundamentais para a compreensão do objeto de pesquisa. Por outro lado, pudemos perceber a existência de um evento pedagógico que promove a questão do lazer da pessoa com deficiência intelectual, pensado como uma estratégia que pode favorecer novas possibilidades de constituição dos alunos e alunas com DI.

Realizamos a análise dos dados, a partir das gravações dos áudios e da transcrição na íntegra de 56 entrevistas, constituídas das narrativas e dos registros de diário de campo vivenciados, para que os dados da pesquisa pudessem ser identificados e categorizados.

Foram realizados encontros individuais e coletivos nos espaços da APAE-Belém. Iniciamos a pesquisa no dia 20 de março de 2019, com observações e registros no diário de campo, no dia 28 de agosto de 2019, realizamos uma palestra proferida aos pais e/ou responsáveis e professores, no auditório da instituição para apresentar a pesquisa. Depois seguimos para as entrevistas e observações nas BALADAPAEs dos dias 05 de setembro de 2019 e 03 de outubro de 2019, bem como nos atendimentos individualizados que antecedem a BALADAPAE e logo após o evento no CAEE da APAE. Momentos estes, considerados como diálogo com os alunos, famílias e mediadores, como forma de um “bate papo”; maneira encontrada para que todos se sentissem bem à vontade para tratar sobre o tema da sexualidade, de forma mais descontraída, bem como nas observações no local, no dia e espaço em que acontece a famosa BALADAPAE da APAE.

5. 1 O PAPEL E IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA PARA A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DI

A sexualidade da pessoa com deficiência intelectual é vista como um distúrbio de conduta na sociedade e é resultante da baixa autocrítica e fortes mecanismos repressivos e opressivos. No tocante à repressão, o peso que imprime contra a pessoa com DI acaba se tornando mais forte do que com as demais pessoas. A opressão aqui considerada é o ato proibitivo em relação à pessoa com DI de manifestar seus desejos, seus gostos e vontades, de se relacionar com seus pares.

Nessa perspectiva, o pensamento que está incutido na sociedade é de que a pessoa com deficiência intelectual tem a sua sexualidade manifestada exageradamente, pois todas as manifestações sexuais destas pessoas são entendidas como um “distúrbio”. Esses julgamentos, no senso comum, ocorrem tanto na família, quanto na escola, por serem frutos do processo repressivo e opressivo que se torna historicamente estruturado na sociedade.

Desse modo, pudemos verificar as percepções nas entrevistas dos alunos e as alunas, tornaram-se um desafio, visto que seus comportamentos ora eram espontâneos, ora eram restritivos, por não quererem que suas mães soubessem de seus pensamentos e sentimentos, temendo serem punidos. Não obstante, as entrevistas com as mães também foram tensas e desafiadoras, devido a suas posturas preconceituosas, com tabus velados, falta de informação, angústia, medo, desespero e falta de orientação.

Ainda que tenham ocorrido tensões e conflitos, o processo de escuta, transcrição e análise das falas dos sujeitos foi relevante, porque nos levou a perceber as distintas compreensões dos sujeitos entrevistados a respeito da sexualidade.

5.1.1 A importância da família: “Eu converso muito com a minha mãe”

Procuramos registrar, anotar, identificar, analisar e interpretar o cotidiano escolar dos alunos e das alunas com deficiência intelectual, com o intuito de desvelar as práticas cotidianas, os eventos sociais e pedagógicos, as atividades pedagógicas, as interações, os comportamentos e as formas de relacionamento desses sujeitos. Contudo, mantivemos uma posição exotópica – de distanciamento na melhor percepção com o outro – para darmos espaço aos olhares dos sujeitos, para que suas realidades pudessem se sobressair no campo da sexualidade.

Mesmo que o tema da sexualidade provoque conflitos entre os pais e a escola, ele é pertinente e emergente, pois os pais precisam conhecer a sexualidade de seus filhos e filhas, para que eles possam ajudá-los a melhorar seus comportamentos sexuais, de modo que venham a ser saudáveis e aprendam a respeitar seus próprios corpos e, assim, juntos, escola e pais, possam superar os mitos e preconceitos a respeito da sexualidade da pessoa com deficiência intelectual. No trecho 1, podemos observar o quanto é importante o diálogo da família com seus filhos, sobre sexualidade:

(1)

Pedro: Eu tive a primeira relação quando eu tive dezesseis anos com a Nanda. Eu... eu usei preservativo.

Pesquisadora: Você sabe usar direitinho?

Pedro: Sei, eu sei, sim.

Pesquisadora: E quem lhe ensinou? Alguém lhe ensinou? Onde você aprendeu?

Pedro: Não... eu que pedi as dicas como coloca, como coloca uma camisinha. Daí.... Eu perguntei eu perguntei, claro que justamente eu perguntei para minha mãe, né, claro, a primeira pessoa que eu perguntei, né? Daí, ela disse que é fácil, ela disse que é só colocar e pronto, daí não sai também a coisa, né? Daí deu a primeira noite com ela, em quatro paredes, né? Daí eu botei, daí como eu achei menos... menos gostoso assim, daí eu resolvi tentar sem camisinha, daí de repente quase aconteceu o pior, quaaaase, só que graças a Deus não aconteceu! Daí não tive mais relação mais com ninguém. Daí, daí eu tô pensando ter outra, mas a mamãe tem que deixar, né?

Eu converso muito com a minha mãe, quando tá só eu e ela em casa, porque não posso esconder justamente nada, né? (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 16/10/2019).

Pudemos observar que o aluno Pedro tem liberdade de conversar com sua mãe, pedir orientação, quando diz: “claro que justamente eu perguntei pra minha mãe, né, claro, a primeira pessoa que eu perguntei, né?” Isso denota a importância da relação dialógica no processo de educação sexual numa visão progressista, a preocupação dessa família para com seu filho. Além disso, vejamos que há um processo educativo por parte da mãe para orientar seu filho no que diz respeito à prevenção com seu corpo e a questão do autocuidado

Pedro, após orientação de sua mãe como usar o preservativo, por ser uma medida de proteção e segurança, passa a ter autonomia referente ao seu corpo. Ele amplia a concepção da sexualidade, por envolver uma questão fundamental da sexualidade que é o autocuidado, ou seja, a responsabilidade como forma que os sujeitos lidam com seu corpo nos aspectos sociais, biológicos, psicológicos e culturais. Analisemos o diálogo entre a mãe de Pedro e a pesquisadora, no trecho 2.

(2)

Pesquisadora: Preocupa-se em falar sobre sexualidade com seu filho?

Ana: Não, **tem que ser aberta, né, expor ele aos perigos. Tem que botar ele a par de tudo. Eu explico detalhe por detalhe, o que pode acontecer, e o que não pode acontecer....** Às vezes, acho que preciso de ajuda sim, é bom ter um outro tipo de apoio, às vezes eu peço ajuda também. [...]. Assim para explicar detalhe por detalhe para ele, como é que tem que ser, né.

Ana: Tipo assim, **vamos dizer que ele fosse manter relação, o preservativo que tem que usar. Se fosse com a pessoa certa que ele gostasse, tudo isso.** No início ele não gostou, mas tudo bem. Procurei explicar o melhor possível para ele, eu acho que eles têm que saber, porque eles são normais, né, têm vontade também como

a gente... (Entrevista realizada com Ana, mãe do aluno Pedro, no dia 09/10/2019).

Analisamos na fala Ana, mãe de Pedro, que a questão de prevenção educação sexual por parte da família é importante para possibilitar a liberdade sexual das pessoas com deficiência, visto que a questão da sexualidade não tem relação com a deficiência, mas a forma como o seu filho sente-se feliz e realizado ao socializar com outra pessoa. É importante frisar que ela oportuniza essa liberdade por entender que as necessidades sexuais de seu filho são iguais a das outras pessoas sem deficiência. Ela procura orientar e conversar com ele a respeito de sua sexualidade, desde o início, quando ele começou a se interessar pelas garotas.

Observamos, também, que embora a mãe Ana oriente seu filho como lidar com as questões biológicas, ela o restringe, em certos momentos, por achar que ele não pode ter tanta autonomia, para escolher a performance dos seus gostos individuais e peculiares. Por isso, entendemos que seja uma forma de vigiar os impulsos de Pedro.

presenciamos no ato da entrevista, que o aluno Pedro, quando só manifestava-se de forma espontânea para dizer sobre seus gostos, vontades e impulsos que sentia referente a sua sexualidade. No momento, em que a entrevista foi com a presença da mãe, ele se mostrou cuidadoso e cauteloso ao se expressar para não sofrer qualquer tipo de punição. (DIÁRIO DE CAMPO, no dia 26/11/2019).

Esse tipo de comportamento ambíguo e compreensivo por conta de alguns pais acreditarem que esses sujeitos não podem expressar seus desejos. Penso que é um dos pontos chave da nossa pesquisa é constituir lugares de fala das pessoas com deficiência intelectual, para dizerem e narrem sobre suas escolhas e experiências enquanto sócio-histórico. Sabemos que é necessário as pessoas com deficiência intelectual falarem de suas visões de mundo e suas experiências que são fundamentais para compreendermos as formas de ser e existir como sujeito social.

Nas reflexões do Girolamo (2002) as repressões das manifestações sexuais da pessoas com deficiência não é a solução, pois isso pode causar a diminuição de seu equilíbrio, aumentando a agressividade e a angústia vital, provocando seu isolamento. Para o sujeito com deficiência intelectual, muitas vezes, é a única forma de aliviar as

suas tensões sexuais, portanto, a repressão pode causar problemas afetivos. Por tanto, eles devem expressar o que querem e o que sentem.

Registramos, na fala da Mara, mãe de Júlia, certo desconhecimento da singularidade da pessoa com DI, como podemos identificar no trecho 3.

(3)

Pesquisadora: Você considera a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual diferente dos demais indivíduos sem deficiência, sim ou não?

Mara: Não, para mim é normal. É porque ainda não aconteceu, né. Mas isso vai chegar um dia. É porque eu acho que ainda não teve oportunidade deles dois.

Pesquisadora: Certo. E o que você entende por sexualidade?

Mara: Eu entendo que é uma necessidade, sabe. É o carinho, isso aí vem do carinho, então quando a gente ama uma pessoa eu entendo que é o amor que faz, né, acontecer a vontade, todos nós temos vontade, todos nós necessita, né?! Então eles, para mim, não é diferente. Eu sempre tratei a minha filha como uma pessoa normal, então para mim ela é normal (Entrevista realizada com Mara, mãe da Júlia, no dia 23/10/2019).

A fala da Mara evidencia uma perspectiva “normalizadora” ao afirmar que ainda vai acontecer a sexualidade. Confunde sexualidade com “fazer sexo”. Não consegue distinguir os impulsos e gostos sexuais que são inerentes a qualquer sujeito. Sua filha é adulta, mas é vista como se não tivesse sexualidade alguma; isso ainda vai acontecer.

Maia (2010) ressalta que o sexo faz parte da sexualidade, que é um fenômeno bem abrangente! Tendo ou não relações sexuais, todo mundo sempre será uma pessoa “sexuada”, pois todas as pessoas, independentemente de quais condições, são seres dotados de sexualidade. Assim, são capazes de sentir o bem-estar, diante de sensações prazerosas táteis, sensações confortantes diante da afetividade e acolhimento amoroso, vindo de relacionamentos conjugais ou mesmo fraternos ou de amizade. Dar e receber carinho é bom! Sentir-se amado e querido é bom! Receber um abraço afetuoso de quem confiamos e gostamos é muito bom! Isso tudo é sexualidade

Defendemos que a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual é uma performance subjetiva inerente a esses sujeitos, que reinventam suas práticas, gostos e vontades, que fazem-na se sentir como ser autônomo a fim de se

apresentar ao mundo como um ser cheio de amor, afeto, emoção, angústias e de desejos resultantes das vivências sociais e culturais com seus pares.

No posicionamento de Maia e Ribeiro (2010, p. 160),

a pessoa com deficiência intelectual é um ser integral que sente afeto pelas outras pessoas, possui cultura, pertence a uma história e é dotado de sexualidade. A sexualidade é uma condição importante na vida das pessoas é um conjunto de concepções e valores que envolvem a intensão do ser humano e o afeto, ampliando as condutas humanas para além da genitalidade, suas expressões são múltiplas e variadas.

Em decorrência do pensamento das autoras, acreditamos que seja necessário desconstruir as ideias e comportamentos inadequados que impedem as pessoas com deficiência intelectual de garantirem os seus direitos sexuais, os quais são fundamentais para existirem plenamente na condição humana. Tal proibição está fundamentado nos valores heteronormativos, sexistas, patriarcais e capacitistas que refletem o tipo de sociedade que decide a forma como os seres humanos devem comportar-se socialmente.

Por isso, interpretamos a sexualidade da pessoa com DI em uma perspectiva intersseccional, voltada para as questões de gênero, de raça, de classe, ou seja, não é algo indissociável da vida humana, nem baseado no fundamentalismo religioso e psicológico, para explicar tais comportamentos e práticas sexuais. Tal argumento baseia-se no fato de que a pessoa com DI, por ser sujeito sócio-histórico, tem a sua sexualidade, também, resultante da construção sociocultural, o que amplia a concepção de seres dotados de desejos e impulsos sexuais.

Podemos inferir, então, que necessitamos desmitificar a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, por não se encaixarem nas condições de regras e valores morais e sociais impostos a determinados grupos sociais minoritários que não atendem aos pré-requisitos para aceitação de manifestação da sexualidade. Esses aspectos são essenciais para serem relativizados nos entendimentos errôneos sobre a condição dessas pessoas como seres assexuados, ratificando a proibição e a opressão da liberdade sexual das diferenças individuais.

5.1.2 A importância da família: “A sexualidade dele é normal...”

A partir do exposto a respeito da liberdade e orientação na relação entre mães e filhos(as) nos princípios da educação para sexualidade, analisemos a fala da psicóloga Margarida, na questão da sexualidade do DI, como segue no trecho 5.

(5)

Pesquisadora: Essas questões de que é muito exacerbada ou tem alguma diferença?

Margarida: Não.

Pesquisadora: Existe diferença da sexualidade de uma pessoa com deficiência intelectual para uma pessoa normal?

Margarida: Não. Se existir alguma coisa já é uma disfunção sexual, mas **a sexualidade deles é normal**, o que acontece é que eles não têm o discernimento, não todos, alguns têm, do que é público, do que é privado. Então, eles acabam às vezes se manipulando, se tocando, se masturbando na frente dos outros, porque não foi ensinado para eles que aquilo não é para se fazer em público. A única diferença que eu vejo no meu tempo de atuação é essa.

Pesquisadora: Como é quando você diz que essa diferença depende daqueles que conseguem ter o discernimento ou não, do que é público, do que é privado?

Margarida: Pela orientação dos pais, porque se ele começa a se manipular em locais, por exemplo, numa sala de estar e ele não é orientado adequadamente: “Olha filho, aqui não é o lugar, você tem que ir para o seu quarto. Isso é prazeroso, a mamãe entende, o papai entende que você está se descobrindo, você tem que tá em um local tranquilo, seguro, onde você possa realmente sentir esse prazer, ou sentir a sua intimidade de forma bem tranquila (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Margarida ressalta que às vezes isso não é feito, pois observa, também, que os pais não sabem lidar com a sua própria sexualidade, e assim sendo, como que esse pai vai orientar seu filho e filha? Essa problemática pela falta de informação de um programa de educação para sexualidade, ocasiona as dificuldades e entraves para saber lidar com as necessidades e anseios sexuais dos seus filhos e filhas.

Também observamos a questão do preconceito: “isso não é de Deus, olha, eu vou cortar a tua mão”. Nesse momento, é uma fala fundamentalista dogmática religiosa para explicar o comportamento sexual da sua filha, criando estereótipos de condutas sexuais, isto é, não realizando um debate contextualizado sobre as formas de prazer e bem-estar para gozar do seu direito sexual, como questão do conhecimento do seu próprio corpo. Na percepção de Maia e Ribeiro (2016, p. 154)

os estereótipos de que as pessoas com deficiência não são atraentes fisicamente, não têm interesses por sexo, ou ainda, são incapazes

de sentir algum estímulo sexual, ainda são amplamente difundidos. Estes estereótipos, unidos à falta de informação, induzem a gente a uma atitude pessimista em tudo que se refere a manifestações afetivo-sexuais para estas populações; é uma ilusão pensar que o sujeito com deficiência não vai procurar dentro de si mesmo, ou ainda, junto a outras pessoas informações a respeito deste assunto. Nesse sentido, pais, professores e demais cuidadores, ao que parece, retardam o inevitável, ao adotarem a perspectiva procustiana ou então, quando endossam suas práticas opressoras.

Contudo, a psicóloga Margarida frisa que os jovens e adultos com DI lidam com a sua própria sexualidade de forma natural: eles conversam, dizem quando estão a fim, falam das experiências, das trocas, que estão apaixonados, entre outras situações. Destaca-se, assim, a necessidade de implementação de um projeto de educação sexual para promover espaços de discussão e promoção, reconhecendo os lugares de fala da pessoa com deficiência intelectual sobre sua sexualidade.

Nessa mesma perspectiva a respeito da liberdade, do diálogo, de expressão e orientação entre mães e filhos(as) acerca da sexualidade, a professora Helena expõe sua posição no trecho 6, a seguir.

(6)

Helena: Embora todos nós seres humanos sejamos singular, algumas questões se desenvolvem de forma semelhante, e a sexualidade da pessoa com deficiência não é diferente dos demais indivíduos... porque envolve processos biológicos de desenvolvimento, questões sociais, culturais, entre outros, e assim como os demais sujeitos, eles também necessitam ser orientados para que possam vivenciar suas experiências com segurança (Entrevista realizada com a professora Helena, no dia 20/11/2019).

Nestes trechos pudemos verificar que as duas profissionais (Margarida e Helena) concordam concernente à concepção polissêmica da sexualidade humana, que materializada da mesma forma que em uma pessoa normal. A demarcação conceitual do que é sexualidade é composta pelo contexto histórico, cultural, político e social, ampliando a discussão sobre o processo de reconhecimento das diferenças individuais que compõem o conjunto da diversidade humana deve ser articulado com o projeto de educação para a sexualidade em uma vertente heterogênea. Margarida ressalta ainda que o preconceito vem em decorrência dessa falta de orientação.

5.1.3 A importância da família: “...pedir ajuda”

Tendo em vista a necessidade de orientação, os pais ou responsáveis pelas pessoas com deficiência intelectual, frequentemente, pedem ajuda aos profissionais da instituição para minimizar ou superar essa situação, como presenciamos nas entrevistas, descritas nos trechos 7 e 8.

(7)

Sara: Professora, pelo amor de Deus eu já nem sei o que fazer, eu não pensava que ia passar por isso. Eu não sei nem o que fazer. Já briguei, já chamei atenção dele, mas não tem jeito. Me ajude, marque com a psicóloga para mim e para ele porque eu não sei mais o que fazer (Entrevista realizada com Sara, no dia 28/11/2019).

(8)

Pesquisadora: Quais as maiores dificuldades para trabalhar com esses pais?

Margarida: A maior dificuldade é aceitar que isso é natural desenvolvimento humano. A maior dificuldade é essa, porque não aceitam que os filhos deles cresceram, é aquela eterna criança. Então como que o meu filho vai namorar, como que ele vai ter um relacionamento? Eles até namoram, mas quando entra para a parte da relação sexual, aí já é outra barreira, porque a maioria das meninas nunca foram no ginecologista, nunca foram orientadas sobre o método anticoncepcional. Os meninos, o uso adequado da camisinha, a forma correta, para que serve a camisinha? Que não é só para evitar um filho, mas, principalmente para a prevenção de doenças, então tudo isso a gente trabalha (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Percebe-se na narrativa da Sara (trecho 7) a angústia e o desespero em não saber lidar com a sexualidade do seu filho, uma vez que seu filho, Heitor, não tinha manifestado seus impulsos sexuais por outra pessoa. Até então, ela acreditava que reprimindo o seu filho, talvez, conseguisse controlá-lo de suas vontades sexuais. Nesse caso, constatamos que a mãe não teve formação para saber dialogar com seus filhos e filhas sobre as questões sexuais inerentes à condição humana.

Nessa perspectiva, buscamos verificar a opinião da profissional Margarida (trecho 8), para saber o que sente em relação aos pais, quais as dificuldades encontradas a esse respeito.

Margarida relata que, infelizmente, o preconceito existe, independentemente de segmento social, porque há pais que têm, às vezes, um conhecimento um pouco além do que a maioria, mas quando o adolescente e/ou adulto começa a demonstrar que ele já não é mais o bebê e começa a ter outros interesses, aí é que percebe: o meu filho cresceu, e agora? Margarida explica como agir, no trecho 9, a seguir.

(9)

Pesquisadora: No que se refere à área de atuação profissional, quais são suas estratégias de atuação sobre essa questão?

Margarida: A gente usa vídeos, a gente usa revistas, a gente usa rodas de conversas, com os adolescentes. Os meus jovens e adultos, eu falo muito abertamente, é roda de conversa.

Pesquisadora: Que diferencial sua área de atuação profissional pode ter no trato dessas questões?

Margarida: Principalmente a conversa aberta, franca, objetiva (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Pudemos observar na fala da Margarida que a maior dificuldade encontrada por ela reside nos pais, que não conseguem se libertar da ideia de que seus filhos não são mais crianças e que o melhor modo de tratar essa questão é por intermédio de conversa objetiva e franca.

As palavras de Margarida, concernente à dificuldade dos pais em aceitar que seus filhos não são mais crianças, nos remetem à Joel Birman (1998), que trata da sexualidade segundo a psicanálise, ao mencionar que Freud deu o passo mais ousado da psicanálise ao postular que a sexualidade é intrínseca ao ser humano desde a infância.

5.1.4 A importância da família: “Nunca tinha demonstrado interesse por alguém como agora”

Por desconhecer acerca da sexualidade de pessoas com deficiência, a sociedade criou discursos, que não permitem que elas se expressem. Ignoram o seu potencial para se relacionar com outras pessoas, sobretudo a pessoa com deficiência intelectual, por não serem estimuladas a pensar sobre a sua própria sexualidade, ficando sob o julgo preconceituoso da sociedade. Em decorrência disso, considera-se as pessoas com deficiência “assexuadas”, sem necessidades sexuais e muito menos o entendimento do que seja sexo.

Esse discurso da “assexualidade” é desconstruído quando esclarecemos que a sexualidade está presente desde o nascimento e mesmo que as pessoas apresentem alguma deficiência, suas funções e desejos eróticos certamente estarão preservados. O pensamento deturpado a respeito da sexualidade das pessoas com deficiência coopera para que ocorram situações abusivas, uma vez que não orientam as pessoas adequadamente. Entretanto, as pessoas com deficiência deveriam ser bem orientadas para poderem usufruir da sexualidade com segurança.

Nesse sentido, Denari (2002) ressalta que devemos pensar que a sexualidade da pessoa com deficiência situa-se em um campo que é muito estigmatizado. Precisa ser destacado que a sexualidade deve ser compreendida de modo dialético, amplo, de maneira que possa abarcar todos os contextos, em detrimento do entendimento restrito ligado ao sexo e à genitália.

Também há um discurso de que não pode ser falado de sexo com os sujeitos com deficiência para não estimular a prática, por serem hiperssexuados, com desejos incontrolláveis e exacerbados, sendo a expressão sexual explícita da pessoa com deficiência considerada uma perversão, como mostra o trecho 10 e 11.

(10)

Ana: Eles são normais, mas têm mais vontade do que a gente, né. Eles têm muita vontade (Entrevista realizada com a Ana, mãe do Pedro, no dia 9/10/2019).

(11)

Sara: Agora em casa descobri que ele só quer ficar o dia inteiro vendo vídeo de mulher pelada no celular. Esse pessoal fica mandando esses vídeos de sacanagem para gente e a gente nem sabe que fica lá. Ele mexe em tudo, descobre onde tem e fica vendo direto, o dia inteiro. Ai da gente que vá tirar dele... Hum! se aborrece, se irrita, chora, grita... só falta bater na gente. Por isso ninguém se atreve em tirar da mão dele (Entrevista realizada com Sara, mãe do Pedro, no dia 9/10/2019)

Nesses trechos, pudemos observar que Ana e Sara deixam claro nas suas falas que elas entendem que é normal o interesse por sexo, porém, entendem que os seus filhos e filhas com deficiência sentem vontade igual às pessoas com deficiência. Por certo, um entendimento equivocado.

Notamos elementos na narrativa de análise que mostram os comportamentos sexuais inadequados perante as outras pessoas do sexo feminino. Reafirmam a ausência de um projeto de educação sexual voltadas às necessidades desses (as)

alunos e alunas, bem como a questionar a visão estigmatizada da deficiência, ocasionando situações como relatado por Sara, no trecho 10, que apesar de serem naturais por conta da idade, ocorre de forma exacerbada por não terem sido trabalhados em projeto específicos ou como tema transversal de ensino em sala de aula, não apresentado as estratégias para a discussão da constituição social, biológica e antropológica da sexualidade.

Podemos notar a falta de preparo e conhecimento, também, na fala da Rosa, mãe de Tayla, que demonstra o preconceito quanto à sexualidade de sua filha, marcada também pelo viés religioso, como demonstra no trecho 12.

(12)

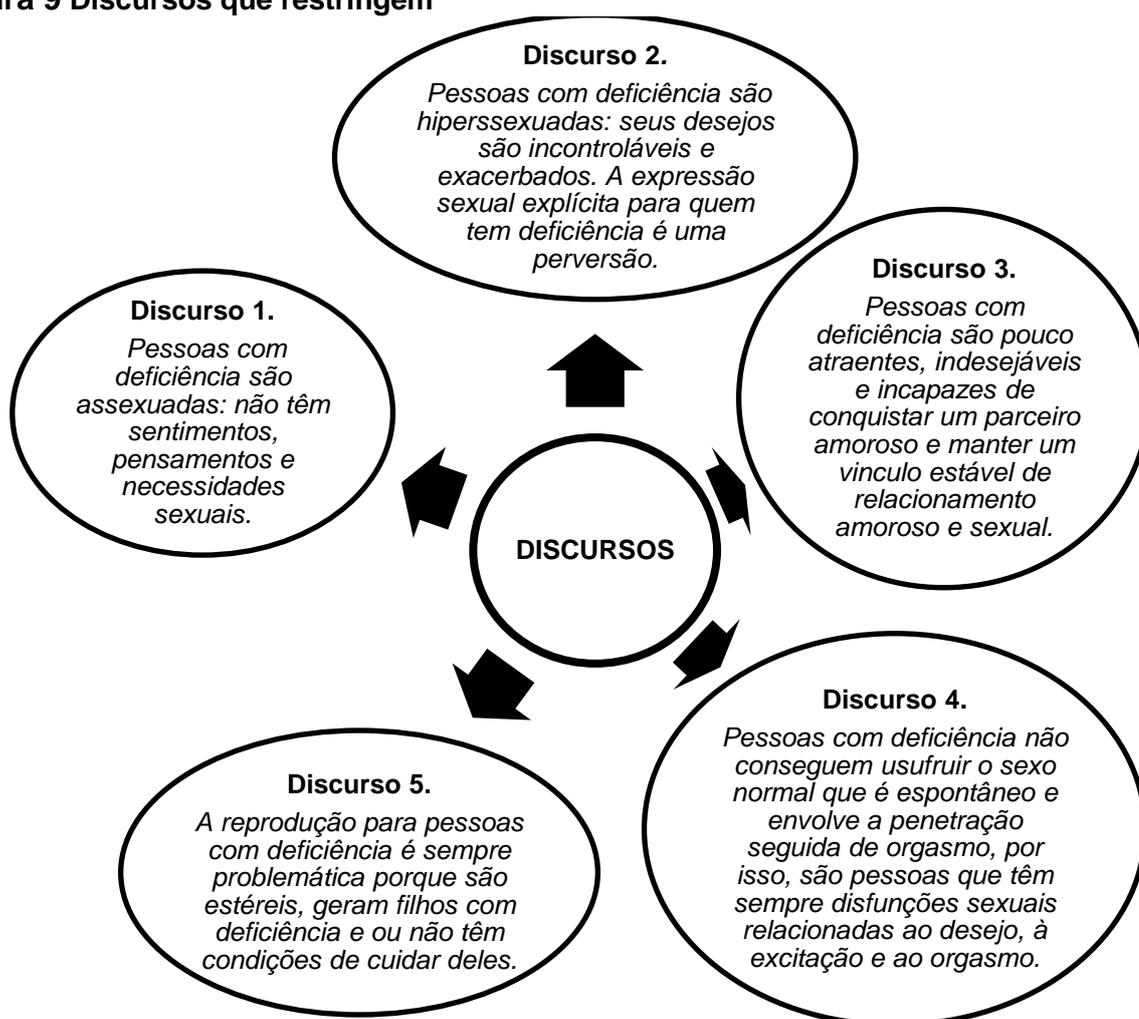
Rosa: Pelo o que eu vejo neles assim, é o comportamento deles é assim impulsivo, né. Porque nós temos é... acanhamento, **a gente tem vergonha de mostrar, né. Se tu sente desejo por alguém, tu não vai dizer que deseja ela, mas eles são impulsivos.** Eu digo pela minha filha, tudo o que ela vai fazer, ela fala tudinho, se ela vai para o banheiro, o que ela vai fazer no banheiro ela diz tudo, tudo, tudo o que vai fazer. Eu digo, não é preciso você falar o que vai fazer no banheiro, minha filha, isso é seu particular, não é para ninguém saber. Está entendendo. Neles eu digo assim, quando eu falo para os meus colegas... **eu os comparo assim, tipo assim... no linguajar popular, tipo cachorro no cio, cachorro no cio, tu não controla, ele fica impulsivo, né!** Então é esse o meu medo em relação a ela, de despertar nela de tal maneira, de como ela não tem é... pudor, dela deixar mesmo o cara vim abraçar ela, beijar ela e fazer o que tiver que fazer, porque ela não tem maldade, ela acredita nas pessoas, ela confia nas pessoas. Só que as pessoas têm maldade (Entrevista realizada com Rosa, mãe da Tayla no dia 13/11/2019).

O posicionamento da Rosa, ao comparar a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual igual a de um animal no cio, instiga-nos a pensar sobre o imaginário social construído a respeito das pessoas com deficiência, em especial, as pessoas com DI, por acreditarem que todos e todas sejam “bichos” ou “loucos” por sentirem desejos e afetos descontrolados com os quais estabelecem relações sociais e culturais. Pensamos que deve ser esclarecido que o interesse sexual é inerente a qualquer sujeito, tanto para as pessoas com deficiência quanto para as pessoas sem deficiência. O entendimento, no entanto, é que a sexualidade das pessoas com deficiência é exagerada e pecaminosa.

Também detectamos um discurso relacionado à aparência, uma vez que a sociedade em geral persiste em tachar as pessoas com deficiência como não atraentes; afirmam ainda que são indesejáveis e que por este motivo não conseguem conquistar um parceiro ou parceria amorosa em manter um relacionamento amoroso e sexual. Esse entendimento deturpado ocorre devido ao pensamento de que o sexo é um direito exclusivo das pessoas jovens e bonitas. A sociedade precisa compreender que a deficiência não é um empecilho para a performance sexual. O que precisa ficar claro é que alguns sujeitos com deficiência necessitam de orientações para a educação sexual que os auxiliem no cotidiano, inclusive na sua intimidade sexual.

A seguir sistematizamos em um esquema os discursos, que restringem a expressão da sexualidade da pessoa com DI.

Figura 9 Discursos que restringem



Fonte: Elaboração a partir da leitura da Maia (2010).

No discurso 1, há a crença de que as pessoas com deficiências são assexuadas, dependentes e infantis e, por isso, não podem ser capazes de gozar de uma vida sexual porque são imaturas. Cabe destacar que a sexualidade está presente desde o nascimento e mesmo que apresentem alguma deficiência, suas funções e desejos eróticos estarão potencialmente preservados. Esse entendimento deturpado colabora para que ocorram situações de abuso, pois se omite a essas pessoas a orientação sexual adequada. Também há uma crença de que não se pode falar de sexo com as pessoas com deficiência para não estimular a prática sexual. Entretanto, deveria ser ao contrário, deveriam ser bem orientadas para poderem usufruir da sexualidade com responsabilidade.

O discurso 2 carece de esclarecimento, porque para as pessoas com deficiência, assim como para as pessoas sem deficiência, o interesse por sexo é variável. Há um equívoco no entendimento de que possuem a sexualidade exagerada. Isso se deve ao comportamento sexual expresso em público, principalmente, entre aqueles com deficiência intelectual, que pode se manifestar das mais diversas formas.

Desse modo, não se reconhece uma pessoa com deficiência com suas múltiplas identidades de gênero, em especial, as pessoas com DI. É importante frisar que nas leituras realizadas, notamos a ausência de um debate transitável para a existência de pessoas com deficiência na sociedade, que se reconhecessem héteros, *queer*, homossexuais, lésbicas, pansexuais, cisgêneros, bissexuais, transexuais, transgêneros, intersexuais e assexuais, ou seja, buscamos neste estudo desconstruir discursos heteronormativos e sexistas que demarcam os espaços de poder para não valorizar as diferenças individuais nos seus direitos sexuais, sociais e culturais e políticos. Entendemos que há a necessidade de tematizar o campo da sexualidade em uma perspectiva transversal no campo da educação, psicologia e educação especial, reconhecendo as particularidades no conjunto da diversidade.

O discurso 3 está relacionado ao entendimento de que o sexo é um direito exclusivo das pessoas atraentes e sem deficiência. A pessoa com deficiência é vista como um empecilho para a satisfação sexual. O fato de os sujeitos com deficiência necessitarem de ajuda ou de algum suporte que os auxiliem no cotidiano, e até

mesmo em um momento de intimidade sexual, não os impede de manterem vínculos amorosos, afetivos, emocionais e sexuais.

Diante dessas situações, há o esquecimento de que antes da deficiência, devemos olhá-las na plenitude humana como direito fundamental à vida. Os preconceitos também atingem os familiares das pessoas com deficiência ao ajudá-las a enfrentar todas essas dificuldades.

No discurso 4, a deficiência é vista como um comprometimento para a vida sexual ativa, todavia as pessoas com deficiência podem viver sua sexualidade de modo prazeroso. As repressões causadas pelas religiões, em relação ao sexo prazeroso, podem provocar sentimento de culpa, dificultando o contato com as sensações que proporcionam satisfação em relação ao corpo. Sexualidade, portanto, é social e cultural. Assim sendo, o ato de distanciar-se da possibilidade de viver um sexo prazeroso acaba sendo incorporada pelos próprios sujeitos que acreditam não serem um direito a ser conquistado.

O discurso 5 está relacionado à vida reprodutiva da pessoa com deficiência, pois sua fertilidade é reduzida ou apresenta outros problemas correlacionados. No entanto, deve ser ressaltado que as pessoas sem deficiência também podem apresentar problemas de fertilidade. Há a possibilidade de pessoas com deficiência terem filhos(as) sem a deficiência. Todavia, as pessoas com deficiência intelectual necessitam do envolvimento dos pais e ou responsáveis para desconstruir discursos opressores e as formas de exclusão. É comum encontrar famílias que impedem seus filhos e filhas com deficiência de manter uma vida sexual e até mesmo os submetem a procedimentos agressivos, como a esterilização.

Diante de tanto preconceito social e cultural inculcado no inconsciente coletivo da sociedade, os familiares das pessoas com DI se questionam se realmente seus entes conseguem ter uma relação amorosa e afetiva com pessoas sem deficiência. Assim sendo, a família pode ajudar, incentivando a independência das pessoas com deficiência. Porém, pode prejudicar, mantendo-os superprotegidos e isolados, não propiciando a vida normal, como demonstra Rosa, no trecho 13.

(13)

Rosa: Eu disse pra professora: assim fica ruim, por que como é que você deixou ele entrar aqui na sala com ela, por que ele já estava assim... escrevendo assim debruçado, quase... quase beijando ela, bem em cima dela mesmo, aí eu disse assim... e a professora lá,

nem ligando. Aí eu disse: eras, não vai dar certo! Já fui na coordenação. Eu falei: olha, tá difícil assim, aqui ninguém sabe de nada, de repente a minha filha engravidou desse menino aí, como é que vai ser pra mim, né? A responsabilidade é minha do que acontecer com ela.

Como eles são especiais **aí diretora teve coragem de me falar...**

Ah! Ela quer namorar. Tipo assim, como se fosse normal pra ela, pra eles lá a minha filha namorar, só que pra mim isso é um absurdo! Porque ela é especial!

E ele também. E se acontecer alguma coisa? Ela não sabe nada sobre sexo. Agora que ela anda vendo alguma coisa na televisão, porque até isso **eu sempre a proibia de ver beijo, de estarem se agarrando, tipo assim... pra não criar o desejo nela, pra não despertar isso nela**, entendeu! Aí depois disso de um tempo pra cá que eu comecei a perceber o comportamento dela que mudou, eu que a parte inocente aí já vai acabando. **Ela agora quer ver novela, ela quer ver quando tão se agarrando** (Entrevista realizada com Rosa, mãe da Tayla, no dia 7/11/2019).

Rosa ressalta que a filha tem acessado vídeos do *Youtube* em que aparecem cenas de beijo das novelas e agora ela já quer saber como é. Declara que se a filha fosse menino, ela não se importaria, mas por ser mulher ela pode engravidar e também, por ser considerada uma criança, ela não vai conseguir cuidar de um bebê. A mãe Rosa tem uma percepção sexista, capacitista, heteronormativa e opressora ao tolir o direito de ser e estar da filha Tayla, em sua performance da sexualidade, nas suas experiências sociais e culturais.

Maia (2007) aponta em suas pesquisas que os pais afirmam que têm dificuldades em explicar para os seus filhos com deficiência intelectual as questões da sexualidade. A autora enfatiza que as pessoas com deficiência intelectual sofrem influência da televisão, que desperta a curiosidade sobre o assunto da sexualidade, entretanto, os pais não percebem a urgência em discutir o assunto da sexualidade com a pessoa com DI. Vejamos a percepção de Rosa, no trecho 14.

(14)

Rosa: Eu acho que ela não tem condições de se relacionar com ninguém, porque ela é como se fosse uma criança, tá entendendo? Então eu vejo assim que todo tempo ela vai precisar do cuidado de alguém e se ela arrumar alguém ou um filho, vai ser duas crianças, vai ser dois trabalhos, tá entendendo? O fato de ela se envolver sexualmente com uma pessoa é, não se, eu acho que eu ia surtar (Entrevista realizada com Rosa, mãe da Tayla, no dia 7/11/2019).

A narrativa de Rosa está imbuída com o discurso discriminatório de que as pessoas com deficiência não conseguem se relacionar normalmente e que são pessoas que têm disfunções sexuais em relação ao desejo, à excitação e ao orgasmo. Sendo assim, entendem que a deficiência compromete a vida sexual, todavia, as pessoas com deficiência podem viver sua sexualidade com prazer.

Nesse trecho, podemos verificar que Rosa controla bem o comportamento de Tayla. Cabe problematizar na fala da Rosa, que reduz a sexualidade da filha ao ato sexual, além disso, reforça que qualquer manifestação sexual deve ocorrer somente de forma restrita, ou seja, há uma visão religiosa, capacitista e patriarcal que impede a aluna com deficiência intelectual de se tornar uma pessoa livre para expressar suas vontades e desejos, por conta de valores sociais e culturais instituídos contra as mulheres de serem sujeitos sociais livres com seus próprios corpos, gostos e impulsos.

Não obstante, abre a orientação a respeito da sexualidade. Sobre isso, Denari (2002, p, 11) declara que,

de fato, a boa conduta sexual dos filhos é um elemento social para avaliação da boa educação recebida na família. Se nela reside a reputação parental, é obvio que a sexualidade dos filhos, é uma preocupação dos pais. [...], o que pensar/dizer em relação aos filhos e filhas que apresentam deficiência mental, como agir em relação a eles/elas? Como orientá-los/las? [...]. Quem está capacitado a proibir o afeto e o amor dos que se querem em sua intimidade e plenitude?

Concordamos com a Denari (2002) ao ressaltar a necessidade de formação dos pais para assumirem a responsabilidade social de dialogarem sobre a constituição sexual dos seus filhos e filhas. Pensamos que esse trabalho de educação sexual voltado para as pessoas com DI deve ser incorporado em parceria com a escola, pois é fundamental para o desenvolvimento e o comportamento sexual da pessoas com deficiência, possibilitando novas posturas no que corresponde a estratégias pedagógicas, visando um trabalho de educação sexual efetivo e significativo, concomitantemente, com a família.

O preconceito também está relacionado à vida reprodutiva do sujeito com deficiência, pois sua fertilidade é reduzida ou apresenta outros problemas correlacionados. É comum encontrar famílias que impedem seus filhos e filhas com deficiência de manter uma vida sexual. O medo que os pais sentem de que seus

filhos e filhas desenvolvam a sua sexualidade, por serem sujeito com deficiência intelectual, criou o discurso de que uma pessoa com alguma anormalidade e fragilidade física emocional e psicológica não é capaz de externar sua sexualidade e é estereotipado como “imperfeito”, “inválido”, “incapaz”, “improdutivo”. Entretanto, os corpos e o papel social assumidos não respondem a esse preconceito, eles e elas tendem a externar seus impulsos e desejos sexuais mesmo que sofram qualquer modo de repressão e opressão. Isso pode ser verificado na fala da Sara, mãe de Heitor, no trecho 15, a seguir.

(15)

Sara: Parece que ele não entende, para outras coisas ele me escuta, mas para isso ele não me obedece. Estou percebendo que ele acaba ficando rebelde, se irrita comigo. **Na escola é a mesma coisa, a professora diz que ele não consegue se concentrar nas atividades, só quer ficar passando a mão nas meninas e fica de negócio duro** (Entrevista realizada com Sara, no dia 14/10/2018).

Observamos que os pais, de modo geral, desconhecem que seus filhos e filhas com DI têm necessidades sexuais, julgando-as assexuadas e/ou pensam que são exibicionistas. Para Maia (2010), as expressões da sexualidade são múltiplas e variadas para os sujeitos com e sem deficiência. Em qualquer caso, não é possível determinar se a vida sexual e afetiva será satisfatória ou não, e é importante lembrar que, em diferentes momentos da vida, dificuldades e facilidades vão ocorrer em maior ou menor grau para todos. Seria injusto generalizar e estigmatizar a pessoa com deficiência em seus potenciais e em seus limites, em função de rótulos, sem considerar o contexto escolar, social, econômico e educacional em que o sujeito se desenvolve.

Vejamos na fala de Sara, no trecho 16.

(16)

Sara: O Heitor nunca tinha namorado antes, eu pensava que ele jamais ia namorar. [...]. **Nunca tinha demonstrado interesse por alguém como agora.** Agora parece que descobriu e não consegue ver uma mulher que fica cego. Parece que fica encantado, hipnotizado pela pessoa, já quer agarrar, e se esfregar na mulher, já fica de negócio duro. Fica fazendo a gente passar vergonha por aí (Entrevista realizada com Sara, no dia 17/10/2018).

O discurso preconceituoso impede esses pais e demais pessoas de respeitá-las e compreendê-las enquanto seres humanos sexuais. De acordo com Denari (2002), nesse pensamento “[...] existe grandes dificuldades para enfrentar serenamente e eticamente, o desafio de respeitar o direito ao desenvolvimento psicoafetivo [...]” (DENARI, 2002, p. 11) das pessoas com DI, por ainda persistir o pensamento de que essas pessoas precisam ser controladas. Cabe aqui ressaltar que, na verdade, o que tanto os pais ou responsáveis, quanto os alunos precisam é de orientação e é isso que devemos procurar fazer.

O que precisamos entender é que para as pessoas com deficiência, assim como para as pessoas sem deficiência, o interesse pela sexualidade é polissêmico e pode se manifestar das mais diversas formas. É um equívoco pensar que as pessoas com deficiência possuem a sexualidade exagerada, ou que são infantilizadas, como pode ser verificado no trecho 17.

(17)

Heitor: Eu já fiquei com ela, falei com a mãe dela. Ela tá quase aceitando, vou fazer uma surpresa pra ela. Vou comprar flores. A senhora acha que ela vai gostar? Na verdade, a gente já até tá namorando, só falta a mãe dela saber (Entrevista realizada com Heitor, no dia 28/11/2018).

O sujeito Heitor esboça reações naturais para a sua idade, em relação ao sexo oposto. Ele se mostra apaixonado e demonstra que tem alguma dimensão da esfera do público e do privado da sexualidade, representado no ato de comprar flores para sua namorada. A sua sexualidade é expressada pelas dimensões do privado, porque se sente impedido de demonstrar totalmente o seu amor pela garota, devido, entre outras coisas, ainda por não ter a autorização da mãe da menina e a da sua mãe, que entendem que os dois não apresentam capacidades cognitivas para terem relações afetivas de namoro.

Loyola e Cavalcanti (1990) afirmam que as condutas sexuais são uma forma de expressão da sexualidade, que nunca deve se limitar a um comportamento estereotipado, mas sim deve quebrar os limites da genitalidade e ir ao encontro do outro com todo seu potencial sensual. Para as autoras, a sexualidade se personaliza e se transforma a partir do momento em que o ser humano comunica-se por inteiro

com o outro e se encontra presente em todas as formas de mensagens, como ouvir e ser ouvido, tocar e ser tocado, dar e receber prazer.

Necessitamos problematizar a questão da repressão e opressão, que partem na maioria das vezes dos próprios pais e responsáveis pelas pessoas com DI. Talvez esse comportamento ocorra em decorrência de muito zelo por parte dos pais e das mães, não deixando que percebam as necessidades sexuais dos filhos e das filhas, identificando-os como imaturos ou como criança. Podemos verificar isso, inclusive no estímulo que muitos pais dão aos filhos (as), trajando-os como crianças. Eles e elas só conseguem enxergar as expressões sexuais inadequadas e sentem medo da exploração sexual, sentem receio de que pessoas mal-intencionadas se aproveitem da “ingenuidade” dos seus filhos e filhas.

Podemos afirmar também que o isolamento e a falta de esclarecimento sobre a sexualidade levam o DI a comportamentos impróprios. Assim sendo, verificamos que ao mesmo tempo em que os pais desejam que seus filhos possam ser autônomos, também os impedem de realizar ações possíveis para sua idade, o que contribuiria para tal autonomia. Constatamos que alguns pais não tiveram formação de educação sexual para saber dialogar com seus filhos e filhas sobre suas questões sexuais, como mostra o trecho 18, a seguir.

(18)

Sara: Já experimentei levar ele comigo para o trabalho, foi pior porque ele fica assim até com as clientes que chegam na loja. A gente se sente até constrangida com a situação (Entrevista realizada com Sara, no dia 17/11/2018).

Para Maia (2010) a educação sexual está presente no cotidiano das pessoas, a exemplo dos documentários e reportagem da TV, dentre outros, que informam sobre sexualidade e comportamento sexual, criando valores, visando a repressão. Todas as pessoas devem seguir regras e são reprimidas em muitas de suas vontades. Porém, é mais difícil para os deficientes entenderem essas regras sociais.

Nesse sentido, a responsabilidade pela educação sexual deveria ser abarcada tanto pela família, como pelas instituições escolares, uma vez que este assunto atinge a todos e todas: pessoas com deficiência intelectual, pais, professores/as, psicólogos/as, coordenadores pedagógicos.

Pensando nisso, a instituição, por receber diariamente relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelos pais em relação à sexualidade do seu filho, e já sabendo da nossa pesquisa que estava sendo realizada no local, nos solicitou uma formação inicial com os pais, durante a programação realizada em comemoração à Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, promovida todos os anos pela a Apae-Brasil e em todas as regiões em nível nacional. Sendo assim, nos convidou para proferir uma palestra no dia 28 de agosto de 2019, juntamente com a psicóloga da instituição, para todos os pais e responsáveis, envolvendo as faixas etárias do turno manhã e tarde. Momento este oportuno, pois nos possibilitou introduzir o debate aos pais e/ou responsáveis a respeito de questões relacionadas à sexualidade dos/as alunos/as com deficiência intelectual e múltipla, suas dificuldades com seus filhos em abordar e discutir o tema proposto, conceituando a sexualidade, com informações fundamentadas nos teóricos e estudiosos da área, adaptadas à realidade dos interessados.

Figura 10 Palestra com os pais.



Fonte: Acervo da autora (2019).

Figura 11 Palestra com os pais



Fonte: Acervo da autora (2019)

5.1.5 A importância da família: “... ela é curiosa em tudo e o meu medo é dela querer provar”

No trecho 19, podemos verificar o temor de Rosa, mãe de Tayla, de que a filha venha a ter experiências relacionadas a sua sexualidade, ainda que a Tayla tenha 23 anos de idade. Rosa não consegue admitir que sua filha cresceu, considerando-a uma criança.

(19)

Rosa: Eu tenho muito receio de falar sobre isso com ela, porque ela não noção das coisas, **ela é só uma criança**. Outro dia eu estava pensando em falar alguma coisa com ela, mas eu tenho receio, porque como é muito curiosa assim, **ela é curiosa em tudo e o meu medo é dela querer provar**, por mais que ela saiba que eu digo pra ela que é ruim, que não pode, mas ela vai querer saber. Eu não gosto nem que ela assista mais televisão para ela não ver essas coisas porque ela vai querer.

Se um dia eu tiver que falar para ela, eu não sei como falar, por que eu tenho esse temor, de ela saber demais e ela querer provar, que ela querer ver como é. Está entendendo? É essa a minha preocupação porque ela é impulsiva, ela pode querer experimentar (Entrevista realizada com Rosa, no dia 7/11/2019).

É perceptível na fala da Rosa a infantilização, a proibição dos desejos e das vontades da filha Tayla, por acreditar que se passar a conhecer o seu próprio corpo e desejo, pode ocasionar uma libertação de determinados pré-conceitos que a própria mãe construiu socialmente na educação da filha. Desse ato comunicativo, podemos inferir que os pais ainda têm tais comportamentos de restrição no acesso à informação e comunicação referente à sexualidade.

Glat e Freitas (1996) indicam que para as pessoas com deficiência serem inseridas socialmente na sociedade se faz necessário incluir as atitudes sociais, o relacionamento com estranhos, a independência de locomoção, a profissionalização e a participação política e a cidadania no programa de educação sexual.

A responsabilidade pela educação sexual é tanto da família, como da escola. Portanto, os profissionais da educação devem estar preparados para esse momento, inclusive para orientar os pais, pois muitas vezes eles não conseguem perceber as necessidades sexuais dos seus filhos ou focam nos tabus que permeiam esse assunto e ficam com medo. Nesse sentido,

cria-se então uma situação deveras complicada, pois os familiares e profissionais, por princípio, ignoram a sexualidade de seus filhos, alunos ou clientes deficientes, e, conseqüentemente, não lhes prestam nenhum tipo de orientação a respeito. Depois, se surpreendem quando os pegam sexualmente excitados, e atribuem seu comportamento 'inapropriado' à sua patologia clínica. (GLAT E FREITAS 1996, p. 15)

O que deve ser compreendido no que concerne à educação sexual da pessoa com deficiência é que ele precisa ser ajudado e orientado. Margarida declara que o mais comum é a exacerbação da sexualidade.

5.1.6 A importância da família: "...agora minha mãe não quer mais que eu volte"

As entrevistas realizadas nos possibilitaram perceber pais que se sentem no direito de fazer as escolhas por seus filhos/as, não deixando que eles mesmos as façam no seu modo de vestir, de decidir seus parceiros, e assim acabam por interferir na vida deles, inibindo suas próprias vontades, seus desejos com parceiros escolhidos por eles próprios, causando em alguns um desânimo, angústias, tristezas, tirando o direito de ficar com quem realmente querem. Como relata Pedro, no trecho 20.

(20)

Pedro: Ela só aceitou meu namoro com a Nanda porque era meu primeiro relacionamento assim, então daí agora que eu terminei fiquei um tempão sem ver ela, fiquei um tempão sem namorar com ela, **agora minha mãe não quer mais que eu volte**, não dá, daí agora é assim, né.

Pesquisadora: Mas você gosta dela?

Pedro: Eu gosto, só que a mamãe não quer deixar eu voltar, daí eu resolvi não querer mais voltar pra ela. Eu fiquei.... Eu fiquei.... Eu fiquei bem longe dela, daí só que agora que ela terminou com o outro. Você sabe que ela namorou o Nildo, né? Vocês conhecem ele, né?

Daí agora que ela terminou com ele, agora ela tá pensando voltar pra mim, daí só que eu não posso voltar pra ela, se ela grudar em mim no outro final de semana que é domingo, no final de semana ela vai querer bater o ponto dela na minha casa, **daí a mamãe não quer, ela não vai deixar, ela vai me matar...** (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 16/11/2019).

Aqui podemos perceber que os pais superprotegem os filhos e as filhas com deficiência, não permitindo que façam suas próprias escolhas. Por esse motivo decidem pelo filho e filha, com quem acham que devem namorar ou não. O cuidado exagerado pode ser observado, uma vez que os pais não permitem nem que os filhos e filhas saiam sozinhos (as), pois muitas vezes, eles preferem ir levá-los para namorar, e ficam esperando para voltarem juntos para a casa, como pode ser visto no trecho 21.

(21)

Pedro: No final de semana a gente ficava porque é final de semana é de fazer as coisas. Daí, quando eu tive dezoito anos, eu a chamava todo final de semana quando as coisas não tava tão pesado assim, né. Daí, quando foi a primeira vez que eu fui pra casa dela, eu já estava até pensando em levar alguma roupa pra dormir lá, né, **só que a minha mãe não deixou eu ficar a primeira noite na casa dela porque como foi a primeira vez que eu fui pra uma rua, né?** Foi na primeira vez e a rua que é perigosa. Assim, claro, já fui só meio-dia que eu fui para lá. **Aí a gente não acertava o lugar. Eu pensando assim: meu Deus do céu, cadê casa dela, né? Daí eu estava nervoso pensando que ia acontecer alguma coisa, né? Daí a mamãe tentando ligar. Eu pensei. Eu pensei que a mamãe tivesse desistido. Eu pensando que a mamãe fosse desistir.** Daí como a irmã da Nanda, que também tem quatorze anos, encontrou a gente lá e levou a gente para casa dela. Daí só que a gente não fez nada. A gente foi só para a igreja. Eu, a Nanda e a irmã dela e mais as amigas dela (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 22/10/2019).

Pedro explica que ainda nutre sentimentos pela sua antiga namorada. Vejamos que essa relação de amor é uma possibilidade outra de expressar seus sentimentos de afeto, emoção, angústias e desejos para com outra pessoa que o completa em suas especificidades e necessidades sociais, culturais e biológicas para sentir-se plenamente ser humano. Sendo assim, vemos que a paixão e o contato físico e psicológico com sua namorada é uma forma de expressão da sexualidade para além de aspectos sexuais restritivos da dimensão privada. Observemos o trecho 22.

(22)

Pedro: Ainda tô no meu coração, e ainda tô sentindo aqui uma coisa por ela. Ontem eu estava a fim de conversar. Ontem eu tava a fim de dar uns beijinhos escondidos. É, daí quando eu, quando eu queria, daí, eu foi que nem a primeira vez que eu a conheci. Foi aqui nesse último andar, daí ela estava dizendo se a minha mãe tinha ciúmes para eu namorar, né? Eu disse assim: não, ela é tranquila, não tem ciúmes de nada. Eu perguntei se a mãe dela tinha ciúmes, ela disse que não, disse que ela deixa eu namorar. Claro, né, por que a mãe vai ter ciúme do filho? Por que ela vai proibir o filho de namorar? Claro que não! Não existe isso (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 22/10/2019).

Pedro expõe seus sentimentos: não pode fazer suas próprias escolhas e ficar com quem ele gosta. Os pais pensam que seus filhos não são capazes de fazer boas escolhas e que podem ser prejudicados de diversas maneiras, a exemplo da gravidez ou pegar alguma doença sexualmente transmissível.

5.2 A SEXUALIDADE E SUAS MANIFESTAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS

A sexualidade humana deve ser compreendida em várias dimensões: sociais, biopsicossociais e culturais que redimensionam as manifestações biológicas, sociais e psicológicas dos sujeitos, como afirmam Maia e Aranha (2005), pois a sexualidade compreende um conjunto de entendimentos e valores que dependem da intenção de cada ser humano e as expressões de afeto que são aspectos sociais e históricos.

Isto posto, as emoções, a afetividade, os desejos e os impulsos das pessoas com deficiências evidenciam que a condição sexual é inerente a todas as pessoas,

e isto significa que elas não devem ser estigmatizadas, tolhidas, cerceadas de manifestarem sua psicossocio-afetividade na escola e/ou entre espaços sociais.

5.2.1 A sexualidade e suas manifestações: “Eu namorava no quarto”

Vale ressaltar que as pessoas com DI apresentam relações afetivas, emocionais e sexuais da mesma forma que as pessoas sem deficiência, ambas apresentam características aproximadas nos momentos de impulsos e desejos sexuais. Obviamente que cada sujeito tem suas limitações e manifestações distintas. Podemos observar o trecho 23, em que o Pedro consegue distinguir os espaços onde namora, o público e o privado.

(23)

Pedro: Daí, depois eu disse que ela não tinha ciúmes e a dela também não tem ciúmes, ela disse pra eu a beijar. Eu beijei primeiro na bochecha. Aí eu me levantei, ela se levantou, me empurrou na parede, me deu mó beijão, aí foi beijo de cinema mesmo. Beijo de língua mesmo. Foi boca aberta mesmo. E eu olhando a população não estava vendo ninguém, né. **Eu estava com medo porque eu pensei... Eu estava preocupado por causa se a câmara pegasse, né. Ainda bem que não pegou. Se não... já pensou se pega? Meu Deus!** Foi, não tem aquele tapete preto, que é duro assim? Pois é. Foi pertinho... (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 16/10/2019).

Pedro manifesta em sua fala que conhece as regras e normas para manifestar os seus desejos sexuais na escola, sabe que não deve manifestar suas vontades relacionadas à sexualidade e impulsos em lugares públicos. Ele distingue o que pode ser feito no público e no privado. Nesse momento, o aluno se revela preocupado se a câmara o filmou beijando sua namorada nos corredores da instituição escolar.

Registramos que Pedro respeita o espaço escolar por compreendê-lo como um lócus “privado”, onde os sujeitos devem controlar-se e serem cautelosos para manifestar os impulsos sexuais, para que não sejam punidos pela instituição, por expressar publicamente sua subjetividade sexual.

A respeito de infringir as regras e normas da instituição, a psicóloga Margarida, manifestou sua visão a respeito no trecho 24.

(24)

Pesquisadora: E como é que tu vê a escola como instituição assim mais reservada, que existem algumas regras?

Margarida: Assim, a gente sabe que o adolescente ele é manipulador e ele manipula muito regras e a gente sabe que existe uma fase da adolescência onde a punção sexual ela é mais latente e que às vezes eles não têm esse controle dessa libido, né, não pela deficiência em si, mas pela questão às vezes mesmo de hormônio, então eles acabam fugindo, burlando um pouco as leis, indo pra lugares, corredor mais reservado pra tentar se manipular ou até mesmo às vezes pra pegar nas meninas, para tentar uma relação mais íntima. Eu não vejo a escola aí muito como tendo um controle cem por cento sobre isso, até porque pode fugir do controle (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Margarida explicita que a escola não é um lugar hegemônico: é um lugar que possui regras e que por vezes essas regras são quebradas como em qualquer outro lugar, e que esse comportamento é comum entre os jovens e adolescentes com deficiência. Também ficou claro que se um adolescente sabe que está quebrando uma regra, então significa que ele entende a diferença entre os ambientes.

Em relação à distinção entre o público e o privado na expressão da sexualidade, foi isto observado na fala de Pedro, no trecho 25.

(25)

Pesquisadora: E onde vocês namoravam?

Pedro: **Eu namorava no quarto.** A gente namorava num quarto às vezes, daí às vezes...

Pesquisadora: Por que vocês preferiam no quarto?

Pedro: Porque a gente se sentia mais à vontade. Eu também ficava com mais vontade assim... Mas daí ah, eu achei melhor assim... (risos). Daí, quando eu e minha mãe a gente a levou pra parada de ônibus. **Foi a primeira vez que eu beijei na frente das mães, né?** Daí elas acharam bom, porque foi a primeira vez que me relacionei, né, foi a primeira vez que eu que eu perdi a virgindade, perdi com dezesseis anos, perdi muito menor, menor de idade ainda, agora eu tenho vinte (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 16/10/2019).

Pedro mostra que sabe distinguir o público e o privado. Ele demonstra entender o que pode ser feito em lugares amplos, com muitas pessoas, conhecidas ou desconhecidas, e o que pode ser feito em lugares fechados, em segredo, em um evento que não pode ser exposto publicamente.

Maia (2004) ressalta que o acesso a poucas informações a respeito da sexualidade em espaços públicos e privados reflete uma educação sexual

repressora, proibitiva e silenciosa, que gera um acúmulo de informações deturpadas sobre o isolamento e as fases proibitivas dos sujeitos manifestarem suas liberdades sexuais. Isso também pode ser observado no trecho 26, no diálogo com Mara.

(26)

Pesquisadora: E o que você considera como comportamentos inadequados nos espaços, entre um espaço mais reservado (privado) e outro espaço público, de comportamentos inadequados? Você conversa com ela sobre isso? Para fazer algumas coisas na frente das pessoas, outras não? O que pode e o que não pode?

Mara: Eu converso com ela sobre isso. Porque a minha filha ela é muito pegajosa sabe, então às vezes por nós sermos assim, a gente sufoca a pessoa, né. Então eu sempre converso com ela sobre o Davi, porque ela quer estar todo tempo no pescoço do Davi, eu digo para ela “não filha, não é assim” deixa ele vim até você, sabe. Não é para está toda hora beijando, se agarrando, entendeu, é pra pegar na mão (Entrevista realizada com Mara, no dia 21/10/2019).

A narrativa de Mara relata o carinho que existe entre sua filha e o namorado, demonstrando que a forma carinhosa também é um aspecto da sexualidade, é uma forma de se conviver com respeito e amorosidade que se materializam nas diversas possibilidades de encontros dialógicos para desvelar visões ampliadas sobre constituir-se um sujeito com experiências sociais e culturais. Passemos ao trecho 27, que continua sua narrativa:

(27)

Mara: É muito engraçado eles dois conversando, “Amor, tô com saudade”, por ligação e no viva-voz também, às vezes eu sempre coloco no viva-voz pra mim ver o que que ele fala pra ela também, né, como é que ele tá reagindo, entendeu? [...] só que ele é mais tímido. Ela fala assim “Amor, oi amor, tô com saudade de você, meu anjo”. Aí ela fala, “Você tá com saudade de mim? Sente falta de mim”. Aí ele fala “Sinto, tô com saudade de você”. Aí ele pergunta pra ela “Como foi seu trabalho?”. Ela fala “Foi bom, vamos falar um papo nós dois”.

Ele diz que ele sonha com ela, às vezes ela acorda e ela diz: eu sonhei com o Davi, sabe. Então eles têm, só que assim, eu acho que ele ia se desenvolver mais se ele tivesse mais próximo dela, sabe assim, porque ela que é como você falou na viagem... ela tava ali toda querendo né e ele...

Pesquisadora: E ela tem essa noção do que que pode fazer com ele no espaço público e no espaço privado?

Mara: Tem essa noção (Entrevista realizada com Mara, no dia 21/10/2019).

Mara ratifica que a filha tem noção, uma vez que ela vai para o quarto dela e não deixa ninguém entrar, trancando a porta. Algumas vezes, ela esquece de trancar possibilitando que alguém veja, mas agora é batido na porta antes de abrir, como segue no trecho 28.

(28)

Pesquisadora: E o pai dela?

Mara: O pai dela, duas vezes, ele “a Júlia já tá na sacanagem”, quando não ele diz assim “Tava namorando, né filha”. Ai ela “É, né, um pouquinho”... “É, tem que namorar”.

Pesquisadora: Como ela se comporta nos espaços sociais? Nessa relação entre o público e o privado, ela sabe se comportar, né?

Mara: Sabe se comportar muito bem, sabe diferenciar onde pode e onde não pode. Todos dois entendem, porque eles já saíram comigo e eu os deixei à vontade, eu atrás, e eles sozinhos na frente, somente observando e foi tudo normal.

Pesquisadora: E qual a sua atitude quando presencia algum tipo de comportamento ligado a sexualidade nesses espaços?

Mara: **Se for espaço do quarto dela, eu volto, eu não vou interferir.** “O quarto é meu e do Davi”, ela diz (Entrevista realizada com Mara, no dia 21/10/2019).

Nesse trecho, podemos observar que Mara orienta a filha a respeito do comportamento adequado para o ambiente público, e afirma que Júlia faz distinção entre os ambientes, uma vez que ela entende que as manifestações da sexualidade devem ter um local agradável e seguro para ocorrer, que é o quarto dela. Também ficou evidente que a mãe respeita o espaço da filha.

5.2.2 A sexualidade e suas manifestações: “Ah, eu gosto de namorar; gosto de sonhar no meu sonho...”

Entendemos que as manifestações da sexualidade das pessoas com DI servem para que elas se conheçam e reconheçam como seres dotados de sexualidade, para compreender suas emoções e interagir com o outro.

Entendemos que a sexualidade atende a uma amplitude de condutas humanas que ultrapassam a genitalidade, portanto, não significa tão somente sexo e relação sexual, e, sim, contempla diversos aspectos sociais, culturais, psicológicos, antropológicos e biológicos, entre os quais, o amor, o carinho, as emoções, os

desejos, os relacionamentos afetivos e sexuais e a expressão da identidade entre outros, como podemos ver no trecho 29.

(29)

Mara: Ela tem os momentos dela sozinha no quarto, ela faz sozinha. Por isso que ela tem o quarto só dela, com porta, com chave.

Pesquisadora: Mas você a viu? Ou ela te conta?

Mara: Já, não, eu já vi.

Pesquisadora: E como é? É sempre ou de vez em quando? E quando ela quer, ela vai pro quarto.

Mara: É, quando dá a vontade assim, aí ela vai pro quarto... É, a maioria né? (Entrevista realizada com Mara, no dia 21/10/2019).

A entrevistada Mara demonstra que entende que a filha Júlia necessita dos momentos particulares dela. Que a filha sente o desejo de se conhecer, tocar o seu próprio corpo. Nesse momento, a dimensão público e privado corresponde à manifestação erótica que faz parte do autoconhecimento do corpo e entendimento do que é prazeroso para si e o que pode ser para o outro.

Tal ato deve ser manifestado no privado sobre a prática de masturbação relacionada com o sonho, como podemos identificar na fala de Júlia, no trecho 30.

(30)

Pesquisadora: Quando você quer namorar sozinha o que você faz?

Júlia: Ah, eu gosto de namorar, gosto de sonhar no meu sonho, se eu gosto dele, gosto muito, eu gosto de perto dele, gosto muito com meu amor (Entrevista realizada com a aluna Júlia, no dia 10/10/2019).

A fala de Júlia revela que ela precisa de momentos a sós, por meio dos sonhos, para sentir-se plenamente no gozo de sua subjetividade. Isso faz bem a ela, como algo que é inerente aos seres humanos.

Na perspectiva de Corrêa (1998), a masturbação deixou de ser considerada anormal, quando passou a ser estudada pela sexologia, nos estudos de Reich, Kinsey, Masters, Johnson e H. Ellis, uma vez que pode levar ao orgasmo ideal. Aqui, descontrolam-se as regras sociais a que são submetidas as manifestações sexuais no que diz respeito à masturbação, que ainda causam tabus e preconceitos na sociedade, e precisam ser desmitificadas para que a sexualidade seja compreendida como parte da personalidade das pessoas e como aspecto fundamental para o bem-estar individual e interpessoal.

5.2.3 A sexualidade e suas manifestações: “Receber orientação dos pais sobre o comportamento em relação os seus desejos e suas vontades”

Fica muito clara a diferença de comportamento entre as pessoas com DI que recebem orientação dos pais e as que não recebem. Como já pudemos ver, a manifestação da sexualidade em público faz parte do comportamento do indivíduo que não teve essa orientação. Não obstante, a pessoa que recebe orientação no decorrer de seu desenvolvimento demonstra outro comportamento, como pode ser visto no trecho 31.

(31)

Pesquisadora: Você tem alguma dificuldade para falar sobre sexualidade com seu filho?

Ana: Não, teve um tempo que eu tive uns probleminhas, mas depois eu consegui lidar. **Tive que com muita conversa.** Pois é, porque vem adolescência, vem a vontade, tem as vontades, os desejos, né. Por exemplo, tem mães que deram um depoimento que com relação **a questão da masturbação, né, eles vão, eles sabem qual é o momento que eles querem. Vai para o quarto, vai para o banheiro. Não é na frente das pessoas. Não é em público e ele saber se comporta em lugares abertos,** tipo assim, um espaço e fechados. Essa parte ele sabe, sabe se comportar, sabe no momento o que tem que fazer e o que não fazer... Tudo isso foi quando na adolescência dele mesmo também, **ai eu disse para ele quando ele sentisse vontade, era para ele ficar num lugar fechado, tipo assim só ele, no momento só ele, porque o momento é dele. Ele entendeu.** Eu não me metia e eu não pedia para ver nada, ele mesmo me falava (Entrevista realizada com a Ana, no dia 08/10/2019).

Ana relata que começou a perceber que seu filho estava despertando para a sexualidade logo quando ele completou treze anos. Nessa época, Pedro não entendia que não podia tocar nas pessoas do sexo oposto sem sua permissão. Embora a sociedade não reconheça que um projeto de educação sexual pode causar transformação na vida da pessoa com deficiência intelectual, pensamos que esse tipo de educação instituída no espaço familiar, ampliado para o contexto escolar, permite que os sujeitos com DI assumam os seus papéis sexuais.

Em uma conversa na pesquisa de campo com umas das entrevistadas, obtivemos a informação de como trabalhar questões como o abuso e a proibição.

Por isso, a relevância da orientação é fundamental para que qualquer pessoa entenda o que pode ou não fazer. Nesse caso, vejamos a declaração da profissional Margarida, em relação ao trabalho desenvolvido com os jovens com DI, considerando a necessidade premente de conscientização das regras impostas pela sociedade, como pode ser visto no trecho 32.

(32)

Pesquisadora: Com relação à questão da sexualidade dessa faixa etária de jovens e adultos, qual é o trabalho que vocês desenvolvem?

Margarida: A gente faz a orientação das famílias sobre o normal, né, como é que eles têm que agir com esses comportamentos, principalmente com a questão da masturbação que às vezes eles não sabem como lidar, porque ainda tem muito aquela coisa, porque é deficiente, ele tem uma sexualidade diferenciada do dito típico, né, e que isso não é real, não é verdade. **Então a gente orienta os pais de como lidar da forma mais natural possível, de que não estimule esses meninos com revistas, levando pra casas de prostituição ou pagando alguém para vim em casa. Deixar que ele se descubra da forma mais natural possível** (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Margarida expressa que na APAE há ainda pais que são reféns da questão do preconceito e do silêncio. Muitas vezes eles não se expressam para que essas questões sejam sanadas ou silenciadas. Mas, em alguns momentos, presenciamos que quando estão em grupos de pais reunidos na APAE, eles dizem que as manifestações da sexualidade dos jovens e adolescentes são algo natural. A profissional conversa muito com responsáveis dos alunos e alunas no sentido de que é melhor orientar, conversar, do que proibir ou restringir. Margarida declara que as regras e proibições devem ser iguais para todos, para os DI e para os demais, afirmando que a criação é de suma importância, como segue no trecho 33.

(33)

Pesquisadora: Você acredita que já vem da criação da própria família?

Margarida: Sim, antigamente era tabu se falar de sexualidade, né. Se hoje a gente tem resistência, imagina há vinte, trinta anos atrás, muito mais dificuldade se tinha, os pais não conversavam sobre isso com os filhos.

Pesquisadora: Tem relação também com a questão da religiosidade?

Margarida: A questão da religião eu ainda não tive nenhuma situação voltada pra questão da religião, o que a gente escuta às vezes é essas colocações: “isso é pecado, eu vou cortar a tua mão”, “Deus vai te castigar se você colocar a mão aí”, então isso a gente

escuta, eu não vejo como a questão da religiosidade em si, eu vejo mais como uma desinformação mesmo (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Nesse trecho 33, podemos verificar que a orientação adequada permite que se descubra de forma natural, sem estímulos, sem repressão e que a orientação deve ocorrer tanto para a pessoa com DI quanto para seus pais e/ou responsáveis, uma vez que, na maioria das vezes, os pais não conseguem tratar o assunto com naturalidade, seja por timidez ou desconhecimento/preconceito.

Segundo Glat e Freitas (2007) a sexualidade independe das pessoas com deficiência, sendo desconstruído se são seres capazes ou incapazes de atender a exigências sociais quanto a sua conduta sexual. Mais um exemplo de que a orientação é necessária para a pessoa com DI consegui compreender as regras uma perspectiva progressista, pode ser visto no trecho 34.

(34)

Pesquisadora: Será que a sua filha, no caso, consegue controlar os seus desejos e as suas manifestações?

Mara: **Sim, conversando com eles consegue, sim.** Como a professora falou que acontece às vezes na sala de aula, mas é por quê? Porque na verdade, sabe o que é? As mães, elas não conversam com os filhos delas, ela tem eles igual uma criança, como um bebê especial, como não pode, não vai fazer porque vai acontecer isso, não! Aí que elas erram, aí acontecem todas essas coisas, por quê? Porque a mãe não vai, não fala: olha é isso, isso e isso entendeu? É por isso que acontece. Olha, a Júlia, quase uma semana ela bateu o ponto errado, teve um dia que eu falei sério com ela, que foi até nesse dia que ela sumiu e eu pensei que ela tinha sumido porque eu tinha brigado com ela, mas eu falei sério, “poxa, Júlia, não entra na tua cabeça? Todo dia eu tô falando isso pra ti, tem que bater quando o celular despertar. Agora não tá batendo certinho? Por quê? Porque eu não falei, ah filha, olha filha, não! É sério, é sério. **Eles só entende quando a gente fala sério** nessa APAE (Entrevista realizada com Mara, no dia 21/10/2019).

Nessa fala de Mara, mãe de Júlia, pode ser percebido, como ela declara, que sua filha compreendeu, porém ela precisou ser mais ríspida em suas palavras, em seu posicionamento. Todavia, nem todos conseguem entender e obedecer devido ao grau de comprometimento, em decorrência da deficiência. Nem todas as pessoas com DI conseguem ter essa compreensão, como explica a profissional Margarida, no trecho 35.

(35)

Pesquisadora: E essa questão do público e do privado, o que que tu achas que isso difere entre eles? Todos têm a possibilidade de ter essa compreensão, ou alguns compreendem e outros não?

Margarida: **Dependende... se for uma deficiência intelectual severa, ele vai ter uma dificuldade muito maior do que uma deficiência intelectual leve ou moderada, entendeu? Então assim que seja impossível ele entender, não é, porque a gente sabe que não é, mas vai requerer mais trabalho, mais persistência da família em orientar e conversar e mostrar.** Com os autistas por exemplo a gente sabe que a figura, o desenho. Tem pais que colocam mesmo atrás da porta do banheiro, atrás da porta do quarto, porque eles já sabem que ali é o local deles, que é onde ele vai poder fazer isso, ele vai poder se masturbar de forma tranquila, né, porque ele não tem essa compreensão de entender através da verbalização, mas visualizando ele entende (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Nesse trecho, Margarida explica que o grau de comprometimento da pessoa com deficiência interfere em sua compreensão biológica, cultural e social da sexualidade, e que a escola e seus profissionais, assim como os pais e/ou responsáveis pelas pessoas com DI, necessitam pensar novas estratégias que possibilitem aos sujeitos terem novas visões sobre a sexualidade da pessoas com deficiência, para que os mesmos compreendam as mudanças necessárias práticas e discursos materializados para classificar ou tipificar as diferenças sexuais. É muito importante que tanto os profissionais, quanto a família não desistam de seus entes com deficiência intelectual.

5.2.4 A sexualidade e suas manifestações: “Falei não, ela vai voltar pra APAE e agora ela vai viver, eu vou deixar ela viver porque ela não viveu”

A fala seguinte, no trecho 36, exemplifica o trabalho desenvolvido pela APAE e sua importância para o desenvolvimento da sexualidade das pessoas com deficiência intelectual.

(36)

Pesquisadora: Mas moravam vocês três?

Mara: Não, só ela com a com avó dela. Então a avó dela dizia que eu só ia tirar na morte, [...] ela mandava mais do que eu, não deixava, sabe assim, eu não optava nada. E aí, quando ela faleceu foi que eu coloquei ela na APAE. **Falei não, ela vai voltar pra APAE e agora ela vai viver, eu vou deixar ela viver porque ela não viveu,** e aí

pronto, tá aí, sabe. É o que tá faltando nessas mães é isso (Entrevista realizada com Mara, no dia 23/10/2019).

Na opinião de Mara, os pais devem deixar seus filhos viverem para que eles possam lutar por seus direitos. Fala que os filhos só terão direitos estando livres. Dá o exemplo de sua filha, Júlia, como segue no trecho 37.

(37)

Pesquisadora: Na sua opinião, é ter essa outra visão em relação a eles?

Mara: Mas não é a gente, é o nosso filho que quer, nós estamos prendendo eles de realizar os sonhos dele. **Esse era o sonho da Júlia, trabalhar e ela conquistou, por quê? porque eu deixei. Se a gente não deixar, eles não conseguem. É uma super proteção, é nós mãe que faz com eles que faz eles se atrasarem, entendeu e a gente não pode fazer isso. A gente não pode super proteger eles** (Entrevista realizada com Mara, no dia 23/10/2019).

O que a APAE vem trabalhando com as pessoas com deficiência é a promoção do bem-estar delas e de seus familiares, haja vista a inserção na sociedade, por meio de trabalho (emprego) entre outros projetos, direcionados ao desenvolvimento das pessoas com deficiência. A APAE desenvolve essa educação/orientação juntamente com a família com o intuito de expô-los à realidade, de fazê-los entender que o preconceito reside em suas casas e que sua desconstrução tem que começar pelos contextos informais de educação. O trabalho desenvolvido pela APAE mostra que todos são capazes, basta acreditar. Um dos projetos desenvolvidos pela instituição é a “BALADAPAEAPAE”, que ajuda os jovens a se descobrirem, a serem mais autônomos, sem preconceito, sem represálias, mas sim com orientação adequada.

Denari (2002) esclarece que a temática da sexualidade deve ser ensinada da mesma forma que se ensina os conteúdos pedagógicos: de forma transversal, abordando conforme as consonâncias com as especificidades de cada sujeito sobre a problematização da biologização da sexualidade da pessoa com DI. As escolas devem promover um debate aberto e contextualizado com as questões sociais que despertam as vivências, curiosidades e necessidades dos sujeitos com DI.

Nesse sentido, a APAE tem a missão de articular ações e promover a defesa dos direitos sociais, políticos, sociais e sexuais das pessoas com deficiência intelectual, assim como a prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à

família, com o intuito de melhorar a qualidade de vida e possibilitar a construção de uma sociedade mais justa e solidária.

5.2.5 A sexualidade e suas manifestações: “Eu falo tudo pra minha mãe, porque eu... E sei que se eu ficar com ela, porque eu sei que ela vai ficar com raiva”

A discussão a respeito da sexualidade, sempre acompanhada de preconceitos, tabus e práticas repressivas (DENARI, 2006), parte muitas vezes dos próprios familiares das pessoas com DI, que entendem que seus entes são imaturos e ingênuos, como pode ser observado no trecho 38.

(38)

Pedro: Mas eu falo... **Eu falo tudo pra minha mãe, porque eu... e sei que se eu ficar com ela, porque eu sei que ela vai ficar com raiva**, porque eu sei que ela num vai sentir mal depois, né. Mas eu, eu falo muito bem.

Pedro: De camisinha uma vez eu falei assim. Ah, eu quero agora, eu vou. vou tentar fazer sem camisinha que eu quero ver se fica mais, mais bom, né? Daí eu fiz. Ficou bom, mas eu tive cautela, né? Mas eu não fui bobo. Eu fiz, só que daí eu me arrependi de fazer assim, como que eu fiz isso, cara? **Ouvia sempre no meu ouvido me dizer.... Sabe que não pode a mamãe caramba...** Eu quero, mas se senti culpado depois. Sentir caraca, meu Deus do céu, se senti culpado. Depois eu quase chorei no início, caramba. Eu falei assim: Por quê? Eu nunca fiz isso. Por que se ela te fala aquilo, que ela te fala é que é o melhor pra você, né?

Daí por isso eu acho que a mamãe não quer mais ver a minha namorada, já pensou a minha namorada grávida? Daí eu acho que é por isso que ela não mais que eu volte pra ela. **Mas caramba eu descobrir que eu ainda sou apaixonado por ela... Mas a minha mãe me mata se ela souber disso** (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 22/10/2019).

Pedro disse que chegou a apresentar sua namorada para os demais membros da família e que demonstraram gostar da garota. Mesmo assim, entende que sua mãe não aprovaria o namoro, considerando que ela é quem faz as escolhas por ele. Ela permitiu que ele namorasse outra, como mostra o trecho 39.

(39)

Pedro: **Agora que eu conheci outra menina aqui da APAE, lá na BALADAPAE, agora ela deixa**, eu tô com ela tem um mês, conheci ela aqui e tô indo lá na casa dela... A mamãe me leva lá no domingo pra gente passear, só passear e tem só uns beijinhos bem rápido...

Nada mais. Os pais dela ficam lá com a gente e a mamãe também. **É... a mamãe disse que tem que ser devagar, é só beijo mesmo...**

Pedro: Eu tô só esperando aqui a próxima BALADAPAE.... eu quero, quero convidar ela pra gente se encontrar lá, namorar um pouquinho só nós dois... Hummm aí eu quero ver... (risos) (Entrevista realizada com o aluno Pedro, no dia 22/10/2019).

O controle por parte dos pais faz com que eles não percebam as necessidades sexuais dos filhos. De modo geral, eles focam nas expressões sexuais inadequadas e no medo da exploração sexual, no receio de que pessoas mal-intencionadas se aproveitem da “ingenuidade” dos seus filhos, como ficou explícito na fala de Pedro, quando ele diz que a família toda gostou de ver ele namorando, mas a mãe não quer mais que ele namore com a moça. Pedro também declara que foi a mãe que decidiu com quem ele deveria namorar. Esse controle também pode ser verificado no trecho 40.

(40)

Pesquisadora: O que que ela diz?

Mara: Ela diz que não pode, não pode ficar muito agarrado, né, Júlia?

Mara: Oh, ela conversa com ele “depois do casamento”.

Pesquisadora: Mas namorar, pode namorar no quarto?

Aluna Júlia: “No quarto não, tem que conversar lá na sala”.

Pesquisadora: Nem com o Davi?

Mara: Não, o Davi a gente deixa.

Aluna Júlia: “A gente deixa” (Entrevista realizada com Mara, no dia 23/10/2019).

Aqui, nesse trecho, pode ser visto que a mãe diz que alguns comportamentos só podem ocorrer depois do casamento. E a mãe é quem determina quem pode frequentar o quarto da filha. Ela tem uma visão tradicional sobre o namoro entre um homem e uma mulher, sem que haja manifestações de desejos, impulsos e vontades sexuais exacerbadas para não comprometer as condições pré-estabelecidas para que o namoro acontecesse entre os ambos. Esse tipo de postura reflete os valores culturais e sociais resultante de sua criação trazida dos berços maternos e paternos, que apontam para a educação sexual da filha com deficiência intelectual.

5.2.6 A sexualidade e suas manifestações: “Eles vão ter sempre uma mentalidade de criança”

A fala a seguir, no trecho 41, nos remete a repensar sobre os discursos sobre a sexualidade da pessoa com DI como um problema.

(41)

Pesquisadora: Você acha que a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual pode ser vista como um problema?

Rosa: Sim, por que **eles vão ter sempre uma mentalidade de criança**, porque é assim quando eu falo alguma coisa pra ela, naquele momento ela parece que entendeu, mas daqui com uma meia hora ela tá de novo fazendo a mesma coisa, eu digo assim que fica difícil tentar fazer ela entender, fora as coisas que ela assiste na televisão que a gente sabe que é errado mas ela quer fazer depois dentro de casa, então fica difícil dela entender. Aí tudo isso, sabe (Entrevista realizada com Rosa, no dia 13/11/2019).

Rosa afirma nunca ter conversado com sua filha a respeito de sexualidade, no sentido de orientá-la e sim no sentido de reprimi-la, pois entende que sua filha não tem capacidade de entender, por acreditar que a mesma tenha a mentalidade de uma criança. Ela discursa que a filha não tem dificuldade de estranhamento ao se relacionar com outras pessoas e de repente “alguém maldoso” pode se aproveitar de sua inocência. Não permite e não aceita que sua filha exponha qualquer atitude relacionada a manifestações de sexualidade, como mostra o trecho 42.

(42)

Pesquisadora: Qual a sua atitude quando presencia algum tipo de comportamento ligado à sexualidade nesses espaços, como: a masturbação ou exibição do sexo, demonstração de atração por outra pessoa com palavras e carinhos?

Rosa: **Eu critico ela, eu brigo com ela, eu falo tipo assim: Tu já tá com a tua saliência!** Eu fico só prestando atenção, porque agora ela deu de achar os meninos bonito sabe. No histórico do computador dela é só de menino bonito (Entrevista realizada com Rosa no dia 13/11/2019).

Pode ser observado que a fala de Rosa é arraigada de preconceito, não permitindo que a filha confie nela, que possa lhe contar seus sentimentos, pois só encontra na mãe a repressão. Esse comportamento nos remete à Denari (2002) que comunga da ideia de que a boa conduta sexual dos filhos é um elemento social para avaliação da boa educação recebida na família.

5.2.7 A sexualidade e suas manifestações: “Não aguento ver uma mulher. Quero namorar...”

Como pudemos verificar, a sexualidade da pessoa com DI abrange condutas humanas para além de sua genitalidade e não deve ser entendida como sendo um sinônimo exclusivo de sexo, relação sexual, orgasmo, órgão sexuais, mas sim de modo amplo, abrangendo diferentes aspectos como o amor, relacionamentos afetivos e sexuais, a sensualidade, o erotismo e o prazer, a expressão da identidade e dos papéis sexuais.

De acordo com Glat (2007), a falta de esclarecimento sobre a sexualidade leva o DI a comportamentos impróprios. Assim, ficam impedidos de realizar ações possíveis para sua idade, o que contribuiria para sua autonomia, como mostra o trecho 43.

(43)

Heitor: Eu acho lindo a mulher. Eu queria uma namorada para mim. Quero namorar, namorar, namorar. **Não aguento ver uma mulher. Quero namorar.** Eu gosto de ficar olhando para elas, mas queria namorar. Eu já fiquei com a Maya, falei com a mãe dela. Ela tá quase aceitando, vou fazer uma surpresa pra ela. Vou comprar flores. A senhora acha que ela vai gostar? Na verdade, a gente já até tá namorando, só falta a mãe dela saber.

Pesquisadora: Como você sabe? Por que está achando isso?

Heitor: Porque na última vez nós até tomamos Coca-Cola no mesmo canudinho. Dancei só com ela muito. (Risos, Risos, Risos – empolgado). Foi gostoso. Eu sei que ela também tá afim... eu sei, ela gosta de mim. Ela é minha namorada. Eu quero casar com ela. Eu quero ela pra mim. Eu quero ir na casa dela, minha mãe não deixa. Professora, pede pra ela. Eu quero muito (Momento que demonstra sentimento de angústia, sofrimento) (Entrevista realizada com Heitor no dia 05/12/2018).

Heitor expressa em vários trechos da entrevista os seus impulsos sexuais pela garota pela qual está apaixonado, ou seja, ele não tem dimensão da esfera do público e do privado da sexualidade, mas a sua sexualidade é expressada pelas dimensões do privado, porque não pode expressar totalmente o seu amor pela menina, por conta de outros fatores, um deles é a autorização da mãe da menina e a autorização de sua mãe também, por acharem que eles e elas não apresentam capacidades cognitivas para terem relações afetivas de namoro.

O comportamento e as palavras de Heitor nos fazem lembrar da perspectiva religiosa, em que Jurandir Freire Costa mostra que o ato sexual dotado de vontade, por ser perverso, pode produzir no indivíduo o aniquilamento do controle sobre si mesmo. Costa (1998) nos faz lembrar que o controle dos pensamentos, sentimentos e sensações libidinais, são controlados internamente, para que assim seja ressaltado o amor. Assim, o surgimento desse novo entendimento da moral sexual cristã percebe o enfraquecimento da vontade pecaminosa e uma maior relevância dada ao amor.

Ainda temos um ato comunicativo que domina a esfera do privado da sexualidade do Heitor, em que ele assume o papel de conquistador da relação amorosa, relatando que foram comer juntos e ela bebeu Coca-Cola no mesmo canudinho que ele. Isso demonstrou um momento significativo da sexualidade, mesmo com restrições privadas, porque a mãe da garota e sua própria mãe ainda não autorizaram a relação amorosa entre os dois.

Nessa perspectiva, Maia (2004, p. 104) afirma que “as pessoas com deficiência, por estarem expostas às mesmas normas sociais que as pessoas sem deficiência, anseiam pelo estabelecimento de uma relação amorosa [...]”.

Heitor demonstra também seu sentimento de tristeza por não conseguir fazer o que quer, uma vez que é tolhido por sua mãe. Na entrevista, esse momento pode ser verificado quando ele diz: “Eu quero ela pra mim. Eu quero muito (Momento que demonstra sentimento de angústia, sofrimento)”.

5.3 A BALADAPAE E A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DI

A proposta pedagógica desenvolvida na APAE é composta por diversos tipos de atendimentos e programas, buscando respeitar as possibilidades e limitações cognitivas dos alunos. Essa proposta é resultante de momentos de reflexão e discussão pelos profissionais da educação e coordenação que compõem o quadro institucional da APAE, e desta forma, ela se configura como diferente, audaciosa e inovadora, buscando atender às demandas e aos anseios das famílias, beneficiando o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos e alunas com DI e múltiplas.

É com esse ponto de vista, visando ao cumprimento da missão da APAE, que foi criada a BALADAPAEPAE . A ideia da realização na instituição surgiu de uma

proposta feita por uma professora em decorrência de relatos de alunos e seus responsáveis em relação à ausência de participação em eventos sociais, tendo em vista, que a maioria das famílias não conseguiam proporcionar entretenimentos que possibilitassem maior interação e autonomia aos seus filhos e filhas, a exemplo de aniversários, casamentos, outros eventos.

No início do ano de 2011, no período de planejamento escolar, professores/as e técnicos, conjuntamente, elaboraram a primeira BALADAPAE, passando a ocorrer mensalmente, sempre na última sexta-feira de cada mês, no espaço do auditório da instituição, com duração de quatro horas e meia, de 14h até 17h30min, para os alunos com 15 anos de idade ou mais (APAE, 2018).

Aos pais ou responsáveis foram dadas todas as informações concernentes à atividade, sendo que uma das principais informações era a de que eles não poderiam ter acesso ao espaço interno onde acontece o evento, uma vez que o intuito do evento é proporcionar aos alunos liberdade de expressão no momento de lazer e entretenimento, possibilitando a potencialização de sua autonomia, suas relações com o outro, visando romper as barreiras para a sua maior participação na sociedade e também contribuir no processo de ensino/aprendizagem.

A BALADAPAE é composta de três momentos: 1) rodas de conversa, que antecede o evento em si; 2) as observações de comportamentos – positivos e negativos –, quanto ao contexto público e privado, relações afetivas e sexuais, socialização, autoestima, e habilidades motoras durante o evento; 3) para finalizar, após a BALADAPAE, ao longo dos atendimentos, são feitas reflexões sobre as condutas observadas.

A festa é uma estratégia pedagógica direcionada aos alunos participantes do AEE da APAE-Belém, com a mínima intervenção dos docentes durante a programação. Cabe aqui destacar que esse evento é uma festa dançante que ocorre na escola, e por esse motivo ela é pública. Porém, para favorecer a intimidade dos participantes, sem a presença dos pais, o evento passa a ser público/privado. As regras condizem ao evento público: não podem acontecer práticas sexuais, somente namoros, beijos, contatos, danças eróticas. Os alunos se divertem e externalizam suas vontades e desejos sexuais sem que sejam reprimidos ou tolhidos de expressarem os seus impulsos sexuais. Contudo, nem todos os alunos estão habilitados a participar, devido terem a idade adequada.

Pudemos observar na BALADAPAEPAE, dos dias 05 de setembro de 2019 e 03 de outubro de 2019, que os alunos com DI apresentaram comportamentos sexuais característicos de autoestima, relações afetivas e sexuais e de habilidades psicomotoras. Cabe aqui ressaltar esses aspectos percebidos na vivência dos alunos no espaço público como oportunidade que os alunos com DI têm para manifestar sua sexualidade, possibilitando a concepção de valores concernentes ao assunto referente à constituição da sexualidade no âmbito escolar.

5.3.1 A importância da BALADAPAE: “A APAE incentiva a formação dos professores, sim”

Visando o bom atendimento dos alunos e alunas dentro da instituição APAE, os profissionais são incentivados a realizarem formação continuada, como pode ser observado na fala de Helena, no trecho 44.

(44)

Pesquisadora: A questão do trabalho que é desenvolvido na APAE, o incentivo com relação a formação continuada do professor, né? Porque vocês, a APAE ela incentiva que o professor continue estudando, se formando, se especializando com relação aos conhecimentos?

Helena: Ela incentiva a formação dos professores sim, a formação continuada em qualquer espaço que se tenha profissionais envolvidos ela é de suma importância, né, e no nosso contexto ela é maior ainda, porque trabalhar com a pessoa com deficiência, você sabe que você precisa está estudando, você precisa está pesquisando, pra que aconteça o desenvolvimento dele, né, e aí vem as pesquisas aí que nos mostram que várias possibilidades da forma como atender, da forma como você pode intervir, a forma como você pode executar estratégias para que ele venha se desenvolver elas são muito grandes, então a formação a gente fala que o movimento APAEANO é carro chefe, né, a APAE-Belém ela é carro-chefe, não é uma exigência, mas o profissional que entra no nosso espaço, ele tem conhecimento da importância da formação e que a formação faz parte, pra ele está aqui, ele tem que ser professor-pesquisador (Entrevista realizada com Helena, no dia 26/11/2019).

A fala de Helena destaca a importância da formação continuada dos profissionais que atuam na APAE, para fomentar avanços significativos, como lidar com as questões extraescolares, dentre elas, a temática da sexualidade. É uma temática emergente no contexto escolar, em que os professores se mostram resistente em discutir, mas tem que haver o debate para reconhecer as

singularidades da vida humana. Esse contexto de formação é relevante, porque apresenta novos horizontes de estratégias para orientar os pais dos alunos e alunas com DI referente a questões sexuais.

Entendemos, então, que a formação continuada é o ponto fundamental na dimensão formativa de profissionais da educação sobre o campo da sexualidade, no sentido de promover amplitude às concepções sobre a temática na escola, provocando mudanças de práticas e comportamentos dos docentes diante de uma realidade singular.

5.3.2 A importância da BALADAPAE: “Eu acho importante que converse com eles sobre sexualidade aqui na APAE”

O trabalho da APAE é positivo tanto para os jovens e adultos, quanto para os pais que consideram o assunto da sexualidade pertinente à escola, como mostra o trecho 45.

(45)

Ana: Eu acho importante que converse com eles sobre isso aqui na APAE, porque muitos já devem manter relação sexual, né. Como que eles devem se prevenir e tudo. Ele já tomou todos os tipos de vacina, porque teve um período que manteve e aí apareceu um negócio, aquela doença sexualmente transmissível, o HPV, né. Aí ele já tomou a vacina, porque foi um momento de susto que eu peguei, né. Fui ao posto, apareceu um negócio no pênis dele, né, aí eu tive que tratar. Ficou bom e não apareceu mais. E outras coisas também, tipo assim, nas explicações e conversar mais, tipo assim, explicar mais sobre algumas situações do comportamento, né? (Entrevista realizada com Ana, no dia 22/10/2019).

Podemos perceber na fala de Ana, a confiança que ela demonstra nos profissionais da escola da APAE, porque ela sabe que a ajuda da escola na orientação das pessoas com DI é muito importante. Destaca-se a importância de a escola, em parceria com a família, trabalhar a questão de ações pedagógicas direcionadas à prevenção e cuidado com os corpos dos alunos e alunas que estão iniciando e/ou estão em uma vida sexual ativa. Por isso, defendemos que a escola deve ampliar a questão conceitual da sexualidade, emergindo novas categorias fundantes na compreensão da sexualidade humana.

A questão do cuidado, beleza, projetos, educar, bem-estar, carinho, amor, sexo e outras são categorias essenciais na compreensão da sexualidade humana, que a escola deveria abordar por meio de conteúdos pedagógicos, encontros da semana pedagógica e rodas de conversa. São esses aspectos que expressam a subjetividade humana tendo em vista sujeitos com direitos sexuais.

A sexualidade é vivida e expressada em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas (BRASIL, 2009). Pode envolver todas essas dimensões, que são vivenciadas ou expressas. É influenciada por uma interação de fatores de ordem biológica, psicológica, social e econômica, política, cultural, religiosa e espiritual.

Complementando a ideia da complexidade da sexualidade humana, vemos no trecho 46, a declaração de Mara ratificando que não é a orientação sexual na escola que irá despertar a sexualidade dos jovens, uma vez que é intrínseca ao ser humano.

(46)

Pesquisadora: Na sua opinião, falar sobre sexualidade irá despertar no seu filho com deficiência intelectual interesse por sexo? Que talvez não teria sido naturalmente despertado antes?

Mara: **Eu acho que não, porque isso aí eu acho que é despertado de qualquer jeito neles.**

Pesquisadora: Por que tem pais que pensam assim, né?

Mara: É, tem pais que, mas eles tenham a vontade também, então é despertado neles mesmo (Entrevista realizada com Mara, no dia 21/10/2019).

Pensamos que as crianças, jovens e adultos devem ter acesso à informação e comunicação que permitem que sua performance da sexualidade seja expressada pela consciência de que suas escolhas e vontades podem ser vistas como curiosidade, não dando margem a questionamentos sobre a constituição do seu papel social e sexual a partir da liberdade se apresentar ao mundo com suas vontades.

Concordamos com Maia (2004) que a educação sexual está presente na vida das pessoas o tempo todo, por meio da TV, comentários, comportamentos dentre outros, informando sobre sexualidade, criando valores e regras sobre o comportamento sexual, sob a ótica da repressão. As pessoas com deficiência intelectual passam pela mesma situação, contudo, as regras ficam mais difíceis de serem compreendidas. Portanto, a responsabilidade pela educação sexual deveria

ser tratada pela família assim como pelas instituições escolares, uma vez que este assunto atinge a todos.

Glat e Freitas (1996) ressaltam que para a pessoa com deficiência ter uma vida social é necessário incluir na vida dela as atitudes sociais, o relacionamento com estranhos, a independência de locomoção, a profissionalização, a participação política e a cidadania no programa de educação sexual; ressaltam que “começamos a perceber que antes de serem pessoas com deficiência, eles são pessoas, com necessidades, interesses e aptidões individuais como qualquer um” (GLAT; FREITAS, 1996, p. 12).

Para além de questões preventivas, a respeito da sexualidade, também devem ser incluídas as questões ligadas às relações sociais, cidadania, direitos humanos e ética.

os direitos sexuais podem ser resumidos nos seguintes pontos: direito à liberdade sexual, à autonomia sexual, integridade sexual e segurança do corpo, à privacidade sexual, à liberdade sexual, ao prazer sexual, à expressão sexual, à livre associação sexual, a escolhas reprodutivas livres e responsáveis, à informação baseada no conhecimento científico, à educação sexual compreensiva e à saúde sexual. Baseados nesses direitos, defendemos a educação sexual na escola como uma prerrogativa fundamental visando ao atendimento global e íntegro do ser humano em formação (MAIA; RIBEIRO, 2010, p. 81).

As limitações e dificuldades sexuais construídas socialmente, culturalmente e psicologicamente sobre as pessoas com deficiência intelectual acabaram se transformando em problemas, por conta dos familiares ou a sociedade acreditarem que a falta de orientação sexual é adequada ou uma temática relevante a ser discutida. Aqui é uma das questões chave de discussão da nossa pesquisa por assegurar os direitos sexuais da pessoa com deficiência a partir dos/as autores/as estudados. Apresentamos, explicitamente, que estes direitos devem ser assegurados no espaços sociais e educacionais, por promover o bem-estar das diferenças sexuais no que diz respeito a sua performance subjetiva da sexualidade, para que os sujeitos sintam-se plenos e autônomos ao expressarem sua vontade, impulsos e desejos sem restritos e/ou oprimidos de existir plenamente.

Nesse sentido, Glat e Freitas (1996, p. 15) declaram que

cria-se então uma situação deveras complicada, pois os familiares e profissionais, por princípio, ignoram a sexualidade de seus filhos, alunos ou clientes deficientes, e, conseqüentemente, não lhes prestam nenhum tipo

de orientação a respeito. Depois, se surpreendem quando os pegam sexualmente excitados, e atribuem seu comportamento 'inapropriado' à sua patologia clínica.

Na educação sexual das pessoas com deficiência, a diferença está em como elas realizam a atividade sexual, emocionais e afetivas, por meio das dificuldades em explorar e experimentar, para que não sejam tolhidas e/ou tidas como incapazes, sem levarem em consideração suas potencialidades.

A BALADAPAE, projeto da APAE, permite que os/as alunos e alunas com DI apresentem comportamentos mais livres, longe da vigilância e do controle daqueles/as que os reprimem, quando eles/as podem, de certo modo, estabelecer códigos, mensagens, regras, que podem ajudá-los a ter noção da vida e de sexualidade mais satisfatória. É a oportunidade de os/as alunos/as com DI se reconhecerem em outras pessoas para se constituírem sexualmente. Esse aspecto condiz ao âmbito privado. "Para cada indivíduo, todas as palavras se dividem em suas próprias palavras e nas palavras do outro, mas as fronteiras entre elas podem confundir-se, e nessas fronteiras desenvolver-se uma tensa luta dialógica" (BAKHTIN, 2011, p. 379).

Percebe-se que a escola permite a fronteira entre os atos institucionais, dentro da esfera oficial, com os atos singulares do cotidiano, como o se encontrar, o conversar, o paquerar, namorar, dançar, cantar, escolhas de grupos de vivências ultrapassando aquilo que é pensado desses acontecimentos, que são das relações entre as pessoas. A escola avança. Ela vai para além, ela estabelece uma relação inclusiva e dialógica, sob dois pontos de vista: uma de relação de casal de namoro entre as pessoas e outra de afetividade, porque quando o dirigente da escola, em conjunto com os professores e todos que estão ali no entorno, pensa nessa fronteira não é para limitar, mas é justamente chamar para o debate, para o confronto, para a tensão público/privado, o que é de fundamental importância levantarmos esse debate para o nosso estudo em questão.

A fronteira bakhtiniana não é fronteira que fecha, mas que abre para o contraditório, para o debate entre dois pontos de vistas que se entrelaçam, porque o gestor na posição de oficial, aquele que representa aquela instituição, abre e entra nesta própria tensão dialógica, e quando se fala de dialógica bakhtiniana, estamos justamente falando desta tensão dialética em outros discursos e em outras áreas.

Em síntese, porque eles querem que esses/as alunos/as que estão na escola estejam sentindo que estejam na vida. Do ponto de vista do que é pensado objetiva e subjetivamente do que é escola, Bakhtin vai fechar os dois pontos de vistas e descobrirá uma terceira que será a tensão em uma dimensão dialógica.

Podemos observar na fala de Helena, que a BALADAPAEAPAE proporciona benefícios aos alunos/as e seus familiares, ainda que haja resistências, como segue no trecho 47.

(47)

Pesquisadora: Vocês têm percebido durante esse tempo alguns avanços? Quais foram os avanços e as dificuldades?

Helena: Os avanços eles já começaram a ser observados desde o primeiro momento que se colocou a BALADAPAE, porque a partir do momento que você tem um grupo de alunos fazendo parte dessa BALADAPAE e lá estão os professores/as responsáveis por esses/as alunos/as que estão à frente de cada grupo de alunos/as, eles já estão observando como é que se dá essas relações, o que de repente o/a aluno/a apresenta na sala no contexto do atendimento e o como é como ele se comporta nesse outro espaço e com os seus pares, e aí os seus pares são outras pessoas da mesma idade, ou são outros/as alunos/as de outras turmas e até mesmo com este professor. Então as relações elas já ocorrem neste processo aí todinho. Qualquer situação que a professora observe e que deva ser feito uma intervenção, essa intervenção é feita na segunda-feira no espaço de atendimento, onde a professora vai verificar como foi que ocorreu? O que ocorreu? Como foi que ele tentou resolver naquele momento? Se a forma que ele resolveu estava correta ou não, né. E aí ela vai fazendo as intervenções necessárias (Entrevista realizada com Helena, no dia 21/11/2019).

Helena ressalta que os eventos da BALADAPAEAPAE não têm restrição, sendo livres para todos/as os/as alunos/as com deficiência intelectual, Síndrome de Down e autismo participarem logo assim que completam 15 anos. No início eles estranhavam o som alto e o ambiente fechado com a questão da iluminação e a decoração do espaço. Porém, aos poucos, foram sendo introduzidos na BALADAPAE e, hoje, eles ficam tranquilamente, inclusive, alguns alunos que participam são os primeiros a chegar e querem ser os últimos a sair.

A APAE-Belém, por ser a única sede da Região Norte, a promover uma BALADAPAE pedagógica e cultural voltadas para os/as alunas com deficiência, para terem um momento de lazer e prazer, emoção e afeto no espaço escolar, avança na discussão sobre garantir o direito fundamental de lazer e diversão às pessoas com deficiência, uma vez que identificamos nos relatos de algumas mães a restrição para

levarem os/as filhos/as aos eventos sociais, por causa do medo e/ou angústia, mas liberavam para a BALADAPAE na APAE, por se sentirem seguras e aliviadas, devido aos cuidados tomados pela instituição. Nessa dimensão, acreditamos que a APAE-Belém é pioneira ao reconhecer os direitos sexuais, culturais, sociais e políticos, também, fazem parte do processo educativo da pessoa com deficiência.

Maia (2004) diz que os programas de educação sexual deveriam partir das necessidades das pessoas com deficiência, como temas e dúvidas frequentes, assim como, traçar objetivos e estratégias metodológicas que garantam um aprendizado efetivo. As escolas e instituições especializadas devem criar um espaço para que as pessoas com deficiência possam entender e refletir, na medida do possível, sobre as informações recebidas e sobre os conhecimentos adquiridos. Os objetivos dos programas educativos devem ter relação com a vida social das pessoas com deficiência, para que façam sentido no seu contexto sociocultural, garantindo-lhes as dimensões preventiva, educativa, prazerosa e humana.

Helena destaca na sua fala o desenvolvimento dos/as alunos/as a uma postura significativa em relação à performance da sua sexualidade da pessoa com deficiência no espaço escolar, como está descrito no trecho 48.

(48)

Pesquisadora: Esse retorno para os pais e para a instituição ele é visível, né?

Helena: Da BALADAPAE que tu estas falando? Sim, com certeza o retorno é visível, mas alguns pais realmente eles ainda se sentem como se eles também tivessem que estar junto com os filhos deles na BALADAPAE, eles não conseguem entender aquele momento que é um momento dele e tem que ser vivido por ele e não pelo seu responsável ou pelo seu cuidador, né. A grande dificuldade hoje nossa é essa, dos pais aceitarem que o/a filho/a pode sim participar de um momento desse e nós ainda não realizamos, ainda não conseguimos, mas nós queremos realizar uma BALADAPAE fora no horário mesmo da noite (Entrevista realizada com Helena, no dia 26/11/2019).

A fala da Helena revela-se transgressora dos padrões normais e privativos de que alunos/as com deficiência não podem participar de eventos culturais e sociais no espaço escolar. Ela defende que é possível, devendo ser um aspecto necessário no desenvolvimento sociopedagógico do sujeito com deficiência para expressar suas liberdades artísticas, sensoriais, sexuais e culturais.

Helena enfatiza, ainda, que aos poucos a instituição especializada tem atingido o seu objetivo de alcançar os pais sobre a importância dos/as filhos/as participarem desses eventos privados, de caráter público, por promover novos contextos de relação.

5.3.3 A importância da BALADAPAE: “Aí foi aí que começou o namoro”

A atividade pedagógica da BALADAPAE/APAE fomenta a interação social dos/as nossos/as alunos/as, que ampliam possibilidades de laços de amizade, de afeto, de carinho, permitindo-se descobrir, enquanto ser social, que dança, canta, namora, apaixona, chora, ama, ilude, desilude, sonha, deseja, projeta, conquista, galanteia, brinca, se arruma e realiza os seus projetos de vida. Tal exemplo no trecho 49.

(49)

Pesquisadora: A Júlia chegou a participar de alguma BALADAPAE?

Mara: Sim.

Pesquisadora: Como era vista assim? A senhora permitia que ela viesse? Para encontrar também com ele? Namorar?

Mara: Sim, com certeza, tanto que ela o conheceu na BALADAPAE.

Pesquisadora: Ah, eles se conheceram na BALADAPAE?

Mara: Aí depois eles foram pra doceria, a professora levou ele e ela. Deixou-os dois e vieram embora, ficou só eles dois lá.

Pesquisadora: Depois da BALADAPAE?

Mara: Foi, **aí foi aí que começou o namoro.**

Pesquisadora: Aí depois eles passaram a se encontrar onde?

Mara: Aqui na APAE mesmo (Entrevista realizada com Mara, no dia 23/10/2019).

Mara demonstra na sua fala que a “permissão” para sua filha namorar o rapaz foi consolidada a partir das participações na BALADAPAE da APAE, sendo possível os dois constituírem uma relação afetiva e amorosa no âmbito social e escolar. Do mesmo modo, a mãe permite os encontros afetivos somente na APAE, ou seja, em uma dimensão privada de namoro, embora aconteça em um local público. A Mara acredita que eles se encontrando no espaço da APAE, sintam-se mais seguros para

expressar sua subjetividade, uma vez que há espaços mais reservados na instituição que permitam a privacidade do casal.

Na perspectiva de Maia (2004), “as pessoas com deficiência, por estarem expostas às mesmas normas sociais que as pessoas sem deficiência, anseiam pelo estabelecimento de uma relação amorosa e poderão manifestar o interesse por relacionamentos afetivos”.

Dessa forma, pensamos que há uma quebra de regras e valores opressores que impedem as pessoas com e sem deficiência de poder manifestar seus gostos, vontades e impulsos sexuais pelos pares com os quais estabelecem relações sociais e culturais que permitem novas fronteiras de tensão da subjetividade, como fator da condição de existência das diferenças individuais.

No trecho seguinte – 49, podemos perceber que é possível pensar novos rumos de relação, de interação e constituição das palavras de grupos sociais por experimentar metodologia outras no processo educativo que envolve a educação sexual baseada no lazer e na liberdade de expressão, além de proporcionar a pessoa com deficiência intelectual experimentar e ampliar seu universo de conhecimento, valorizando-se e beneficiando-se da cultura de sua comunidade para viver com qualidade.

(49)

Aluna Júlia: Na BALADAPAE.

Pesquisadora: Como foi Júlia?

Aluna Júlia: Foi na BALADAPAE, conversa e tal, vamos dançar, vamo dançar agarradinho, que ele gosta de dançar.

Pesquisadora: Lá vocês se conheceram? Namoravam? Aí depois da BALADAPAE como foi? Passaram a se encontrar?

Aluna Júlia: A BALADAPAE ficou ótima (Entrevista realizada com a aluna Júlia no dia 15/10/2019).

A BALADAPAEPAE foi tecida nessa discussão como uma ação dialógica de resistência por apresentar uma perspectiva progressista acerca das expressões e liberdades sexuais das pessoas com deficiência intelectual. A sexualidade é revelada nas práticas de afirmação da construção social dos sujeitos da pesquisa, culminando em atitudes, sentimentos e ações que definem a sexualidade, que pode ser compreendida como um aspecto saudável dos alunos da instituição. A esse respeito, Margarida explica, no trecho 50.

(50)

Pesquisadora: E no momento que ela abre espaço, apesar de ter suas regras, com relação com a própria BALADAPAE que lá eles não estão próximo dos pais, lá eles têm a possibilidade de ficar mais à vontade e fazer essa troca, essa conquista e tecer essas relações inclusive com os demais, como é que tu vê?

Margarida: Eu vejo de forma saudável porque ele precisa liberar esta punção de alguma forma, agora assim, por outro a gente tem que ter cuidado para que esse menino ele não tenha a noção de que, ah eu posso ficar com quantas meninas eu quiser, não! Ele tem que ser observado. Quem vê, chamar e dizer “eu observei que aconteceu isso na BALADAPAE, que você beijou fulano, fulano, fulano, cuidado, não é assim, a gente precisa ter um parceiro, se você quer namorar alguém você precisa ficar com aquela pessoa, chegar pra ela e perguntar, você não pode chegar beijando todo mundo sem que ele te permita, você tem que pedir permissão” (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Nota-se na fala da Margarida que o conceito de sexualidade é amplo, por contemplar questões do cuidar, educar, respeitar, valorizar, amar, escutar o outro com quem eles/as estabelecem relações. Assim, temos mudanças de comportamentos por parte dos meninos e meninas que aprendem que são pessoas livres para se constituírem em suas performances sexuais.

Além disso, há um processo de orientação sexual com a aluna, para que ela perceba que, embora seja liberada, existem algumas regras que devem ser obedecidas, como a questão de ficar beijando vários garotos ao mesmo tempo. Essa é uma questão que devemos problematizar, porque aceitar que os alunos com DI estão namorando significa um avanço. Embora, percebemos que há a questão sexista e opressora de que a mulher com deficiência não pode ter liberdade sexual para se abrir para novas experiências ao conhecer novos parceiros de relacionamentos.

Veja a posição de Margarida, que ressalta a importância da família, no processo de orientação de sexual promovido no espaço escolar, como está demonstrado no trecho 51.

(51)

Margarida: Outro dia tive, né, de que beija um e que beija outro, então se chama a família, isso é muito importante, a parceria da família, se a família é uma família que ela aceita, que ela acata as tuas orientações é tudo muito mais fácil, agora se aquela família que já vem cheia de preconceitos, cheia de pré-julgamentos, que tu fala e ela nem te escuta, aí se torna muito mais difícil, aí às vezes a necessidade de uma acompanhamento até médico, da gente pedir

uma avaliação médica, por quê? Para ver se não é uma disfunção sexual que a pessoa tem. Então não é só o típico que tem disfunção sexual, o atípico também pode ter (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Observamos que nas danças que os/as alunos/as com DI participam, no período da festa, estabelecem vínculos afetivos e sexuais, devido ao contato físico e trocas de olhares acentuados e mais íntimo nas horas de danças. Na dança, os/as alunos/as externalizam as manifestações e liberdades sexuais, uma vez que é a oportunidade para sentirem a sensação do prazer do seu corpo no contato com o outro. Esses momentos de prazer, sentimentos e emoções são fundamentais para a constituição sexual da pessoa com deficiência intelectual.

Esses momentos são importantes, porque analisamos os comportamentos deles/as para pensar ações pedagógicas posterior à BALADAPAE, como abordar essas temáticas no atendimento pedagógico no CAEE e como instigar os pais a pensarem como devem agir com a nova postura de comportamentos para poderem trabalhá-las no decorrer das aulas. Acreditamos que o evento promove desenvolvimento no comportamento dos jovens por meio orientação, sem repressão.

5.3.4 A importância da BALADAPAE: “... Às vezes os pais não percebem que o filho cresceu, né”

Analisamos na fala da psicóloga Margarida, se a sexualidade dos alunos na BALADAPAE é uma problemática.

(52)

Pesquisadora: Você acha que a sexualidade dessas pessoas é vista como um problema?

Margarida: Eu não acho que seja vista como um problema, como eu te disse, **às vezes os pais não percebem que o filho cresceu, né**, é a criança que já não vai depende mais de mim, é a criança que tá ficando independente, é a criança que já tá tomando decisões, que já quer namorar, mas como? Ele é o meu bebê, ele é a minha eterna criança, né, claro, isso tudo entre aspas, porque a gente sabe que eles crescem e o desenvolvimento biológico deles também é natural (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Percebemos na fala de Margarida o estigma que a pessoa com deficiência intelectual enfrenta; preconceitos na sociedade por causa da lógica excludente e capacitista de compreender os sujeitos com deficiência como “crianças”. A questão da sexualidade deles/as é percebida de diferentes formas: na visão da família ou da maioria de grupos heteronormativos, a questão da sexualidade da pessoa com DI não é orientada e a família age como se esse sujeito fosse assexuado. Às vezes, agem pela superproteção e autocuidado, tolhendo o direito de fala para dizerem o que querem e como podem exercer papéis sociais e sexuais a partir de suas próprias escolhas, considerando seu filho/filha, uma eterna criança, e por isso não têm direito à vida sexual.

Denari (2006) explana que as famílias e as instituições de ensino precisam de ações pedagógicas de orientação progressistas e libertadoras para lidar com a sexualidade dos adolescentes com deficiência intelectual, fomentando discussões amplas que alcance a sociedade sobre a insurgência das pluralidades sexuais existentes, as quais necessitam ser reconhecidas e valorizadas, entre as quais, as pessoas com DI, que já defendemos, é uma sexualidade específica e singular no meio social e educacional.

5.3.5 A importância da BALADAPAE: “Eu acho que a família é responsável...”

Vejamos a fala abaixo, sobre a importância da relação entre a escola e a família, para pensarmos a questão da sexualidade humana numa perspectiva no projeto de educação sexual para as pessoas com deficiência intelectual, pois pensamos que essa questão deve estar alinhada ao contexto familiar e educacional, como pode ser visto no trecho 53.

(53)

Pesquisadora: Quem deve ser responsável pela educação sexual do seu filho? A família ou a escola?

Mara: **Eu acho que a família.**

Pesquisadora: Por quê?

Mara: Porque o nosso dia a dia nós somos pais, sabemos conversar, sabemos o que eles fazem, sabemos o que está acontecendo, por que estamos ali todo tempo ao lado deles, então escola é aquele momento ali, mas o dia a dia é com o pai e com a mãe (Entrevista realizada com Mara, no dia 23/10/2019).

Consideramos que seja importante a presença da família no processo de orientação sexual dos/as filhas com deficiência, por promover o espaço de discussões iniciais sobre a questão sexuais manifestadas pelos sujeitos. Defendemos que a escola desenvolve um relevante papel na desconstrução de estigmas, rótulos e mitos que circundam a sexualidade humana das pessoas com deficiência.

Embora saibamos que o conceito de sexualidade é complexo e ambíguo no contexto escolar, por se situar em uma seara de descoberta e novos horizontes de discussão por abarcar as diferenças individuais constituídas no conjunto da diversidade, é necessário reconhecer a pluralidade de gênero para desconstruir o binarismo posto na sociedade para designar as identidades e orientações de gênero existentes.

Por isso, problematizamos o discurso documental do Governo Federal sobre a sexualidade defende que as crianças e adolescentes devem ser orientados pelos seus pais. Todavia, em uma perspectiva crítica, impõe limites aos professores/as para tematizar a sexualidade na escola, oprimindo os conteúdos e práticas dos docentes no processo de discussão, criando obstáculos de repressão no ensino aprendizagem, sugerindo um debate descontextualizado dos temas transversais. Tais atitudes podem dar oportunidade a de comportamentos de risco, a exemplo do não uso de proteção durante a relação sexual.

5.3.6 A importância da BALADAPAE: “É a desinformação mesmo, né”

Percebemos a falta de informação, por parte de algumas mães, o que engendra angústia, medos e frustrações por não permitir uma autonomia plena aos seus filhos/as no que diz respeito à sexualidade, como explicita a Margarida, no trecho 54.

(54)

Pesquisadora: Você acredita que os profissionais que atuam no campo da deficiência estão aptos para intervir no que se refere à sexualidade dos jovens com deficiência?

Margarida: Deveriam estar.

Pesquisadora: E quais ações você acredita que possam ser desenvolvidas, tanto na parte profissional, institucional e governamental para tratar dessas questões?

Margarida: É aquela coisa da política pública mesmo, de mais pessoas capacitadas, mais profissionais da área atuando aí nos diversos segmentos, né, por exemplo, nós temos pouquíssimos psicólogos nas escolas, então assim, é necessário que se olhe, que se tenha mais profissionais pra se trabalhar isso porque às vezes um não dá conta da demanda, né, seriam mais profissionais mesmo (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

A fala de Margarida provoca pensar a revisitação do campo da sexualidade em uma dimensão formativa transversal e interseccional, dialogando com os diversos profissionais que atuam com o público-alvo da educação especial, apresentando novas possibilidades de constituir novos referenciais teóricos-metodológicos sobre a sexualidade nos espaços sociais e educacionais.

Margarida enfatiza ainda que os profissionais introduzem esses debates nos espaços de atuação, pois a questão da sexualidade é uma questão que incorpora a perspectiva interdisciplinar em dialogar com as ciências na compreensão dessa temática. Vemos tal posicionamento no trecho 55.

(55)

Margarida: A gente já tem que ter esse outro olhar, né, de que o deficiente também pode ter a sua opção sexual, né, o deficiente também pode querer ter uma experiência também homoafetiva e isso a gente tem que está muito atualizado, não só atualizado, mas está se reciclando, por exemplo, eu digo que eu não teria como trabalhar sexualidade de pessoas típicas porque é muita nomenclatura eu não dou conta.

Pesquisadora: E quais as inseguranças que você percebe que os profissionais possuem sobre a questão da sexualidade desses jovens?

Margarida: É a desinformação mesmo, né.

Pesquisadora: Como você acha que essas diversas áreas podem contribuir para melhorar e intervir nessas questões?

Margarida: Educação (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

No cerne da discussão, devemos repensar os projetos para a educação sexual direcionado a pessoas com deficiência intelectual; apresentando novos indicadores que perpassam a discussão da sexualidade humana, demonstrando que a temática não pode ser problematizada isoladamente, mas constituída de múltiplas vertentes de discussão, reconhecendo os potenciais e limites da subjetividade humana no contexto escolar.

5.3.7 A importância da BALADAPAE: “Então assim, o assunto que não é tratado em casa de forma tranquila... Ele viu aquilo de repente como uma invasão de privacidade”

Nessa entrevista, analisamos o discurso de Margarida, quando se refere à dimensão do público e privado.

(56)

Pesquisadora: Essa questão do público e do privado?

Margarida: Eu digo pra eles o seguinte, quando a gente vai pra praia a gente vai pra um lugar público, mas a gente vai com o nosso maiô ou como nosso biquíni, então o nosso corpo ele é privado, ele é meu, então eu também não posso tá expondo em qualquer lugar, né, pela questão de quê? Do assédio, do abuso, eles não deixarem que outra pessoa toque nos órgãos deles/as, então é nesse sentidos que a gente trabalha a questão do público e privado com eles, a questão de que o quarto deles é a privacidade, o quarto e o banheiro, aqui eu estou em um ambiente seguro, meu, privado, a sala de casa, apesar de fazer parte da minha casa, ela já se torna pública, por quê? Outras pessoas frequentam, outras pessoas estão ali, [...] por isso que eu digo que o trabalho tem que começar da base, daqui na estimulação, pra que quando ele chegue na fase de adolescência ele já saiba o que que pode e o que que não pode (Entrevista realizada com Margarida, no dia 28/11/2019).

Identifica-se na fala de Margarida que a dimensão do público e privado se refere à forma como as pessoas com deficiência devem agir e se comportar em determinados espaços. Outro ponto elencado pela Margarida é a questão do corpo como sendo privado, no qual as pessoas não têm o direito de tocar, pegar e assediar sem prévia autorização.

A partir do que foi exposto nas análises do corpus da pesquisa, apresentamos um quadro com falas dos entrevistados, os registros do diário de campo, sumarizamos para evidenciar os resultados alcançados com a materialidade dos dados alcançados.

Quadro 16 Categorias analíticas e temáticas, de acordo com as afirmações positivas e negativas dos sujeitos entrevistados

EIXOS	AFIRMAÇÕES POSITIVAS	AFIRMAÇÕES NEGATIVAS
<p>1 O PAPEL E IMPORTÂNCIA DAS FAMÍLIAS PARA A SEXUALIDADE DA PESSOA COM DI</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pedro: “Eu converso muito com a minha mãe”. ✓ Margarida: “a sexualidade dele é normal”. ✓ Sara: “pedir ajuda”. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sara: “Nunca tinha demonstrado interesse por alguém como agora”. ✓ Rosa: “ela é curiosa em tudo e o meu medo é dela querer provar”. ✓ Pedro: “agora minha mãe não quer mais que eu volte”. ✓ Tayla: “A mamãe não me fala disso porque é saliência”.
<p>2 A SEXUALIDADE E SUAS MANIFESTAÇÕES NOS ESPAÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS: PERCEPÇÕES DOS SUJEITOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pedro: “Eu namorava no quarto.” ✓ Júlia: “Ah, eu gosto de namorar; gosto de sonhar no meu sonho...” ✓ Margarida: receber orientação dos pais sobre o comportamento em relação aos seus desejos e suas vontades. ✓ Mara: “Falei não, ela vai voltar pra APAE e agora ela vai viver, eu vou deixar ela viver porque ela não viveu”. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pedro: “Eu falo tudo pra minha mãe, porque eu... e sei que se eu ficar com ela, porque eu sei que ela vai ficar com raiva”. ✓ Rosa: “eles vão ter sempre uma mentalidade de criança”. ✓ Heitor: “Não aguento ver uma mulher. Quero namorar”. ✓ Tayla: “me tirou da escola (a mãe), não me levou mais... por que ela descobriu que eu tava namorando”.
<p>3 A BALADAPAE: UM ESPAÇO DE AÇÃO DIALÓGICA DE RESISTÊNCIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A MANIFESTAÇÃO DA SEXUALIDADE DA PESSOA COM DI</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Helena: “A APAE incentiva a formação dos professores sim”. ✓ Ana: “Eu acho importante que converse com eles sobre sexualidade aqui na Apae”. ✓ Mara: “aí foi aí que começou o namoro”. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tayla: “a mamãe não deixa, me falou que BALADAPAE é só pra adulto”. ✓ Margarida: “às vezes os pais não percebem que o filho cresceu, né”. ✓ Mara: “Eu acho que a família”. ✓ Margarida: “É a desinformação mesmo, né”. ✓ Margarida: “então assim, o assunto que não é tratado em casa de forma tranquila, ele viu aquilo de repente como uma invasão de privacidade”.

Fonte: Entrevistas. Elaboração própria (2020).

Como podemos verificar no Quadro 16, as falas dos sujeitos entrevistados externalizam mais afirmações negativas do que positivas, com predominância para os itens: *O papel e importância das famílias para a sexualidade da pessoa com DI e*

A BALADAPAE: um espaço de ação dialógica de resistência e sua importância para a manifestação da sexualidade da pessoa com DI.

Dessa forma, podemos inferir que as famílias superprotegem seus filhos com DI, caracterizando-os como eternas crianças, que não têm idade para namorar, sem discernimento, como anormais no que tange a sexualidade e, sobretudo, querem ignorar o assunto da sexualidade, como se a sexualidade não fosse inerente ao ser humano. Contudo, não podemos negar que alguns pais orientam seus filhos com DI e isso se reflete no item: *A sexualidade e suas manifestações nos espaços públicos e privados: percepções dos sujeitos*, pois dentre as afirmações positivas, este item foi o que apresentou maior número de falas, nas quais percebemos que essas famílias preocupam-se com seus filhos com DI quanto às manifestações de seus desejos relacionados à sexualidade e também reconhecem o trabalho desenvolvido pela APAE.

No item *O papel e importância das famílias para a sexualidade da pessoa com DI* percebemos o quanto a orientação é fundamental para o desenvolvimento do DI, uma vez que sua sexualidade não difere dos demais, como explicou Margarida. E, não menos importante, o pedido de ajuda de Sara demonstra a sua vontade de ajudar seu filho do modo correto. Ao mesmo tempo que percebemos ações positivas, também percebemos, nesse mesmo item, que algumas falas transmitem o peso do preconceito, da dúvida, do medo, sobretudo, de tocar no assunto da sexualidade por entenderem que é pecado, que seu filho não pode apresentar manifestações de sexualidade.

No item *A sexualidade e suas manifestações nos espaços públicos e privados: percepções dos sujeitos* verificamos que quando uma pessoa com DI recebe orientação adequada da família, ela consegue vivenciar sua sexualidade com maior satisfação, com regras menos rígidas, haja visto as falas de Pedro e Júlia, demonstrando a liberdade, mesmo que vigiada. Contudo, também percebemos nas narrativas que os pais, na maioria das situações, não permitem que seus filhos tomem decisões, pois, mesmo que alguns não admitam, entendem que seus filhos não têm capacidade para tal, não importando o seu grau de discernimento e sua idade.

Finalmente, no item *A BALADAPAE: um espaço de ação dialógica de resistência e sua importância para a manifestação da sexualidade da pessoa com*

DI, verificamos que o assunto a respeito da sexualidade deve estar presente no contexto escolar tanto na formação dos profissionais, quanto na orientação ao alunos, uma vez que a escola é o maior suporte para as famílias dos alunos com DI. Nesse sentido, a BALADAPAEPAE representa um divisor de águas concernente o comportamento dos alunos e isso ficou visível nas falas. Todavia, o preconceito ainda predomina, como explicou Margarida e como ficou patente nas falas de Tayla e de sua mãe Rosa. Esse tipo de comportamento é prejudicial à pessoa com DI, tornando-a cada vez mais frágil e vulnerável às intempéries da vida.

Diante desse resultado, elaboramos o Quadro 17, a seguir, que demonstra quais alunos conseguem distinguir entre público e o privado:

Quadro 17 Distinção entre o público e o privado

Alunos	Tem noção do público e do privado?	Participa da BALADAPAEPae?	Pais orientam?	Professora e Psicóloga orientam?
Júlia	SIM	SIM	SIM	SIM
Pedro	SIM	SIM	SIM	SIM
Heitor	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Tayla	SIM	NÃO	NÃO	SIM

Fonte: Elaboração própria (2020).

As informações do Quadro 17 nos mostram que os alunos Júlia, Pedro e Tayla têm noção do que podem fazer em público e no privado, ainda que Tayla não receba orientação da família. Júlia e Pedro recebem orientação familiar, como pudemos constatar, e Heitor não recebe orientação sobre sexualidade.

Os alunos Júlia, Pedro e Heitor participam da BALADAPAEPAE, enquanto Tayla não participa porque sua mãe não permite, inclusive, não autoriza que participe de qualquer que seja atividades extra pedagógica. Júlia e Pedro conseguem distinguir o que pode ou não pode fazer durante o evento da BALADAPAEPAE, em público e no privado.

No tocante à participação das profissionais, Margarida e Helena, ambas visam à orientação/educação a respeito da sexualidade, no decorrer das atividades da instituição, inclusive na atividade da BALADAPAEPAE.

Em relação aos alunos, podemos confirmar as informações no Quadro 18, a seguir, que discorrem a respeito das observações do diário de campo, acerca de cada aluno, no decorrer da pesquisa.

Quadro 18 Observações do diário de campo

ALUNO	MÃE	OBSERVAÇÕES DO DIÁRIO DE CAMPO
Pedro 19 anos	Ana	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade controlada, vigiada. • A mãe orienta o filho, conversa sobre sexualidade com seu filho. • A mãe que escolhe pelo filho, pensam que não são capazes de saber escolher, decide pelo filho com quem acha que deve namorar ou não. • Medo de engravidar alguém ou contrair alguma doença. • Vigilância da mãe com medo de deixar o filho sair sozinho. • Desde o início quando começou a se interessar por garotas a mãe sempre orientou. • A mãe acha importante que trabalhe sobre sexualidade na escola. • Frequenta a BALADAPAE. • Conheceu a nova namorada na BALADAPAEpae. • Consegue hoje distinguir entre público e privado.
Heitor 18 anos	Sara	<ul style="list-style-type: none"> • Comportamentos inadequados. • A mãe considerava um ser assexuado, desconhecia que ele tinha sentimento, prazer, vontades. • Não sabia que o filho poderia manifestar sua sexualidade, por isso evitada, negava, reprimia o filho. • A mãe não sabia como agir com o seu filho. • Passou a frequentar a BALADAPAEpae. • Não conseguia distinguir entre público e privado.
Júlia 30 anos	Mara	<ul style="list-style-type: none"> • Liberdade total. • É permitido, orientada. • Namora com outra pessoa com Síndrome de Down, da mesma instituição. • A mãe leva na casa do namorado para a filha namorar. • As mães se tornaram amigas, têm uma boa relação de contato e permissão para proporcionarem encontros, para eles namorarem. • A mãe tem uma boa relação de diálogo sobre sexualidade com a filha. • A aluna frequenta a BALADAPAEpae. • A aluna consegue distinguir entre público e privado.

<p>Tayla 23 anos</p>	<p>Rosa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Infantilidade e superproteção. • Questão religiosa da mãe, que é evangélica, interfere, proibindo tudo. • Esconde, proíbe, reprime, não permite. • Não deixa a filha namorar, não conversa com ela sobre sexualidade porque diz que é para não despertar o interesse nela. Ela não deve conhecer o que é isso. • Tirou a filha da escola porque soube que um outro aluno com DI estava apaixonado por ela. • Deixou a filha sem estudar na outra escola regular, estava só na APAE, porque lá a mãe entra, controla, vigia. • A mãe não permite que a filha assista a novelas, filmes porque acredita que vai despertar a vontade, a curiosidade nela. • Permite somente programas infantis. Jogos e brinquedos infantis. • A filha está apaixonada pelo outro aluno. Espera todos os dias só para vê-lo passar na saída da escola. A mãe sabe, por isso não a deixa frequentar a escola. • A mãe não permite que a filha frequente a BALADAPAEpae, nem outras atividades pedagógicas externas proporcionadas pela instituição. • A filha consegue distinguir o que é permitido e o que não é. Pois ela sabe que a mãe não deixa namorar por isso estava namorando escondida nas salas vazias ou atrás do colégio.
--------------------------	-------------	--

Fonte: Diário de campo. Elaboração própria (2019).

Após observações no lócus da pesquisa e entrevistas, pudemos perceber nos alunos da APAE traços importantes que explicam seus comportamentos, que valem ser considerados e ponderados, como vimos no Quadro 18, acima. Como já pontuamos, entrevistamos quatro alunos, sendo dois do sexo masculino e dois do sexo feminino.

No decorrer da pesquisa pudemos verificar que Pedro, com 19 anos, por exemplo, tem sua liberdade controlada, vigiada pela mãe. Em conformidade com a declaração de sua mãe, ele sempre foi orientado por ela, inclusive sobre a sexualidade, desde a sua adolescência, quando percebeu o seu interesse pelo sexo oposto. Contudo, é a mãe quem faz as escolhas pelo filho, tentando protegê-lo; ela pensa que Pedro não tem capacidade para escolher, a exemplo da decisão a respeito de quem ele deveria namorar. Percebemos em suas palavras que sua mãe frisou tanto sobre o assunto de gravidez que o deixou com sentimento de culpa por uma vez que se relacionou com sua namorada sem preservativo, assim como o medo de contrair uma doença sexualmente transmissível.

A mãe de Pedro declarou que acha importante que a APAE oriente sobre sexualidade na escola, porque concorda que precisa de ajuda na orientação do filho. Também verificamos que Pedro frequenta a BALADAPAEPAE, onde conheceu sua namorada. Cabe ressaltar que Pedro consegue distinguir entre o público e o privado.

Nesta mesma perspectiva contextual, temos a aluna Júlia, que tem 30 anos. Vimos que Júlia também tem toda liberdade, trabalha e recebe, de acordo com sua mãe, orientação, sobretudo, acerca da sexualidade, de modo que lhe é permitido namorar. Júlia namora uma pessoa que também tem Síndrome de Down, estudante da mesma instituição. Neste caso, a mãe também leva a filha na casa do namorado para namorar. De acordo com as declarações, as mães se tornaram amigas, têm uma boa relação e proporcionam os encontros, para os filhos namorarem.

Assim como Pedro, Júlia também frequenta a BALADAPAEPAE e consegue distinguir entre o público e o privado.

Considerando o oposto, temos Heitor, um aluno com 18 anos. Heitor não conseguia distinguir entre o público e o privado, por isso seus comportamentos, considerados socialmente inadequados, são decorrentes da falta de orientação familiar. Sua mãe o considerava um ser assexuado, desconhecia que ele tinha sentimento, prazer, vontades, como qualquer pessoa. Ela ignorava que seu filho pudesse manifestar sua sexualidade. Assim sendo, procurava evitar o assunto, negando e reprimindo o filho. Entretanto, Heitor passou a frequentar a BALADAPAEPAE com o intuito de ajudá-lo a se desenvolver melhor e a prender a se relacionar com as pessoas.

Nesse mesmo sentido, vimos a Tayla, aluna com 23 anos. Ela apresentou infantilidade e é superprotegida pela mãe. Infelizmente, vimos que devido à sua religião, ela interfere no desenvolvimento da filha, proibindo tudo, escondendo informações, reprimindo-a.

Tayla não tem a permissão de sua mãe para se relacionar com outra pessoa, portanto, tenta namorar escondido. Está apaixonada pelo outro aluno e espera todos os dias vê-lo passar na saída da escola. A mãe de Tayla sabe de sua paixão e por isso não a deixa frequentar a escola do ensino regular, em que estuda no contraturno, local onde ela não tem o controle sobre sua filha.

Percebemos que Tayla consegue distinguir entre o que é permitido e o que não é, uma vez que ela sabe que a mãe não a deixa namorar e por este motivo estava namorando escondido nas salas vazias ou atrás do colégio.

Outro ponto importante a frisar é que Tayla também não tem a permissão para frequentar a BALADAPAEPAE e nem as outras atividades externas, proporcionadas

pela instituição em que lhe é proporcionado trabalhar a sua autogestão e autonomia assim como de todos os outros alunos na idade dela.

Deve ser destacado que com os alunos Pedro e Júlia ocorre relação com menos regras, com menos controle, enquanto com os alunos Heitor e Tayla, as regras são severas e há a tentativa, por parte das mães, de controlar totalmente suas vidas. Assim sendo, podemos verificar que o que predomina são as opressões e controles acerca do privado.

Quadro 19 As relações estabelecidas no espaço: lócus no público/evento da BALADAPAE privado

	Nome	Relações Emergentes	Público	Privado	ACONTECIMENTOS
ALUNO	1. Pedro	Liberdade controlada	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Ela só aceitou meu namoro com ela porque era meu primeiro relacionamento. • mamãe não quer mais que eu volte com ela. • Eu tive a primeira relação quando eu tive dezesseis anos. • Eu sou o único que usou preservativo. • justamente eu perguntei pra minha mãe, né. claro a primeira pessoa que eu perguntei, né. • Eu namorava no quarto. A gente namorava num quarto às vezes. • Daí depois que eu achava da gente ter nosso assunto pessoal em casa.
	2. Júlia	Liberdade total (sexual)	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • O quarto é meu e do Davi. • Foi na BALADAPAE, conversa e tal, vamos dançar, vamos dançar agarradinho, que ele gosta de dançar. • eu gosto de namorar, gosto de sonhar no meu sonho, se eu gosto dele.
	3. Heitor	Infantilidade e superproteção	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Eu acho lindo a mulher. Eu queria uma namorada para mim. • Não aguento ver uma mulher. Quero namorar. • Eu quero ir na casa dela, minha mãe não deixa.

	4. Tayla	Infantildade e superproteção	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • mamãe não deixou mais eu ir, me tirou da escola, não me levou mais... porque ela descobriu que eu estava namorando. • Pra não... formar aquele ovinho na barriga da mulher? Eu vi na televisão sobre a gravidez, sobre o estômago da mulher... Aquele ovinho se forma um bebê de verdade. A mamãe não me fala disso porque é saliência. • Ela não me deixa namorar, ela diz que não é pra minha idade. • A mamãe não deixa, me falou que BALADAPAE é só pra adulto.
MÃE	1. Ana	Liberdade controlada	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Essa parte ele sabe, sabe se comportar, sabe no momento o que tem que fazer e o que não fazer. • consegui lidar, com muita conversa com ele, porque se não fosse a conversa eu não ia conseguir. • na adolescência dele, aí eu disse pra ele quando ele sentisse vontade, era pra ele ficar num lugar fechado tipo assim, só ele, no momento só ele. • Tem um mês, como eu estou dizendo, tem que ser tudo devagar, se não vai se aloprar. • Eu quero, sim, que ele trabalhe, forme família. • tem que ser aberta, né, expor ele aos perigos. Tem que botar ele a par de tudo.
	2. Mara	Liberdade total (sexual)	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Falei não, ela vai voltar pra APAE e agora ela vai viver, eu vou deixar ela viver porque ela não viveu. • É porque eu acho que ainda não teve oportunidade deles dois. Mas é normal, um dia vai chegar. • então quando a gente ama uma pessoa eu entendo que é o amor que faz ne, acontecer, a vontade, todos nós temos vontade. • Se for espaço do quarto dela, eu volto, eu não vou interferir.

PROFESSOR	3. Sara	Infantildade e superproteção	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Professora, pelo amor de Deus, eu já nem sei o que fazer, eu não pensava que ia passar por isso. • Já briguei, já chamei atenção dele, mas não tem jeito. • Agora em casa descobri que ele só quer ficar o dia inteiro vendo vídeo de mulher pelada no celular. • O Heitor nunca tinha namorado antes, eu pensava que ele jamais ia namorar. [...]. Nunca tinha demonstrado interesse por alguém como agora. • Agora parece que descobriu e não consegue ver uma mulher que fica cego. Parece que fica encantado, hipnotizado pela pessoa já quer agarrar, e se esfregar na mulher.
	4. Rosa	Infantildade e superproteção	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • eu os comparo assim, tipo assim... no linguajar popular tipo cachorro no cio, cachorro no cio tu não controla, ele fica impulsivo, né! • eles vão ter sempre uma mentalidade de criança. • ela é curiosa em tudo e o meu medo é dela querer provar. • Eu acho que ela não tem condições de se relacionar com ninguém, porque ela é como se fosse uma criança. • Tirei ela da escola regular porque soube que um outro aluno com DI estava apaixonado por ela. • Ela não sabe nada sobre sexo. Agora que ela anda vendo alguma coisa na televisão, porque até isso eu sempre a proibia ver beijo, de estarem se agarrando. • Agora festa, nem pensar. Acho que vai chegar um momento que eu não poder trancar ela no quarto, né. Mas eu não deixo, nunca deixei e o que eu puder evitar, eu não deixo mesmo.
	1. Helena	Liberdade controlada	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Qualquer situação que a professora observe e que deva ser feito uma intervenção, essa intervenção é feita na segunda-feira no espaço de atendimento, onde a professora vai verificar como foi que ocorreu? O que ocorreu? Como foi que ele tentou resolver naquele momento? Se a forma que ele resolveu estava correta ou não, né. • A grande dificuldade hoje nossa é essa, dos pais aceitarem que o filho pode sim participar de um momento desse.

		Liberdade total (sexual)	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Eles também necessitam ser orientados para que possam vivenciar suas experiências com segurança. • A grande dificuldade hoje nossa é essa, dos pais aceitarem que o/a filho/a pode sim participar de um momento desse.
		Infantildade e superproteção	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • nós já tivemos família aqui que a mãe não a aceitava ir pra piscina porque ela ia engravidar. • Nós temos aqui casos na instituição que até hoje é incentivado para que uma menina de dezoito anos, vinte e sete anos de idades ou até trinta anos esteja com boneca no braço. • você vê as fotos de aniversário de princesa, de turma do Mickey, de Frozen, uma menina que já está entrando nos cinquenta anos de idade, mas o aniversário é feito com tema de criança e ela ganha boneca.
PSICÓLOGA	1.Margarida	Liberdade controlada	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Eles até namoram, mas quando entra para a parte da relação sexual, aí já é outra barreira, porque a maioria das meninas nunca foram no ginecologista, nunca foram orientadas sobre o método anticoncepcional. • Eu vejo de forma saudável porque ele precisa liberar esta punção de alguma forma, agora assim, por outro a gente tem que ter cuidado para que esse menino ele não tenha a noção de que, ah eu posso ficar com quantas meninas eu quiser, não! Ele tem que ser observado. • Eu digo pra eles o seguinte, quando a gente vai pra praia a gente vai pra um lugar público, mas a gente vai com o nosso maiô ou como nosso biquíni, então o nosso corpo ele é privado, ele é meu, então eu também não posso tá expondo em qualquer lugar né, pela questão de que? Do assédio, do abuso, eles não deixarem que outra pessoa toque nos órgãos deles, então é nesse sentido que a gente trabalha a questão do público e privado com eles.

		Liberdade total (sexual)	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • você tem que tá em um local tranquilo, seguro, onde você possa realmente sentir esse prazer, ou sentir a sua intimidade de forma bem tranquila. • a gente usa rodas de conversas, com os adolescentes, os meus jovens e adultos, eu falo muito abertamente. • Eu vejo de forma saudável porque ele precisa liberar esta punção de alguma forma, agora assim, por outro a gente tem que ter cuidado para que esse menino ele não tenha a noção de que, ah eu posso ficar com quantas meninas eu quiser, não. • a gente precisa ter um parceiro, se você quer namorar alguém você precisa ficar com aquela pessoa, chegar pra ela e perguntar.
		Infantilidade e superproteção	x	x	<ul style="list-style-type: none"> • Porque o que que a gente observa também é que os pais não sabem lidar com a sua própria sexualidade, então se eu não sei lidar com a minha própria sexualidade, se eu não conheço o meu corpo, como que eu vou tá orientando o meu filho? E aí vem a questão do preconceito: “isso não é de Deus, olha, eu vou cortar a tua mão” que a gente ainda escuta hoje infelizmente. • A maior dificuldade é aceitar que isso é natural desenvolvimento humano. A maior dificuldade é essa, porque não aceitam que os filhos deles cresceram, é aquela eterna criança. • Então como que o meu filho vai namorar, como que ele vai ter um relacionamento? Eles até namoram, mas quando entra para a parte da relação sexual, aí já é outra barreira, porque a maioria das meninas nunca foram no ginecologista, nunca foram orientadas sobre o método anticoncepcional. Os meninos, o uso adequado da camisinha, a forma correta, para que serve a camisinha? Que não é só para evitar um filho, mas principalmente para a prevenção de doenças, então tudo isso a gente trabalha.

Fonte: Entrevistas. Elaboração própria (2020).

O quadro descritivo das relações que se estabelecem nos revelou que as relações de *Liberdade controlada* aparecem por 18 vezes, enquanto a de *Liberdade total (sexual)* aparecem 13 vezes e a de *Infantilidade e superproteção* surgem 25 vezes.

Verificamos que acerca das relações emergentes, no tocante aos alunos, Pedro está relacionado à Liberdade controlada, pois mostra ter discernimento do que é certo e errado em relação ao público e ao privado, possui liberdade para namorar, porém quem decide com quem ele vai namorar é sua mãe.

Júlia se relaciona com a Liberdade total (sexual), uma vez que tem liberdade para namorar, conheceu seu namorado na BALADAPAE e os pais compreendem que ela precisa de privacidade para ficar à vontade nos momentos íntimos.

Heitor e Tayla se relacionam à Infantilidade e superproteção. Heitor demonstra que a pouca orientação recebida por parte da família reflete em suas atitudes afoitas em relação ao sexo oposto, e Tayla, apesar de conseguir discernir entre o público e o privado, é tratada pela mãe como uma criança, a impedindo de tudo. Nas falas dos dois alunos percebemos que seus familiares os tratam como crianças e, em especial, seres assexuados. Heitor começou a frequentar a BALADAPAEPAE, enquanto Tayla, com 23 anos, é impedida de frequentar porque a BALADAPAEPAE é só para adultos, segundo sua mãe.

Em relação às mães dos alunos, Ana, que se relaciona à Liberdade controlada, demonstra, em suas falas, a persistência em orientar o filho, permitindo a ele uma vida com regras menos rígidas, porém sob o controle dela.

Mara se relaciona à Liberdade total (sexual), já que demonstra que almeja uma vida normal para sua filha, permitindo o namoro, frequentar a BALADAPAEPAE, trabalhar, entre outros.

No entanto, Sara e Rosa se relacionam à Infantilidade e superproteção. Sara deixa claro que jamais pensou que seu filho manifestaria sua sexualidade e Rosa esconde tudo da filha, inclusive a esconde da vida, para que ela não perceba que não é uma mulher, ainda é uma criança.

Em relação às profissionais, Helena e Margarida, ambas tratam das três relações emergentes encontradas nas falas dos demais sujeitos da pesquisa.

Helena, ao tratar da Liberdade controlada, expõe que os professores fazem as intervenções quando necessário, mas alguns pais não aceitam. Sobre Liberdade total (sexual), entende que os alunos precisam de orientação para poderem viver sua sexualidade tranquilamente. Em relação à Infantilidade e superproteção, percebe que os pais são os grandes vilões de seus filhos, impondo situações preconceituosas e repressivas, infantilizando-os.

Margarida fala da relação emergente Liberdade controlada, afirmando que os jovens podem namorar, mas não podem passar desse ponto, pois já encontram uma barreira imposta pela família. Em seu trabalho, orienta os alunos a respeito da sexualidade, sobre o que pode ou não ser realizado em público e no privado, pois vê como uma situação normal vivida pelos jovens. Em relação à Liberdade total (sexual), Margarida orienta tanto a família, quanto os alunos, uma vez que todos devem entender que a manifestação da sexualidade é inerente ao ser humano. Sobre a Infantilidade e superproteção, relata que a maior dificuldade se encontra nos pais, pois estes também se desconhecem, assim sendo, como orientarão um jovem se eles mesmos não apresentam condições apropriadas para isso?

Destarte, podemos verificar que os preconceitos são predominantes nas relações que emergiram da pesquisa.

Ao considerarmos o número de alunos entrevistados, podemos dizer que a *Infantilidade e superproteção* representa 50%, uma vez que abarca Heitor (25%) e Tayla (25%), e a *Liberdade controlada* representada por Pedro equivale a 25%, assim como a *Liberdade total (sexual)*, que está representada por Júlia também equivale a 25%.

As informações contidas no quadro das relações nos fazem pensar que a materialidade das relações revela que o preconceito e a repressão prevalecem, mas as atitudes relacionadas à liberdade controlada são bastante significativas. Vale ressaltar que essas duas relações se sobressaem às de liberdade total (sexual)

6 FORÇAS EPÍLOGAS

Este estudo se constituiu pelas teias pessoais, profissionais e acadêmicas que me levaram a pensar a sexualidade humana como um tema complexo, no curso de mestrado, por apresentar visões outras sobre a constituição sexual, social, política, cultural das pessoas com deficiência intelectual. Desse modo, a todo momento, ao longo da pesquisa, procuramos desconstruir o conceito de sexualidade nos espaços sociais e educacionais, por acreditar que a temática está em processo de (re) conceituação e descobertas nas ciências humanas.

Ao nosso ver, avançamos na discussão sobre o campo da sexualidade, por reconhecer a complexidade em trânsito entre a questão da deficiência e da sexualidade, em destaque, às pessoas com deficiência intelectual, enxergando-as nas suas múltiplas identidades, como de outros grupos, as pessoas LBTQIA+, para serem reconhecidos (as) nos espaços sociais e educacionais. Dessa forma, podemos afirmar que a nossa pesquisa abriu um espaço de promoção da pessoa com deficiência intelectual, reconhecendo que há pluralidades de identidade e de orientação sexual referente à sexualidade.

Nessa perspectiva, a pesquisa teve como questão norteadora: como a temática da sexualidade se apresenta nos discursos dos sujeitos da pesquisa no âmbito do público, do privado e da ação dialógica de resistência?

Como resposta obtivemos que a sexualidade dos alunos e das alunas com deficiência intelectual na escola se expressa na construção da autonomia, nas interrelações entre o público e o privado, bem como nas tensões, nos embates e no enfrentamento das ações dialógicas de resistência. Tais questões apresentam-se de forma clara e latente para compreender os eixos estruturantes no processo de entendimento das percepções dos sujeitos com DI, pais e professoras sobre a sexualidade humana.

Em consequência disto, confirmamos as seguintes hipóteses da pesquisa: se a escola tem projeto de orientação sexual e discute isso com os/as alunos/as com DI, então, estes/as não apresentam dificuldades de expressar sua sexualidade na escola, ou seja, não há fronteiras entre o público e o privado. Outra hipótese confirmada é: se os alunos jovens e adultos com DI estabelecem distinções entre o público e o privado, no que diz respeito às suas manifestações da sexualidade, então, a escola não seria

o único espaço de expressão da sexualidade desses/as alunos/as, uma vez que eles promovem novos espaços de ação dialógica de resistência. As hipóteses elencadas na pesquisa se confirmaram com a materialidade da pesquisa de campo, confirmando os pensamentos iniciais levantados.

Em função deste questionamento, a pesquisa foi orientada a partir de um objetivo geral que era analisar as percepções dos alunos e alunas com DI a respeito da sexualidade na Apae – Belém. Atingimos os objetivos da pesquisa, por analisarmos nas narrativas dos/as alunos/as com deficiência intelectual, pais e professoras, a questão da sexualidade humana que pode ser compreendida por múltiplos âmbitos, os quais influenciam na constituição social, política, sexual e cultural da pessoa com deficiência intelectual.

O lócus desta pesquisa foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Esta instituição educacional realiza atividades de saúde, psicologia e educação, envolvendo o tema da sexualidade de seus usuários, especificamente, das pessoas com DI. Os sujeitos da pesquisa totalizaram 10 sujeitos, divididos entre 4 alunos/as com DI, 4 mães, 1 professora especialista da educação especial e 1 psicóloga da instituição.

Os procedimentos realizados para a construção metodológica da pesquisa foram: levantamento bibliográfico, entrevistas, observação, sistematização e análise dos dados e aspectos éticos. Por meio do levantamento bibliográfico e análise documental, resgatamos elementos históricos, conceituais e legais sobre a APAE e acerca do tema da sexualidade, deficiência intelectual, público, privado e sobre ação dialógica de resistência para delinear o tema de pesquisa em questão.

Utilizamos a Análise Dialógica do Discurso (ADD) na perspectiva sócio-histórica com abordagem qualitativa e dialógica, com a finalidade de construir um texto analítico crítico e heterogêneo, com observações diretas dos fenômenos que foram pesquisados, considerando a relação entre o contexto de pesquisa e os enunciados dos/as alunos/as com deficiência, pais, professora e psicóloga. Acreditamos que o conceito da sexualidade apresentado nesta pesquisa perpassa as categorias temáticas e analíticas.

Pudemos verificar que o campo dos estudos sociológicos e econômicos estabelecem uma dicotomia entre natureza e cultura. A intencionalidade dessa dicotomia está em separar as ocorrências que são próprias dos animais não-humanos dos propriamente humanos, ou seja, estabelecer a consciência como fator de

distinção, a distinção entre o que pode ser feito em presença de todos – o público – e o que tem que ser feito de forma que não seja visto pelos demais – o privado – assim como, neste campo, a ação do ser humano que é levada a efeito em público enquanto ato de rebeldia com características específicas de rupturas com os regramentos públicos e privados – o que designamos de ação dialógica de resistência.

Destacamos dois pilares deste debate dialógico, que a nosso ver são reveladores desta dicotomia do público, do privado e quanto a ação dialógica de resistência, a saber: o princípio ideológico, como tensão na fronteira entre a ideologia oficial e a do cotidiano, e o princípio da Carnavalização, como rompimento de regras e tabus. Assim encontramos a presença do público (*o oficial*) e do privado (*o cotidiano ou não oficial*). O recorte para extrairmos a concepção de público e de privado pressupõe termos em mente que os festejos carnavalescos se aproximam do que chamamos, nesse trabalho, de integração entre o público com o privado ou da ação dialógica de resistência, para estabelecer uma fusão entre os dois e a quebra dos ditames estabelecidos pelo público, na sociedade capitalista.

Ao considerarmos as concepções teóricas, discutimos o conceito de sexualidade e as relações com o público e o privado a partir das concepções da antropologia, sociologia, medicina, psicanálise, religião, filosofia, história, psicologia, da demografia e da educação especial, sendo que o privado implica que as relações sexuais estão restritas a um lugar fechado, com pessoas autorizadas; o público implica que as relações estão expostas ou publicizadas para além de um âmbito fechado. Implica regras e proibições de onde e com quem são realizadas; e a ação dialógica de resistência implica que ocorrem rupturas com as regras da esfera pública e da privada, ou seja, há uma ocorrência em público de algo que em determinada cultura é restrita ao privado.

Não obstante, verificamos que grande parte da literatura a respeito da sexualidade afirma que a pessoa com deficiência é vista como desprovida sexualmente seus desejos, impulsos e manifestações sexuais, construindo-se socialmente o imaginário de que a pessoa com deficiente é excluída, é apartada da sexualidade, que seus comportamentos sexuais expressados não correspondem a sua condição de deficiência, quer dizer, as mesmas não se comportam de forma análoga às pessoas sem deficiência em suas características sexuais.

Pois, por falta de conhecimento em relação à sexualidade de pessoas com deficiência intelectual, muitas vezes, se ignora o potencial de se relacionar com outras

peças sem deficiência, porque não foram estimuladas a pensar sobre a sua própria sexualidade, ficando sob o julgo preconceituoso da sociedade. Em decorrência dessa ignorância, as pessoas com deficiência intelectual não devem ser consideradas como assexuados/as ou hipersexuados, devido ao seu comportamento, que não corresponde aos padrões capacitistas, heteronormativos, dogmáticos e sexistas exigidos pela sociedade.

Destarte, a proposta pedagógica desenvolvida na APAE-Belém, lócus da nossa pesquisa, por desenvolver diversos atendimentos e programas psicopedagógicos, busca valorizar e respeitar as possibilidades e limitações cognitivas dos/as alunos/as, atendendo estes/as desde o seu nascimento até a sua vida adulta. Essa proposta é resultante de momentos de reflexão e discussão. Dessa forma, configurou-se como uma proposta pedagógica diferenciada, audaciosa e inovadora, buscando atender as demandas e os anseios das famílias, beneficiando o desenvolvimento biopsicossocial e cultural dos/das alunos e alunas.

Foi com esse ponto de vista e visando ao cumprimento de sua missão que a APAE-Belém criou a BALADAPAEPAE. Surgiu de uma proposta feita por uma professora da instituição, em decorrência dos relatos de alunos/as e seus responsáveis em relação à ausência de participação em eventos sociais, tendo em vista que a maioria das famílias não conseguiam proporcionar entretenimentos e momentos de interação e autonomia aos seus filhos, a exemplo de aniversários, casamentos dentre outros.

A pesquisa procurou valorizar as narrativas dos/as alunos/as, o que eles de fato têm vivenciando. Conseqüentemente, ouvimos, também, seus pais e os professores, suas realidades, suas visões quanto às suas experiências, nas suas relações com às pessoas com DI relacionadas à sexualidade, a importância de trazê-los por estarem envolvidos diretamente nesse universo e que ainda é pouco explorado tanto na academia, quanto no dia a dia da sociedade.

Foram analisados três eixos: 1 – *O papel e importância das famílias para a sexualidade da pessoa com DI*; 2 – *A sexualidade e suas manifestações nos espaços públicos e privados: percepções dos sujeitos*; e 3 – *A BALADAPAE: um espaço de ação dialógica de resistência e sua importância para a manifestação da sexualidade da pessoa com DI*.

Nas falas dos sujeitos entrevistados, sobressaíram-se mais afirmações negativas do que positivas, com predominância para os itens: *O papel e importância*

das famílias para a sexualidade da pessoa com DI e A BALADAPAE: um espaço de ação dialógica de resistência e sua importância para a manifestação da sexualidade da pessoa com DI. Assim, inferimos que as famílias superprotegem seus entes com DI, caracterizando-os como eternas crianças, que não têm idade para namorar, sem discernimento, no que tange à sexualidade e, sobretudo, querem ignorar o assunto da sexualidade, como se esta não fosse inerente ao ser humano. Contudo, não podemos negar que alguns pais orientam seus filhos com DI e isso se reflete no item: *A sexualidade e suas manifestações nos espaços públicos e privados: percepções dos sujeitos*, pois dentre as afirmações positivas, este item foi o que apresentou maior número de falas, nas quais percebemos que essas famílias preocupam-se com seus filhos com DI quanto às manifestações de seus desejos relacionados à sexualidade e também reconhecem o trabalho desenvolvido pela APAE.

Verificamos que as relações que se estabeleceram nas análises nos revelaram que as relações de Liberdade controlada aparecem por 18 vezes, enquanto a de Liberdade total (sexual) aparecem 13 vezes e a de Infantilidade e superproteção surgem 25 vezes. Ao considerarmos o número de alunos entrevistados, podemos dizer que a Infantilidade e superproteção representa 50%, Liberdade controlada representa 25%, assim como a Liberdade total (sexual), também equivale a 25%. Essas informações nos mostraram que o preconceito e a repressão prevalecem, mas as atitudes relacionadas à liberdade controlada são bastante significativas. Vale ressaltar que essas duas relações se sobressaem às de liberdade total (sexual). Também podemos inferir que a prevalência do preconceito reflete o entendimento inculcado na sociedade.

Por fim, este estudo não buscou esgotar a pesquisa sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, fato que pode ensejar novos estudos para aprofundar os questionamentos aqui levantados ou outros que o nosso estudo possa suscitar. Dizemos isto, porque a nossa perspectiva se entrelaçou com as questões da interseccionalidade por pensar as pessoas com deficiência intelectual com classe, gênero, raça, sexualidade e etnia, desconstruindo as formas de opressão que impedem os sujeitos com DI de terem acesso aos direitos sexuais.

Outra questão que se materializou foi a perspectiva decolonial por meio das práticas, gestos e discursos que desvelaram novos horizontes de compreender a constituição da sexualidade da pessoa com DI, problematizando metanarrativas sobre a situações de corpos e formas sexuais da pessoa com deficiência intelectual, em que

procuramos valorizar lugares de posições sociais e sexuais desses sujeitos na esfera escolar e familiar.

A nossa pesquisa revelou que podem ser estudadas determinadas temáticas, tais como: a questão feminista da mulher com deficiência, os estudos sobre as visões capacitistas, sexistas e patriarcais na educação das pessoas com deficiência, a homossexualidade das pessoas com deficiência, a homofobia contra as pessoas com deficiência LGBTIQIA+, as questões de raça, de classe e etnia das pessoas com deficiência, outros temas. Esses temas despertam para a transversalidade nos estudos e pesquisas da área da educação e educação especial, desvelando novas searas de discussão nessas áreas de pesquisa.

A devolutiva desta pesquisa para APAE-Belém retornará por meio de programas, estratégias e ações de formação continuada interdisciplinar dos profissionais da educação que atuam no CAEE da APAE-Belém, transversalizando a temática da sexualidade, promovendo o reconhecimento e valorização dos usuários com deficiência intelectual no que diz respeito a sua sexualidade.

Então, esta pesquisa, constitui-se como uma epistemologia de contribuição para a discussão do tema da sexualidade na área da educação, educação sexual e educação especial, possibilitando caminhos teóricos-metodológicos nos programas de pós-graduação em educação a nível nacional, desvendando as potencialidades de uma temática emergente na realidade escolar amazônica.

Do mesmo modo, este estudo adiciona-se a aspectos teórico-metodológicos que trazem a reflexão da escola como um local de conflitos – um local de convivências –, e que pode ser, sim, um local de transformação social. Podemos inferir aqui a escola com o papel de transformadora, libertadora dentro de uma realidade, e, assim, o sujeito não como um ser pacífico, mas que sempre pode romper com ela, como uma ação dialógica de resistência, como um princípio dialógico para reconhecer a totalidade da sexualidade da pessoa com DI nos aspectos multidimensional na sua forma de ser e de viver como sujeitos na dimensão da diversidade.

Reforçamos ainda neste estudo a importância quanto à implantação da educação sexual e educação especial para as escolas dos sistemas de ensino brasileiro, em especial, para a região amazônica, ressaltando a valorização e o reconhecimento das diferenças individuais como sujeitos referenciais na construção de uma política educacional que contemple as questões da sexualidade da pessoa com DI.

Este estudo tornou-se numa perspectiva interdisciplinar de alcance acadêmico, político, histórico, cultural e social, com projeção marco temporal no cenário educacional do Brasil, no que diz respeito à produção do conhecimento científico, sobre a questão da sexualidade da pessoa com DI na perspectiva sócio-histórica, por evidenciar novos caminhos de uma temática pouco explorada cientificamente na Região Norte do país, o que nos motivou a querer contribuir as forças epílogas nesse campo de estudo.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALMEIDA, Miguel V. de. Antropologia e Sexualidade Consensos e Conflitos Teóricos em Perspectiva Histórica. In: _____, Miguel V; FONSECA, Lígia C. Soares; VAZ, Júlio Machado. **A Sexologia, Perspectiva Multidisciplinar**. Coimbra: Quarteto, Vol II, 2003 p. 53-72. Disponível em: <http://miguelvaledealmeida.net/wp-content/uploads/2008/06/antropologia-e-sexualidade.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2019.

AMORIM, Marília. **O pesquisador e o seu outro**: Bakhtin nas ciências humanas. São Paulo: Musa editora, 2004.

ANJOS, Karen P. L. dos; LIMA, Maria L. C. Gênero, sexualidade e subjetividade: Algumas questões incômodas para a psicologia. **Psicologia em Pesquisa**. vol.10 no.2 Juiz de Fora dez. 2016. ISSN 1982-1247. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psipesq/v10n2/07.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APAE. **Revista Apae de Belém**. Belém, 2012.

_____. **Relatório da Gestão**. Belém, 2017.

_____. **Relatório da Gestão**. Belém, 2018.

ARÁN, Márcia. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. Instituto de Medicina Social da UERJ. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(3): 653-673, setembro-dezembro/2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v17n3/v17n3a02.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/filosofia/article/view/3554/3341>. Acesso em 10/01/2020.

ASSUMPÇÃO, F. SPROVIERI, M. H. **Sexualidade e deficiência mental**. São Paulo: Editora Moraes, 1987.

BAKHTIN, Mikhail. Introdução: apresentação do problema. In: _____. **A cultura popular na idade média e no renascimento**: o contexto de François Rabelais. 5. ed. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: editora universidade de Brasília, 2002, p. 1-50.

_____. **O freudismo**: um esboço crítico. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad. aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Estética da criação verbal**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2011.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 13. ed. Trad. M. Lahud; Y. F. Vieira. São Paulo: Hucitec, 2012.

BEARZOTI, P. **Sexualidade um conceito psicanalítico freudiano**. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anp/v52n1/24>. Acesso em: 20 jan. 2019.

BIRMAN, Joel. Erotismo, Desamparo e Feminilidade – uma Leitura Psicanalítica sobre a Sexualidade. In: LOYOLA, Marta Andréa Loyola (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 93-132.

BOZON, Michel. Demografia e Sexualidade. In: LOYOLA, Marta Andréa Loyola (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 227-251.

BRAIT, B. (Org.) **Bakhtin, dialogismo e construção do sentido**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.

BRASIL, **Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica modalidade Educação Especial. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 27 jan. 2019.

BRUSCHINI, Cristina. Sexualidade e Sociologia – Comentários sobre a Exposição de Janine Pierret. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 257-269. (Coleção saúde & sociedade)

CHAGAS, Patricia Monteiro Lima. **Sexualidade e a pessoa com deficiência Intelectual: proposição do tema nas escolas**. 141f. Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão: Universidade Federal Fluminense, 2017.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CEIA, Carlos. **E-Dicionário de Termos literários**. Logocentrismo. 2009. Disponível em: <https://edtl.fcs.unl.pt/encyclopedia/logocentrismo/> Acesso em: 20 dez. 2019.

CORRÊA, Marilena V. Sexo, Sexualidade e Diferença Sexual no Discurso Médico: Algumas Reflexões. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 69-91.

COSTA, Jurandir F. Sexo e Amor em Santo Agostinho. In: LOYOLA, Marta Andréa Loyola (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 133-158.

DENARI, Fatima Elizabeth. Sexualidade e deficiência mental: reflexões sobre conceitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 8, n. 1, p. 9-14, 2002.

_____, Fatima Elizabeth. A adolescência e deficiência mental: desvelando aspectos de afetividade e sexualidade. In: MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al (Orgs.) **Inclusão: compartilhando saberes**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006, p. 191 – 205.

DIAS, Sueli de Souza. OLIVEIRA, Maria Cláudia Santos Lopes de. Deficiência Intelectual na Perspectiva Histórico-Cultural: Contribuições ao Estudo do Desenvolvimento Adulto. **Rev. Bras. Ed. Especial**, Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, Abr.-Jun., 2013.

FERNANDES, A. P. C. S.; OLIVEIRA, I. A. Práticas Pedagógicas com Jovens e Adultos com Deficiência Intelectual: Limites, Desafios e Possibilidades. In: CAIADO, Kátia.R.M.; BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M.de (Orgs.). **Deficiência Mental e Deficiência Intelectual em Debate**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p. 287 – 302.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed Editora, 2009.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria crítica. Trad. Nathalie Bressiani. São Paulo: Boitempo, 2020.

FREITAS, Maria Teresa. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. In: _____; SOUZA, Solange Jobim; KRAMER, Sonia. **Ciências humanas e pesquisa**: leituras de Mikhail Bakhtin, 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 26-39.

GIAMI, Alain. Representações e Sexualidade: Psicologia Social e Pluridisciplinaridade. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 201-225.

GIROLAMO F. P. D. A Sexualidade do Deficiente Mental. **Revista Nacional de Reabilitação**. Ano V, nº 24, 2002.

GLAT, R; F, Rute C. F. **Sexualidade e deficiência mental**: Pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. 7. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. 88p.

GLAT, R; FREITAS, R. C. Sexualidade e Deficiência Mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. **Questões Atuais em Educação Especial**, Vol. II. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.

GEGE. **Palavras e contrapalavras**: conversando sobre os trabalhos de Bakhtin. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2010.

GUIMARÃES, V. C. A concepção freudiana da sexualidade infantil e suas implicações da cultura e educação. **Educativa**, v 15, n.1, p. 53-66, jan-jun, 2012.

JOSÉ, FILHO. **A pesquisa de campo** - SciELO Livros, 2006.

LIPP, M. N. **Sexo para Deficientes Mentais**: sexo e excepcional dependente e não-dependente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

LOYOLA, Marta A. Sexo e Sexualidade na Antropologia. In: _____. (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 17-47.

KRAMER, Sonia. Entrevistas coletivas: uma alternativa para lidar com diversidade hierarquia e poder na pesquisa em ciências humanas. In: _____. **Ciências humanas e pesquisa**: leitura de Mikhail Bakhtin. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007, p. 57-76.

MACHADO, Lia Z. Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia. **Dossiê Antropologia, Gênero e Sexualidade no Brasil**: Balanço e Perspectivas. cadernos p. 42, janeiro-junho de 2014:13-46. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext &pid=S0104-83332014_0001000_13 &lng=pt&nrm=iso ISSN 0104-8333. <<http://dx.doi.org/10.1590/0104-8333201400420013>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

MAIA, Ana Cláudia Bortollozi. Orientação sexual na escola. In: RIBEIRO, Paulo, Rennes. M. (Org.). **Sexualidade e Educação**: aproximações necessárias. São Paulo: Arte e Ciência, 2004, p. 171- 186.

MAIA, A. C. B.; ARANHA, Maria Salete Fábio. Relatos de professores sobre manifestações sexuais de alunos com Deficiência no contexto escolar. **Interação em Psicologia**, jan./jun. 2005, p. 103-116.

_____. Reflexões sobre a educação sexual da pessoa com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial** v.7, n.1, 2007.

_____; RIBEIRO, P. R. M. Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com Deficiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.16, n.2, p.159-176, Maio - Ago. 2010.

MANZINI, EDUARDO. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em Educação. **Revista percurso – NEMO**. v. 4, n. 2, Maringá, 2012.

MELO, Keyel F. de R. Tensões homoeróticas na historiografia brasileira: a trajetória de um campo gay. **ANPUH-Brasil – 30º Simpósio Nacional de História – Recife, 2019**. Disponível em: <https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1565312194_ARQUIVO_Tensoeshomoeroticasnahistoriografiabrasileira.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2019.

MIOTELLO, Valdemir; BATISTA, Helder Marques. A pintura hiper-realista como signo da realidade social. In: _____ Valdemir; SILVA, Caroline Veloso; FABRI, Damares Carvalho Santos et al. **Um ser expressivo e falante**: Refletindo com Bakhtin e construindo uma leitura de vozes. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 125 – 138.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

NUNES, Maria José F. R. Sexualidade e Catolicismo – Comentários sobre a exposição de Jurandir Freire Costa. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 283-288.

_____. A. Política, sexualidade e educação. **Filosofia E Educação**, 3(2), 4-17, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635447/3240>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

OLIVEIRA, I. A. de. FONSECA, M. de Jesus da C. F. SANTOS, T. R. L. dos. A entrevista na pesquisa educacional. In: MARCONDES, M. I. TEIXEIRA, E. OLIVEIRA, I. A. **Metodologias e técnicas de pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2010, p. 37 – 54.

_____, Ivanilde Apoluceno de. TEIXEIRA, Elizabeth. Cuidados éticos na pesquisa. In: MARCONDES, Maria Inês. TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno. **Metodologias e técnicas de pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2010, p. 9-24.

_____, Ivanilde Apoluceno de. MOTA NETO, João Colares da. A construção de categorias de análise na pesquisa em educação. In: MARCONDES, Maria Inês; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; TEIXEIRA, Elizabeth. (Org.). **Abordagens Teóricas e Construções Metodológicas na Pesquisa em Educação**. Belém: EDUEPA, 2011, v. 1, p. 167-186.37-53.

PALIARIN, FRANCIELY. **Sexualidade e Deficiências: dando vozes aos adolescentes por meio de oficinas pedagógicas**. 117 f. Mestrado Profissional em Educação Sexual Instituição de Ensino: Universidade Est. Paulista Júlio De Mesquita FILHO/ARARAQUARA. Letras da UNESP, campus de Araraquara, 2015.

PAJEÚ, Hélio; BOMBONATO, Pedro Guilherme O. BORGES, Rosângela Ferreira de Carvalho. Sondas investigatórias em A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais. In: GEGE. **Palavras e contrapalavras: enfrentando questões da metodologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2012, p. 70-79.

PIERRET, Janine. Elementos para Reflexão sobre o Lugar e o Sentido da Sexualidade na Sociologia. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 49-68.

PONZIO, Augusto. **No círculo com Mikhail Bakhtin**. São Carlos: Pedro & João editores, 2016.

PRADO, Guilherme do V. T. et. al. (Org.) **Metodologia narrativa de pesquisa em educação: uma perspectiva bakhtiniana**. São Carlos, SP: Pedro & João editores, 2015.

RAGO, Margareth. Sexualidade e Identidade na Historiografia Brasileira. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EdUEJR, 1998, p. 175-199.

REBOUÇAS, Mônica. Sobre a sexualidade em Freud. PePSIC. Periódicos Eletrônicos em Psicologia. **Revista Cógito** – Publicação do círculo psicanalítico da Bahia. 2002 Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1519-9479&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 dez. 2019.

RIOS, André R. O Desejo de uma Sexualidade Inumerável. In: LOYOLA, Marta Andréa (org.). **A Sexualidade nas Ciências Humanas**. Rio de Janeiro: EDUEJR, 1998, p. 159-173.

RODRIGUES, Venise Nazaré Ramos. Bairro e Memória: Umarizal das vacarias aos espigões. XXVII **Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**. ANPUH, Natal, 2013.

ROHLING, Nívea. A pesquisa qualitativa e análise dialógica do Discurso: Caminhos possíveis. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Vol 15 (2), 2014, p. 44 - 60.

SCHIAVON, D. M. N. “**não deficientize minha sexualidade**”: repensando a sexualidade de pessoas com deficiências intelectual por meio de oficinas pedagógicas. 102f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação Em Educação Sexual. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2018.

SERODIO, Liana Arrais, PRADO, Guilherme do Val Toledo. Metodologia narrativa de pesquisa em Educação na perspectiva do gênero discursivo bakhtiniano. In: _____; Liana Arrais, Heloisa Helena Dias Martins Proença, Nara Caetano Rodrigues. (Org). **Metodologia narrativa de pesquisa em educação**: uma perspectiva bakhtiana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, p. 91-128.

SILVA, F.B. BRIGIDO E. **A sexualidade na perspectiva freudiana**. 2016. Disponível em: <http://fajopa.com/contemplacao/index.php/contemplacao/article/viewFile/110/121>, Acesso em: 10 jan. 2019.

SILVA, C.M. MAIO, E.R. Deficiência intelectual e Sexualidade: discussões no espaço escolar. In: _____. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. **Versão Online**. ISBN: 978-85-8015-093-3. Cadernos PDE. 2016.

SILVA, S.D. Demografia e Diversidade Sexual: Uma análise da produção acadêmica sobre gênero e identidade sexual na demografia entre 2000 e 2017. **XXI ENCONTRO ABEP**, 2017 Disponível em: <<http://www.abep.org.br/xxiencontro/arquivos/R0324-1.pdf>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

SOBRAL, Adail; GIACOMELLI, Karina. **Observações didáticas sobre a análise dialógica do discurso (ADD)**. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/33006/18770>> Acesso em: 10 mar. 2019.

SOUSA, Solange Jobim; ALBUQUERQUE, Elaine Deccache Porto. **A pesquisa em ciências humanas**: uma leitura bakhtiniana. Bakhtiniana, São Paulo, 7 (2): 109-122, Jul./Dez. 2012.

SOUSA Mauro A. de. **Alma em Nietzsche**: A concepção de espírito para o filósofo alemão. São Paulo: Leya, 2013. 192 p. ISBN 9788580447576. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=H24SzdclPuQC&pg=PT3&dq=ch%C3%B4ra+em+plat%C3%A3o&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=2#v=onepage&q=ch%C3%B4ra%20em%20plat%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 20 dez. 2019.

TEIXEIRA, Marcelo A. de A. Provocações para uma sociologia da sexualidade: Sistemas, linguagem, amor. **PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v.22.2, 2015, p.182-203. Disponível em: <http://www.journals.usp.br/plural/article/download/112456/110408/> Acesso em: 19 dez. 2019.

VELOSO, Wendell dos R. **O regramento sexual no pensamento agostiniano**: alguns apontamentos. 2010. Disponível em: <http://www.ufrjr.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/praticas-discursivas/artigos/regramento.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2019.

VIDAL, Haroldo. **Crianças e sexualidade**: saberes-fazeres produzidos dentro e fora das escolas. Vitória, ES: Causa, 2017.

VIEIRA, ANDREIA SANTIAGO. **Educação Sexual: jogo educativo para aprendizagem de alunos com deficiência intelectual**. 135 f. Mestrado Profissional em ENSINO DAS CIÊNCIAS Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - PROF JOSE DE SOUZA HERDY, Duque de Caxias Biblioteca Depositária: Biblioteca Euclides da Cunha, Campus Duque de Caxias, 2017.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2017.

APÊNDICE A



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa. As informações contidas neste termo serão fornecidas por Angélica Bittencourt Galiza (pesquisadora responsável), com a finalidade de firmar acordo escrito, para que você possa autorizar sua participação com pleno conhecimento da natureza dos procedimentos e riscos a que se submeterá, podendo sair da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo algum.

1. Título da pesquisa: A Sexualidade de Alunos com Deficiência Intelectual: O Público, o Privado e a Ação Dialógica de Resistência no contexto escolar.

2. Objetivo principal: Analisar os saberes e as experiências existentes sobre a sexualidade, no âmbito do público e do privado, das narrativas de jovens com deficiência intelectual em uma escola especializada de Belém-PA;

3. Justificativa: A pesquisa se deve pelas motivações pessoais, acadêmicas, sociais em discutir a sexualidade de alunos com deficiência intelectual em uma instituição especializada de ensino. Esta pesquisa parte da necessidade de aprofundar os estudos sobre a sexualidade de adolescentes com deficiência intelectual (DI), a partir de suas narrativas, fatos relatados e vivenciados (e gravados) pelos alunos que frequentam uma instituição especializada.

4. Procedimentos: A sistematização e análise dos dados ser por meio de instrumentos de diário de campo, entrevista narrativa dialogada – gravada em áudio e a Transcrição das entrevistas, com base na análise dialógica Bakhtiniana, a partir de trechos que serão chamados de atos comunicativos, categorização e a reconstrução analítica de organização das materialidades enquanto corpus.

5. Riscos: Esta pesquisa será realizada com alunos com deficiência intelectual e seus pais ou responsáveis, de acordo com a Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a pesquisa envolvendo seres humanos, podendo estes exprimirem sentimentos e emoções durante as entrevistas em suas narrativas. Portanto, será mantido o sigilo da pesquisa e a integridade dos sujeitos participantes, serão então consideradas algumas medidas como:

6. Benefícios: Suscitar as discussões através de cursos, palestras, oficinas interativas com os alunos, pais ou responsáveis e os demais profissionais envolvidos com a problemática em questão na instituição pesquisada.

7. Retirada do Consentimento: Você tem a liberdade de retirar seu consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem nenhum prejuízo.

8. Garantia do Sigilo: As pesquisadoras garantem a privacidade e a confidencialidade dos seus dados.

9. Formas de Ressarcimento das Despesas e/ou Indenização Decorrentes da Participação na Pesquisa: Você não receberá nenhum pagamento ou recompensa por participar desta pesquisa, mas se ocorrer uma situação em que haja necessidade de cobrir despesas decorrentes da pesquisa ou danos causados pela pesquisa, os gastos serão de responsabilidade das pesquisadoras.

10. A qualquer momento da pesquisa você poderá entrar em contato pelos meios disponibilizados neste termo, como telefone ou e-mail, tanto das pesquisadoras como do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

11. CEP é um órgão institucional constituído por profissionais de várias áreas de saúde, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos participantes das pesquisas de acordo com sua integridade e dignidade, este órgão tem como objetivo contribuir no desenvolvimento das pesquisas dentro dos padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa envolvendo Seres Humanos –Res. CNS nº 466/12). O Comitê de Ética é responsável pela avaliação e acompanhamento dos protocolos de pesquisa sobre normas éticas. **Endereço do Comitê de Ética da UEPA:** Tv. Perebebuí, 2623, Biblioteca, 1º andar, bairro do Marco. Contato: (91) 3131-1781. E-mail: cep_uepa@hotmail.com.

12. Informações das pesquisadoras: Angélica Bittencourt Galiza (pesquisadora responsável) End: (Tv, Djalma Dutra e Rua do Una). Contato: (91) 980137896 E-mail: (angelicagaliza@yahoo.com.br). Pesquisador 1. Dr José Anchieta de Oliveira Bentes. Contato: 91 991150986

13. Este termo está impresso em 2 vias, sendo que uma fica com você e outra com o pesquisador, ambas devem ser rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, por você e pelo pesquisador, devendo as assinaturas estarem na mesma folha.

Declaro que obtive de forma ética a assinatura do participante da pesquisa e que segui rigorosamente tudo o que a resolução do CNS nº 466/12 apresenta.

Assinatura do pesquisador

14. Consentimento Pós-Informação:

Eu, _____, após leitura e compreensão deste termo de informação e consentimento, entendo que minha participação é voluntária e que posso sair a qualquer momento do estudo, sem prejuízo algum para mim. Confirmando que recebi uma via deste termo de consentimento, e autorizo a realização do trabalho de pesquisa e a divulgação dos dados obtidos somente em meio científico.

Belém, _____ de _____ de 2018

Assinatura do (a) participante da pesquisa

Pesquisadora Principal: Angélica Bittencourt Galiza. Fone (91) 980137896.

Demais pesquisadores: Dr José Anchieta de Oliveira Bentes. Fone (91) 991150986.

Comitê de Ética em Pesquisa: Bairro Marco, travessa Perebeui, 2623- Belém/ PA.

Telefone do Comitê: (91) 3276-0829.

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Vimos, por meio deste termo, convidá-lo (a) a participar da pesquisa de dissertação de mestrado, intitulada: “A Sexualidade de Alunos com Deficiência Intelectual: O Público, o Privado e a Ação Dialógica de Resistência no contexto escolar”. Nesta pesquisa, pretendemos analisar os saberes e as experiências existentes sobre a sexualidade, no âmbito do público e do privado, das narrativas de jovens com deficiência intelectual em uma escola especializada de Belém-PA.

Para esta pesquisa adotaremos o (s) seguinte (s) procedimento (s) para coleta dos dados: diário de campo, observação, entrevista narrativa dialogada – gravada em áudio e a transcrição das entrevistas. Durante as entrevistas é possível que o participante se prive ou se constrangido, caso alguma pergunta seja desconfortável para o mesmo é garantido o direito de não responder.

Desse modo, a participação do aluno se dará em vários momentos a fim de que se obtenhamos maiores informações sobre o objeto de pesquisa. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a sua identificação. Esclarecemos ainda que estas informações sejam veiculadas apenas no meio científico.

Para participar desta pesquisa, você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar a qualquer momento. Sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é.

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu interesse e autorizo a minha participação neste estudo.

Declaro ter recebido uma cópia deste termo de assentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que estou ciente das informações acima sobre a pesquisa e que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma, assim como seus riscos e benefícios. Declaro ainda que, por minha livre vontade, autorizo o uso das informações, manifestando o meu consentimento em participar da pesquisa.

Participante da Pesquisa

Local e Data

Assinatura da Pesquisadora

Local e Data

Local: _____

Data: ____/____/____

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador

Belém, ____ de _____ de 2018

Pesquisadora Principal: Angélica Bittencourt Galiza. Fone (91) 980137896.

Demais pesquisadores: Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes. Fone (91) 991150986.

Comitê de Ética em Pesquisa: Bairro Marco, travessa Perebebui, 2623- Belém/PA. Telefone do Comitê: (91) 3276-0829.

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

ENTREVISTA COM OS ALUNOS

Nome: _____

Sexo: () F () M

Data de nascimento: ___/___/_____ Idade: _____

ENTREVISTA

1. Seus pais conversam com você sobre o cuidado com o seu corpo?
2. Você já se interessou por alguma pessoa para ter relações de amor, carinho, afeto?
3. O que seus pais lhe falam sobre as suas vontades, desejos e comportamentos?
4. Você consegue lidar com as suas vontades, seus desejos?
5. Você namora ou já namorou alguém? Onde?
6. Você participa da BALADAPAE na escola?
 Sim
 Não
 Por quê? _____
7. O que você mais gosta na BALADAPAE?
8. Seus pais permitem você se relacionar sexualmente com outras pessoas? De que forma?
9. Em que espaços seus pais permitem que você namore?
10. Quando está namorando, como você se comporta na escola, em casa, na rua?
 (espaços sociais entre o público e o privado)

APÊNDICE D**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****ENTREVISTA COM OS PAIS OU RESPONSÁVEIS**

Nome: _____

Sexo: () F () M Idade: _____

Formação: _____

ENTREVISTA

1. O que você entende por sexualidade?
2. Você considera a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual diferente dos demais indivíduos sem deficiência? Por quê?
3. Você fala sobre sexualidade com seu filho?
4. Você tem alguma dificuldade para falar sobre sexualidade com seu filho? Por quê?
5. O que você considera como comportamentos inadequados nos espaços sociais entre o público e o privado?
6. Qual a sua atitude quando presencia algum tipo de comportamento ligado à sexualidade do seu filho, nesses espaços, como: a masturbação ou exibição do sexo, demonstração de atração por outra pessoa com palavras e carinhos?
7. Na sua opinião o seu filho tem direito a viver a sua sexualidade?
8. Você permite seu filho relacionar-se sexualmente com outra pessoa?
9. Você vê a possibilidade de seu filho vir a se relacionar afetivamente e sexualmente com um parceiro escolhidos por ele?
10. Se meu(a) filho(a) manifestasse desejo, aprovaria o namoro com alguém do sexo oposto?

11. Se meu(a) filho(a) manifestasse desejo, aprovaria a sua relação com alguém do sexo?
12. Reconheço e aceito a sexualidade como uma das dimensões importantes da vida de todo o ser humano?
13. Preocupa-me falar sobre a sexualidade com o meu filho(a)?
14. Necessito adquirir ou melhorar a informação que tenho sobre os diferentes aspectos da sexualidade dos jovens com deficiência intelectual?
15. Considero importante que os jovens com deficiência intelectual tenham informação no âmbito da Educação Sexual?

APÊNDICE E**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO****ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA****ENTREVISTA COM OS PROFESSORES**

Nome: _____

Sexo: () F () M Idade: _____

Formação: _____

ENTREVISTA

1. Sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual como você percebe a forma em que ela é compreendida?
2. Você considera a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual é diferente dos demais indivíduos sem deficiência? Por quê?
3. Você acha que a sexualidade das pessoas com deficiência intelectual pode ser vista como um problema?
4. No campo da sexualidade de pessoas com deficiência quais os mitos e tabus que você acredita que possam existir?
5. Que impactos estes podem ocasionar na vida de jovens e adultos com deficiência? De que forma você acredita que estes possam ser desconstruídos?
6. Você acha que todos os indivíduos com deficiência intelectual não são capazes de lidar com seus impulsos sexuais?
7. O que você considera como comportamentos inadequados nos espaços sociais entre o público e o privado?

8. Qual a sua atitude quando presencia algum tipo de comportamento ligado à sexualidade nesses espaços, como: a masturbação ou exibição do sexo, demonstração de atração por outra pessoa com palavras e carinhos?
9. Sobre as famílias. Como você percebe que elas tratam a sexualidade de seus filhos com deficiência? Quais as principais inseguranças que elas manifestam sobre este assunto?
10. Sobre os jovens e adultos com deficiência intelectual. Como você percebe que estes lidam com a sua própria sexualidade?
11. Quanto à sua atuação profissional. Quais as suas estratégias de atuação sobre a questão da sexualidade desses jovens e adultos com deficiência intelectual?
12. Na sua opinião a orientação sexual deveria restringir-se à vida privada, isto é, deveria ser assunto de família e não, do ambiente escolar? Por quê?
13. Você acredita que apenas os jovens e adultos com deficiência intelectual precisam de suporte profissional para compreender o processo da sexualidade?
14. Como a sua escola desenvolve o tema orientação sexual?

APÊNDICE F



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

ROTEIRO DE OBSERVAÇÃO

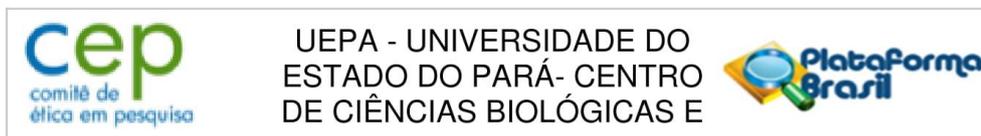
- **Observação *in loco***

Observação dos alunos com deficiência intelectual e seus respectivos pais ou responsáveis, devidamente matriculados, nos espaços da instituição especializada do município de Belém/PA, no sentido de registrar os momentos e situações que envolvam acerca da temática nos referidos espaços, tais como:

- Observação durante os atendimentos no CAEE-Centro de Atendimento Educacional Especializado desenvolvido na instituição.
- Durante os programas e atividades pedagógicas oferecidos pela instituição.
- Nos intervalos, nos eventos festivos e atividades de autogestão desenvolvidas pela instituição.

ANEXO 1

PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: NARRATIVAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: O PÚBLICO E O PRIVADO EM SUAS VIVÊNCIAS SEXUAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Pesquisador: ANGELICA BITTENCOURT GALIZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 06111418.6.0000.5174

Instituição Proponente: Campus I - Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE)

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.130.545

Apresentação do Projeto:

A pesquisa "Narrativa de alunos com deficiência intelectual: O público e o privado em suas vivências sexuais no contexto escolar", objetiva analisar os saberes e as experiências em relação a sexualidade, de alunos jovens com deficiência intelectual a partir de suas narrativas no âmbito de uma escola especial de Belém-PA. Tem como problemática: Que saberes e experiências sobre a sexualidade no âmbito público e privado estão presentes nas narrativas de jovens com deficiência intelectual? Pesquisa de abordagem qualitativa de análise dialógica do discurso, à luz da teoria de Bakhtin. O corpus da pesquisa constrói-se por meios de narrativas com gravação de áudio e de diário de campo. O referencial teórico da pesquisa são os autores Denari (2006), Glat (2007), Bakhtin (2004-2010). Neste contexto, considera-se que as pessoas com deficiência expressam sua sexualidade, afetos e desejos no espaço escolar, especificamente em uma escola especial de Belém do Pará.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar os saberes e as experiências existentes sobre a sexualidade, no âmbito do público e do privado, das narrativas de jovens com deficiência intelectual em uma escola especial de Belém-PA; Objetivo Secundário: Identificar os saberes e as experiências sobre sexualidade no âmbito do público e do privado, que estão presentes nas narrativas dos jovens

Endereço: Trav. Perebebui, 2623 (1º andar da biblioteca do Campus II da UEPA)

Bairro: Marco

CEP: 66.087-670

UF: PA

Município: BELEM

Telefone: (91)3131-1781

E-mail: cep_uepa@hotmail.com

ANEXO 2

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA APAE



TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Cláudia Josélia Bandeira da Costa, Diretora da Instituição Especializada APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém, Centro de Atendimento Especializado "Dr. Saint Clair Martins" – CAEE, autorizo o acesso da pesquisadora Angélica Bittencourt Galiza do Programa de Pós-graduação em Educação, na referida para as entrevistas com os alunos do Atendimento Educacional Especializado e utilizá-las como corpus de pesquisa.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora por telefone (91) 980137896.

Atenciosamente,

Belém, 29 novembro de 2018.



 Cláudia Bandeira
 Diretora CAEE-APAE BELÉM

Cláudia Bandeira
 Mestre em Educação
 Diretora Pedagógica
 APAE - Belém

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Belém
 CNPJ/MF nº 04.975.561/0001-67
 v. Generalíssimo Deodoro, nº 413 – Umarizal – Belém – PA - CEP: 66.055-240
 Fones: (91) 3241.1644/3241.2955 / Fax: (91) 3223.8914
 E-mail: belem@apaepa.org.br



TERMO DE CONSENTIMENTO DA INSTITUIÇÃO

Pelo presente termo e na qualidade de responsável por esta Instituição, declaro que aceito a realização do projeto de pesquisa intitulado **“NARRATIVAS DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL: O PÚBLICO E O PRIVADO EM SUAS VIVÊNCIA SEXUAIS NO CONTEXTO ESCOLAR”** pela aluna Angélica Bittencourt Galiza da Universidade do Estado do Pará – UEPA, sob a orientação Dr. José Anchieta de Oliveira Bentes.

Observamos a obrigatoriedade de mencionar o nome da **APAE Belém** no referido projeto.

Belém, 13 de fevereiro de 2019

Atenciosamente,

Dra. Madacilina de Melo Teixeira
 Diretora do Centro de Atendimento
 Multidisciplinar de Saúde – CAMS /APAE Belém

Madacilina M. Teixeira
 Neurologia
 CRM 3073



Universidade do Estado do Pará
Centro de Ciências Sociais e Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Tv: Djalma Dutra s/n – Telégrafo
www.uepa.br/mestradoeducacao